



SERVIÇO SOCIAL & INTERNACIONALIZAÇÃO

A EXPERIÊNCIA DO PPGSS-UFRJ
NO ÂMBITO DO PROGRAMA CAPES-PRINT

Bárbara Leite Pereira
Fátima Grave Ortiz
ORGANIZADORAS



UFRJ

ESS ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL UFRJ

PPGSS UFRJ

NAVEGANDO

FAPERJ
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

SERVIÇO SOCIAL E INTERNACIONALIZAÇÃO:
a experiência do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFRJ no
âmbito do Programa CAPES/PrInt

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Roberto de Andrade Medronho
Reitor

João Ramos Torres de Mello Neto
Pró-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa

Ana Izabel Moura de Carvalho
Diretora

Guilherme Silva de Almeida
Vice-Diretor

Fátima da Silva Grave Ortiz
Diretora Adjunta de Pós-Graduação

Bárbara Leite Pereira
Fátima Grave Ortiz
(Organizadoras)

SERVIÇO SOCIAL E INTERNACIONALIZAÇÃO:
a experiência do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFRJ no
âmbito do Programa CAPES/PrInt
1ª Edição Eletrônica



NAVEGANDO

Uberlândia / Minas Gerais

Navegando Publicações

2024

Navegando Publicações



www.editoranavegando.com
editoranavegando@gmail.com
Uberlândia – MG – Brasil

Direção Editorial: Navegando Publicações

Diagramação: Lurdes Lucena

Capas por Fábio Marinho.

Imagem original de capa desenvolvida com a ferramenta Adobe Firefly Image 2.

Copyright © by autor, 2024.

S492 – PEREIRA, Bárbara Leite; ORTIZ, Fátima Grave (Orgs.). Serviço Social e internacionalização: a experiência do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFRJ no âmbito do Programa CAPES/PrInt. Uberlândia: Navegando Publicações, 2024.

ISBN: 978-65-6070-063-5



10.29388/978-65-6070-063-5

Vários autores

1. Serviço Social 2. Pós-Graduação 3. Internacionalização. I. Bárbara Leite Pereira, Fátima Grave Ortiz. II. Navegando Publicações. Título.

CDD – 360

Índice para catálogo sistemático

Serviço Social 360

Navegando Publicações



www.editoranavegando.com
editoranavegando@gmail.com

Uberlândia – MG

Brasil

Editores

Lurdes Lucena – Esamc – Brasil

Carlos Lucena – UFU – Brasil

José Claudinei Lombardi – Unicamp, Brasil

José Carlos de Souza Araújo – Uniube/UFU, Brasil

Conselho Editorial Multidisciplinar

Pesquisadores Nacionais

Afrânio Mendes Catani – USP – Brasil
Anderson Brettas – IFIM – Brasil
Anselmo Alencar Colares – UFOPA – Brasil
Carlos Lucena – UFU – Brasil
Carlos Henrique de Carvalho – UFU, Brasil
Cilson César Fagiani – Uniube – Brasil
Dermeval Saviani – Unicamp – Brasil
Elmiro Santos Resende – UFU – Brasil
Fabiane Santana Previtali – UFU, Brasil
Gilberto Luiz Alves – UFMS – Brasil
Inez Stampa – PUCRJ – Brasil
João dos Reis Silva Júnior – UFSCar – Brasil
José Carlos de Souza Araújo – Uniube/UFU – Brasil
José Claudinei Lombardi – Unicamp – Brasil
Larissa Dahmer Pereira – UFF – Brasil
Livia Diana Rocha Magalhães – UESB – Brasil
Marcelo Caetano Parreira da Silva – UFU – Brasil
Mara Regina Martins Jacomeli – Unicamp, Brasil
Maria Ciavatta – IFF – Brasil
Maria J. A. Rosário – UFPA – Brasil
Newton Antonio Paciulli Bryan – Unicamp, Brasil
Paulino José Orso – Unioeste – Brasil
Ricardo Antunes – Unicamp, Brasil
Robson Luiz de França – UFU, Brasil
Tatiana Dahmer Pereira – UFF – Brasil
Valdemar Sguissardi – UFSCar – (Apos.) – Brasil
Valeria Lucilia Forti – UERJ – Brasil
Yolanda Guerra – UFRJ – Brasil

Pesquisadores Internacionais

Alberto L. Bilakowsky – Universidad de Buenos Aires – Argentina.
Alicia María de Castro Martins – (I.S.M.T.), Coimbra – Portugal
Alexander Steffanell – Lee University – EUA
Ángela A. Fernández – Univ. Aut. de St. Domingo – Rep. Dominicana
Antonio Vidal Ortega – Pont. Un. Cat. M. y Me – Rep. Dominicana
Armando Martínez Rosales – Universidad Popular de Cesar – Colômbia
Artemis Torres Valenzuela – Universidad San Carlos de Guatemala – Guatemala
Carolina Crisorio – Universidad de Buenos Aires – Argentina
Christian Cwik – Universität Graz – Austria
Christian Hausser – Universidad de Talca – Chile
Daniel Schugurensky – Arizona State University – EUA
Elizet Payne Iglesias – Universidad de Costa Rica – Costa Rica
Elsa Capron – Université de Nimés / Univ. de la Reunión – France
Elvira Aballi Morell – Vanderbilt University – EUA.
Fernando Camacho Padilla – Univ. Autónoma de Madrid – Espanha
Francisco Javier Maza Avila – Universidad de Cartagena – Colômbia
Hernán Venegas Delgado – Univ. Autónoma de Coahuila – México
Iside Gjergji – Universidad de Coimbra – Portugal
Iván Sánchez – Universidad del Magdalena – Colômbia
Johanna von Grafenstein, Instituto Mora – México
Lionel Muñoz Paz – Universidad Central de Venezuela – Venezuela
Jorge Enrique Elías-Caro – Universidad del Magdalena – Colômbia
José Jesus Borjón Nieto – El Colegio de Vera Cruz – México
José Luis de los Reyes – Universidad Autónoma de Madrid – Espanha
Juan Marchena Fernandez – Universidad Pablo de Olavide – Espanha
Juan Paz y Miño Cepeda, Pont. Univ. Católica del Ecuador – Equador
Lerber Dimas Vasquez – Universidad de La Guajira – Colômbia
Marvin Barahona – Universidad Nacional Autónoma de Honduras – Honduras
Michael Zeuske – Universität Zu Köln – Alemanha
Miguel Perez – Universidade Nova Lisboa – Portugal
Pilar Cagiao Vila – Universidad de Santiago de Compostela – Espanha
Raul Roman Romero – Univ. Nacional de Colombia – Colômbia
Roberto González Aranas – Universidad del Norte – Colômbia
Ronny Viales Hurtado – Universidad de Costa Rica – Costa Rica
Rosana de Matos Silveira Santos – Universidad de Granada – Espanha
Rosario Marquez Macias – Universidad de Huelva – Espanha
Sérgio Guerra Vilaboy – Universidad de la Habana – Cuba
Sílvia Mancini – Université de Lausanne – Suíça
Teresa Medina – Universidade do Minho – Portugal
Tristan MacCoaw – Universit of London – Inglaterra
Victor-Jacinto Flecha – Univ. Cat. N. Señora de la Asunción – Paraguai
Yoel Cordovi Núñez – Instituto de Historia de Cuba v Cuba – Cuba

À Professora Leila Rodrigues, Pró-Reitora de Pós-
Graduação e Pesquisa (2016-2019), que pelo seu
empenho e dedicação, mobilizou a nossa Universidade
para a concretização cotidiana do Programa CAPES-
PrInt/UFRJ.

Sumário

APRESENTAÇÃO	9
Bárbara Leite Pereira _ Fátima Grave Ortiz	
PARTE I - Experiências acadêmicas derivadas de iniciativas de internacionalização.....	13
UM CAMINHO EM PROCESSO: EXPERIÊNCIAS EM INTERNACIONALIZAÇÃO A PARTIR DO PROGRAMA CAPES PRINT	14
Patrícia Silveira de Farias	
GENDERED URBAN VIOLENCE IN RIO DE JANEIRO: REFLECTIONS FROM A TRANSNATIONAL RESEARCH PROGRAMME.....	24
Cathy McIlwaine - Miriam Krenzinger	
CONSIDERAÇÕES SOBRE A INTERNACIONALIZAÇÃO NA PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL: A EXPERIÊNCIA DA MISSÃO DE TRABALHO EM PORTUGAL.....	40
Fátima Grave Ortiz	
O PROJETO LITTLE WINDOWS: RELATO COLETIVO DE UMA EXPERIÊNCIA DE INTERCÂMBIO DISCENTE BRASIL-ESCÓCIA	48
Patrícia Silveira de Farias - James Cox - Amarachi Ejim - Camila Cunha Arnaldo - Caroline Santana - Christina Arden - Deivi Mattos - Larissa Siqueira - Shagufta Bhatti Timothy Armstrong - Vanessa Ferreira	
UM FIM DE MAR COLORE OS HORIZONTES: UM RELATO DISCENTE DA EXPERIÊNCIA DE INTERNACIONALIZAÇÃO ENTRE O BRASIL E A ARGENTINA PROPORCIONADA PELA CAPES-PRINT	60
Bárbara Leite Pereira - Ivanete Salete Boschetti - Alberto Bonnet	
O QUE TINHA PLANEJADO FAZER E O QUE FIZ: UM ITINERÁRIO DE PESQUISA E ENSINO	67
Giulia Strippoli	
REDES COLABORATIVAS SUL-SUL: A PARCERIA UFRJ-UNICEN NO ÂMBITO DO PROGRAMA CAPES-PRINT	79
Juan Pablo Matta - Kátia Sento Sé Mello	
PARTE II: Socialização de resultados de pesquisas e de atividades acadêmicas realizadas no âmbito de processos de internacionalização	91
SERVIÇO SOCIAL PORTUGUÊS EM TEMPOS DE TROIKA: TENDÊNCIAS TEÓRICO-PROFISSIONAIS EM DISPUTA.....	92
Mavi Rodrigues	
FAZEM, MAS NÃO O SABEM! NOVOS FETICHES, VELHA ACUMULAÇÃO CAPITALISTA.....	114
Sara Granemann	

UMA REFLEXÃO SOBRE INTERNACIONALIZAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO: A EXPERIÊNCIA ENTRE O PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO JANEIRO E A UNIVERSIDAD COMPLUTENSE DE MADRID	135
Luana de Souza Siqueira	
OS PROCESSOS DE MERCANTILIZAÇÃO E FINANCEIRIZAÇÃO NAS POLÍTICAS SOCIAIS NEOLIBERAIS NO CAPITALISMO DEPENDENTE.....	146
Silvina V. Galizia	
O PROJETO EMANCIPATÓRIO REVOLUCIONÁRIO E A ARTICULAÇÃO DAS LUTAS DE CLASSES E ANTIOPRESSIVAS PARTICULARES (“IDENTITÁRIAS”)	162
Carlos Montaña	
A PROTEÇÃO SOCIAL NA ESPANHA APÓS A PANDEMIA DA COVID-19: GERENCIALISMO E TECNOLOGIAS DIGITAIS.....	173
Blanca Amalia Girela Rejón - Janete Luzia Leite - Rita Cavalcante	
REALIDADE DA ACADEMIA HISTÓRICO-CRÍTICA EM TEMPOS INCERTOS.....	186
Lucio Fernando Oliver Costilla	
ENTENDENDO O VALOR ADAPTATIVO DO COMPORTAMENTO ANTISSOCIAL EM ADOLESCENTES E JOVENS ADULTOS: PESQUISAS REALIZADAS NA ESPANHA	204
Natalia del Pino Brunet - Javier Salas Rodríguez - Lilian Angélica da Silva Souza	
INFORMAÇÕES SOBRE OS/AS AUTORES/AS.....	216

APRESENTAÇÃO

É consensual o entendimento de que o conhecimento produzido precisa ser sempre divulgado para que este seja analisado por seus pares e assim, identificado os seus possíveis equívocos ou avanços. Do mesmo modo, o conhecimento deve partir sempre de um problema concreto posto à humanidade e neste sentido, a capacidade de instrumentalizar a intervenção na realidade deve ser seu objetivo central. Contudo, em uma sociedade de classes como a capitalista, sabemos que o conhecimento se direciona para o atendimento às necessidades do capital, ou como no dizer de Mészáros (2011) em sua magistral obra “O Poder da Ideologia”, “o grande dilema da ciência moderna é que seu desenvolvimento esteve sempre ligado ao *dinamismo contraditório* do próprio capital.” (Mészáros, 2011, p. 266)¹. Assim, entendemos que a busca pela internacionalização não pode ser considerada por nós como a panaceia capaz de enfrentar os problemas e lacunas na produção do conhecimento e de que o “mundo” esteja realmente interessado em saber o que produzimos ou que esteja aberto a isso. Na verdade, parece-nos que a internacionalização pode se transformar em um fetiche, principalmente por se colocar como uma exigência do mesmo modo e em todas as áreas indistintamente para avaliação do desempenho dos programas de pós-graduação.

Assim, é preciso se defender uma concepção de internacionalização que promova o diálogo produtivo com parceiros que compartilham dos mesmos interesses de pesquisa e que a partir de uma perspectiva plural, se concentrem em um determinado arco político-ideológico; pois, do contrário, corre-se o risco de nossa adequação às agendas estrangeiras de pesquisa e por conseguinte, da inserção subalterna em redes internacionais de pesquisa, ratificando a relação subordinada Norte-Sul.

Deste modo, é absolutamente necessário que as ações de internacionalização convirjam para os interesses teórico-políticos e agendas acadêmicas dos pesquisadores brasileiros e de seus respectivos programas de pós-graduação, e aqui incluo o nosso Programa.

Assim, é preciso que algumas questões nos sejam colocadas, tais como: por que internacionalizar? Que objetivos desejamos alcançar? Quais devem ser nossos principais parceiros em potencial e com quem nos interessa buscar novas parcerias acadêmicas e por quê? Estas questões nos parecem ser fundamentais para que a internacionalização não se reduza a uma exigência para avaliação de excelência dos programas de pós-graduação e que de fato, faça sentido para a nossa produção de conhecimento.

Em 2019, a CAPES, em relatório produzido pelo GT Internacionalização, apontou quatro dimensões para o reconhecimento de ações voltadas à internacionalização: a pesquisa desenvolvida por grupos parceiros de pesquisa em cooperação; a produção intelectual derivada da divulgação dos resultados de pesquisas por meio de artigos, livros e comunicações em eventos científicos; a mobilidade docente e discente entre as universidades brasileiras e estrangeiras; e, por fim, as condições institucionais, que no caso das universidades públicas brasileiras afetadas por graves crises financeiras e estrangulamento orçamentário, certamente configuram-se como imenso entrave ao desenvolvimento das ações voltadas à internacionalização.

¹ MÉSZÁROS, I. **A Teoria da Alienação em Marx**, 1. ed. revista, São Paulo: Boitempo, 2011.

Em relação a tais dimensões, a CAPES aprovou em 2017 a Portaria nº 220 de 03 de novembro de 2017, que instituiu o Programa Institucional de Internacionalização de Instituições de Ensino Superior e de Institutos de Pesquisa do Brasil e em seguida o Edital nº 41/2017 – Programa CAPES PrInt, que visava selecionar até quarenta (40) projetos institucionais de internacionalização das universidades proponentes, cujas propostas deveriam ser implementadas a partir do segundo semestre de 2018.

Consistiram em objetivos do Programa CAPES PrInt:

1.2.1. Fomentar a construção, a implementação e a consolidação de planos estratégicos de internacionalização das instituições contempladas nas áreas do conhecimento por elas priorizadas; 1.2.2. Estimular a formação de redes de pesquisas internacionais com vistas a aprimorar a qualidade da produção acadêmica vinculadas à pós-graduação; 1.2.3. Ampliar as ações de apoio à internacionalização na pós-graduação das instituições contempladas; 1.2.4. Promover a mobilidade de docentes e discentes, com ênfase em doutorandos, pós-doutorandos e docentes para o exterior e do exterior para o Brasil, vinculados a programas de pós-graduação stricto sensu com cooperação internacional. 1.2.5. Fomentar a transformação das instituições participantes em um ambiente internacional. 1.2.6 Integrar outras ações de fomento da Capes ao esforço de internacionalização. (CAPES, 2017, p.1)²

A UFRJ participou do Programa CAPES-PrInt com aprovação de um grande projeto envolvendo dezenas de programas de pós-graduação, dentre eles o Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS). Nosso PPGSS participou do projeto da UFRJ com a previsão, e posterior execução, de realização de várias ações que envolviam desde o desenvolvimento de Missões a universidades estrangeiras com vistas à prospecção de novos acordos e parcerias até a constituição de Doutorados Sanduíches.

Neste sentido, entre os anos de 2019 e 2024 – com uma parada entre os anos de 2020 e parte de 2021 em função da pandemia da COVID-19 – desenvolvemos ativamente ações de internacionalização previstas em diversas modalidades. Recebemos neste período cinco (05) docentes estrangeiros envolvendo as seguintes universidades: Universidade Nova de Lisboa, Universidade Nacional do Centro da Província de Buenos Aires, Universidade de Dundee, King's College London, Universidade Nacional Autónoma do México.

Também neste período, e no âmbito do Programa CAPES PrInt-UFRJ, sete (07) professoras de nosso PPGSS realizaram mobilidade para universidades estrangeiras para realização de estágios pós-doutorais e como professoras visitantes sênior no exterior: Universidade de Nova York, King's College London, Universidade Lusíadas, Università degli Studi di Torino, Universidade de Granada, Universidade Nacional de Rosário e Universidade de Dundee.

Por último, destacamos a realização de cinco (05) missões envolvendo várias universidades estrangeiras: Universidade Complutense de Madrid, Universidade de Dundee, Universidade das Ilhas Baleares, Universidade Lusófona do Porto, Instituto Superior de Serviço Social do Porto, Instituto Superior Miguel Torga, Universidade de Dundee e

² CAPES - Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Programa Institucional de Internacionalização – Capes-PrInt - Edital nº. 41/2017**, DF: CAPES, 2017. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefndmkaj/https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/10112017Edital412017InternacionalizacaoPrInt2.pdf> . Acesso em: 13 set. 2024.

Universidade da República do Uruguai, bem como o desenvolvimento de Doutorado Sanduíche de estudante do curso de Doutorado junto à Universidade Nacional de Quilmes.

Desta forma, avaliamos que a participação do PPGSS no Programa CAPES PrInt-UFRJ foi extremamente relevante para o aprofundamento das ações de internacionalização, resultando em novas ações de médio e longo prazo, dentre as quais destacamos a formalização de acordos de cooperação técnica, bem como a possibilidade de ampliação da mobilidade estudantil e docente. Além disso, o acesso aos recursos financeiros disponibilizados pelo Programa CAPES PrInt-UFRJ majoritariamente a partir da concessão de bolsas para as diversas modalidades – doutorado sanduíche, professor visitante no país e no exterior – bem como, de diárias para a realização de missões institucionais, foi fundamental, pois sem estes seria impossível o desenvolvimento de todas estas ações.

Contudo, com o fim do Programa CAPES PrInt e sem notícias sobre uma eventual nova edição no atual governo, cabe-nos aprofundar as relações acadêmicas com as universidades estrangeiras alcançadas durante este processo, incentivando a mobilidade docente e discente, o que nos parece uma atitude bastante alvissareira para os rumos da internacionalização dos programas de pós-graduação. Outra iniciativa consiste em dar ampla divulgação a esta experiência, avaliada como extremamente positiva, o que para tanto, a construção deste livro nos parece convergir.

Assim, nosso objetivo com o livro, que ora se apresenta, é basicamente registrar e divulgar esta experiência para que ela possa render novos frutos para futuras parcerias entre pesquisadores e/ou fortalecimento daquelas já existentes. Deste modo, o livro compõe-se de quinze (15) capítulos organizados em duas partes: a primeira que apresenta as experiências acadêmicas derivadas de iniciativas de internacionalização; e a segunda que socializa os resultados de pesquisas e de atividades acadêmicas realizadas por docentes do PPGSS no âmbito de processos de internacionalização. Destes, oito (08) são de autoria de docentes do PPGSS que participaram diretamente do Programa CAPES PrInt UFRJ, por meio da realização de missões ou como professores visitantes sênior no exterior; três (03) foram escritos por professoras do PPGSS em parceria com docentes de universidades estrangeiras, denotando a cooperação existente entre a UFRJ e estas instituições, a qual foi adensada durante e em função da participação no Programas CAPES PrInt UFRJ; dois (02) escritos exclusivamente por docentes de universidades estrangeiras que atuaram como professores visitantes no PPGSS; um (01) de autoria de estudante do curso de doutorado que realizou em universidade estrangeira seu doutorado sanduíche e por último, um (01) capítulo de autoria de pesquisadora e docente de instituição estrangeira que, embora não tenha vindo para a UFRJ com recursos do Programa CAPES PrInt UFRJ, mas de fonte de seu país de origem (no caso, Espanha). O referido capítulo, inclusive, envolve docente do PPGSS em coautoria, o que demonstra a parceria também estimulada pelo Programa CAPES PrInt UFRJ.

Neste sentido, compõe a primeira parte do livro o conjunto de sete (07) capítulos apresentados pelas/os docentes Patrícia Silveira de Farias (que possui dois capítulos, um individual e outro coletivo), Cathy McIlwaine e Miriam Krenzinger (este redigido em inglês), Fátima Grave Ortiz, Giulia Strippoli, Kátia Sento Sé-Mello e Juan Pablo Matta; e pela estudante Barbara Leite Pereira em coautoria com os docentes Ivanete Salette Boschetti (sua orientadora no curso de doutorado) e Alberto Bonnet (seu professor da Argentina).

Já a segunda parte do livro é composta por oito (08) capítulos derivados dos resultados de pesquisas desenvolvidas por docentes e atividades realizadas por estes durante sua estada no exterior. Integram esta parte do livro os capítulos de autoria das/os docentes Mavi Rodrigues, Sara Granemann, Luana Siqueira, Silvina Galizia, Carlos Montaña, Janete Luzia Leite e Rita Cavalcante em parceria com Blanca Amalia Girela Rejón, Lucio Fernando Oliver Costilla e Lilian Angélica da Silva Souza em parceria com os pesquisadores Natalia del Pino Brunet e Javier Salas Rodríguez.

Por fim, destacamos que o PPGSS possui uma longa e consolidada trajetória voltada às ações de internacionalização, desde uma época em que esta não era considerada quesito de avaliação da pós-graduação e nem tampouco uma exigência para o reconhecimento de excelência. Recebemos com regularidade estudantes estrangeiros, notadamente latino-americanos, em nossos quadros dos cursos de mestrado e doutorado; assim como, recepcionamos docentes de universidades estrangeiras para missões de pesquisa e as mais diversas atividades e ao mesmo tempo, buscamos tais instituições para a realização de estágios e pós-doutoramentos. A recente participação de nosso PPGSS em edital CAPES *Move La America* e, por conseguinte, a seleção de estudantes estrangeiros para estarem conosco em 2025, demonstra mais uma vez a disposição e a vitalidade das iniciativas e ações do PPGSS voltadas à internacionalização.

O caminho é longo, mas já está plenamente aberto para continuarmos a trilhá-lo e este livro, que convidamos à leitura, explicita tal experiência.

Rio de Janeiro, 12 de setembro de 2024.

Bárbara Leite Pereira
Fátima Grave Ortiz
As organizadoras

PARTE I

Experiências acadêmicas derivadas de iniciativas de
internacionalização

UM CAMINHO EM PROCESSO: EXPERIÊNCIAS EM INTERNACIONALIZAÇÃO A PARTIR DO PROGRAMA CAPES PRINT

Patrícia Silveira de Farias

1. Introdução

O presente artigo tem o objetivo de descrever e discutir um processo de construção de uma compreensão ampliada do que é e do que pode ser a internacionalização do ensino superior brasileiro, a partir de recursos proporcionados pelo Programa Capes Print. Para isso, parto de minha própria experiência com uma bolsa de 6 meses para participar de um projeto em curso, fruto de um acordo de cooperação internacional entre a Escola de Serviço Social da UFRJ e o Depto. of Geography and Social Sciences do King's College London, Reino Unido (2019-2020); apoio a uma missão institucional de 20 dias à Universidade de Dundee, Escócia, Reino Unido (2023); e uma bolsa de pesquisador sênior no exterior de 6 meses para esta mesma universidade, de fevereiro a julho de 2024.

2. Primeira estação: Londres

No segundo semestre de 2019, me afastei das atividades didáticas para realizar meu pós-doutorado junto ao Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), sob a supervisão da professora Cornélia Eckert. O projeto de pesquisa objetivava analisar os impactos da instalação da Universidade Federal para a Integração da América Latina (Unila), e previa a realização de entrevistas com estudantes estrangeiros e brasileiros daquela instituição; me interessava particularmente saber qual o papel que critérios de raça/cor, classe, gênero e territorialidade desempenhavam neste contexto. A Unila, cabe dizer, que se propunha a ser uma universidade multicultural, destinando cerca de 50% de suas vagas a alunos estrangeiros de outros países latino-americanos. Este modelo de instituição de ensino superior se somava a outras experiências semelhantes, como a da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e da Universidade Federal do Pampa (Unipampa), num quadro maior em que se discutia o fortalecimento de laços com o continente e um panorama de educação superior mais acessível, igualitário e solidariamente internacionalizado – voltarei a este último ponto mais adiante.

Durante a realização das primeiras entrevistas, levantamento bibliográfico e contatos com minha supervisora, recebi o convite para participar de outro projeto de pesquisa, coordenado pela professora Miriam Krenzinger, e resultado da assinatura de um acordo de cooperação internacional com o King's College London. Este projeto investigava situações de violência contra mulheres vinculadas a imigrantes brasileiras em contexto britânico, e o contexto violento que cercava brasileiras residentes no complexo de favelas da Maré, Rio de Janeiro, Brasil. Neste panorama, questões de raça/cor, classe, gênero e territorialidade

também eram preponderantes no entendimento do fenômeno. O convite era justamente para me engajar na investigação destas questões no estudo já em andamento.

Assim, passei a me aproximar não só da dinâmica de estudantes estrangeiros em solo brasileiro, mas também de imigrantes em território britânico a partir do fio condutor das violências. Na estadia em Londres, além do contato com minha supervisora local, também participei do projeto, a professora Cathy McIlwaine, tomei parte dos encontros da rede de estudos de gênero local, com pesquisadoras no Reino Unido que tematizavam a violência contra mulheres em diversos cenários nacionais, como Colômbia e Afeganistão; e tive contato com grupos de estudantes latino-americanas imigrantes da instituição, assim como estive presente em diversos eventos de discussão e ações sobre esta temática.

Nessa dinâmica, foi particularmente importante ter participado de um seminário sobre internacionalização do ensino superior, na Universidade da Cidade de Londres (UCL). A partir daí, fui entendendo que minha pesquisa era bem mais ampla do que poderia parecer, e abarcava questões sobre mobilidade humana, descentralização do conhecimento e políticas anticoloniais na academia e fora dela. Nas discussões ali desenvolvidas, compreendi que a mobilidade acadêmica é uma forma de deslocamento transnacional, e que, como a imigração, a circulação constante de pessoas para além das fronteiras, entre outros afastamentos, sempre se apresenta como “um salto para o desconhecido”, como Cox frisa. No entanto, esta mobilidade acadêmica ao menos pressupõe uma estadia provisória e uma volta com data marcada – embora por vezes esta volta nunca venha a se dar de fato (e na verdade possamos considerar que mesmo aqueles/aquelas que voltam já são outras pessoas, com novas atividades e ideias – neste sentido, a volta já é outra viagem).

Outra questão importante ali levantada foi a do papel de cada agente no processo de internacionalização: o Estado nacional e suas políticas de educação; as/os profissionais acadêmicas/os e seus familiares, que optam por sair de seus países de origem; as universidades e seus interesses por recursos e status; e finalmente o mercado, este ente que regula vidas e políticas – mesmo as educacionais - a partir do olhar econômico.

Na nova bibliografia, encontrei sugestões de leitura da realidade da internacionalização a partir principalmente das colocações de Perrota (apud Santos, 2017), que sugere haver dois tipos de processo: um, o comercial, orientado pelo e para o mercado, onde países do Norte Global cobram elevadas taxas para aceitarem estudantes estrangeiros e, nesta dinâmica, tornar o intercâmbio de conhecimento cada vez mais parecida com uma aprendizagem de paradigmas estabelecidos pelo Ocidente. Outro processo seria o da internacionalização solidária, que tem o sentido de uma efetiva troca de informações, epistemologias e experiências entre os partícipes e as instituições; parcerias em projetos, publicações, eventos, formação de redes de pesquisa, tudo passaria então pelo prisma da ampliação igualitária de pontes e conexões entre realidades diferentes. Um outro aspecto significativo foi entender, a partir inclusive da leitura de documentos oficiais do governo brasileiro sobre o assunto, que a internacionalização do ensino superior diz respeito a um conjunto de ações que visa justamente o compartilhamento e a geração coletiva do conhecimento a partir dos interesses da sociedade.

Dentro disso, pude colocar a criação da Unila como mais uma iniciativa de internacionalização do ensino superior, para além das mais comuns elencadas na bibliografia sobre o assunto, que focalizavam essencialmente o vaivém de estudantes, pesquisadores e professores. Além disso, esta instituição se caracterizaria por sua concepção

fundamentalmente solidária, não comercial. Uma instituição desenhada para cumprir uma função internacionalista, nessa perspectiva, me deu um fôlego novo para interpretar meus próprios achados de pesquisa.

Infelizmente, a experiência teve que ser encurtada e reconfigurada, por conta do evento da pandemia de Coronavírus. Em 2020, as universidades do Reino Unido foram fechadas, assim como as do Brasil; viagens se tornaram quase impossíveis e muito perigosas; encontros acadêmicos também foram suspensos e toda a sociabilidade redesenhada para ambientes sem interação. De minha parte, as entrevistas que deveria fazer com a Unila tiveram que ser realizadas online, e o acompanhamento do dia a dia de estudantes estrangeiros em Foz do Iguaçu, Paraná, sede da Unila, simplesmente não aconteceram. No Reino Unido, os encontros da rede foram suspensos, os congressos e encontros que havia marcado, cancelados, e eu precisei voltar ao Brasil e ficar confinada em minha própria casa.

De toda forma, da experiência em Londres, além dos contatos, da bibliografia e da ampliação do cenário da minha própria pesquisa, realizei ainda um artigo, em colaboração com as professoras Miriam Krenzinger, Cathy McIlwaine e Rosana Morgado (também companheira neste projeto), sobre as violências sofridas pelas mulheres da Maré e a incidência de relações de gênero, classe e raça associadas a este processo (cf. Krenzinger, Farias, McIlwaine e Morgado, 2021). Também participei de dois eventos no Brasil, apresentando os resultados do projeto, organizado pela equipe de coordenação e com a presença da professora McIlwaine. Em relação a meu próprio projeto de pós-doutorado, sobre a Unila, em 2022 publiquei os resultados em um artigo sobre ampliação de acesso e internacionalização do ensino superior (cf. Farias, 2022).

3. Próxima estação: missão Dundee

Em maio de 2023, embarco em missão institucional para Dundee, na Escócia, para estreitar o contato com a University of Dundee e com seu corpo docente. O objetivo último seria avançar na realização de um protocolo de intenções de firmar um acordo de cooperação internacional entre a UFRJ e aquela universidade.

Desde 2014, eu mantinha contato com o professor Fernando Lannes Fernandes, professor daquela instituição. Havíamos coorientado uma estudante de mestrado, Juliana Correa, e seguimos coorientando a aluna em seu doutorado na Fiocruz, a partir de convite da professora Fátima Cecchetto. Desta orientação, resultou um artigo, publicado em inglês no periódico *International Sociology*, em 2015 (cf. Correa, Cecchetto, Farias e Lannes Fernandes, 2015). Durante minha estadia em Londres, em 2020 aproveitei para conhecer Dundee e retomar contato pessoal com a equipe de lá, com vistas a futuras parcerias.

Assim, o planejamento da missão foi realizado a partir desta experiência prévia de parceria, e de debates e ações já iniciadas entre mim e o professor Fernando Lannes Fernandes. Na proposta inicial, constavam os termos para uma discussão exploratória com a equipe de Dundee, tendo como meta o encaminhamento de um acordo de cooperação internacional: parcerias em pesquisa; em publicações; em eventos futuros; troca de experiências e informação entre discentes e docentes de ambos os programas de pós-graduação em Serviço Social. Com uma agenda de encontros previamente montada, iniciei os contatos assim que cheguei, posto que se tratava de um curto período: 20 dias de viagem.

Um dos primeiros contatos realizados neste momento foi com o assistente social James Cox, com quem desenvolvi um projeto inovador de internacionalização no âmbito da pós-graduação em Serviço Social da UFRJ. Este projeto, Little Windows, permitiu o encontro e a interação produtiva de estudantes de Serviço Social das duas universidades e se desdobrou em um artigo de escrita coletiva que compõe o presente livro. Todas estas iniciativas foram realizadas após minha chegada, no segundo semestre de 2023 e no primeiro semestre de 2024.

Também assim que cheguei ao Brasil, em 2023, organizei um encontro online entre professores e pesquisadores da Universidade de Dundee e da UFRJ, co-coordenado pelo professor Lannes Fernandes, para sondar a possibilidade de novas parcerias em artigos, eventos e projetos de pesquisa.

Além disso, enquanto ainda em Dundee, no período de 20 dias de minha missão, fiz palestra sobre minhas pesquisas sobre internacionalização do ensino superior, tendo como estudo de caso a Unila; participei de um evento internacional em torno dos temas de mudança climática e justiça social – o Seminário Internacional Just Transition; e tive encontros com outras profissionais do Serviço Social da Universidade de Dundee. Estes encontros culminaram com a reunião com o professor Fernando Lannes Fernandes, o assistente social James Cox, a Coordenadora de Internacionalização da Universidade, Susan Levy, e o Diretor Jeff Blackford, onde comentários e sugestões sobre a proposta inicial foram feitos, e um novo encontro agendado, desta vez online, com a participação da Direção da Escola de Serviço Social/UFRJ e da Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFRJ. Isto de fato ocorreu um mês após meu retorno ao Brasil. Nesta segunda reunião, afinal se concordou em selar o acordo, encaminhado em seguida para as instâncias administrativas adequadas em Dundee.

Os contatos ali iniciados foram importantes para a realização das primeiras ações. O professor Fernando Lannes Fernandes pode realizar no Brasil palestra para estudantes da graduação e da pós-graduação, encontros com a Coordenação e com o corpo docente de nosso Programa de Pós-Graduação. Além disso, como já foi dito, o desenrolar do projeto Little Windows envolveu ainda mais os estudantes do PPGSS nesta iniciativa de internacionalização. Também foi desenhada uma participação mais efetiva minha na organização da nova edição do Seminário Just Transition, que se daria em 2024.

Além deste convite, também fui chamada a participar do curso de mestrado em Serviço Social Global e Local, da Universidade de Dundee. Esta participação se realizaria a partir de uma aula sobre políticas públicas no Brasil com recorte de raça, gênero e classe, na disciplina coordenada pelo professor Theodor Mladenov. Este contato foi articulado por James Cox, parceiro no projeto Little Windows, e que é o idealizador e atual coordenador, além de professor, deste curso de mestrado. Minha aula seria em fevereiro de 2024.

Os desdobramentos pós-viagem e os novos convites já mencionados me incentivaram a pensar em uma outra viagem a Dundee. Enquanto o protocolo de intenções para assinatura de um acordo internacional com a Universidade de Dundee andava a passos lentos, a aproximação com colegas, discentes e profissionais de lá estava frutificando.

4. Terceira fase: o estágio sênior Capes Print

A oportunidade surgiu através da chamada, pelo PPGSS/UFRJ, para bolsas Capes Print de estágio sênior no exterior, que garantia recursos para uma estadia de seis meses como pesquisadora visitante na Universidade de Dundee. Eu me dediquei a desenhar meu novo plano de ação para esta estadia, com a ajuda do professor Fernando Lannes Fernandes, e o submeti a esta chamada. Obtive sucesso e, com o apoio e compreensão de meus colegas de Departamento, da Coordenação do PPGSS/UFRJ e da Direção da Escola de Serviço Social, viajei no início de fevereiro para Dundee.

Se na primeira viagem ao Reino Unido desenvolvi e atuei no projeto de pesquisa coordenado pela equipe da professora Krenzinger e pela professora McIlwaine, e ainda ampliei o escopo de meu próprio projeto de pós-doutorado, desta vez se tratava de aprofundar as discussões sobre internacionalização, tanto através de pesquisa como pelo estreitamento dos contatos já feitos e do estabelecimento de novos contatos.

O primeiro ponto se deu de múltiplas formas, mais do que eu poderia imaginar. Assim, além da aula na disciplina do professor Mladenov, também ministrei palestra sobre internacionalização do ensino superior a partir da perspectiva decolonial na Rede de Pesquisadores do Sul Global, e participei de seus encontros e conferências, a convite do professor Lannes Fernandes, assim como me engajei nos encontros semanais de seu grupo de pesquisa Brasil-Reino Unido em questões socioambientais a partir da visão de transição climática justa. Este grupo, que também reúne entidades comunitárias não-governamentais do Brasil, realizou um primeiro workshop na favela da Maré, com lideranças locais, e se prepara para um segundo encontro, ampliado, de que participarão entidades representativas de outras favelas do Rio de Janeiro; cabe mencionar que o projeto do professor Lannes Fernandes tem o suporte financeiro da British Academy, agência de fomento do Reino Unido. No entanto, a nova edição do encontro internacional Just Transition, de que eu participaria como comissão organizadora, não se realizou, por conta de dificuldades administrativas, o que frustrou minhas expectativas de trazer para o debate ambiental pesquisadores da América Latina que trabalham a questão.

A pedido ainda do professor Lannes Fernandes, aceitei ser coorientadora de uma aluna de doutorado da Universidade de Dundee, Rute Drach, que pesquisa a ressocialização de mulheres egressas das prisões escocesas e das políticas públicas voltadas a isso. Esta tem sido uma outra experiência enriquecedora do ponto de vista profissional, de troca de bibliografias, perspectivas e procedimentos diferentes no processo acadêmico e administrativo da pós-graduação nos dois países.

Ainda no sentido de aproveitar os contatos recém-feitos e os que anteriormente havia feito, desenhei e submeti a um edital da Capes um projeto de um seminário internacional, que contaria com a presença de vários destes e destas colegas de Dundee, assim como parceiros mais antigues, brasileiros e argentinos, que são membros do Grupo de Pesquisa CNPq que coordeno com a professora da ESS/UFRJ Kátia Mello – o Grupo de Pesquisa em Sociabilidades Urbanas, Espaço Público e Mediação de Conflitos (GPSEM). O projeto, embora aprovado no mérito, esbarrou na falta de recursos para sua realização. Estamos no momento trabalhando para sua viabilização, seja no formato presencial, híbrido ou virtual.

No momento, eu e o professor Fernandes trabalhamos em artigo científico em inglês sobre as experiências brasileiras em internacionalização e a perspectiva decolonial a partir de

uma visão do que ocorre também no Reino Unido. Pretendemos que esta colaboração seja publicada em revista britânica.

Fernando Lannes Fernandes ainda me ajudou a definir um projeto de pesquisa para submeter ao Comitê de Ética da Universidade de Dundee, focalizando outro ponto da internacionalização do ensino superior, a saber, a contribuição (até agora informal) que professores estrangeiros vêm dando para ampliar bibliografias, parcerias em pesquisa, publicações, eventos e mobilidade discente e docente aqui no Reino Unido. Como metodologia desta pesquisa exploratória, coloquei como meta a realização de dez entrevistas em profundidade com docentes e pesquisadores estrangeiros que atuam em universidades do Reino Unido. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética da universidade; até o momento em que escrevo (julho de 2024), as dez entrevistas já foram realizadas, fechando a etapa da coleta de dados.

Um agradável e inesperado desdobramento de minha palestra na Rede de Pesquisadores do Sul Global foi o convite por parte de uma professora do Departamento de Educação da Universidade de Dundee que assistiu o evento, para inaugurar a série institucional de podcasts sobre educação e ensino superior que ela está coordenando. Assim, fui entrevistada sobre minhas pesquisas e sobre o cenário das políticas públicas de educação no Brasil por esta professora, Louise Campbell, resultando num podcast que será disponibilizado em breve para a comunidade do Reino Unido.

Outro desdobramento de contato anterior foi viabilizado a partir de nova conversa com a professora Susan Levy, que me apresentou a professora Kathryn Young, pesquisadora e com experiência profissional como assistente social em gênero, juventude e violência. Tendo este interesse em comum, convidei-a a participar de um evento online coordenado pela professora Miriam Krenzinger, da ESS/UFRJ, com a participação da professora Cathy McIlwaine e de docentes uruguaia e brasileira, sobre a temática dos Direitos Sexuais e Reprodutivos das mulheres. Eu e a professora Young decidimos então submeter um resumo a um congresso internacional sobre mulheres, a se realizar em setembro em Portugal, e nosso resumo foi aceito. A ideia é trabalhar comparativamente legislações e dados sobre gênero e violência na Escócia e no Brasil; depois da apresentação no congresso, transformaremos este trabalho em um artigo científico em inglês, a ser publicado em revista do Reino Unido.

A parceria com James Cox se desenvolveu em outras direções, também inesperadas e interessantes. Além do artigo escrito coletivamente já mencionado, fui convidada a dividir com ele uma aula online no curso de graduação em Serviço Social da Universidade Católica de Lviv, Ucrânia, ministrado pela professora Katheryna Buchko; nela, eu e James conversamos com a turma de alunes ucranianos sobre Antropologia e Serviço Social, a partir da experiência conjunta no projeto Little Windows. Ainda a convite dele, participei de visitas a serviços públicos de assistência a refugiadas, povos viajantes e pessoas sem teto, assim como a pessoas com deficiência. Em ambos os encontros, de que participaram também estudantes internacionais de pós-graduação em Serviço Social da Universidade de Dundee, houve apresentações dos profissionais destes serviços, explicando o contexto de atuação, fornecendo estatísticas e experiências concretas resultantes das políticas.

Em uma destas visitas, tive contato com o assistente social Alessandro Insalaco, que, ao saber de meus interesses de pesquisa e área de atuação, se prontificou a me apresentar aos serviços públicos de assistência a mulheres em situação de violência. Assim, visitei e conversei com assistentes sociais que coordenam cursos e rodas de conversas com homens que

cumprem pena por violência doméstica, e também do Centro Internacional das Mulheres, que desenvolve atividades de integração de mulheres às comunidades escocesas, particularmente mulheres migrantes.

No entanto, apesar de todas estas iniciativas de demonstrações das possibilidades de parcerias úteis para ambos os lados, o protocolo de intenções para firmar um acordo de cooperação internacional segue preso nas malhas finas dos trâmites burocráticos.

5. Internacionalização do ensino superior: reflexões sobre contextos e desafios

O processo acima narrado deixa algumas pistas e desenha um cenário de internacionalização. Em primeiro lugar, cabe pensar em qual o desejo em que se apoia a internacionalização; a vontade de estabelecer conexões e trocas científicas, alargando e aprofundando o conhecimento da vida em sociedade? Ir no contrafluxo dos paradigmas ocidentais, repensando a relação entre pensamento dominante e outras formas de compreender o mundo? Estabelecer relações do tipo custo-benefício, para beneficiar a máquina educativa em alguma medida, com novas injeções de recursos? Para que, e para quem, serve internacionalizar?

O caso brasileiro que estudei, do esforço para criar instituições multiculturais, como a Unila, a Unilab, a UFFS, a Unipampa, é útil para descortinar novas possibilidades de internacionalização, para além da já tradicional mobilidade discente e docente. Esta experiência por que passei no exterior também me estimulou a refletir sobre o papel que docentes estrangeiros estabelecidos em universidades que não as de seus países de origem cumprem neste quadro; ao introduzirem novas bibliografias, novas abordagens, mantendo parcerias com colegas de sua região natal, estes vão informalmente, inoculando também uma perspectiva mais diversa e mais crítica na formação de estudantes e nas interações entre pares.

No entanto, são contextos sócio-políticos e econômicos bastante diferentes. No caso do Brasil, e destas instituições, estamos lidando ao mesmo tempo com uma ampliação da influência brasileira no panorama internacional do chamado Sul Global, algo politicamente interessante do ponto de vista governamental; ao mesmo tempo, também se revela como uma tentativa de internacionalização solidária, onde a perspectiva do ganho financeiro a curto prazo não é predominante, e sim o fortalecimento de redes de conhecimento e atuação.

Outra é a situação de docentes e pesquisadores sediados em países do Norte Global, lidando com um pensamento e uma forma de agir eurocêntricas e homogêneas, onde a perspectiva de internacionalização se baseia numa visão orientada pelo e para o mercado, e o ganho financeiro ocasionado pela atração de estudantes estrangeiros se torna o principal objetivo. O pagamento de taxas elevadas para participarem das universidades do Norte Global se desdobra na constatação de que apenas os mais ricos membros dos países em desenvolvimento poderão “fazer esta travessia”; também, isso implica que o montante de dinheiro extraído destes países se revela como outra forma de drenagem de recursos das ex-colônias e dos países do Sul Global em geral.

Um cenário sem dúvida complexo. A correlação de forças internacional faz pensar num incentivo – muito bem-vindo – em centrar esforços com parcerias entre países do Sul Global, para fortalecer seu papel no panorama mundial, abalando e facilitando a

disseminação de conhecimento, ações e políticas de outros locais do planeta. Neste sentido, mobilidade docente e discente, novos tipos de instituições, o aproveitamento de profissionais brasileiros situados em universidades no continente latino-americano, africano e asiático, por exemplo, seriam iniciativas estratégicas e de interesse de todos os agentes envolvidos – Estado, pesquisadores, sociedades, instituições.

Mas o que pensar no caso de parcerias com instituições localizadas no Norte Global? Afinal, minha experiência se deu em dois países do Reino Unido, uma das economias mais fortes do planeta, e sede daquele que foi um dos maiores impérios da história ocidental, o britânico. O que posso dizer neste caso é que, de um lado, a força da abordagem comercial mencionada antes, onde o foco está no ganho imediato de recursos a partir das altas taxas pagas pelos estudantes estrangeiros, é e continuará sendo um dos principais atrativos da internacionalização para países com os do Reino Unido e dos Estados Unidos, apenas para citar alguns. Posso imaginar que a demora em oficializar um acordo com o Brasil, por exemplo, tenha a ver com este aspecto da relação Norte-Sul.

Entretanto, outras forças também agem, e em outra direção. Falo aqui de grupos de pesquisadores, estudantes, técnicos, que trabalham nestas instituições dos países ditos centrais, mas que se inclinam para uma perspectiva crítica, plural e multicêntrica, e que se esforçam para que outras parcerias se firmem para além da demanda monetária e da reafirmação dos paradigmas eurocêntricos. Esta correlação interna de forças deve ser levada em conta no planejamento e execução de acordos de cooperação internacional.

Volto assim à questão anteriormente colocada: para que, e para quem, serve internacionalizar a educação superior? Se, entre países em desenvolvimento, a ampliação de horizontes de pesquisa, informação e conhecimento, serve para estreitar laços culturais, políticos e econômicos, e para auxiliar na construção de contranarrativas não-hegemônicas, a criação de conexões com universidades dos “países ricos” pode funcionar como uma etapa na visibilização do conhecimento gerado em outros lugares, não-centrais. Além disso, serve para internamente fortalecer grupos mais afinados com teorias, propostas e ações mais críticas e ao mesmo tempo mais solidárias de internacionalização.

Quijano (1992, 2000) considerava que a luta por uma decolonização epistemológica era um passo necessário para uma nova comunicação intercultural, e para uma real troca de experiências e de significados, o que levaria a uma liberdade de escolha entre diferentes tendências culturais, apta a produzir, a criticar e a transformar culturas e sociedades. De acordo com o autor, esta decolonização epistemológica é parte do processo de libertação social de qualquer poder organizado a partir dos eixos da desigualdade, da discriminação, da exploração e da dominação.

Obviamente, falamos aqui de potencialidades e de um cenário futuro. Para o momento, a internacionalização do ensino superior pode ser vista como sendo uma oportunidade em direção ao diálogo intercultural e ao respeito pelo pensamento não-hegemônico. Para isso, considero importante que algumas condições estejam presentes. Algumas delas já foram colocadas, mas vale a pena citá-las: ampliação da própria definição de internacionalização, para que abarque iniciativas a princípio desconsideradas – como a participação de pesquisadores brasileiros porém sediados em outras nações do globo; imaginação para criar novas formas de interação e cooperação – como sinaliza o projeto Little Windows, por exemplo; e a tentativa de conexões com instituições de diversos países, sempre levando em conta as estratégias que as envolvem.

Em todo este cenário, a importância do papel do Estado é enorme. Uma política de internacionalização nítida, direcionada, constante, pode efetivamente modificar o panorama atual de pouca penetração brasileira na rede mundial do conhecimento. Neste quadro, ressalto a necessidade de superar barreiras linguísticas, através do acesso a aplicativos de tradução, do esforço para publicações científicas bilíngues, de um plano de treinamento em outras línguas para docentes e discentes brasileiros e do investimento em tradução de artigos e livros.

Minhas experiências acima relatadas também reforçam o caráter de esforço continuado do investimento estatal para que se construa e se mantenha relações com outros países. Não parece produtivo subsidiar viagens isoladas; há que se pensar sempre na permanência e na regularidade destes contatos, nas diversas formas em que eles podem se dar: missões, mobilidade estudantil e para pesquisa, propostas de eventos internacionais, e outros a serem pensados. Também imagino que estes contatos não necessariamente devam se dar a partir de uma só pessoa, mas abranger pesquisadores de um dado grupo de pesquisa, como foi o caso de minha primeira viagem, a Londres, em que representei a equipe coordenada pela professora Miriam Krenzinger, por exemplo. A própria professora Miriam já havia estado por um período em Londres, pelo mesmo projeto, enquanto a professora Rosana Morgado havia sido igualmente contemplada com bolsa de pós-doutorado no King's College London em 2019, para desenvolver outras atividades dentro do mesmo projeto.

Considero que há muitas oportunidades de uma conexão produtiva, transformadora, ao mesmo tempo teórica e prática, entre grupos de pessoas dedicadas à reflexão e ação críticas de diversos países. O suporte à construção e à manutenção destas redes assim conectadas necessita de uma participação incisiva do Estado brasileiro, e do apoio decidido de gestores universitários, com o desenvolvimento de planos de internacionalização internos, para ser realizado com amplitude e força.

6. Referências

CORREA, Juliana; CECCHETTO, Fátima; FARIAS, Patricia Silveira de; LANNES FERNANDES, Fernando. Poor Youth and 'Pacification': Dilemmas Between Discourse and Practice from the Perspective of Young People about Policing Rio de Janeiro's Favelas. *In: International Sociology*, v. 31, p.100-120, 2015.

FARIAS, Patricia Silveira de. A busca por um Novo Mundo: políticas públicas, latinoamericanismo e liminaridade a partir de pesquisa sobre a Universidade Federal para a Integração Latino-Americana (Unila). *In: Advir (Asduerj)*, v. 30, n. 43, p. 68-78, 2023.

KRENZINGER, Miriam; FARIAS, Patrícia Silveira de; MCILWAIN, Cathy; MORGADO, Rosana. Violência de gênero e desigualdade racial em uma pesquisa com mulheres no território conflagrado do conjunto de favelas da Maré/Rio de Janeiro. *In: Trabalho Necessário*, v. 19, p.266-289, 2021.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y modernidad/racionalidade. *Perú Indígena*, 13 (29). Disponível em: <https://www.lavaca.org/wp-content/uploads/2016/04/quijano.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2024.

QUIJANO, Aníbal. Coloniality of power, Eurocentrism, and Latin America. *In: Nepantla – Views from South*, 1 (3), Duke University Press, 2000. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/347342/mod_resource/content/1/Quijano%20\(2000\)%20Colinality%20of%20power.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/347342/mod_resource/content/1/Quijano%20(2000)%20Colinality%20of%20power.pdf) . Acesso em: 09 abr. 2024.

SANTOS, E. Internacionalização da educação superior: a opção geopolítica pela integração regional nos casos da Unila e da Unilab. *In: Laplage em Revista*, v. 3, n.3, set/dez 2017, p. 30-51, 2017.

GENDERED URBAN VIOLENCE IN RIO DE JANEIRO: REFLECTIONS FROM A TRANSNATIONAL RESEARCH PROGRAMME

Cathy McIlwaine
Miriam Krenzinger

1. Introductory Notes

This chapter reflects on a transnational research initiative on gendered urban violence across borders. Initiated in 2016, this research, comprising two main projects and various developments, explored the nature of gendered violence and resistance to it among Brazilian migrant women in London, in the United Kingdom (UK), and among women living in the favelas of Maré, in Rio de Janeiro, Brazil.

The research has explored how direct and indirect forms gendered violence are written on women's bodies, but also in communities and in cities transnationally and through a multiscale perspective that moves beyond understanding violence as an individualised act. In addition, the work has examined how women have coped with and resisted gendered urban violence in individual and collective ways that reflect their roles as protagonists rather than victims. This chapter focuses specifically on the transnational activities developed between Cathy McIlwaine (King's College London (KCL) and formerly Queen Mary, University of London (QMUL)) and Miriam Krenzinger (Federal University of Rio de Janeiro (UFRJ)).

The research was conducted from an interdisciplinary perspective combining 'traditional' social science data collection methods such as questionnaire surveys, interviews and focus group discussions, as well as creative engagements with artists and arts organizations producing outputs such as multimedia video installations, photography, film, poetry, social memory technology/digital storytelling, Photovoice, a podcast, and a GIS storymap. All the projects in Brazil were deeply rooted in collaborations between universities (King's College London, Queen Mary, University of London and the Federal University of Rio de Janeiro), civil society partners (Redes da Maré), arts organizations (People's Palace Projects [PPP] and Museu da Pessoa) together with individual artists (Bia Lessa and Mila de Choch) and activists. Transnational connections were also built with the Latin American Women's Rights Service (LAWRS), Migrants in Action (MinA) and the Latin America Bureau (LAB) in London.

2. Methodological approach

Across this body of work, the research developed an innovative methodological approach that we have called a 'translocational feminist tracing methodological framework' (McIlwaine et al., 2024a). This is based on co-produced transnational dialogue rooted in a feminist decolonial epistemological approach. The 'tracings' capture connections across borders, but also across disciplines through linking social science and arts-based approaches

from a perspective that acknowledges intersectional and gendered circuits of power, inequalities and oppressions. Our framework aims to generate transnational mutual learning within and beyond the academy as well as pathways to impact, public engagement and praxis.

Translocational feminist tracing methodological framework (Brazil and transnational connections)

Project	Method	Numbers	People interviewed	Artistic outputs
A) Rio de Janeiro Transnational Violence Against Women and Girls (PPP, Redes da Maré and UFRJ) (2016-2018) (funded by ESRC)	Survey	801	Women residents Maré	SCAR by Bia Lessa (multi-media installation with PPP)
	In-depth interviews	20	Women residents Maré	
	Focus groups x7 (52 women and 7 men)	59	Majority women residents Maré (with older women, female members of local religious organizations, LGBTQ+ people, drug users, community activists (male and female))	
	Service provider mapping	14	Women representatives from organizations	
B) Rio de Janeiro Dignity and Resistance (PPP, Redes da Maré/Casa das Mulheres, Museu da Pessoa, UFRJ) (2019-2023) (funded by British Academy)	In-depth interviews	32	Women residents in Maré	Museu da Pessoa (digital storytelling and films) and online exhibition (Women's Lives) Observational drawing of focus groups (artist - Mila de Choch) Body-territory mapping workshops Women Resisting Violence (Rio's Trailblazing Women's House podcast with LAB) Dignity and Resistance exhibition
	Focus groups x5	27	Women residents Maré	
	Interviews with women working with local campaigns linked to COVID-19	9	Women residents/workers in Maré	
	Body-territory mapping workshops x5	10	Women residents Maré	
	Museu da Pessoa oral histories/digital storytelling interviews/films	10	Women artists Maré	
	Participatory territory mapping	7		GIS Storymap

This methodological framework also aims to build ‘empathetic transformation’ across everyone involved in the process. This reflects how, while the research was always focused on women’s voices and the needs of partner organizations and was developed in a collaborative manner throughout, it also created an empathetic way of working with researchers and women survivors that challenged extractive data collection and which was based around an ethics of care (McIlwaine et al., 2024a; Table 1).

2.1 A complex and territorial approach to the women of Maré

This section explores the specifics of the research conducted by the Brazilian team as part of the international project “Healthy, Safe, and Gender-Equitable Cities: Transnational Perspectives on Urban Violence against Women (VAW) – Rio de Janeiro/Brazil.” The study focused on Maré, an extensive area comprising 16 favelas in Rio de Janeiro, with a population of 140,000, making it the ninth most populous area in the city and larger than more than 90% of Brazilian municipalities.

As noted, the research employed a multiscalar approach to understand VAW in Maré and maintained ongoing collaboration with similar studies in the United Kingdom, coordinated by Prof. Cathy McIlwaine, which investigate VAW experienced by Brazilian migrants in London. Utilizing social science methodologies, the team fostered knowledge co-production between Brazil and the UK, enriching the analysis with comparative and collaborative perspectives.

VAW is considered a complex phenomenon interconnected with fear and urban insecurity and linked to economic, cultural, and relational factors. The research highlights violence in private contexts, such as within the household, and intrafamilial violence, which may involve individuals outside the immediate family. Interpersonal violence, in turn, occurs in spaces like workplaces and educational institutions, often concealed by secrecy and fear. The study also considered how gender roles, reinforced by racism and patriarchy, foster violent relationships and how gender violence is sustained by a masculine symbolic order that legitimizes domination and economic exploitation.

The central premise of the study is that urban and institutional violence, exacerbated by armed groups and police interventions in Maré, influenced the experience and perception of violence against women in the area. The study acknowledges the diversity among the 15 favelas in Maré, noting that territorial particularities impact the forms of violence and the strategies for coping adopted by women. The research concludes that violence against women in Maré reflects both the general dynamics of society and local specificities.

During field activities, the team aimed to construct a complex and participatory perspective on the social perceptions of Maré’s women regarding gendered violence associated with structural racism and conflicts with armed groups. Adopting a complex perspective, the goal was to promote learning without prejudgments about strategies for care, self-care, and resistance, which have proven effective in preventing lethal, intrafamilial, and community violence.

In this process, understanding the role of armed groups, police forces, social movements, and actors in the justice and social protection system was crucial to refining analyses of how armed violence creates barriers to access to justice and basic social protection services, such as family health, mental health, and education. These barriers impose specific hardships on the most vulnerable individuals to victimization and criminalization. Additionally, the research highlighted the importance of local knowledge, passed down through the oral histories of Maré’s women, who share their survival strategies and reinvention of community life, often marked by injustices and inequalities.

3. Publications and outputs

The research process produced many publications in both English and Portuguese, with many produced in both languages. These are detailed in full at the end of the chapter. In summary, they include three books (Krenzinger et al., 2018a; McIlwaine et al., 2024a; Women Resisting Violence Collective, 2022), a large number of reports, book chapters and international journals papers (for example, Krenzinger et al., 2021; Lopes Heimer, 2024 forthcoming; McIlwaine et al., 2021; McIlwaine et al., 2023a, McIlwaine et al., 2023b). We also produced a series of blogs on our own website (Transnational VAWG Blog) as well as the Women Resisting Violence Blog run by the Latin America Bureau.³ Many of the publications are dedicated solely to the research conducted in Rio de Janeiro, while others focus only on the work in London, with many mentioning both contexts. It is also important to note that the publication process continues by the transnational VAWG team in Rio de Janeiro and London. Indeed, some of the publications have been led by those working closely with the Postgraduate Program in Social Work at the School of Social Service at UFRJ (see Rizzini Ansari and Coelho Resende (2023).

In addition to the research publications, we produced a range of artistic and creative outputs, as well as exhibition catalogues (for example, McIlwaine, Pepl and Santos, 2022) and reports focusing on key findings (Krenzinger et al., 2018b; McIlwaine et al., 2022a) and specific aspects of the research process such as the digital storytelling (McIlwaine et al., 2022x) and body-territory mapping (McIlwaine et al., 2022b). We also published several accounts of the impact and influence of the research (Casa das Mulheres, 2019; McIlwaine et al., 2024b; Tiller, 2018).

4. Impact and influence types

Next, we will present the main results of the study⁴, conducted by Cathy McIlwaine and her team, aiming to assess the impacts and influences of the various initiatives that have been carried out since 2016 by researchers from both countries.

In terms of the effects of the research, there have been a large number of influences beyond the academic publications. Here we discuss these following the typology outlined in Figure 1 focusing on Rio de Janeiro, but also mentioning the research in London as relevant.

4.1 Shaping understanding

This is one of the key aspects of impact. While much research focuses on a specific location, our body of work is transnational in nature, working with Brazilian migrant women

³ Transnational VAWG Blog see here: <https://transnationalviolenceagainstwomen.org/blog/>; Women Resisting Violence Blog see here: <https://lab.org.uk/wrv/wrv-news/> (accessed 18/7/2024).

⁴ McIlwaine, C., Coelho Resende, N., Rizzini Ansari, M., & Pepl, R. (2024). *Gendered Urban Violence Across Borders: Assessing Impact in Rio de Janeiro and London*. King's College London: London. https://kclpure.kcl.ac.uk/ws/portalfiles/portal/274863675/Researching_Gendered_Urban_Violence_across_Borders_web_26_06.pdf

in London and the women of the favelas of Maré in Rio de Janeiro as well as engaging with civil society partners and artists across borders.

A core aim of the research was to shape understanding of the nature of gendered violence in both contexts. This was especially important given that this violence has long been invisible and ignored by wider society. It was also important for the organisations involved in that they did not have the empirical evidence available from which to start trying to address the problem.

In Rio de Janeiro, it allowed an existing research relationship between Eliana Sousa Silva, the director of Redes da Maré and Miriam Krenzinger from the Federal University of Rio de Janeiro (UFRJ) to focus on gender-based violence. Since 2007, they had worked on the defence of access to rights, but they were both aware of the need to work on violence against women and girls in Maré.

Shaping understanding therefore also entails academic research giving legitimacy to the issues that many civil society organisations are already aware of. This was discussed by Eliana Sousa Silva from Redes da Maré in relation to a partnership with an international university: ‘And this undoubtedly, in our case, brings greater legitimacy to what we are researching.’ Increasing knowledge about gendered urban violence and of its multiscale and structural nature emerged as important linked to shaping understanding.

A critical insight from the research was recognizing that urban violence and rights violations are deeply gendered. This was particularly evident for those involved in studying armed confrontations and the conflicts between armed groups and the police. The research highlighted that addressing these issues necessitates examining various forms of violence beyond those initially focused on. It became clear that ongoing work, including initiatives proposed by Casa das Mulheres da Maré, was shaped by the findings of this gender-focused research. Additionally, the research underscored the importance of allowing women to shape the understanding and responses to these issues themselves.

4.2 Influencing policy and advocacy

Advocacy aimed at influencing policy has been a core focus for Redes da Maré/Casa das Mulheres in Rio de Janeiro. The research on resistance has been instrumental in shaping policy by reflecting the experiences of women directly affected by these issues. This approach ensures that new policies are grounded in real-life impacts rather than theoretical or disconnected strategies.

The Director of Casa das Mulheres, Julia Leal, highlighted how the research findings were utilized in training sessions for the Women’s Policy Secretariat and the Municipal Council for Women’s Rights in Rio de Janeiro. The ability to present and train with research data at these institutions was a significant achievement, reflecting the high value and recognition of the research.

The credibility of the research contributed to policymakers taking the data seriously and incorporating it into public policy interventions. For instance, the research revealed that women in vulnerable situations were not being reached by existing public services, a point made evident during discussions with police officers responsible for victim support programs. This direct presentation of data highlighted gaps in service delivery and underscored the need for more effective outreach and support mechanisms.

The research in Rio also supported a legal process that will potentially bring significant changes to policies for women in Brazil in the medium term. Based on research data, Redes da Maré acts as *amicus curiae* with the Federal Supreme Court in the context of Action for Non-compliance with Fundamental Precept 989, which deals with barriers to accessing abortion permitted by law, highlighting the specificity of gender violence in favela contexts and in relation to black women. Casa das Mulheres has since developed new research and advocacy on accessing legal abortion.

4.3 Changing practices of organisations

A third main type of impact relates to changing practices of organisations. Redes da Maré and specifically, Casa das Mulheres, have been working to influence the practices of state and non-state organisations in relation to ensuring that the rights of the residents of Maré are respected. Our research allowed Redes da Maré and Casa das Mulheres to expand their own practices developed institutionally by organisations, in 2016, Redes da Maré created Casa das Mulheres da Maré as a space where women from the territory could work together to improve their lives and living conditions. Our research established the groundwork for the organization's work. During our survey involving 801 women, one of the field researchers, who was a resident of Maré, observed that many women initially did not fully understand the purpose of the initiative but appreciated that it was a space dedicated to their needs and concerns.

In the subsequent phase, which focused on resistance, the research continued to have a notable impact. It facilitated awareness and engagement with the organization, allowing women who were previously unfamiliar with its services to discover and utilize them. Some women even returned for additional activities or services, underscoring the value of the space for providing care and support.

The organization, Casa das Mulheres, recognized the significance of the research, particularly after the initial phase. They saw the research as a crucial step in developing strategies to address the issues identified and highlighting the urgent need for solutions. The research and its associated funding directly contributed to enhancing service provision, including supporting the hiring of a supervisor for the psychosocial reception team.

Even after the research funding concluded, the organization chose to maintain the space for supervision, which became a lasting legacy of the research. This model has been adopted and replicated in other areas within Redes da Maré.

Furthermore, the research underscored the value of collective listening as a form of care, leading to the establishment of an additional therapeutic group at Casa das Mulheres. This group was created in response to the positive feedback from women who participated in the research and valued the collective support environment.

In 2021, Casa das Mulheres formalized a partnership with the Institute of Psychiatry at UFRJ. This collaboration has provided a residence space for students from the Institute, including nursing residents, social workers, and occupational therapists, further integrating academic and practical support into their services.

4.4 Building capacity

We define building capacity as i) transnational knowledge exchange and dialogue; ii) training university and civil society researchers (see also below); and iii) institutional and financial sustainability of partner organisations.

Transnational knowledge exchange and production were central to the research, providing valuable insights and benefits to all involved. The opportunity to engage with different realities and perspectives was seen as both personally and professionally enriching. The research facilitated a deeper understanding of Brazilian migration experiences and the specific challenges faced by migrant women, which would not have been possible without this cross-border collaboration.

Between March and April 2023, a transnational knowledge exchange took place between LAWRS and Redes da Maré/Casa das Mulheres da Maré. This exchange involved mutual learning, which both organizations found highly beneficial. LAWRS was encouraged to integrate community mobilization and leverage art and culture in its outreach efforts, while Redes da Maré expressed interest in learning from LAWRS's expertise in political advocacy strategies.

Both organizations envisioned exploring further transnational partnership projects, aiming to develop joint approaches to community support, policy, advocacy, and campaigning. This collaborative effort seeks to bring expertise and knowledge from the Global South to the Global North, in contrast to the usual direction of knowledge transfer.

For the team as a whole, the transnational exchanges played a crucial role, providing researchers with a valuable opportunity to share ideas on policy and advocacy. Through integration seminars and mutual visits between London and Brazil, feedback spaces were created for the women of Maré and London, enabling enriching interactions between the different target audiences. Furthermore, participation in the WOW Festival (Women of the World) in London and the presentation of the research results at the Brazilian Embassy highlighted the importance of establishing spaces not only for political advocacy but also for the dissemination of information

In addition to attending seminars and workshops, three members of staff from the School of Social Service at the Federal University of Rio de Janeiro undertook 6-month sabbatical leave periods at King's College London under the supervision of Cathy McIlwaine (Rosana Morgado, Joana Garcia and Patricia Farias) between 2018 and 2020. In addition, Cathy McIlwaine was a Visiting Professor at the School of Social Service at the Federal University of Rio de Janeiro in 2022 and 2024.

Training university and civil society researchers was a major aspect of the body of work. While part of this was linked to methodological innovation (see below), there was also considerable training undertaken in new methodologies. In the resistance project in Maré, we provided training and conducted research using two 'new' methodologies. The first was 'social memory technology' led by the Museu da Pessoa (Worcman and Garde- Hansen, 2016) entailing digital storytelling with ten women artists from Maré (McIlwaine et al., 2022b). The short films of the women were then included in an online exhibition 'Women's Lives' developed by the museum as well as a short video that captured the views of all ten women.

The researchers evaluated their experiences and discussed how they plan to apply the methodologies in their future projects. They noted that while they had previous experience with interviews, the new methodologies offered fresh perspectives and deeper ways to engage with personal narratives and memories. They emphasized the value of these stories, recognizing the extraordinary aspects within seemingly ordinary experiences. They expressed their intention to adapt and replicate these methodologies, incorporating the insights gained into their own work.

One researcher highlighted their ongoing project involving the mapping of favela residents and memory sites using social memory technology. The experience and training received from the research project were cited as essential for their current work, underscoring the impact of the methodological training on their practice.

Similarly, the training in body-territory mapping, which included creating life-size maps to represent feelings, attitudes, violence, and resistance, was highly regarded. The incorporation of this innovative approach into their work was seen as a significant development. The training and subsequent use of body mapping have influenced their research practices, and they plan to continue employing these techniques in their future projects.

The multiple forms of creative engagements in Rio de Janeiro that aimed to understand gendered violence more fully, as well as raise awareness and ensure public engagement and dissemination formed the cornerstone of building capacity. While these engagements entailed working with artists and arts organisations together with using arts-based methods such as body-territory mapping, the overall process focused on constructing capability across the research in the process of working across the social sciences and the arts.

Improving the institutional and financial sustainability of partner organisations emerged as a final key element of building capacity. This research led to additional seven academic projects that were related to our work beyond those led by us (Table 1). These included Building the Barricades led by People's Palace Projects between 2018 and 2021 examining the effects of violence on the health of the population in Maré (funded by the ESRC and the AHRC through the GCRF and Art Council England). Another example was the development of a *Health and Services Guide for Women* created in 2020 in collaboration with Redes da Maré/Casa das Mulheres led by Moniza Rizzini Ansari with funding through Birkbeck University of London and GCRF and involving undergraduate and graduate students from UFRJ. Another project in partnership with Redes da Maré, the Universities of Cardiff and Warwick in 2022-23 mapped care strategies and protection networks for women victims of violence in the territory.

Several additional projects were funded by Brazilian research organisation, Capes, to carry out an institutional visit by a Brazilian co-researcher to London (Patricia Farias in 2020), another to fund the publication of a book *Dores que Libertam* (Krenzinger et al., 2018a), and a more recent to fund a knowledge exchange for Cathy McIlwaine as Visiting Professor at UFRJ in 2024. Also at UFRJ has been the Digital Social Cartography project led by Moniza Rizzini Ansari and Noelle Coelho Resende (2024) between 2021 and 2022, funded by the UFRJ Technological Park. This funded post-doctoral, doctoral, masters and undergraduate research.

For civil society partners, overheads fees from research projects have been crucial to institutional sustainability. For example, the research brought financial security (in the short-term) for the Latin America Bureau as noted by Rebecca Wilson:

‘This project allowed us to access other funding ... which helped keep me working here, helped the sustainability of the LAB, to be funded to continue doing the work I think, 100%, that these projects have helped LAB to continue and to allow other people within our network access to other work ... thanks to the *Women Resisting Violence* project. So as far as the LAB as an organisation is concerned, it has definitely helped the development of this kind of work, and it just turns out that this kind of work is basically what funds the whole organisation at this point’. (McIlwaine, C., Coelho Resende, N., Rizzini Ansari, M., & Pepl, R. , p. 24, 2024)

5. Pathways to impact

5.1 Generating public engagement and awareness

Our work has been actively oriented towards generating public engagement and awareness. While we have developed this through ‘traditional’ dissemination activities such as presenting at conferences, running workshops, and writing blogs, we have made an effort to write ‘key findings’ reports in English and Portuguese from all the main aspects of the research (see above).

In relation our research in Maré, a multimedia installation entitled SCAR was created by Brazilian theatre maker and director, Bia Lessa. It was staged at the Women of the World (WOW) Festival at London’s Southbank Centre over three days in March 2018. SCAR aimed to influence audiences and to develop a transnational dialogue. British writer, Chrissie Tiller evaluated the installation over the three days of festival, capturing the views of audience members. Raising awareness was central to the work as was transnational dialogue across borders:

I’m happy because the installation is raising public awareness. I’ve read about it in academic research, but these stories need to be shared and exposed in a different way in the eyes of the public [...]. The messages and stories of women are impressive and powerful. In this way, they can have a real impact instead of just being stuck on a shelf: a report that nobody reads. (Tiller, 2018, p. 7).

At times when I saw these women speaking out’, she tells me, ‘I wondered, “did they make it up?” then I realised this is what happens. It even happens in their families. They are not believed. And that’s why it’s so important we hear their voices. Because they are saying, ‘whatever has happened to me, I am still worth something. (Tiller, 2018, p.5).

The social memory work with the Museu da Pessoa with ten women artists from Maré that resulted in 10 videos aimed explicitly to raise awareness of the lives and histories of favelas residents, something which is often ignored. These are displayed in a virtual exhibition, *Women’s Lives* providing a permanent recollection of these women’s narratives.⁵ An additional video was made by PPP to combine the themes into one short video.⁶ Also

⁵ Visit the exhibition here.

⁶ See video here.

important has been didactic material aimed at teachers, students and schools for use in the classroom at primary or secondary level.⁷

5.2 Developing innovative research methodologies

As noted above, the research involved developing and using innovative research methodologies such as body-territory maps and social memory technology as well as working across the social sciences and the arts. Yet we have also created an epistemological approach that we have named a ‘translocational feminist tracing methodological framework’ (McIlwaine et al., 2024). This incorporates working across actual and disciplinary borders within and beyond academic research and through close and long-term collaboration with civil society and creative organisations and artists. It also reflects an approach that is both transformative and empathetic and aims to reflect the needs and desires of women survivors as protagonists rather than victims.

Underpinning all of this was a horizontal, co-produced way of working based on genuine and long-term sustainability as noted by Julia Leal (*Casa das Mulheres/Redes da Maré*):

We were able to create a methodology that really values the people who are in the territory, the field team that is working, not having this division like “these people are going to do the fieldwork and these others are going to produce theory and are going to be the ones who will sign the articles, who will define the main paths to be followed”[...]. This methodology was something that worked very well, because everyone on this side felt very valued, which doesn't always happen, and everyone felt like they were participating at all times and collaborating with the processes. This is especially important because, once again, listening to those who are hands-on is also valuing local knowledge. (McIlwaine, C., Coelho Resende, N., Rizzini Ansari, M., & Pepl, R. , p. 24, 2024)

The creation of counter maps also proved to be innovative. Here, we used multiple forms of collecting data to approach the territorial singularities of the phenomenon of violence. We developed a GIS Storymap that included a range of other maps where we combined mapping of our survey data with qualitative interpretations of issues such as the provision of services for women (McIlwaine et al., 2023a).⁸

The importance of confronting and reshaping prevailing narratives about women and their communities has always been emphasized. The research aimed to create alternative narratives through innovative methods such as countermapping. These efforts were crucial in challenging the established perceptions of their communities, which are often framed negatively in both academic and broader social contexts. By questioning these dominant narratives, the research sought to provide a more nuanced and empowering representation of both the women and their environments.

Pedagogically, these methodological innovations proved to be useful. In Rio de Janeiro, Moniza Rizzini Ansari and Noelle Coelho Resende (2023), under the coordination of Miriam Krenzinger (PPGS/UFRJ), developed a methodological transfer project focusing on cartographies and struggles, working with UFRJ students. In London, under the coordination of Cathy McIlwaine (KCL), the use of podcasts in teaching about gender,

⁷ See here.

⁸ See the GIS storymap here.

violence, and migration stands out as an effective tool to support the decolonisation of the curriculum. The podcasts, by addressing people's lives clearly and in different languages, help to value their perspectives. By incorporating these experiences and research into the university curriculum, the aim is not to adopt a paternalistic view but to significantly integrate the knowledge produced by these communities.

5.3 Personal and professional development among researchers and partners

The research had a profound impact on the participants, influencing their sense of self-respect, visibility, and dignity, especially in contexts where they had previously been overlooked. Many participants reported that simply being heard and having their experiences acknowledged was empowering. This recognition fostered a sense of resilience and a renewed ability to confront challenges.

The core theme emerging from the projects was the transformation of pain into self-determination, achieved through empathetic engagement. Both focus group discussions and workshops emerged as crucial spaces of support and care, allowing individuals to share their experiences and gain strength from mutual recognition and collective support.

The research also had significant personal and professional effects on researchers and partners. It offered opportunities for growth and new experiences, enhancing their understanding of issues and enriching their academic and professional journeys. For instance, the interdisciplinary nature of the project allowed participants to gain insights from various fields, broadening their perspectives and expertise.

For women researchers from the favelas, the research process was particularly transformative. It provided them with a new perspective on their community and influenced their career paths. Many expressed deep gratitude for the opportunity to engage in gender-focused research, which shaped their professional trajectories and affirmed their commitment to gender issues and their community.

The research also facilitated a reevaluation of personal histories and academic roles. For some, it marked a significant shift from being seen as subjects of research to becoming researchers themselves, thus challenging historical narratives of vulnerability and fostering a sense of empowerment.

Overall, the research not only contributed to personal development but also reinforced the importance of involving local perspectives in academic and policy-making spaces. This involvement led to a more inclusive approach to research and advocacy, with lasting impacts on both the participants and the broader community.

For those based in universities, participating in the research was a transformative experience, particularly in learning new methods. The process was methodologically challenging, offering the opportunity to explore very different and unexpected realities. Collaboration played a crucial role, with all research instruments being developed jointly, which allowed for significant growth as researchers and deep learning in the field of knowledge.

Over time, there was an important shift in perspective, moving from simply mapping violence to emphasizing the resistance and protagonism of the communities involved. This

development also reflected in the methodological innovations and impacts observed throughout the process. Initially, the methods used were quite traditional, including in the artistic approach. However, as the work progressed, it became much more collaborative and co-produced, marking a new phase in how the research was conducted and how interactions with the artists were managed.

6. Conclusions

As we both note above, this research initiative has been both a productive and exciting journey and a major learning process for everyone involved. As well as the extensive nature of the research that we have conducted and the numerous academic publications, it has had an influence within and far beyond the universities where we work. Our students in London and Rio de Janeiro have benefitted from the research and the methodologies and approaches have been adapted and extended beyond the original projects. This body of transnational research also highlights the importance of developing long-term and sustainable work rather than one-off projects. Furthermore, we have shown that the process must be based on mutual trust and horizontal forms of decision-making rather than extractive approaches that are common in research that is funded by research agencies based in countries of the Global North (Rizzini Ansari et al., 2022; also Jiménez and McIlwaine, 2021). Given the importance of violence against women and girls as an issue in Brazil, evidenced by the recent annual report by the Brazilian Forum on Public Safety (2024) that showed that such violence continues to increase alarmingly, this research must and will continue.

Acknowledgements

In addition to Cathy McIlwaine and Miriam Krenzinger, the research was conducted by the following core people:

Paul Heritage (Department of English and Drama and People's Palace Projects - PPP)

Eliana Sousa Silva (Redes da Maré)

Yara Evans (Imperial College London)

Moniza Rizzini Ansari (Federal University of Rio de Janeiro and Redes da Maré)

Noelle Coelho Resende (Federal University of Rio de Janeiro and Fio Cruz)

Renata Pepl (Queen Mary University of London).

In addition, at the Federal University of Rio de Janeiro, we would like to thank Rosana Morgado and Joana Garcia. At Redes da Maré, we are grateful to Gisele Ribeiro Martins, Isabela Souza da Silva, Bianca Polotto Cambiaghi, Dalcio Marinho Gonçalves, Everton Pereira da Silva, Alessandra Pinheiro, Andreza Silveira Jorge, Juliana Alves Sá, Kelly Silva and Tereza Silva. At Casa das Mulheres da Maré/Redes da Maré, Julia Leal, Fernanda Vieira, Andreza Dionísio, Natalia Trindade, Maira Gabriel Anhorn, Shirley da Luz Villela, Elivanda Canuto De Sousa, Fernanda Viana Araújo, Isabel Cristina Lopes Barbosa, Jéssica Santana Hipolito, Patricia Ramalho Gonçalves, Stefany Vital Da Silva, Tábata Rodrigues Lugão who ran and contributed to the research. We are also grateful to the artist participants: Rafaela Otaviano Feitosa, Lenice Viegas Silva, Jurema Onofre de Souza, Luana da Silva Bezerra, Juliana Oliveira Junqueira de Aguiar, Beatriz Virgínia Gomes Belmiro, Iraci Rosa da Lima,

Priscilla Monteiro de Andrade, Jaqueline Souza de Andrade and Roseni Lima de Oliveira. Thanks also to Jan Onoszko at People's Palace Projects, Rio de Janeiro.

In terms of the creative outputs, we are thankful to Bia Lessa who created SCAR, to the Women of the World Foundation for hosting the exhibition in London and to Chrissie Tiller for her evaluation. Thanks also to Mila de Choch for the observational drawings of the focus groups. At the Museu da Pessoa, we would like to thank Karen Worcman, Sônia London, Paula Ribeiro, Marcia Trezza, Teresa Carvalho, Lucas de Lara, Renato Herzog, Flora Gurgel and Anna Bernardes. At LAB, we are grateful to Louise Morris, Marilyn Thomson and Rebecca Wilson together with the rest of the Women Resisting Violence Collective including Jelke Boesten, Patricia Muñoz Cabrera, Andrea Espinoza and Moniza Rizzini Ansari.

Funding

We are grateful to the UKRI/EPSRC project 'Tackling gendered violence transnationally: exchanging knowledge and impact across Brazilian-British borders' (EP/X527920/1) held at King's College London for facilitating this report. The underlying research discussed was funded from the following sources: ESRC-Newton Fund 'Healthy, secure and gender just cities: transnational perspectives on VAWG in Rio de Janeiro and London' (ES/N013247/1 and ES/N013247/2; British Academy 'Resisting violence, creating dignity: negotiating VAWG through community history-making in Rio de Janeiro' (HDV190030); ESRC Impact Acceleration Account 'Women resisting intersectional violence'; King's Undergraduate Research Fund; King's Department of Geography Impact Fund (DIF); Brazilian Federal Foundation for Support and Evaluation of Graduate Education – CAPES PRINT; Federal University of Rio de Janeiro.

7. References

BRAZILIAN FORUM ON PUBLIC SAFETY (FGSP) (2024) **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2024**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Ano 18, 2024. (<https://publicacoes.forumseguranca.org.br/items/f62c4196-561d-452d-a2a8-9d33d1163af0>)

CASA DAS MULHERES. **Impact Report: Research and Women's House At Mare**. London: King's College London, 2019.

JIMÉNEZ, E.; MCILWAINE, C. **Charity-researcher collaborations are key to ending gender-based violence**, 2021. <https://lab.org.uk/wrv-charity-research-advocacy/>

KRENZINGER, M.; SOUSA SILVA, E.; MCILWAINE, C.; HERITAGE, P. **Dores que Libertam: falas de mulheres das Favelas da Maré no Rio de Janeiro sobre violências**. Rio de Janeiro: Appris Editora, 2018a.

KRENZINGER, M., SOUZA SILVA, E., MORGADO, R., GARCIA, J., MARTINS, G.; SILVA, I.S. **Violência contra Mulheres no Complexo da Maré - Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro: UFRJ, 2018b.

KRENZINGER, M.; FARIAS, P.; MORGADO, R.; MCILWAINE, C. **Violência de gênero e desigualdade racial em uma pesquisa com mulheres no território conflagrado do**

conjunto de favelas da Maré/Rio de Janeiro, **Revista Trabalho Necessário**. 19: 38, p. 266-289, 2021.

LOPES HEIMER, R.; RIZZINI ANSARI, M.; GONÇALVES LEAL, J.; DIONISIO, A.; VIEIRA, F.; TRINDADE, N.; MCILWAINE, C. **Body Territory**: Mapping women's resistance to violence in the favelas of Mare, Rio de Janeiro. King's College London: London, 2022.
(https://kclpure.kcl.ac.uk/portal/files/179631068/Body_Mapping_English_report_Final_5_.pdf).

LOPES-HEIMER, R.; MCILWAINE, C.; RIZZINI ANSARI, M.; PEPPL, R.; GONÇALVES LEAL, J.; DIONISIO, A.; VIEIRA, F.; SOUZA DOS SANTOS, J.; SILVA TRINDADE, N. Embodied counter-mapping of gendered urban violence and resistance across body-community-city territories in Rio de Janeiro. **Urban Geography**, (forthcoming, 2024).

MCILWAINE, C.; COELHO RESENDE, N.; RIZZINI ANSARI, M.; DIONISIO, A.; GONÇALVES LEAL, J.; VIEIRA, F.; KRENZINGER, M.; HERITAGE, P.; PEPPL, R.; SOUSA SILVA, E. **Resistance Practices to Address Gendered Urban Violence in Maré, Rio de Janeiro**. King's College London: London, 2022a.

MCILWAINE, C.; KRENZINGER, M.; EVANS, Y.; SOUSA SILVA, E. Feminised urban futures, healthy cities and Violence Against Women and Girls (VAWG): transnational reflections from Brazilians in London and Maré, Rio de Janeiro. In M. Keith and A. Aruska de Souza Santos (eds) **Urban Transformations and Public Health in the Emergent City**. MUP Press: Manchester, 55-78, 2020.
(<https://www.manchesterhive.com/display/9781526150943/9781526150943.00008.xml>)

MCILWAINE, C. Gendered urban violence against women and girls from the margins to the centre. In A. Amin and H. Clarke (eds) **Urban Violence**, British Academy: London, 27-31, 2021. <https://www.thebritishacademy.ac.uk/documents/3340/Urban-Violence.pdf>
https://kclpure.kcl.ac.uk/portal/files/175758153/Dignity_Resistance_Long_Report_English_May_2022.pdf

MCILWAINE, C.; COELHO RESENDE, N.; RIZZINI ANSARI, M.; GONÇALVES LEAL, J.; VIEIRA, F.; DIONISIO, A.; HERITAGE, P. **Digital Storytelling among Women Artists Resisting Violence in Mare, Rio de Janeiro**: Building a Memory Collection for the Museum of the Person. King's College London: London, 2022b.
(https://kclpure.kcl.ac.uk/portal/files/182215179/Museu_da_Pessoa_Dignity_Resistance_Report_Final.pdf)

MCILWAINE, C.; EVANS, Y. **We can't fight in the dark: Violence Against Women and Girls among Brazilians in London**. King's College London: London, 2018.
https://kclpure.kcl.ac.uk/portal/files/102662596/Mcilwaine_and_evans_2018.pdf

MCILWAINE, C.; EVANS, Y. Urban Violence Against Women and Girls (VAWG) in transnational perspective: reflections from Brazilian women in London, **International Development Planning Review**, 42:1, 93-112, 2020.

MCILWAINE, C.; KRENZINGER, M.; RIZZINI ANSARI, M.; EVANS, Y. ; SOUSA SILVA, E. O direito à cidade de mulheres: uma análise sobre suas limitações a partir de violências infraestruturais de gênero contra brasileiras em Londres e na Maré, Rio de Janeiro, **Revista de Direito da Cidade**, 13: 2, 954-981, 2021. <https://www.e-publicacoes.uerj.br/rdc/article/view/57564>

MCILWAINE, C.; EVANS, Y. Navigating migrant infrastructure and gendered infrastructural violence: reflections from Brazilian Women in London, **Gender, Place and Culture**, 30:3, 395-417, 2023. DOI: 10.1080/0966369X.2022.2073335

MCILWAINE, C.; HERITAGE, P.; KRENZINGER, M.; SOUSA SILVA, E; EVANS, Y. Gendered urban violence among Brazilians: painful truths from Rio de Janeiro and London, Manchester University Press: Manchester, 2024.

MCILWAINE, C.; KRENZINGER, M.; RIZZINI ANSARI, M.; COELHO RESENDE, N.; GONÇALVES LEAL, J.; VIEIRA, F. Building Emotional-Political Communities to Address Gendered Violence against Women and Girls during COVID-19 in the favelas of Maré, Rio de Janeiro, **Social and Cultural Geography**. 24: 3–4, 563–581, 2023. DOI: 10.1080/14649365.2022.2065697

MCILWAINE, C.; RIZZINI ANSARI, M.; GONÇALVES LEAL, J.; VIEIRA, F.; SOUSA DOS SANTOS, J Countermapping SDG 5 to address violence against women and girls in the favelas of Maré, Rio de Janeiro, Brazil, **Journal of Maps**, 19: 1, 2178343, 2023a. <https://doi.org/10.1080/17445647.2023.2178343>

MCILWAINE, C.; KRENZINGER, M.; RIZZINI ANSARI, M.; COELHO RESENDE, N.; GONÇALVES LEAL, J.; VIEIRA, F. Building Emotional-Political Communities to Address Gendered Violence against Women and Girls during COVID-19 in the favelas of Maré, Rio de Janeiro, **Social and Cultural Geography**. 24: 3–4, 563–581, 2023b. <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/14649365.2022.2065697>

MCILWAINE, C.; PEPPL, R.; SANTOS, P. **Dignity and Resistance. Exhibition catalogue**. London: King's College London, 2022d. https://kclpure.kcl.ac.uk/ws/portalfiles/portal/176466405/Exhibition_Booklet_Dignity_and_Resistance_May_22.pdf

MCILWAINE, C; RIZZINI ANSARI, M. Gendered violence and health in ‘translocational’ perspective: Brazilian women’s experiences In: Rio de Janeiro and London. In J. Gideon and S. Hawke (eds) **Future Research Agendas in Gender and Health**, Edward Elgar: Cheltenham, (forthcoming, 2024).

MCILWAINE, C.; RIZZINI ANSARI, M. Gender-based violence in an urban world. In L. Peake, G. Adeniyi-Ogunyankin and A. Datta (eds) **Elgar International Handbook on Gender and Cities**, Edward Elgar: Cheltenham, (forthcoming, 2024).

MCILWAINE, C.; SREENAN, N.; CAL ANGRISANI, C.; PEPPL, R.; GOMES, I. M. **We Still Fight in the Dark: Evaluation Findings, Reflections, and Lessons for Policy & Practice**. King's College London: London, 2022c. (https://kclpure.kcl.ac.uk/portal/files/185785245/We_Still_Fight_in_the_Dark_Report_FINAL.pdf)

- MCILWAINE, C.; COELHO RESENDE, N.; RIZZINI ANSARI, M.; PEPPL, R. **Gendered Urban Violence Across Borders: Assessing Impact in Rio de Janeiro and London.** King's College London: London, 2024.
https://kclpure.kcl.ac.uk/ws/portalfiles/portal/274863675/Researching_Gendered_Urban_Violence_across_Borders_web_26_06.pdf
- RIZZINI ANSARI, M.; COELHO RESENDE, N. (eds). **Cuidado e Luta**, Rio de Janeiro: FAPERJ, 2023.
https://kclpure.kcl.ac.uk/ws/portalfiles/portal/239277067/Cuidado_e_Luta_inquietacoes_sobre_as_dim.pdf
- RIZZINI ANSARI, M.; LEAL, J.; VIEIRA, F. Collective knowledge: Co-producing a research process in Maré, Rio de Janeiro. **Transnational VAWG Blog**, June, 2023.
<https://transnationalviolenceagainstwomen.org/collective-knowledge-co-producing-a-research-process-in-mare-rio-de-janeiro/>
- TILLER, C. **SCAR: WOW Festival 2018: Evaluation.** London: People's Palace Projects, 2018. <https://www.peoplespalaceprojects.org.uk/wp-content/uploads/2015/01/EVALUATION-SCAR.pdf>
- WARD, I.; SCHRECKENBERG, K. **Review of SSPP Research Impact and Proposal for Impact Types and Pathways.** King's College London: London, 2022.
<https://internal.kcl.ac.uk/sspp/research/impact-hub/review-of-sspp-research-impact-and-proposal-for-impact-types-and-pathways-final.pdf>
- WOMEN RESISTING VIOLENCE COLLECTIVE (eds) **Women Resisting Violence**, LAB/Practical Action: London and Rugby, 2023.
- WORCMAN, K.; GARDE- HANSEN, J. **Social Memory Technology: Theory, Practice, Action.** New York: Routledge, 2016.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A INTERNACIONALIZAÇÃO NA PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL: A EXPERIÊNCIA DA MISSÃO DE TRABALHO EM PORTUGAL

Fátima Grave Ortiz

1. Introdução

A temática da internacionalização tem se colocado aos programas de pós-graduação em todas as áreas no Brasil como uma necessidade apresentada pela CAPES para a distinção da excelência dos programas das diversas áreas de conhecimento. Certamente o impacto desta exigência atinge de modo diferenciado as diversas Áreas, principalmente aquelas consideradas tecnológicas ou as da saúde em relação às humanidades. Contudo, alguns desafios se põem de modo semelhante a todas, tais como a restrição de recursos financeiros das universidades (principalmente as públicas que concentram os programas de pós-graduação *stricto sensu*) e a barreira do idioma estrangeiro.

No âmbito do Serviço Social não tem sido diferente, sobretudo nos últimos anos, quando se observa uma verdadeira corrida dos programas da Área de um modo geral para a constituição de Acordos de Cooperação com parceiros estrangeiros.

Neste sentido, este texto apresenta a experiência do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/UFRJ por ocasião de sua participação no Programa de Internacionalização da CAPES – Programa CAPES-PrInt, particularizando a realização de Missão de Trabalho por mim desenvolvida junto a algumas universidades portuguesas em 2022.

2. Considerações sobre a “Internacionalização” e o Programa CAPES-PrInt/UFRJ

Apesar de não haver uma política nacional de internacionalização voltada aos programas de pós-graduação no Brasil (Miranda; Mueller, 2023), esta [a internacionalização] consiste em aspecto presente nas fichas de avaliação dos programas de todas as áreas e, neste sentido, um indicador fundamental para o reconhecimento da excelência dos programas. Ou seja, programas considerados de excelência – notas 6 e 7 – precisam necessariamente desenvolver internamente ações de caráter internacionalizante; o mesmo não sendo exigido para programas considerados ainda não totalmente consolidados – notas 3, 4 e 5.

Mas no que consiste a internacionalização? Do ponto de vista acadêmico, a internacionalização pressupõe o processo a partir do qual identificam-se pesquisadores parceiros que possuem interesses comuns de pesquisa e que, por conseguinte, a desenvolvem a partir de um amplo arco/direção política, teórica e cultural; o que significa dizer que nem todos os eventuais parceiros estrangeiros podem interessar em termos da constituição de ações internacionalizantes, tendo em vista que mesmo considerando uma perspectiva plural, é preciso que os interesses, objetivos e concepções teórico-metodológicas convirjam em certa medida.

Neste sentido, considerando a função precípua da pós-graduação que é a formação de quadros de pesquisadores e profissionais de excelência em todos os campos do conhecimento, em 2019, a CAPES divulgou o breve relatório do GT Internacionalização (CAPES, 2019), no qual afirma que

[...] a avaliação da internacionalização dos programas de pós-graduação não pode ser tratada como equivalente de avaliação da internacionalização da ciência brasileira. O principal objetivo do modelo de pós-graduação sustentado pela CAPES é a formação de quadros qualificados para atuação em diversos setores da sociedade, dentro os quais a ciência. (CAPES, 2019, p.5)

A partir disso, a CAPES recomenda às comissões de avaliação que as iniciativas desenvolvidas pelos programas de pós-graduação sejam avaliadas a partir de quatro (04) dimensões centrais:

- a) Pesquisa: o que pressupõe a existência e o desenvolvimento de projetos de pesquisa envolvendo pesquisadores de universidades estrangeiras e preferencialmente realizados a partir da assinatura de Acordos de Cooperação;
- b) Produção intelectual: que consiste na construção e na publicação de livros e artigos de periódicos de autoria conjunta (professores pesquisadores da universidade brasileira com os de universidades estrangeiras) derivados das pesquisas coletivamente realizadas. A existência da produção conjunta é produto de uma relação parceira de pesquisa entre os pesquisadores brasileiros e estrangeiros, e não o contrário;
- c) Mobilidade e atuação acadêmica: que é caracterizada pelo intercâmbio de estudantes e docentes – do Brasil para o exterior e/ou do exterior para o Brasil. Do mesmo modo que a produção intelectual, a possibilidade de intercâmbio tende a ser favorecida a partir de relações acadêmicas já consolidadas, ou em vista disso, entre pesquisadores parceiros ou potencialmente reconhecidos como tal;
- d) Condições institucionais: que exigem a constituição de ações institucionais voltadas para garantir e assegurar as condições para o desenvolvimento das ações de internacionalização, tais como, divulgação de processos seletivos para universidades estrangeiras; tradução do sítio eletrônico dos programas de pós-graduação para outros idiomas como inglês e espanhol; sugerir meios alternativos de seleção para estudantes estrangeiros; promoção de cursos de idiomas estrangeiros para docentes e discentes do programa de pós-graduação e de língua portuguesa para estrangeiros; iniciar debates internos para adoção de regime de cotutela e dupla titulação.

Cabe destacar que os programas de pós-graduação de um modo geral e em diversas áreas do conhecimento sempre buscaram a organização de parcerias com universidades estrangeiras. Contudo, é preciso que tais ações tenham um caráter totalizante e orientem-se a partir de objetivos em comum, centralizados e indicados pelo Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG), apesar de, como já citado em linhas atrás, não haja ainda uma política nacional voltada à internacionalização.

A dispersão das diversas ações tende a não contribuir para a afirmação de um perfil internacionalizador que venha ao encontro dos objetivos dos vários programas de pós-

graduação e contribua efetivamente para o adensamento da internacionalização da pós-graduação em nosso país.

Assim, considerando tais dificuldades e objetivando apoiar a criação de políticas de internacionalização no âmbito das universidades brasileiras, a CAPES aprovou em 2017 a Portaria nº 220 de 03 de novembro de 2017, que instituiu o *Programa Institucional de Internacionalização de Instituições de Ensino Superior e de Institutos de Pesquisa do Brasil* e em seguida o Edital nº 41/2017 – Programa CAPES PrInt, que visava selecionar até quarenta (40) projetos institucionais de internacionalização das universidades proponentes, cujas propostas deveriam ser implementadas a partir do segundo semestre de 2018.

Destaca-se que, conforme informações disponíveis na Plataforma Sucupira/CAPES¹, há no Brasil 4.648 programas de pós-graduação e destes 2.503 com cursos de mestrado e doutorado em 2023. Em 2017, ano de lançamento do referido edital, havia no Brasil 4.347 programas de pós-graduação, e dentre estes 2.146 com cursos nos dois níveis da formação. Diante destes números, o investimento indicado pelo governo federal à época não atingia sequer 1% do universo dos programas de pós-graduação existentes com cursos de mestrado e doutorado. Ou seja, são muitas as exigências por internacionalização, mas pouquíssimos recursos públicos destinados a este fim.

Assim, a partir de um perfil determinado pela CAPES, no qual os programas deveriam necessariamente possuir ao menos dois (02) cursos de doutorado, as universidades brasileiras interessadas poderiam apresentar projetos institucionais de internacionalização com duração de quatro (04) anos e voltados para a concessão de recursos para o desenvolvimento de projetos de cooperação e realização de Missões de Trabalho em universidades estrangeiras, bem como para bolsas em algumas modalidades, notadamente envolvendo bolsas no país para a recepção de docentes e pesquisadores estrangeiros e bolsas no exterior para docentes e estudantes, sobretudo para realização de Doutorados Sanduíches.

O projeto institucional apresentado pela UFRJ envolvia cinquenta e oito (58) programas de pós-graduação *stricto sensu*: treze (13) avaliados pela CAPES com nota 7; vinte e dois (22) com nota 6; dezesseis (16) com nota 5, e sete (07) com nota 4; todos estes programas integravam o projeto institucional da UFRJ sob o eixo “sustentabilidade”, subdividido em dois subeixos: “Sustentabilidade e proteção à vida” e “Sustentabilidade, crescimento e combate às desigualdades”. O Programa de Pós-Graduação em Serviço Social foi incluído neste último.

A justificativa por tornar a sustentabilidade como o eixo central do projeto foi apresentada pela Pró-Reitoria de Pós-graduação e Pesquisa da UFRJ:

Tomamos como referência os 17 objetivos aprovados pela Assembleia Geral da ONU de 25 de setembro de 2015, a fim de garantir a saúde, o bem-estar, a paz, a liberdade e a prosperidade de todos os povos e proteger o planeta da degradação ambiental para a sobrevivência das diferentes espécies e dos recursos naturais. A despeito das possíveis divergências político-ideológicas em relação a esta resolução e às ações da ONU, o desenvolvimento de sistemas sustentáveis requer pesquisas sistemáticas, inovadoras e críticas, que envolvam todas as áreas do conhecimento humano e que abordem os problemas sob diferentes perspectivas, em constante diálogo inter, multi e transdisciplinar. Por seu histórico de pesquisas e liderança no cenário acadêmico-científico no país, sabemos que a UFRJ tem muito a contribuir para os estudos relacionados à sustentabilidade em suas

¹ Disponível em: <https://sucupira-v2.capes.gov.br/sucupira4/observatorio/>. Acesso em: 01 ago. 2024.

múltiplas dimensões e, por meio dessas pesquisas, fortalecer ou estabelecer diálogos acadêmicos com diferentes países e redes de cooperação e intercâmbio internacionais, articulando nossas investigações com as de outros grandes grupos de pesquisa de diversos países. Desta forma, a escolha do eixo “Sustentabilidade” assegurou a participação de todos os Programas de Pós-graduação da Universidade que optaram por integrar e desenvolver conjuntamente nossa proposta. (UFRJ/PR-2. Disponível em: [chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://app.pr2.ufrj.br/public/uploads/repositories/PrIntUFRJ.pdf](https://app.pr2.ufrj.br/public/uploads/repositories/PrIntUFRJ.pdf))

A proposta institucional da UFRJ também contou em seu interior com quarenta e oito (48) projetos em cooperação internacional já existentes e coordenados por docentes, chamados por “projecinhos”.

No caso do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, foi possível a sua participação no Programa CAPES-PrInt/UFRJ de dois modos: como integrante do eixo Sustentabilidade, conforme citado linhas acima, e como sede do Projeto “Mulheres em situação de violência doméstica e urbana no Rio de Janeiro e Londres: aspectos da desproteção”, coordenado por professora do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação, que já desenvolvia ações de internacionalização com universidade estrangeira há tempos atrás.

Entretanto, a pandemia da COVID-19, que afligiu todo o mundo a partir de 2020, impactou fortemente o desenvolvimento do Programa CAPES-PrInt e na UFRJ não poderia ser diferente.

Os impactos iniciais se deram sobre a realização das viagens internacionais, tanto as previstas para o desenvolvimento das Missões de Trabalho, quanto aquelas voltadas aos docentes na condição de visitantes no exterior e no país e estudantes com previsão de Doutorado Sanduíche. A CAPES, por meio de Ofício Circular nº 5/2020-GAB/PR/CAPES, orientou as Pró-Reitorias de Pós-Graduação das universidades na seguinte direção: tanto para as Missões quanto para as bolsas para visitante no país ou no exterior e doutorados sanduíches, a indicação da CAPES era a reprogramação de datas ou cancelamento das viagens. Para os bolsistas que já se encontravam no exterior, a CAPES abriu a possibilidade de retorno imediato ao Brasil, que foi o que ocorreu com duas docentes permanentes do Programa de Pós-graduação em Serviço Social que estavam como visitantes respectivamente na Universidade de Nova York e King’s College London.

Com a segunda onda da Covid-19 em 2021, a CAPES suspendeu as viagens para o exterior de bolsistas que ainda se encontravam no Brasil, bem como indicou a reprogramação da vinda dos estrangeiros em face ao recrudescimento da pandemia no Brasil e no mundo, por meio do Ofício Circular nº 3/2021-GAB/PR/CAPES.

No âmbito do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, as viagens das quatro professoras que seguiriam para universidades estrangeiras como Visitantes no Exterior, precisaram ser reprogramadas para o segundo semestre de 2021. Já as Missões de Trabalho foram suspensas e retomadas somente em 2022.

Destaca-se que consistem em Missões de Trabalho as viagens de curta duração, de 7 a 20 dias, que podem objetivar desde a apresentação de resultados de pesquisa em eventos até a prospecção de novos acordos de cooperação técnica ou protocolos de intenções. O Programa de Pós-Graduação em Serviço Social realizou ao longo de 2022 e início de 2023,

cinco Missões de Trabalho para Portugal, Espanha (02 missões neste país), Escócia e Uruguai.

Para o próximo item, trataremos sobre a Missão de Trabalho realizada em Portugal.

3. Sobre a Missão de Trabalho em Portugal

Dadas as particularidades nacionais, a trajetória sócio-histórica do Serviço Social em Portugal assemelha-se ao Brasil tanto do ponto de vista do momento de sua gênese quanto na relação orgânica com a Igreja Católica e com as necessidades postas pelo capitalismo em sua fase monopólica. Com forte lastro conservador, o Serviço Social português institucionalizou-se na esteira da ditadura salazarista. Os dois primeiros cursos de Serviço Social foram criados durante a década de 1930: o Instituto de Serviço Social de Lisboa em 1935 e a Escola Normal Social – futuro Instituto de Serviço Social de Coimbra e hoje Instituto Superior Miguel Torga – em 1937. O terceiro curso – o Instituto de Serviço Social do Porto – foi criado em 1956 a partir dos processos que emergiram no segundo pós-guerra com o forte processo de urbanização e industrialização.

Conforme nos informa Martins (2020),

A desvinculação dos ISSS de Lisboa e do Porto das suas entidades instituidoras têm um desfecho após o 25 de abril de 1974, nos anos de 1980, transformando-se em cooperativas de ensino superior. O ISSS do Porto ainda mantém essa natureza; o ISSS de Lisboa foi integrado em uma universidade privada a Universidade Lusíada de Lisboa. O ISSS de Coimbra passou a designar-se Instituto Superior Miguel Torga (1998), mantendo o vínculo público com a entidade instituidora, que a partir de 2008 passou a designar-se Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, Portugal. (Martins, 2020, p. 121)

Atualmente o Serviço Social em Portugal sofre com os efeitos do Processo de Bolonha, que não passou incólume às docentes e profissionais portuguesas (Casquilho-Martins; Sousa, 2024)², mas segue expandindo-se em relação ao número de cursos de licenciatura (graduação) e pós-graduação, contando com dez (10) cursos de mestrado e três (03) de doutorado (Casquilho-Martins; Sousa, 2024).

Neste sentido, a escolha por realizar uma Missão de Trabalho em Portugal se justifica em função da histórica relação que nosso Programa de Pós-Graduação e alguns de nossos docentes e pesquisadores possuem com as universidades daquele país, seja por meio da participação em eventos, seja pela recepção de nossos professores para pós-doutoramento e Estágio Sênior e mais recentemente através da presença orgânica de alguns docentes do

² A luta do Serviço Social português contra o aligeiramento da formação proposto pelo Processo de Bolonha é explicitada em Casquilho-Martins e Sousa (2024): “Com a pretensão de harmonizar os graus e diplomas atribuídos nas Instituições de Ensino Superior ao nível europeu, facilitando a mobilidade e empregabilidade por via da agilização dos cursos e sistema de creditação, à qual a formação em Serviço Social não se pode excluir ou isolar, é desencadeado, a partir de 1999, o processo de Bolonha (Martins & Tomé, 2008). Daqui resultaram também críticas à forma como o sistema de ensino se subjugou aos interesses do mercado e aos perigos da redução, substancial em alguns casos, dos planos de estudos e duração da formação, quer em anos quer em horas de contacto. Não obstante, as autoras indicam que, para travar uma redução drástica na duração da formação, as escolas de Serviço Social optaram pela duração de 7 semestres (três anos e meio), a máxima possível no quadro do Processo de Bolonha, sendo que a posição das associações ligadas ao Serviço Social desejava um plano de quatro anos (Martins & Tomé, 2008; Carvalho & Pinto, 2015), ressaltando que os cursos de Ciências Sociais seguiram uma formação com a duração de 6 semestres (três anos), sendo atualmente essa a duração da maioria dos cursos de licenciatura em Serviço Social.” (Casquilho-Martins; Sousa, 2024, p.15)

quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social na Rede Ibero-Americana de Investigação em Serviço Social.

Além da relação acadêmica histórica com as universidades portuguesas, as convergências culturais e a facilidade do idioma também tendem a favorecer o intercâmbio de estudantes do nosso Programa com estas universidades e a recepção de discentes destas em nossos cursos de mestrado e doutorado. Ele tende a se aplicar aos docentes do quadro permanente do Programa e os daquelas universidades.

Assim, foram objetivos da referida Missão de Trabalho:

1. ampliar as relações político-acadêmicas com as universidades portuguesas, por meio da construção em curto e médio prazo de projetos de pesquisa e cursos de extensão;
2. apresentar nosso Programa de Pós-Graduação em Serviço Social com vistas a receber posteriormente estudantes e pesquisadores oriundos de tais universidades portuguesas em nosso Programa;
3. prospectar a realização de parcerias acadêmicas por meio de futuras formalizações de Protocolos de Intenção e Termos de Cooperação Técnica com estas universidades portuguesas.

A Missão foi organizada para o período de 17 de novembro a 03 de dezembro de 2022 a partir dos contatos prévios com as seguintes universidades e seus respectivos cursos de Serviço Social:

- a) Área metropolitana de Lisboa: Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa - ISSSL/Universidade Lusíada – licenciatura, **mestrado** e **doutorado**; Escola de Sociologia e Políticas Públicas/Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE) – licenciatura, **mestrado** e **doutorado**;
- b) Área metropolitana do Porto: Instituto Superior de Serviço Social do Porto (ISSSP) – licenciatura e **mestrado**; Faculdade de Ciências Económicas, Sociais e da Empresa/ Universidade Lusófona do Porto (ULP) – somente licenciatura;
- c) Região de Coimbra: Instituto Superior Miguel Torga – licenciatura e **mestrado**.

A Missão proporcionou o contato e realização de reuniões com docentes destas universidades, bem como, e especialmente, nos permitiu conhecer as particularidades e momentos institucionais de cada uma. A reflexão crítica sobre tais condições nos deu a devida compreensão dos desafios e potencialidades de uma eventual ou futura formalização de acordos de cooperação com estas universidades e seus respectivos cursos de Serviço Social.

Como principal resultado, podemos indicar o desenvolvimento de dois processos futuros envolvendo Portugal em 2024 e em 2025, que retomarão os contatos com parte das universidades prospectadas durante a Missão de 2022, notadamente o Instituto Superior de Serviço Social do Porto (ISSSP) e o Instituto Superior Miguel Torga (ISMT), bem como a Universidade Lusíada, com a qual já temos a formalização de Protocolo de Intenções. Acrescentamos, entretanto, uma nova universidade portuguesa a esta futura prospecção. Referimo-nos aqui a Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, sediada na Universidade de Coimbra, que possui licenciatura, mestrado e doutorado em Serviço Social, mediante adesão ao Programa Interuniversitário de Doutoramento em Serviço Social com a Universidade Católica Portuguesa.

4. Considerações finais

É conhecido o protagonismo do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/UFRJ na formação de pesquisadores e docentes de outros países, notadamente latino-americanos (Cone Sul) na Área de Serviço Social especialmente em décadas passadas – anos de 1990 e 2000. Contudo, apesar de o Programa ainda receber estudantes estrangeiros (no quadriênio 2021-2024, contamos com 04 estudantes estrangeiros), entende-se que há um enorme potencial para recepcionar muito mais, retomando números de décadas atrás.

Entretanto, cabe destacar que a participação do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social no Programa de Internacionalização da CAPES – CAPES-PrInt/UFRJ tem nos rendido importantes frutos com enorme potencial de avançarmos bastante no campo da internacionalização. Por meio do PrInt, o Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/UFRJ conseguiu realizar várias ações, como a recepção de professores estrangeiros na condição de professores visitantes no Brasil e a estada de professores permanentes do Programa para a realização de estágios pós-doutorais e como professor visitante sênior no exterior, bem como a realização de Missões de Trabalho e de Doutorado Sanduíche no exterior.

A experiência do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/UFRJ com as ações de internacionalização, principalmente no quadriênio em curso e no âmbito do Programa CAPES-PrInt/UFRJ, nos afirma que:

i. a existência de recursos institucionais para a concretização das ações foi fundamental, tendo em vista que sem a nossa participação no Programa CAPES-PrInt/UFRJ nenhuma ação teria sido possível;

ii. apesar da realização dos diversos intercâmbios nas diversas modalidades – estágio pós-doutoral, professor visitante no país e no exterior, missões de trabalho e doutorado sanduíche – é fundamental a identificação de interesses de pesquisa convergentes para a formalização futura de Protocolos de Intenção e/ou Acordos de Cooperação;

iii. a oferta de cursos de idiomas para discentes, embora não tenha resultado na mesma proporção na realização de doutorado sanduíche no exterior por parte de nossos doutorandos, se faz imprescindível para a ampliação da mobilidade de nossos estudantes.

Por fim, cabe destacar que ainda há muito o que se empreender no campo da internacionalização no âmbito do Serviço Social, mas que não pode de jeito algum se restringir à iniciativa solitária de alguns docentes dos programas de pós-graduação. Parece-nos fundamental a necessidade de constituição de políticas internas de internacionalização construídas coletivamente, envolvendo os colegiados como um todo, no intuito de identificar parceiros, grupos e campos de pesquisas em comum, bem como quais metas alcançar e para quê. Do contrário, a internacionalização poderá se transformar simplesmente em uma exigência dos processos de avaliação dos programas de pós-graduação sem impactos mais evidentes na produção do conhecimento para a Área de Serviço Social e afins.

5. Referências

CAPES - Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

Grupo de Trabalho Internacionalização: relatório e recomendações. Brasília: CAPES,

2019, 12p. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/2020-01-03-relatorio-gt-internacionalizacao-pdf#:~:text=A%20proposta%20do%20GT%20%C3%A9,seus%20horizontes%20de%20in%2D%20ternacionaliza%C3%A7%C3%A3o . Acesso em: 01 ago. 2024.

CASQUILHO-MARTINS, Inês; SOUSA, Isabel de. A Formação em Serviço Social em Portugal: uma análise da constituição do campo. **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá, v.24, n.1, Disponível em: <https://doi.org/10.4025/rbhe.v24.2024.e330>. Acesso em: 01 ago. 2024.

MARTINS, Alcina. Formação de Serviço Social em Portugal: historicidade e legado político pedagógico. *IN*: FARIA, Sandra; MARTINS, Alcina; MIGUEL, Walderez Loureiro. **Formação em Serviço Social: história, memória e projetos Goiás/Brasil e Coimbra/Portugal**. Goiânia: editora da PUC Goiás, 2020, p.87-127.

MIRANDA, José Alberto; MUELLER, Cristiana Verônica. Política Nacional de Internacionalização da Educação Superior no Brasil: uma análise crítica. **SciELO Preprints**. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.6549> . Acesso em: 01 ago. 2024.

UFRJ/PR-2 – Universidade Federal do Rio de Janeiro/Pró-Reitoria de Pós-graduação e Pesquisa. **Projeto Institucional de Internacionalização da UFRJ**: apresentação geral. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://app.pr2.ufrj.br/public/uploads/repositories/PrIntUFRJ.pdf. Acesso em: 01 ago. 2024.

O PROJETO LITTLE WINDOWS: RELATO COLETIVO DE UMA EXPERIÊNCIA DE INTERCÂMBIO DISCENTE BRASIL-ESCÓCIA

Patrícia Silveira de Farias
James Cox
Amarachi Ejim
Camila Cunha Arnaldo
Caroline Santana
Christina Arden
Deivi Mattos
Larissa Siqueira
Shagufta Bhatti
Timothy Armstrong
Vanessa Ferreira¹

1. Introdução

Este capítulo resulta de um esforço coletivo em apresentar uma iniciativa de intercâmbio de aprendizado internacional diferente, que reuniu pós-graduandos em Serviço Social de duas instituições – a UFRJ e a Universidade de Dundee, além de dois coordenadores acadêmicos, na construção inédita de uma ponte Brasil-Escócia. A experiência foi sugerida pelo assistente social e *lecturer* na Universidade de Dundee James Cox. A parceria com os estudantes brasileiros e a coprodução deste artigo entre os participantes foi coordenada pela antropóloga, pesquisadora e professora da Escola de Serviço Social da UFRJ, Patrícia Silveira de Farias.

A professora foi contemplada com uma bolsa Capes Print para uma Missão Institucional em maio de 2023 pela coordenação do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFRJ. A contribuição brasileira a esta iniciativa foi possível a partir desta bolsa, cujo objetivo foi estimular uma parceria entre os programas de pós-graduação em Serviço Social da UFRJ e da Universidade de Dundee. Desta forma, Farias co-construiu uma série de atividades, sendo uma delas o Projeto Little Windows, que permitiu aos e às participantes reconhecer similaridades e diferenças de contexto e de experiência, além de potencialmente estimular a criação de redes de troca acadêmica e profissional e oportunidades de intercâmbio de aprendizado.

O texto parte da apresentação do projeto, para em seguida descrever a experiência específica do projeto no caso Brasil-Escócia, que teve em sua coordenação Cox e Farias. A partir daí, seguem os depoimentos dos participantes, estudantes de mestrado e doutorado em Serviço Social das duas universidades, e também dos dois coordenadores, analisando os encontros, seus impactos e os desdobramentos possíveis da iniciativa. A opção pela escrita coletiva se deu em conexão com o *ethos* do projeto, de promover o diálogo aberto,

¹ Também participaram dos encontros Brasil-Escócia as pós-graduandas Isabela Kassow (UFRJ), Tunde Dipolawuyi e Kalia Kaparounaki (University of Dundee), que, juntamente com a professora Theano Kallinikaki, contribuí na preparação e no apoio da primeira sessão com mestrandos em Serviço Social da Grécia.

democrático e produtivo entre pessoas a respeito de seus fazeres profissionais, de pesquisa e de vida, mantendo aberta a janela de troca de experiências que constitui o coração do projeto Little Windows e de uma internacionalização solidária do ensino superior.

Na elaboração prática e teórica de como se dariam estes encontros, os coordenadores consideraram que, do ponto de vista teórico, e também político, os critérios de diversidade de origem, raça/etnia, gênero e de temas de pesquisa seriam uma boa maneira de iniciar o processo de encontro e introduzir desde o início a discussão sobre contexto e agência, ou, em outras palavras, entre indivíduo e estrutura, debate caro e já tradicional nas Ciências Sociais, assim como no Serviço Social as questões que envolvem cada indivíduo e sua relação com a ecologia estrutural, cultural e relacional com seu mundo são de vital importância. A escolha dos participantes se deu de forma bastante orgânica: algumas pessoas se propuseram a participar; outras foram convidadas.

A facilidade prática da proposta também era, e é, bastante atrativa: encontros online, poucas pessoas, uma conversa que flui a partir de provocação fotográfica, uma coordenação presente, porém pouco interventora, na esperança da fruição do encontro entre pessoas que estavam vivendo a mesma experiência de vida, porém em lugares e situações diferentes. Desta forma, procurou-se garantir um espaço de livre acesso e sem a preocupação de realizar uma boa performance.

2. O projeto Little Windows

“*Little Windows*” é o nome dado a uma iniciativa de promover o diálogo entre pequenos grupos de estudantes que não se conhecem a priori. Uma série (seis) conversas semiestruturadas, não-gravadas, já foram realizadas, de agosto de 2023 a abril de 2024, entre grupos de estudantes de Serviço Social da Universidade de Dundee (Escócia, UK), da Universidade Democritus da Trácia (Grécia), da UFRJ, da Universidade Católica da Ucrânia e da Universidade de Jyväskylä, na Finlândia.

As conversas foram organizadas e desenvolvidas pelo coordenador do projeto e por um/a docente ligado/a a cada instituição participante. Até agora, os encontros mobilizaram cerca de 40 estudantes de Graduação, Mestrado e Doutorado.

O objetivo das conversas tem sido o de compartilhar momentos significativos, conectados às formas de lidar com questões individuais e ao mesmo tempo coletivas - o ‘uso do self’ em contextos diferentes, reconhecendo assim sua relevância para o aprendizado e para embasar a pesquisa e a prática dos assistentes sociais. É um exercício de preparação; de escuta; de compartilhar e comparar pontos de vista, ideias e experiências significativas para o trabalho inter-relacional.

Cada conversa se estrutura da seguinte forma: os/as participantes trazem uma fotografia ou imagem ao encontro. A imagem então é apresentada brevemente pela pessoa que a trouxe, que explica seu significado em termos do assunto ou questão que pretende discutir. Após isso, o grupo é convidado a refletir sobre esta “pequena janela”.

A imagem ou foto é de livre escolha dos estudantes. Porém, se preferirem, podem relacionar a imagem com o tema do Dia Mundial do Assistente Social – International Federation of Social Workers (ifsw.org), em 19 de março, que este ano foi “*Buen Vivir: Shared Future for Transformative Change*” (*Bem viver: compartilhar o futuro para uma mudança transformadora*). Este tema se baseia na Agenda Global, e enfatiza a necessidade dos assistentes sociais

adotarem abordagens inovadoras e enraizadas nas comunidades, perspectiva ligada à sabedoria dos povos originários sobre uma harmônica coexistência com a natureza.

As conversas não foram gravadas, na intenção de criar quase de imediato um ambiente virtual seguro e acolhedor. Os facilitadores tentam não intervir, porém fornecem a estrutura do encontro, comentam, perguntam e depois compartilham um resumo das discussões para todos os participantes.

Como já falado, o objeto central deste artigo são os três encontros entre estudantes de mestrado e doutorado em Serviço Social da UFRJ, no Brasil, e da Universidade de Dundee, na Escócia, UK. Em dois deles, contou-se com o apoio de uma tradutora voluntária inglês-português; em outro, coube à coordenadora brasileira a tarefa de traduzir para os grupos. Neste esforço, usou-se também um aplicativo de tradução, particularmente para as postagens no bate-papo das reuniões, em que os alunos também compartilharam bibliografias e comentaram as falas dos colegas.

Seguem então algumas reflexões sobre o projeto, feitas pelas pessoas que o vivenciaram. Estas análises foram estimuladas por perguntas-chave sugeridas - porém de forma alguma, impostas - pelos coordenadores, a partir do que os participantes consideraram ser mais significativo nesta troca internacional, assim como o que poderia ser aperfeiçoado. Também foi sugerido que fossem apresentados os possíveis impactos da experiência em termos de prática profissional ou abordagem teórica, além de sugestões para futuros desdobramentos. Decidimos também organizar as respostas em dois blocos temáticos, para facilitar a leitura: um, dedicado às primeiras impressões sobre os encontros; e outro, destinado às reflexões sobre os impactos do projeto.

3. Primeiras impressões: o convite e os encontros

Meu nome é Camila Cunha, sou doutoranda em Serviço Social no PPGSS/UFRJ, e assistente social na Polícia Militar do Rio de Janeiro. Minha pesquisa se concentra na análise das narrativas de policiais aposentados (“reformados”) por ferimento em serviço, e a relação entre os papéis de gênero e masculinidade com este contexto. Sempre tive o sonho de fazer doutorado sanduíche, entretanto, devido às condições objetivas, limitações e as mudanças da vida, esse desejo não pode se realizar em sua forma mais tradicional. Quando recebi o convite para participar de um seminário envolvendo doutorandos brasileiros e doutorandos da Universidade de Dundee, para trocas sobre suas respectivas pesquisas, fiquei insegura. Não me sentia confortável em participar, pois me vi diante da limitação de não dominar a língua inglesa; pensei em não aceitar. Contudo, quando soube que haveria o recurso da tradução simultânea, não pensei duas vezes e me prontifiquei a participar. Observei nessa oportunidade mais uma chance de me aproximar de algo que me remetia a esse sonho do intercâmbio, mesmo guardando as devidas proporções das diferenças entre ambas as iniciativas.

Estava ávida para conhecer os estudantes estrangeiros, os temas de pesquisas e suas formas de elaboração. Ao mesmo tempo, me indagava sobre o que eles achariam do meu tema de pesquisa e do meu percurso investigativo, da minha experiência profissional e da atuação como assistente social.

Enfim, chegou o dia da primeira reunião. Busquei me concentrar ao máximo, para ouvir os relatos e apreender todas as contribuições dessa experiência. No momento de expor

minha pesquisa, procurei ser o mais objetiva possível. Após minha exposição, percebi o quanto meu tema de pesquisa gerou interesses e curiosidades, o que me empolgou. É muito bom perceber que nossa pesquisa pode gerar uma interface de interesses e diálogos e não apenas se desenvolver como um mero protocolo acadêmico.

Meu nome é Caroline Santana, sou assistente social numa organização do terceiro setor que trabalha com populações periféricas, e atualmente estou cursando doutorado em Serviço Social na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Desenvolvo um projeto de pesquisa cujo objetivo é compreender a dinâmica dos instrumentos de regulação do Estado no espaço urbano e os impactos desses instrumentos na permanência da agricultura familiar urbana, com ênfase nos agricultores quilombolas localizados no Maciço da Pedra Branca, na cidade do Rio de Janeiro.

No primeiro encontro, cada participante teve a oportunidade de apresentar seus temas de pesquisa, motivações, metodologias e expectativas. Este foi o momento inicial de interação, onde todos os estudantes estavam se conhecendo, e isso ocorreu de forma muito natural. Já nesse primeiro encontro, ocorreram trocas significativas, com indicações de leituras, ferramentas de pesquisa, curiosidades e muitos elogios aos trabalhos apresentados.

No segundo encontro, foi perceptível que o grupo já havia estabelecido uma relação de confiança, permitindo que os participantes discutissem não apenas suas pesquisas, mas também seus estados emocionais durante o período. Os desafios das pesquisas foram abordados desde o início, e foi interessante observar como os sentimentos expressados foram acolhidos pelo grupo, com muitos desafios sendo compartilhados por vários pesquisadores. Nesse encontro, percebi que o grupo se tornou mais coeso.

Sou Christina Arden, doutoranda em Serviço Social na Universidade de Dundee. Meu trabalho é sobre a herança colonial britânica presente nas Ilhas Bermuda (meu lugar de origem), especialmente na assistência social, a partir da perspectiva da população que acessa estes serviços. O convite para participar do Projeto Little Windows foi feito por Mr. Cox primeiramente em 2023. Eu estava em meu primeiro ano de doutorado, e ainda não tão certa sobre o foco da minha pesquisa, embora ao entrar no doutorado eu tivesse uma proposta bastante concreta e específica. Só que a partir do momento em que tive mais tempo para pesquisar sobre serviço social, os territórios britânicos além-mar (British Overseas Territories - BOTs), discriminação e outros tópicos relacionados, meus interesses mudaram, assim como os objetivos do meu trabalho. Mas quando afinal a primeira reunião ocorreu, eu estava já mais segura sobre o tema de meu estudo e muito interessada em apresentar minhas ideias para outros/outras pesquisadores.

Outra razão da minha vontade de participar do projeto foi porque o formato da apresentação me pareceu criativo e único. Nós fomos convidados a escolher e discutir uma imagem relacionada a nosso tema de pesquisa. Isso me permitiu pensar na minha pesquisa de forma diferente, e me ofereceu a oportunidade de apresentar meu trabalho de uma forma mais artística e divertida. Assim, acabei me divertindo no processo de procurar uma imagem do conceito em que se focava minha pesquisa. Mais que isso, durante a apresentação, me surpreendi agradavelmente ao descobrir que um dos meus principais temas, a colonização, era similar ao tema de outros/as pesquisadores na Escócia e no Brasil. Em suma, gostei e aprendi bastante neste primeiro encontro sobre Serviço Social no Brasil e sobre os diferentes projetos que meus/minhas colegas em Dundee estavam realizando.

Enquanto meu doutorado avançava, fui convidada para um segundo encontro. Novamente, estava animada com o formato criativa, porém menos relaxada, pois já estava numa fase diferente no curso, enfrentando desafios na tarefa de escrever sobre minha metodologia de pesquisa. Estava para submeter meu projeto ao comitê de ética, e me deparando com um bloqueio de produtividade. Apesar disso, decidi apresentar uma imagem que apresentava os alicerces teóricos em que meu estudo se baseia e uma colagem com diversos rostos de pessoas. A colagem pretendia representar as múltiplas e variadas narrativas e experiências de meus futuros entrevistados/as. Era uma imagem complexa, comparada à da minha primeira apresentação, e eu estava menos confiante por conta disso. Durante minha apresentação, comentei os desafios que estava enfrentando com meu estudo, e um dos grandes pontos positivos para mim neste segundo encontro foi o apoio e a conexão que senti com outros/as pesquisadores que sentiam desafios semelhantes em seu doutorado.

Sou Shagufta Bhatti, assistente social, nascida no Paquistão, e agora desenvolvo meu mestrado em Serviço Social na Universidade de Dundee. Estudo políticas de saúde relacionadas à infância e adolescência. O Projeto Little Windows me ajudou a praticar conversação com indivíduos que estava conhecendo pela primeira vez; me ajudou também a entender o impacto que uma conversa despretensiosa e um encontro podem ter num indivíduo, e como isso pode fortalecer comportamentos positivos. Pode parecer um pouco forçado, mas pude ver o efeito disso nos seus sorrisos e em seus olhos, e eu realmente senti que meus sentimentos e meus conflitos foram validados, que havia pessoas que podiam me entender, e isso me deu coragem e força.

Meu nome é Timothy Armstrong, assistente social, e no meu doutorado na Universidade de Dundee estudo processos de tomada de decisão em casos de adoção e guarda de crianças. Sobre minha experiência no projeto, em primeiro lugar, quero ressaltar os seus aspectos práticos. O horário do evento foi fácil de acomodar, assim como o uso da MS Teams foi positiva. Também a facilitação dos coordenadores pareceu funcionar bem.

O maior desafio foi a diferença de línguas, embora isso tenha sido bem contornado. Na verdade, penso que esta diferença me levou a manter o foco, numa escuta ativa, e provavelmente me ajudou a desenvolver minhas próprias habilidades de comunicação. Senti um clima de comunidade encorajador, um sentido de comunidade entre pesquisadores que estava me fazendo muita falta.

Sou Larissa Siqueira, mestranda do PPGSS/UFRJ, e fui convidada para compor a equipe de participantes do Projeto Little Windows. Minha pesquisa gira em torno de pessoas que, como eu, tem ascendência indígena e vivem em área urbana, especificamente no território do Rio de Janeiro, e sua luta por acesso a políticas públicas. Em nossa primeira reunião, foi proposto aos alunos que fizessem uma fala relacionando-a a uma imagem que representasse um pouco de suas pesquisas e motivações para realizá-las. Aconteceu que todos compartilharam fotos de seus territórios de referência, o que expressa a importância desta categoria para a trajetória de cada um/a de nós enquanto acadêmicos, mas também enquanto cidadãos. Ter este recurso visual permitiu uma aproximação mais intensa com as realidades apresentadas pelos colegas, reforçando o quanto esta dinâmica pode ser enriquecedora. Também contamos com uma tradutora, o que tornou tudo mais simples para quem, por questões de tempo, recursos e outras dificuldades, não possui fluência em outro idioma.

Não consigo dizer se o tempo da reunião foi curto ou se na verdade estava muito envolvida com a novidade de estar com pessoas de diferentes lugares do mundo

compartilhando questões tão importantes sobre suas experiências de vida e acadêmicas, e tudo isso dentro da minha própria casa!

Sou Deivi Mattos, assistente social e estou finalizando meu mestrado no PPGSS/UFRJ. Meu tema de pesquisa é discriminação racial no acesso a políticas públicas, particularmente o sistema de saúde, e a questão das masculinidades negras. O encontro entre mestrandos (as), de ambas as universidades, me trouxe muitas reflexões, sobretudo, no sentido de entender, que nos diversos países da periferia do modo de produção capitalista, ocorre uma série de explorações e violações de direitos humanos, com características e determinismos sociais, econômicos, políticos e culturais diversos e próprios de cada país.

Nesse encontro, tive a grata oportunidade de conhecer e de trocar conhecimentos e saberes com Shagufta Bhatti, uma mulher paquistanesa, que estuda serviço social na Escócia e atuou no Paquistão com o desenvolvimento de jovens e crianças e na reivindicação pelo direito a saúde e a defesa dos direitos humanos.

Tive também a oportunidade de conhecer Amarachi Ejim, uma mulher nigeriana, que está no processo de conclusão do curso de mestrado em Serviço Social. O tema de Amarachi me interessou muito, devido a sua relevância social: ela pesquisa os impactos do processo de migração na saúde mental de mulheres africanas que estudam no Reino Unido. Ao conversar com Amarachi e refletir sobre o processo de violência contra a mulher que ocorre em seu país de origem, fiz uma série de mediações com a violência e exploração que as mulheres negras brasileiras também sofrem. Achei incrível como as mulheres africanas, assim como as mulheres negras brasileiras, resistem e lutam contra as violências estruturais em seus países.

Sou Vanessa Ferreira, trabalho como assistente social no Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, e curso doutorado no PPGSS/UFRJ. Minha tese gira em torno do papel do/da assistente social na educação e as percepções a respeito deste papel pela comunidade acadêmica. O que mais me chamou a atenção nos encontros do Projeto Little Windows foi a forma como os assuntos se conectavam: as convergências sobre como a sobrecarga feminina, sobretudo para as mulheres-mães, tem sido uma questão e como todas se reconhecem, independente da língua que falam; o interesse no trabalho da colega brasileira sobre o sofrimento dos policiais militares; os debates que suscitam pensar como as mulheres negras vivem a universidade. Além disso, compreender que em alguns lugares a escola tem o papel de ser o “abrigo” das crianças para os pais trabalharem me fez refletir que não estaríamos mal em relação a países que têm o papel da educação como sendo apenas este.

A duração dos encontros poderia ser maior, pois são muitas as contribuições que seus participantes poderiam dar, se tivessem mais tempo, embora não deva ser uma dinâmica simples, por conta da diferença de fusos horários. O uso de imagens para suscitar reflexões é bem interessante, pois as imagens falam sem precisar de tradução, e muitos pontos de reflexão surgem.

Meu nome é Amarachi Ejim, sou mestranda em Serviço Social na Universidade de Dundee. Pesquiso os impactos na saúde mental das mulheres africanas que vêm estudar no Reino Unido. Little Windows foi a primeira experiência na qual eu tive a oportunidade de interagir com outros pós-graduandos em Serviço Social de diferentes países. Os participantes compartilhavam os mesmos interesses – mostrando uma imagem e considerando a construção e a experiência para além da imagem. Acredito que isto é uma das questões cruciais da profissão do assistente social – ver o mundo para além da questão que nos é apresentada. A beleza desta troca internacional foi o incrível reconhecimento de que somos

tão diferentes, e, no entanto, tão semelhantes em como reagimos a nossos contextos e como nossos contextos tendem a nos influenciar. Também foi muito inspirador ouvir dos companheiros participantes sobre o que os interessa em termos do ensino em Serviço Social, em termos tanto de políticas sociais quanto da pesquisa em Serviço Social. Participar em mais sessões poderia desenvolver um ambiente de aprendizado mais potente.

4. Impactos

Esse projeto é uma maneira incrível de possibilitar as trocas de diferentes pontos de vista, de refletir sobre pontos convergentes e permite aos participantes compreenderem um pouco mais sobre as formas como o mundo do trabalho do assistente social se estabelece em outros países e em outras dinâmicas, tão diferentes em aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais. Percebo muito positivo poder ouvir e ser ouvida sobre as temáticas que tem sido de interesse de estudantes de pós-graduação em Serviço Social mundo afora.

A partir desta experiência, acredito que podem surgir aproximações por temas em comum, artigos escritos em conjunto e, quem sabe, futuras amizades. É possível produzir conhecimento trazendo a tecnologia a nosso favor. **(Vanessa)**

Para mim, há vários benefícios em se engajar neste tipo de intercâmbio. Ele propicia uma oportunidade de desenvolver e aperfeiçoar minha perspectiva global sobre o Serviço Social, e uma oportunidade de desenvolver minha compreensão sobre outras culturas. Isto tem o potencial de me ajudar a desenvolver e ampliar minha rede profissional. Acima de tudo, me forneceu uma oportunidade de aprendizado e crescimento. No encontro, mencionei estar enfrentando um bloqueio, representado por um muro; e o acolhimento desta situação pelos outros participantes me ajudou a quebrá-lo. Acredito que este intercâmbio tem um potencial real de desenvolver a compreensão e a competência para lidar com cada cultura, fornecendo uma base para uma perspectiva mais global, e ampliando nossas visões ao expor os participantes a práticas internacionais em Serviço Social, transformações globais e novas e diferentes soluções.

Gostaria que a experiência continuasse, a partir de encontros regulares, possivelmente quatro vezes ao ano, engajando os participantes na formulação desta agenda. Há potencial também para sessões temáticas. **(Timothy)**

A universidade por si só tem essa capacidade de promover uma imersão em relação a um universo de saberes, debates e perspectivas advindas de experiências teóricas e práticas a partir do contato com territórios seja por meio de pesquisa ou de atividades extramuros. O Projeto Little Windows surge enquanto uma oportunidade que sintetiza tudo isso, tornando possível alcançar territórios que até então se mostravam inalcançáveis para mim. É muito gratificante perceber o quanto a universidade pode ser potente em nos proporcionar encontros como estes, que possibilitam, a longo prazo, construir redes de diálogos pessoais e profissionais transformadores. **(Larissa)**

‘Little Windows’, para mim, é uma abordagem inovadora para o aprendizado, especialmente ao fornecer várias perspectivas sobre o Serviço Social, onde participantes falam línguas diferentes e são de culturas diferentes, com uma coisa em comum: todos são assistentes sociais e estudantes e se dedicam a tornar visíveis perspectivas que são únicas em seus contextos.

Acho que foi uma grande base para o contato com o mundo, que normalmente não teria sido possível. Para mim, a coisa mais importante foi constatar as diferentes abordagens sobre como o Serviço Social é compreendido e motiva nossas vidas. Cada um de nós é diferente e no entanto compartilha algo. O projeto me mostrou que há pessoas ao redor do mundo que se dedicam apaixonadamente à mudança social.

Foi realmente interessante ver a imagem trazida por cada participante, traduzir esta imagem em nossas mentes de acordo com nossas experiências e aprendizados, e então ouvir uma perspectiva completamente diferente e que faz muito mais sentido do que havíamos imaginado. Creio que esta é a essência do Serviço Social: entender o que não é dito, entender que são nossas experiências, nossa personalidade, que formam nossas perspectivas e o modo como encaramos a vida. Serve como um lembrete para mim de que, quando lidamos com os usuários dos serviços, temos que estar conscientes do fato de que situações que não são questões para mim, são questões e desafios para outras pessoas; algo que pode não ter grande importância na minha vida significa muito para outra pessoa. E como assistentes sociais, é nosso dever ter a mente aberta, não fazer julgamentos, ser empático e ter uma escuta ativa, se desejamos realmente dar suporte às pessoas.

A partir desta experiência, pude refletir sobre a natureza multifacetada do Serviço Social e que no fim das contas todos somos seres humanos cheios de paixão, lidando sozinhos com nossas próprias questões. No entanto, estamos juntos, e não sozinhos. **(Shagufta)**

Este intercâmbio me ajudou a perceber o impacto da pesquisa em Serviço Social. Continuar esta troca poderia encorajar o desenvolvimento de uma comunidade de compartilhamento e potencial colaboração em pesquisa, além de encontros em seminários.

Sugiro a construção de uma plataforma ativa, onde os participantes possam comunicar suas experiências relacionadas às conversas mantidas durante os encontros, pois há um intervalo grande entre os encontros. Também sugiro mudar ocasionalmente o estilo de conversação, usando, por exemplo, diferentes elementos além das imagens, como temas sociais, políticas públicas e fenômenos sociais, de que os participantes tomariam conhecimento com antecedência para se prepararem para compartilhar suas visões e perspectivas.

Refletindo sobre as discussões do Little Windows, sou grata pela oportunidade, gostei de ser parte desta comunidade, e espero que o projeto continue **(Amarachi)**.

Inicialmente, senti insegurança quanto à participação em uma reunião com pesquisadores que eu não conhecia, mas essa insegurança logo se transformou em curiosidade. Neste espaço, pude compreender diferentes perspectivas sobre minha pesquisa, e as observações dos demais participantes me fizeram refletir sobre minha pesquisa de maneira nova. Por exemplo, após a apresentação do meu objeto de pesquisa, uma das pesquisadoras perguntou sobre como eu diálogo com as pessoas que vivem no território onde minha pesquisa é desenvolvida. Foi um exercício interessante elaborar uma resposta que transmitisse minha visão desses interlocutores e, ao mesmo tempo, garantisse que ela compreendesse minha abordagem, considerando nossas realidades diferentes.

Acredito que essa experiência de intercâmbio tem o potencial de revitalizar os pesquisadores, especialmente durante o período de escrita da tese, que é frequentemente solitário e angustiante. Trocas como as proporcionadas pelos encontros contribuem para a construção de reflexões sobre as pesquisas e para a elaboração de novas perspectivas sobre

os temas abordados. Olhando para o futuro, esses intercâmbios podem não apenas enriquecer a qualidade das pesquisas individuais, mas também fomentar uma rede de apoio e parceria entre pesquisadores de diferentes países e disciplinas. Essa rede pode se tornar uma plataforma contínua, para compartilhamento de conhecimentos, metodologias e soluções criativas para desafios comuns aos pesquisadores que dela participam. Além disso, essas experiências interculturais e interdisciplinares podem seguir inspirando novas abordagens e colaborações que transcendem fronteiras geográficas, institucionais e acadêmicas. **(Caroline)**

Eu me senti acolhida pelas experiências similares que outros pesquisadores tiveram, independente de nossas diferenças culturais, de língua, de lugar e de temas de pesquisa. No entanto, também me senti desafiada e levada a confrontar e contextualizar meus conflitos, já que alguns dos conflitos dos outros participantes eram graves e complexos. Esta combinação de acolhimento e confrontação me fez superar meus bloqueios criativos.

O segundo encontro estimulou em mim um sentimento de camaradagem e de compartilhamento de experiências. Sinto que ganhei tanto em participar no Projeto Little Windows, pois ele me permitiu pensar criativamente sobre minha pesquisa, fornecendo novas oportunidades de apresentar, e me forçando a pensar sobre o público para o qual estou apresentando minha pesquisa, modificando minha apresentação em função deste público. Se tivesse que sugerir algo, diria que as apresentações poderiam ser um pouco mais estruturadas. Adorei o aspecto de conversa destes encontros, mas acredito que pensar a ordem de apresentações antes de começarmos poderia fazer com que aproveitássemos mais o tempo.

Acho que qualquer oportunidade de construir pontes e de conectar pesquisadores é uma atividade de valor inestimável que deve continuar. Espero que este projeto continue e conecte mais estudantes de diferentes partes do mundo. Posso inclusive visualizar a iniciativa se tornando interdisciplinar, onde a apresentação dos tópicos de pesquisa poderia ser sobre outras experiências de pesquisa que possam conectar pessoas de diferentes lugares, vivências e campos de pesquisa.

Para concluir, ter feito parte do projeto foi uma experiência instigante, que me forneceu oportunidades de desenvolvimento enquanto pesquisadora, e acolhimento emocional e social durante meu doutorado, que às vezes pode ser uma jornada solitária, e enfatizou as muitas semelhanças e experiências comuns que as pessoas podem ter para além das diferenças de língua, lugar e temas de pesquisa. **(Christina)**

Considero o Projeto Little Windows uma experiência muito rica e gratificante. O encontro entre mestrandos (as), de ambas as universidades, me trouxe muitas reflexões, sobretudo, no sentido de entender, que, nos diversos países da periferia do modo de produção capitalista, ocorre uma série de explorações e violações de direitos humanos, com características e determinismos sociais, econômicos, políticos e culturais diversos e próprios de cada país.

O fato de ter tido esse contato me conduziu a escrever, na introdução da minha dissertação de mestrado, o quanto as relações sociais do modo de produção capitalista têm sido negativas para os diversos segmentos da classe trabalhadora dos países da periferia.

Esse processo de intercâmbio contribuiu significativamente para o meu aprimoramento teórico-metodológico e ético-político, e inclusive me despertou o interesse de realizar o meu doutorado sanduíche na Universidade de Dundee. Creio que seria importante termos a oportunidade de nos encontrarmos pessoalmente e refletirmos mais,

sobre todas as questões e reflexões teóricas e sociais que foram discutidas ao longo da conferência. Essa é uma excelente oportunidade para podermos compartilhar nossos saberes e nossos conhecimentos, com outros pares que vivem e se dedicam a defesa e a proteção dos direitos humanos em outros países. **(Deivi)**

Sempre tive o sonho de fazer doutorado sanduíche, entretanto, devido às condições objetivas, limitações e as mudanças da vida, esse desejo não pode se realizar em sua forma mais tradicional. Entretanto, já esmaecida as esperanças de alguma interação internacional, surge uma articulação da minha orientadora com um professor da Universidade de Dundee na Escócia. Mesmo com as dificuldades do idioma, que ainda permanece como um obstáculo a ser superado, voltei a sonhar com esse desejo e retomei timidamente minhas aulas de inglês. Veio-me a memória o título de um livro da autora Mirian Goldenberg chamado “A arte de pesquisar”. A curiosidade, o ímpeto desprezioso de indagar a realidade, pensar nas relações sociais e elaborar sobre como essas relações em distintos contextos e conjunturas nos dizem sobre o modo de ser e estar na sociedade. As mudanças e as permanências nas estruturas de poder, desde a dimensão cultural até a concretude das ações humanas.

Sobre o encontro em si, esse movimento de trocas entre nós e eles, eles e nós seguindo um fluxo de conexões mediado pelos interesses em comum em torno de núcleos temáticos centrais que perpassam relações de dominação, relações de gênero, relações étnico-raciais, dentre outras. Foi sem dúvida alguma, uma experiência maravilhosa e única. Pude aprender, pude despertar para outras formas de leituras e análises. A interação é algo que promove novos caminhos para as reflexões e oxigena nossa vontade em aprender. Achei muito interessante as pesquisas dos docentes de lá e suas diferentes inserções de trabalho. Pontos de partidas que mesclam trajetórias e mudanças de territórios, além de olhares peculiares sobre a observação do ambiente universitário e suas possibilidades para produzir conhecimento, sobretudo, um conhecimento autêntico e com pertencimento.

Percebi outras semelhanças entre os desafios pelos quais estudantes e trabalhadores daqui e de lá passam. Pontos em comum, como o impasse na hora da escrita e os momentos de paralisação. Encontrei respeito e solidariedade tanto com a minha pessoa, quanto com a pesquisadora em crise, e nesse espaço outra vez me deparei com a inspiração para prosseguir nessa jornada de produção de conhecimento.

Seja aqui no Brasil ou na Escócia, estudantes possuem similaridades e os desenvolvimentos de pesquisas guardam pontos em comum que me fizeram desmistificar um lugar de “inferiorização” particularmente meu, em relação ao que imaginava do universo estrangeiro. De fato, não temos só a aprender com os de fora, também temos algo a contribuir. **(Camila)**

5. Exercitando a escuta: as percepções dos coordenadores

Foi preciso coragem e iniciativa, além de prévia reflexão, por parte dos participantes, para tomar a decisão de se engajar na experiência e também de pensar sobre o foco e os limites do que eles gostariam de compartilhar. E há uma possibilidade de espontaneidade no que compartilhar que pode ser difícil de ser conseguida em sala de aula ou acessada a partir da prática.

Como facilitador, sinto que os participantes foram generosos e assumiram alguns riscos em comunicarem, como o fizeram, suas inspirações, frustrações, estresse, dilemas,

raiva, traumas, origem, identidade. Eles foram sensíveis e interativos uns com os outros ao reconhecerem temas em que, por vezes inesperadamente, havia ressonância. O grau de empatia entre estranhos, para além de fronteiras, culturas, e linguagens me surpreendeu. Isto é bem diferente do que ocorre num seminário ou workshop online. Houve debates; as conexões entre as imagens e as mensagens compartilhadas foram originais, pessoais, criativas, necessitando de pouca tradução ou explicações sobre abordagens teóricas. O tempo voou (poderíamos ter tido mais tempo para cada conversa).

Até agora, os encontros têm sido online, cruzando fronteiras internacionais. Uma utilização ampliada desta abordagem poderia complementar a troca de aprendizado em Serviço Social e programas afins no qual o uso reflexivo do self é fortemente demandado – sendo, porém, difícil de ser explorado em sala de aula e mesmo nos estágios, onde a liberdade de ser mais criativo nos debates pode ser mais restrita.

A abordagem também tem a vantagem de ser de custo quase zero, além de emitir zero carbono e de ser flexível. Além disso, este aprendizado coproduzido promove a curiosidade e a reflexão crítica sobre diferentes contextos.

Esta série de conversas deve continuar a ser oferecida e coordenada entre setembro e dezembro de 2024. Assim, a avaliação coletivamente produzida apresentada no presente texto é uma proposta de consolidar o aprendizado das experiências dos participantes e embasar uma apreciação desta perspectiva como um complemento opcional às perspectivas pedagógicas de formação utilizadas atualmente. **(James)**

O resultado dos encontros foi estimulante para mim, como coordenadora, como professora e como pesquisadora. As semelhanças de vivência das desigualdades estruturais e a aguda percepção da potência e impotência da atuação dos assistentes sociais diante destas desigualdades se tornaram estímulos para pensar em novas formas de enfrentamento destas questões a partir da formação de redes de acolhimento e discussão, no intuito de fortalecer aqueles e aquelas que lidam diariamente com impasses e difíceis decisões em suas carreiras, em suas pesquisas e em suas vidas.

A experiência Little Windows também reacendeu em mim a vontade de tentar novas abordagens e passar por novas experiências de encontro discente-docente, que certamente enriqueceram minha vivência como orientadora, acrescentando uma nova dimensão de conhecimento sobre a realidade estudantil diante das tarefas a que se veem às voltas durante suas pós-graduações.

Acredito que o futuro da iniciativa se dará, em parte, pela continuidade dos encontros, na medida do possível, mas também pela disseminação deste formato a partir de sua replicação em outros contextos de formação, particularmente entre estudantes do Brasil e de países latino-americanos, que apresentam diferentes contextos, mas semelhança na herança histórica de colonização e violência. Penso também na possibilidade de realização de disciplinas optativas, curriculares, de formato híbrido, que propiciem esta experiência a um número pequeno de participantes a cada semestre. Outras iniciativas elencadas pelos participantes igualmente podem ser imaginadas: uma plataforma interativa, a realização de seminários, encontros temáticos e mesmo interdisciplinares.

Mas outra parcela deste futuro está reservada às iniciativas das pessoas envolvidas nesta rede de encontros internacionais; serão elas a estabelecer efetivamente os vínculos necessários para o compartilhamento das experiências. Abrimos uma janela, mas cabe a elas manterem o espaço aberto, o ar circulando e a conversa fluindo.

Esta iniciativa Brasil-Escócia só foi possível por conta da oportunidade de troca proporcionada pela missão institucional. A partir da bolsa Capes Print, foi possível começar uma parceria que se desenvolveu através destes encontros online, e que agora tem mais uma oportunidade de se consolidar, a partir da própria experiência de escrita coletiva deste texto. Este processo de parceria, horizontal, democrática, também é um convite para que outras parcerias se estabeleçam, outras pontes se façam, outras conversas se iniciem - e outras políticas públicas apoiem a proposta de uma internacionalização solidária e não excludente.

(Patrícia)

UM FIM DE MAR COLORE OS HORIZONTES¹: UM RELATO DISCENTE DA EXPERIÊNCIA DE INTERNACIONALIZAÇÃO ENTRE O BRASIL E A ARGENTINA PROPORCIONADA PELA CAPES-PRINT

Bárbara Leite Pereira
Ivanete Salete Boschetti
Alberto Bonnet

1. Um fim de mar: como saímos do Brasil e chegamos à Argentina

Existiam muitas formas possíveis de pensar a tessitura deste artigo, mas o começo dele assumirá um viés de elucidar minimamente os caminhos que levaram a discente a alcançar a oportunidade de cursar o doutorado sanduíche e ser bolsista pelo programa da CAPES-PRINT.

Mesmo porque, a ida até outro país estudar desperta muita curiosidade externa, e são frequentes perguntas do tipo: como foi? Como conseguiu? O que precisa? É difícil? É fácil? Recomenda? E é a partir dessa perspectiva que iniciaremos a descrição dessa experiência.

Para isso, importante enumerar a condição da discente em ser uma mulher branca, cis, hétero, mãe, assistente social do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES) e estudante de doutorado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Ao navegar pela minha história, é possível encontrar, como um navio atracado, a referência familiar de condução e encaminhamento, mesmo com escassos recursos financeiros, a *importância dos estudos*.

Foi através dessa premissa, portanto, de *valorização dos estudos* que iniciei a vida universitária, ainda na graduação de serviço social, com escolhas que estreitassem um cotidiano rotineiro com os livros.

Por exemplo, isso fez com que decidisse ser bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET)² em três dos quatro anos da graduação, em seguida mestranda, estudante de espanhol, inglês, francês e também uma entusiasta da literatura.

Todo esse movimento ondular fez com que, no ano de 2011, passasse no concurso do Tribunal de Justiça do Espírito Santo como Analista Judiciária, com especialidade em Serviço Social, lugar onde sigo em exercício.

Ocorre que em 2013 com a finalização do mestrado, decidi dar uma pausa nos estudos acadêmicos e me dedicar ao trabalho judicial, que sempre exigiu bastante dedicação objetiva e subjetiva no cotidiano.

¹ BARROS, M. Poesia Completa. São Paulo: Leya, 2011.

² O PET é desenvolvido por grupos de estudantes, com tutoria de um docente, organizados a partir de formações em nível de graduação nas Instituições de Ensino Superior do País orientados pelo princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e da educação tutorial. O grupo PET, uma vez criado, mantém suas atividades por tempo indeterminado. No entanto, os seus membros possuem um tempo máximo de vínculo: ao bolsista de graduação é permitida a permanência até a conclusão da sua graduação e, ao tutor, por um período de, no máximo, seis anos, desde que obedecidas as normas do Programa. Atualmente o PET conta com 842 grupos distribuídos entre 121 IES. (BRASIL, 2024)

Todavia, esse contato rotineiro com tantas adversidades profissionais demandaram o retorno à universidade. Como se sentisse a necessidade de junção dos dois mundos: o do Judiciário e o da Ciência.

Isso aconteceu ao descobrir o Judiciário como uma instituição complexa, pouco acessível e estudada e que, logo, exigia caminhos singulares para sua compreensão. Essa constatação me levou a buscar o Doutorado em Serviço Social na UFRJ. Cabe registrar que logo após a aprovação, vivenciamos a Pandemia da Covid-19 e durante dois anos (2020 e 2021) as disciplinas foram realizadas remotamente, o que impôs um distanciamento da vida acadêmica cotidiana, que muito frustrou toda a turma ingressante.

Desde a aprovação, já havia o interesse em experienciar a internacionalização para aprofundamento e trocas teóricas exigidas pela própria pesquisa, mas também pelo momento histórico que havia nos imposto um isolamento involuntário. Viver a realidade acadêmica em outro país me surgia como um sopro de estímulo objetivo e subjetivo. Inegavelmente, essa experiência de conexão entre o Brasil e a Argentina trouxe além dos aportes teóricos fundamentais, contribuições individuais e coletivas de interlocução política, cultural e pessoal, mas isso será visto mais adiante.

Por ora nos deteremos aos caminhos que materializaram a condição de viver essa experiência como bolsista, tendo a consciência de desafios que iam desde a dificuldade de liberação pelo período de seis meses pelo Judiciário à necessidade de receber um financiamento estudantil para materializar essa experiência de vivência acadêmica em outro país. Esta se concretizou a partir de quatro fatores fundamentais: contato com a língua estrangeira, organização, articulação internacional acadêmica por parte da orientadora de origem Ivanete Boschetti, docente do PPGSS/UFRJ e disponibilidade de intercâmbio por parte do orientador estrangeiro Alberto Bonnet, docente da Universidade Nacional de Quilmes e UBA/Argentina.

Por parte do Poder Judiciário em geral, muito ainda se precisa avançar acerca da importância da ciência para sua execução institucional, não é de praxe a liberação dos servidores para estudar e logo, não foi possível acessar essa garantia. Essa não valorização científica por parte da instituição repercute também no não reconhecimento financeiro das formações *stricto sensu*, bem como na dificuldade de compreensão em geral da relevância de uma pós-graduação acadêmica.

Por isso, com raras exceções, os servidores ao optarem por fazer um mestrado e/ou um doutorado realizam um esforço individual desgastante para conseguirem estudar, à medida que quando conseguem liberação, esta se dá somente pela via de compensação da carga horária.

E foi com a condição de pagar as horas *perdidas estudando* que foi iniciado o doutorado em Serviço Social junto a Universidade Federal do Rio de Janeiro. Diz-se isso para ilustrar que todas as disciplinas e o processo de doutoramento foram conciliados com o trabalho no Judiciário, não houve também - pelos critérios propostos - disponibilização de bolsa regular de pós-graduação. O que houve, unicamente, foi o apoio financeiro oportunizado pela CAPES-PRINT.

Essa circunstância de não liberação institucional por parte do Judiciário e ausência de bolsa regular pela universidade, trouxe a necessidade de organizar o acúmulo do gozo de férias. Portanto, para conseguir os seis meses, ocorreram a soma de duas férias de direito e a do ano seguinte em que estaria no país de destino, calculando para que não conflitassem e

acumulassem irregularmente. E além desse tempo, existia a garantia das férias prêmio, que seria o direito a gozar três meses de férias após dez anos de serviço público estadual, o que havia sido conquistado no ano de 2022. Ao total, portanto, com as férias regulares acumuladas, somada às férias prêmio, era possível alcançar os seis meses para concorrer à bolsa e tentar a experiência da internacionalização.

Ainda assim, para gozar as férias de forma seguida e ininterrupta precisava-se de negociação com a equipe e com o magistrado que atuavam conjuntamente com a discente, os quais legitimaram seu apoio a esse projeto. Estava, assim, vencida uma importante barreira.

Em seguida, o passo seguinte foi assegurar o domínio do idioma do país em que pretendia solicitar a vaga, o que me instigou a intensificar o estudo do espanhol, que já conhecia. É importante dizer acerca dessa necessidade, ou seja, se você vai pra França, precisa saber o francês, para os Estados Unidos, inglês e para a Argentina, que foi o caso, o espanhol.

Essa qualificação é feita através da aplicação de provas que garantem um nível de certificação quanto a habilidade no uso da língua estrangeira. Em termos específicos do espanhol, por exemplo, existem duas provas possíveis de serem realizadas para garantir essa certificação, quais sejam: a DELE e a SIELE.

Para tentar o edital da CAPES-PRINT foi escolhida a primeira opção, por garantir o certificado definitivo, mas qualquer uma das duas teria a mesma validade. A prova é aplicada em alguns estados do Brasil pelo Instituto Cervantes e por proximidade com o Espírito Santo, estado de moradia da discente, a prova foi realizada no Rio de Janeiro.

A prova para conseguir a certificação é densa, com modalidades de compreensão oral, escrita e auditiva. Começa pela manhã, vai até o final da tarde e o resultado demora até três meses para sair. Por isso, é necessário verificar as datas disponíveis para fazer a prova antes do lançamento do edital pelo programa, porque o Instituto Cervantes abre as chamadas com datas específicas, o que pode acontecer do edital de pós-graduação abrir e não se ter mais tempo hábil para realizá-las.

Normalmente os editais para o doutorado sanduíche pedem uma qualificação mínima B2³ aos discentes que desejam concorrer à bolsa e mesmo com a proximidade que existe entre as línguas portuguesa e espanhola, é importante não subestimar as especificidades gramaticais que as diferenciam, sobretudo de pronúncia e escrita.

É importante situar que habitualmente as provas são difíceis, exigem concentração e estudo sistemático, não é possível realizar a inscrição, chegar e fazê-la aleatoriamente, sem preparo.

Pois bem, com a aprovação da prova de língua estrangeira e o aval da equipe de trabalho, iniciou-se o processo acadêmico junto à orientadora para identificar um professor no exterior que atendesse aos critérios de investigação proposto pela tese e pudesse contribuir com o debate. A orientadora me apresentou possibilidades de quatro países com os quais mantinha interlocução acadêmica: França, Portugal, Espanha e Argentina. Devido a condições objetivas e subjetivas, optamos pela Argentina, o que só foi possível pela conexão internacional já existente por parte da orientadora brasileira Ivanete Boschetti com o

³ Conhecido internacionalmente pela capacidade de se comunicar de diversas formas de maneira confiante, ou seja, falar com espontaneidade, compreender o conteúdo essencial de assuntos concretos ou abstratos num texto complexo, incluindo uma discussão técnica na sua especialidade.

professor argentino Alberto Bonnet, que prontamente concedeu a carta de aceite de vinculação junto a Universidad Nacional de Quilmes, na Argentina.

Com a articulação e aceite do professor do país de destino e elaboração de um plano de trabalho dialogado com a orientação acadêmica no país de origem, ocorreu a inscrição no processo seletivo em data específica disponibilizada pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFRJ para concorrer à bolsa CAPES-PRINT.

Após aprovação, homologação do resultado e encaminhamentos burocráticos, iniciou-se a gestão dos recursos disponibilizados para a compra das passagens, seguro de saúde e busca da residência provisória pelo período de seis meses. Todos os recursos previstos no edital entraram pontualmente, sem atrasos e/ou intercorrências.

Considerou-se importante descrever o caminho de deslocamento entre o Brasil e a Argentina, tanto para reconhecimento da importância dos recursos universitários para o estreitamento da produção da ciência em nível internacional, quanto para garantia de oportunidades no que diz respeito aos avanços teóricos com financiamento público.

Afinal, como dito anteriormente, essa experiência garantiu uma vivência de aprofundamento científico, pessoal e político e é sobre eles que nos ateremos a partir daqui.

2. Colore: o intercâmbio científico, pessoal e político da experiência como bolsista CAPES-PRINT

A experiência de morar em outro país por seis meses, como bolsista CAPES-PRINT, em contato com outra universidade e cultura ampliou sobremaneira as dimensões de conexões com a ciência, tanto em nível teórico, como pessoal, político e de construção intelectual.

Em termos teóricos o tema da tese centra-se na investigação da violência institucional que ocorre no sistema socioeducativo, a partir das denúncias que chegam até o Judiciário.

Para esse processo de pesquisa, portanto, seria importante que existisse uma conexão acadêmica com um professor que se debruçasse sobre o Estado, o direito e à violência e foi com base nessas características, que as possibilidades de intercâmbio foram pensadas e a escolha foi definida.

Acredita-se que o maior desafio investigativo da discente no processo de elaboração da tese em curso se trata de compreender os limites do direito, do Estado e a atuação do Judiciário no capitalismo, e suas particularidades na América Latina, daí também a opção por outro país de nossa América.

Assim, refletir sobre o papel do Estado na particularidade da formação social latino-americana, com suas convergências decorrentes da colonização e dependência, e suas especificidades nacionais, emergiu como um caminho teórico-metodológico fundamental para destrinchar o papel do Judiciário, tão pouco estudado e aprofundado teórica e criticamente no Brasil. Desse modo, a internacionalização se consolidou como um caminho apropriado, principalmente para acessar novas bibliografias e experiências universitárias que versavam sobre temáticas circundantes ao objeto de pesquisa.

Afinal, as estratégias políticas e econômicas sobre o lugar do Estado e do Direito no capitalismo alude uma discussão histórica que abarca autores, filósofos, concepções e chega

à própria militância. É um debate extenso, com muitas particularidades que engendram nas especificidades da estrutura e superestrutura suas potências e limitações.

É possível dizer que a disputa de perspectivas teóricas explicativas da realidade demonstra uma força metodológica capaz de evidenciar ou ocultar determinadas condições de existência, porque em seu cerne estão imbricadas a totalidade histórica, contradições de interesses e posicionamentos ético-políticos.

Nessa perspectiva, as mediações com as categorias classe social, unidade exploração-opressão, propriedade privada dos meios de produção, contradições do Estado e do Direito servem de bússola para direcionar essas expectativas e isso pode ser aprofundado nessa experiência de internacionalização.

Com tais preocupações teóricas e referências em mente, a discente realizou seu estágio na Universidade Nacional de Quilmes/Argentina, com as seguintes atividades: levantamento bibliográfico sobre a funcionalidade da violência para o Estado e o sistema capitalista de produção; estudo de possíveis semelhanças e/ou disparidades na condução da política de encarceramento de crianças e jovens no Brasil e na Argentina; levantamento legislativo sobre a questão do enfrentamento e combate à tortura na socioeducação; participação no Grupo de Estudos em Políticas Públicas coordenado pelo professor Alberto Bonnet, como parte do *Programa P&D*⁴ “*Economía y política en la Argentina contemporánea*”, com sede no Instituto de *Economía y Sociedad en la Argentina Contemporánea (IESAC)* de la Universidad Nacional de Quilmes, 2019-2024.

Além dessas atividades, foram traduzidos dois artigos acadêmicos do português para o espanhol, ambos vinculados com a crítica do direito, a saber: “A revolução teórica de Pachukanis”, de Celso Naoto Kashiura Jr. e Márcio Bilharinho Naves, e “Pachukanis e o Fascismo”, de Alysson Leandro Mascaro, que serão publicados na Argentina em M. Giaretto y A. Bonnet (eds.): *Marxismo y derecho. A un siglo de la Teoría general de Pachukanis* em 2024.

Nessa oportunidade de imersão universitária também foi possível adensar o trabalho teórico e concluir o processo de qualificação acadêmica, que ocorreu ainda na Argentina (de maneira remota), no decurso do doutorado sanduíche no dia 19 de fevereiro de 2024, com a participação de: Ivanete Boschetti - Professora Titular da ESS/UFRJ (orientadora), Alberto Bonnet - Professor das Universidades Nacionais de Buenos Aires e Quilmes, Vera Malaguti de Souza Weglinski Batista - Professora Associada de Criminologia da Faculdade de Direito da UERJ, Fábio do Nascimento Simas - Professor Associado da Faculdade de Serviço Social da UFF e Fernanda Kilduff - Professora Associada da ESS/UFRJ.

A estadia no doutorado sanduíche na Argentina, através do programa CAPES-PRINT foi, sem dúvida, de grande valia para aprofundar as reflexões e contribuir para a elaboração da tese.

Em termos políticos, ao chegar na Argentina, a possibilidade da conquista eleitoral com o crescimento de Javier Milei, enquanto candidato da extrema-direita, representou uma vivência similar à brasileira de 2018 com a ascensão do bolsonarismo. A universidade argentina trilhou seus caminhos de resistência estudantil, apresentando opções de candidaturas mais populares, como a de Myriam Bregman, por exemplo. Existiam cartazes espalhados pelos corredores e panfletos distribuídos, em uma entonação de preocupação

⁴ Pesquisa e Desenvolvimento.

recorrente com a possibilidade de sucateamento universitário, caso a extrema direita chegasse ao poder.

As ruas também foram ocupadas, diversas manifestações que uniam a classe trabalhadora ao movimento estudantil se concentravam na *Plaza del Congreso* ou na *Plaza de Mayo*, símbolos da resistência militante *porteña*. A entonação era de desespero do que poderia vir a acontecer com os serviços públicos, subsídios, universidades, benefícios assistenciais, ao mesmo tempo em que toda uma nação enfrentava dia após dia o descontrole inflacionário que assolava o país.

Após o período eleitoral, Javier Milei foi eleito presidente da república pela maioria da população argentina e não demorou a iniciar uma série de cortes sociais direcionados ao povo e também às universidades. A história Argentina também carregará em seus caminhos as consequências da extrema-direita, assim como o Brasil.

A vivência desse contexto possibilitou escrever quatro artigos para publicação em uma revista online brasileira, chamada *Em Movimento*, com os títulos: Pouso de uma brasileira: um relato sobre as sensações do processo eleitoral na Argentina; A Argentina não merece o fascismo; Um novo dezembro na Argentina e As panelas estão vazias, a falácia da Argentina do superávit.

Em termos pessoais, a experiência de morar na Argentina pelo período de seis meses trouxe a possibilidade de intercâmbio cultural, aprimoramento do uso da língua espanhola e contatos que ultrapassaram essa temporalidade.

A possibilidade de dedicação exclusiva aos estudos abriu pontes intelectuais que continuarão desenvolvendo caminhos e possibilidades, é disso que trataremos no último tópico deste artigo.

3. Os horizontes: a importância da internacionalização entre o Brasil e a Argentina sob a perspectiva da continuidade

Os movimentos para articulação dessa experiência começaram antes da chegada discente em solos argentinos. Ela se materializou a partir de uma conexão que existia previamente entre a professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e o professor da Universidad Nacional de Quilmes. Antes mesmo de viajar para a Argentina, tivemos a possibilidade de conhecer e dialogar presencialmente com o Professor durante um Seminário Internacional na UFRJ, organizado pelo Grupo de Pesquisa da orientadora (GEMPS), com participação do professor argentino, quando foi lançado um livro em que ambos possuem textos com suas produções teóricas acerca do Estado e dos direitos.

Nesse processo teórico-metodológico acadêmico, é possível acrescentar a condição de continuidade nas construções de novos caminhos e publicações acadêmicas, a partir dessa e de outras possibilidades que possam vir a surgir.

O financiamento da CAPES-PRINT foi fundamental para fortalecer e tecer as correntezas, por assim dizer. Um exemplo disso, é a futura participação da discente no I Seminário Latino-americano de Debate sobre a Derivação do Estado: contribuições para a Economia Política da Saúde e o Trabalho que será realizado em São Paulo, no qual estará presente parte do grupo de Políticas Públicas da Argentina e também uma futura organização

de uma revista Mexicana, chamada *Bajo el Volcán*⁵, com um dossiê temático sobre um século da teoria geral de Pachukanis.

Ou seja, em todas essas articulações foi possível navegar por densas experiências e contribuições, mas também continuar construindo pontes, isso fortaleceu a conexão entre o Brasil e a Argentina e ampliou as visões de mundo, em suas conjunturas com similaridades e diferenças, abrindo passagens, seguindo no olhar sucessivo e no horizonte das novas possibilidades que margeiam a produção da ciência.

4. Referência

BRASIL. Apresentação PET. 2024. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pet>. Acesso em: 08 ago. 2024.

⁵ A revista *Bajo el Volcán* é uma Revista de Pós-Graduação de Sociologia da Universidad Autónoma de Puebla, no México, e será publicada no volume seis em novembro de 2025. Soma-se a organização desta publicação a professora argentina Mariana Giarretto, professora e pesquisadora da Facultad de Derecho y Ciencias Sociales de la Universidad Nacional del Comahue (Neuquén).

O QUE TINHA PLANEJADO FAZER E O QUE FIZ: UM ITINERÁRIO DE PESQUISA E ENSINO

Giulia Strippoli

1. Introdução: os planos para uma estadia que não seguiu o caminho previsto

Quando fui selecionada como professora visitante no Programa de Internacionalização da CAPES (PRINT) junto ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, pensei que ia ser uma ocasião de aprendizagem única, sendo que aposto na relação que existe entre ensinar e aprender. Pensei que fosse um desafio preparar um curso para alunos e alunas brasileiros/as, pois já tinha tido contatos com o ambiente acadêmico brasileiro e tinha recebido a impressão de grande vivacidade intelectual. Do outro lado, para uma pessoa educada num ambiente europeu, ia ser bastante desafiante a desconstrução de categorias de análise eurocêntricas. Tinha programado desenvolver a minha atividade na UFRJ em duas partes principais: o curso sobre a história do movimento operário e a esquerda global e um laboratório audiovisual sobre mulheres e feminismos, como curso de extensão.

O laboratório tinha o objetivo de ensinar às pessoas participantes – estudantes, trabalhadores, ativistas, etc. – a produzir um produto audiovisual – documentário, entrevistas orais – sobre temas como o uso e a percepção do corpo, as dimensões coletivas e individuais da militância feminista, a afirmação dos direitos das mulheres e das dissidências sexuais. A proposta combinava a reflexão teórica sobre o cinema sobre mulheres e feito por mulheres, com a participação ativa, a criatividade individual, a expressão pessoal, o trabalho em equipa e o diálogo intergeracional para a transmissão de valores fundamentais como os direitos das mulheres, a igualdade, a participação ativa e colaborativa. O laboratório planejava ter impacto na formação e na atividade das participantes por fomentar a reflexão teórica e a aprendizagem técnica concernentes a valores de transformação social fundamentais como os direitos das mulheres, a participação ativa das mulheres e a igualdade. Era previsto ter impacto também no âmbito de ação das participantes, como o partido político ou movimento, a universidade, o ambiente de trabalho. E na sociedade civil mais em geral porque o documentário tinha a previsão de ser um produto de divulgação através da UFRJ, constituindo um fundamental output do laboratório e chegando a um público amplo. Imaginava o laboratório sobretudo como um tempo de convivência, de troca, de aprendizagem em comum.

Contudo, o laboratório não se realizou por causa da pandemia. Nem chegamos a ter a primeira reunião. O curso também não podia ser realizado. Mas, enquanto o curso era mais fácil de se adaptar a outras modalidades remotas, o laboratório era impossível de ser feito online. Optamos, então, em realizar o curso remotamente.

2. O curso sobre história do movimento operário e a esquerda global

O curso, de 45 horas, foi realizado via Plataforma Zoom, e depois com o fim do programa, continuamos os encontros em forma de seminário, para os/as alunos/as que desejavam partilhar e discutir os trabalhos deles/as.

O curso seguiu uma ordem cronológica, desde os começos do capitalismo até aos dias de hoje. Lemos e comentamos uma variedade de fontes e autores, vimos também excertos de filmes, comentamos muitas imagens. Temas como as mulheres, o feminismo negro, o trabalho, as lutas sociais, os conflitos, as greves não foram tratados numa aula ou numa série de aulas, mas constituíram o *fil rouge* do curso. Na primeira aula, expliquei o funcionamento do curso e a perspectiva historiográfica e interdisciplinar adotada. Usei Marc Bloch sobre o método histórico, Eric Hobsbawm para circunscrever a história do movimento operário e Eduardo Galeano de “As veias abertas da América Latina” para o enfoque sobre as consequências do colonialismo e da escravidão. Apresentei o livro Cem Palavras do Marxismo: começamos cada aula com a apresentação, por parte dos/das alunos/as de algumas das palavras, seguida pela discussão.

Introduzi também o livro Ensinando a Transgredir de bell hooks, com o foco em torno da educação como prática de liberdade, que foi a ocasião para referir também o pensamento de Paulo Freire.

A propósito de feminismo negro falamos também do filme K-bela¹, um projeto por e para mulheres negras. Insistimos sobre a necessidade de cruzar várias leituras e de mantermos um olhar crítico sobre as fontes, seja as escritas seja as orais e as visuais. Para dar um exemplo, mostrei um excerto do filme de Chris Marker Cartas da Sibéria, onde o diretor propõe as mesmas imagens mudando somente o tom da voz e a música, para mostrar como a narrativa e a ideia política transmitidas podem mudar completamente, segundo as intenções e as manipulações de quem seleciona ou constrói as fontes.

Sobre as fontes iconográficas e o efeito que provocam tivemos como referência “Diante da dor dos outros” de Susan Sontag.

Antes de chegar ao socialismo científico e às configurações de luta do movimento operário, tivemos de ver de onde nasceu o sistema que foi o contexto para o surgimento das lutas operárias, ou seja, o capitalismo. Então, tivemos de analisar também de onde é que nasceu o capitalismo, e fizemos referência à revolução industrial inglesa e às suas etapas, uma em meados, fim do século XVIII, que tinha mais a ver com o setor têxtil, com a metalurgia e outro ao longo do século XIX com novos processos produtivos, com químicos, com o petróleo, com a eletricidade. Vimos também que esses processos de industrialização tiveram consequências na organização do trabalho e na contestação da nova organização do trabalho e que surgiram movimentos de protesto contra o novo modelo fabril, como o ludismo e o cartismo. E vimos que existiam outras imaginações de sociedade que eram formas que contestavam este modelo, por exemplo o socialismo utópico. E lembramos também que aquele que chamamos socialismo científico tinha algumas diferenças com os projetos que

¹ K-BELA é uma experiência audiovisual realizada de forma colaborativa por mulheres negras sobre mulheres negras. Com roteiro e direção de Yasmin Thayná, o filme recebeu o prêmio de Melhor Curta-metragem da Diáspora Africana da Academia Africana de Cinema (AMAA Awards 2017) e foi convidado para dezenas de festivais ao redor do mundo. Link: <https://www.youtube.com/watch?v=LGNIn5v-3cE>

contrastavam o novo sistema, imaginando soluções distintas, por exemplo das sociedades utópicas.

Por que era diferente o socialismo científico? Porque explicou o funcionamento da sociedade contra a qual se sentia a falta de direitos, ou seja, a exploração do trabalhador, através da mais-valia, como o capitalismo atuava e o mecanismo da luta de classe entre burguesia e proletariado. Passou a se chamar científico por causa não só da imaginação do futuro, mas também pela explicação do presente e dos mecanismos que geriam a sociedade capitalista e a luta de classe.

Centramos particularmente na revolução industrial que estava acontecendo na Europa do século XIX porque foi lá que o desenvolvimento industrial gerou novos modos de produção, uma nova divisão do trabalho; e também porque as análises de Engels e Marx nasceram sim da análise econômica, social, financeira, mas também da observação das condições de trabalhos nas indústrias na Inglaterra.

O fato de ter focado na Europa não significa que a história não fosse em movimento noutras partes do globo e que não existissem revoltas, revoluções, reformas, mudanças fora da Europa. E como a nós, no curso, interessava-nos o movimento operário e as esquerdas e interessava-nos também o Brasil contemporâneo, achamos que antes de traçarmos a história do movimento operário no sentido das organizações que se deu, como a associação dos trabalhadores – a primeira internacional – ou a internacional socialista das mulheres, os partidos políticos, ia ser bom destacar alguns elementos úteis para vermos o desenvolvimento do movimento operário e das esquerdas no Brasil.

Assim, enquanto na Inglaterra estava ocorrendo a revolução industrial e os países europeus estavam na fase do desenvolvimento econômico, do imperialismo territorial, fomos ver o que estava acontecendo no Brasil e o fato de saber a história do Brasil, o contexto, nos ajudou para perceber melhor o desenvolvimento das associações operárias e dos partidos de esquerda. Fizemos então um enfoque sobre a história do Brasil desde fim do século XIX, que tomou em conta séculos de opressão colonial e o sistema da escravidão.

Ao falarmos sobre o movimento negro e as revoltas de escravos, fizemos referência ao livro *Os jacobinos negros*, de C.L.R. James, sobre a revolta do Haiti. Focamos a atenção no fato de o livro ter sido escrito em 1938, quando a Europa estava vivendo a promulgação das leis nazistas e fascistas sobre a superioridade da raça branca.

Esse enfoque sobre escravidão não serviu só de contextualização da época histórica, mas também para chamar a atenção sobre a interligação entre todas as formas de opressão, que responde ao que aconteceu na realidade, aos fatos históricos e é também uma maneira de reflexão teórica sobre a opressão. Sublinhamos que, se de um lado do mundo havia escravos e do outro havia operários, as duas coisas não eram independentes, aliás, estavam dependentes porque a economia sempre foi global e uma prova é o fato de os países imperialistas europeus, por exemplo, importarem a baixo preço os produtos das colônias. Sobre este aspecto, citamos e comentamos um artigo de Marcelo Badaró Mattos.

Voltamos então à Europa, ao período de monopólio e imperialismo dos finais do século XIX. Concentramos a atenção sobre a Comuna de Paris e a figura de Louise Michel e sobre as Internacionais, a Primeira 1864-1976, a Segunda 1889- 1916- e a Terceira 1919-1943. Foi neste momento, ao aprofundar o contexto e a articulação da Segunda Internacional, que introduzimos as figuras de Clara Zetkin e Rosa Luxemburg e as respectivas atividades políticas. A introdução de Zetkin e Luxemburg foi também a ocasião para falar de outras

mulheres na história do socialismo, como a Flora Tristan, e para discutirmos sobre a inclusão e representação das mulheres na historiografia contemporânea.

Estudamos depois a revolução russa e as repercussões no mundo, com o surgimento dos partidos comunistas e as tentativas de expandir a revolução fora da Rússia, uma tentativa violentamente travada pelo surgimento das ditaduras nazifascistas na Itália e na Alemanha. Analisamos as etapas da revolução russa, assim como os termos que caracterizaram a história da revolução e que viriam a ser categorias usadas em outros processos históricos, como soviets e duplo poder. Citamos também estudos críticos de alguns aspetos da revolução russa, como a concessão do partido de Rosa Luxemburg e as impressões de Emma Goldman sobre as esperanças não mantidas da revolução.

Destacamos também sobre o socialismo na América Latina e a combinação entre marxismo e instâncias e rebeliões populares indígenas na teoria do revolucionário peruano Mariatégui.

Mantemos a atenção para o que estava acontecendo no Brasil e discutimos o papel, na historiografia, do trabalho negro e do movimento negro e para esta discussão fizemos uma leitura crítica da introdução de *Rebeliões da Senzala* de Clovis Moura e comentamos outros clássicos como Cláudio Batalha e Florestan Fernandes. Sobre as organizações de trabalhadores e as reivindicações, usamos em particular os estudos de Erika Bastos Abrantes e Gracyelle Costa e sublinhamos o papel da imprensa operária na organização dos trabalhadores. Falamos também do surgimento do Partido Comunista Brasileiro e das figuras de Carlos Prestes e de Olga Benário, e citamos obras de referência, não só historiográficas, como narrativas, das quais uma das principais é o escritor brasileiro Jorge Amado com o livro *O Cavaleiro da Esperança*. Comentamos a introdução ao livro, que fala do porque o autor decidiu escrever uma biografia do Prestes naquela altura (em prol da amnistia de presos políticos em 1942).

O foco sobre o movimento socialista e o partido comunista italiano, e sobre a luta antifascista levada a cabo foi o contexto para introduzir o pensamento de Antonio Gramsci e para interrogar as fontes – os escritos políticos dele - sobre a importância das categorias por ele elaboradas, como bloco histórico, hegemonia, e sobre a atualidade destas categorias como análise das lutas de hoje.

Chegamos, portanto, a um quadro geral: de um lado, a Europa entre as duas guerras mundiais, o biênio vermelho, as possibilidades que se tinham aberto com a revolução russa e as tentativas revolucionárias e de insurreição em outros países, e o que isso tinha causado ao nível de repressão. De outro lado, tínhamos um grande momento de organização operária, do ponto de vista das greves, dos conselhos, das assembleias, do outro tínhamos a reação ao projeto socialista, uma reação baseada no nacionalismo e que encontrou a sua forma mais violenta em fenómenos como o fascismo italiano e o nazismo alemão.

Vimos o surgimento da Terceira Internacional (1919-1943), sob a liderança do partido bolchevique, a Internacional dos partidos comunistas, que nasceram nos primeiros anos da década dos vinte, ou porque os partidos socialistas passaram a ser partidos comunistas, ou porque uma parte minoritária dos partidos socialistas decidiu de aderir à IC e abandonou o partido socialista e fundou um partido comunista.

No que concerne ao Brasil, vimos o surgimento da imprensa negra, citamos alguns dos jornais mais famosos da época, como fontes analisamos alguns números de *O Alfinete* e *O Bandeirante* e vimos também a mudança política em curso. Em oposição ao governo do

presidente Washington Luís, tinha-se formado um movimento chamado Aliança Liberal, do qual faziam parte Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba que se opunham à passagem de presidência de Washington Luís ao Júlio Prestes. Um dos líderes da AL era Getúlio Vargas, que em janeiro de 1930 deu a conhecer quais eram os conteúdos da Plataforma da Aliança Liberal, com um particular destaque às questões sociais.

Seguimos, então, o processo político que levou ao fim da Primeira República em 1930 e ao golpe que levou à instauração do Estado Novo em 1937, apresentando as etapas do governo de Vargas. Neste momento do curso, introduzimos também o tema do papel das mulheres brasileiras na história da emancipação feminina global, com particular destaque para Nísia Floresta e das mulheres brasileiras escritoras como Patrícia Rehder Galvão (Pagu), Maria Firmina dos Reis, Carolina Maria de Jesus, Conceição Evaristo, Sueli Carneiro e Lélia González. Em particular, a obra de Lélia González e Primavera para as Rosas Negras nos acompanhou como referência crítica acerca do movimento negro, do feminismo negro e das diferenças entre mulheres, entre feministas, entre ativistas, por causa das formas de opressões distintas como o racismo e o classismo.

Continuamos a acompanhar a história brasileira e o processo governativo antes do golpe de 1964 e a história da guerra civil espanhola e da segunda guerra mundial e da guerra fria logo a seguir do segundo conflito mundial. A guerra civil espanhola foi ocasião para mencionar a solidariedade transnacional e para ter um enfoque sobre os encontros entre militantes em nível global. Em particular, citei o exemplo de destacadas mulheres da luta antifascista como Teresa Noce, Dolores Ibarruri, Fanny Edelman, Tina Modotti, Gerda Taro, presentes na guerra civil.

A aula sobre a segunda guerra mundial permitiu falar também do fenômeno da Resistência ao nível europeu e em particular da Resistenza italiana. Forneci alguns números que me pareciam úteis para perceber o contexto: 36.000 *partigiani* morreram, 10.000 civis foram mortos como represália nazifascista, 33.000 militares morreram nos campos de concentração, 32.000 morreram nas formações *partigiane* organizadas no estrangeiro. Neste contexto, as mulheres tiveram uma ampla participação: 70.000 mulheres fizeram parte dos Grupos de Defesa da Mulher, 35.000 em ações de guerra *partigiana*, 500 tiveram papéis de comando militar. As mulheres presas, condenadas e torturadas foram 4.563, 2.812 as mulheres fuziladas ou enforcadas, 1.010 caíram em combate, 2.753 foram deportadas em Alemanha². Entre aquelas que não participaram em ações armadas estão outras *partigiane*, as enfermeiras, os estafetas, ou seja, quem transportava de um lugar a outro de bicicleta armas, munições, alimentos, mensagens, documentos, medicamentos, etc., e aquelas que em 1944 participaram nas grandes greves no Norte de 1944. É uma história, a das mulheres envolvidas na guerra *partigiana*, que começou a ser estudada cientificamente e divulgada a partir de fins dos anos setenta, quando começaram a aparecer os livros de Rachele Faria e Anna Maria Bruzzone (1976) e de Bianca Guidetti Serra (1977). De facto, durante todos os anos cinquenta, nem a televisão nem os livros de investigação ou divulgação histórica falavam da Resistência. Segundo o historiador Giovanni De Luna, houve uma reviravolta com as eleições de 1964 com o Presidente da República Saragat (1964) que inaugurou a narração da

² Para os dados sobre militantes envolvidas na Resistenza italiana ver: Donne e Uomini nella Resistenza <https://www.anpi.it/donne-e-uomini-della-resistenza>

República, nascida na Resistência, enquanto o cinema, o teatro e a música já tinham começado, ao longo dos anos cinquenta, a narrar a Resistenza italiana.

Entre os produtos da televisão sublinhei o documentário da realizadora Liliana Cavani que em 1965 fez um filme sobre as mulheres na Resistenza³, focada naquelas que ainda menos atenção tinham, ou seja, aquelas que tinham sido condenadas à morte, que tinham comandado bandas de homens, que tinham sido torturadas e deportadas, aquelas que de facto combateram a guerra *partigiana* com as mesmas armas dos homens. Neste documentário, as muitas mulheres entrevistadas falam de como aconteceu o envolvimento na Resistenza, como descobriram as mentiras, a violência do fascismo, a insensatez e o perigo das leis raciais de 1938, como o fascismo era um regime de opressão e como entrava em todos os lugares, desde a casa até a fábrica. E parece-me importante sublinhar que estas mulheres entrevistadas deram distintas motivações do envolvimento delas, dos percursos feitos. No plano mais geral, sobre o nazismo e os totalitarismos citamos Hannah Arendt e as Origens do Totalitarismo.

Passamos depois aos anos da reconstrução e do boom econômico na Europa, e aos anos sessenta de progressiva contestação à sociedade burguesa, até chegar ao momento de Sessenta e Oito, ao movimento estudantil e às greves operárias do outono quente de 1969. Falamos da revolta juvenil, da libertação sexual, do desenvolvimento das instâncias feministas nas últimas décadas do século XX e da importância de mulheres ativistas negras, escritoras e artistas de renome internacional como Audre Lorde. Citamos o caso de estudos sobre as mulheres que desafiavam as teorias marxistas focadas somente no trabalho assalariado dos homens ocidentais e para tal comentamos algumas páginas do estudo de Silvia Federici Calibã e as bruxas onde a autora relaciona a dominação do corpo da mulher com o processo de acumulação primitiva de capital.

Sublinhamos como, também em contextos de ditadura, como no caso português, embora não tivesse acontecido algo semelhante ao “Maio francês” ou ao “longo Sessenta e Oito” italiano, os jovens e os estudantes foram protagonistas de uma temporada de participação cívica e política. Neste contexto, falamos de palavras como autogestão, *operaismo*, autonomia operária, que enriqueceram as práticas e as teorias da esquerda e que tiveram um papel importante no que diz respeito aos confrontos internos aos partidos comunistas e aos partidos de esquerda.

Relativamente ao Brasil, enfrentamos o começo da ditadura em abril 1964, quando o golpe civil-militar derrubou o governo do presidente João Goulart. Como escreveu José Paulo Netto, na sua introdução à Pequena história da ditadura brasileira, que é um texto que usamos nesta parte do curso, a ditadura oprimiu, reprimiu e deprimiu - achamos interessante isso para uma reflexão sobre o uso da linguagem. De fato, ao longo do curso estivemos num processo de análise e estudo de palavras e pensamos que os verbos usados por Netto mereciam uma discussão aprofundada sobre a articulação da ditadura.

O autor sublinhou como neste processo reacionário foram perseguidos, torturados, presos, exilados, desaparecidos operários e trabalhadores rurais, sindicalistas, estudantes, artistas, escritores, cientistas, padres e também burgueses e militares e aqui José Paulo Netto acrescenta: o que significa que aqueles vinte anos foram também anos de resistência e foi a

³ Liliana Cavani, *La donna nella Resistenza*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=j7p7v504j6M>

partir daqui que refletimos sobre as maneiras de contar a história da ditadura e da resistência, sobre o uso de palavras como vítimas, sobreviventes, resistentes, revolucionários/as, etc. Relativamente ao contexto brasileiro, tratamos de pessoas destacadas como Carlos Marighella, mas também das milhares de pessoas, homens e mulheres que resistiram e lutaram no dia a dia contra um regime opressor. A tal propósito usamos o livro *Mulheres de luta. Feminismos e esquerda no Brasil, 1964-1985*. Tratamos de outras lutas na América Latina, como o caso da boliviana Domitilla Barros de la Chungara, da sua atividade no sindicato das esposas dos mineiros, da sua resistência na prisão, contada também num dos capítulos de *Memórias do Fogo* de Eduardo Galeano, e da sua projeção transnacional, quando em 1975 se destacou pela reivindicação de classe que fez contra uma ideia geral de 'sororidade' e de igualdade entre as mulheres no contexto do Ano Internacional da Mulher, um evento organizado pela Organização das Nações Unidas em 1975.

O enfoque sobre a guerra fria obrigou-nos a falar da intervenção dos Estados Unidos na América e em particular do papel de Dulles. Dulles, secretário de Estado Americano sob a presidência do general Eisenhower, foi uma das personagens chave da construção do poder dos EUA contra a ideia de uma assim chamada ameaça comunista. Foi particularmente claro ao construir um discurso ideológico de avisos e ameaças aos países perto dos EUA. Foi o que aconteceu com a Guatemala, que foi o primeiro país que conheceu a intervenção indireta – ou seja direta, mas não declarada dos EUA porque foi a CIA que interveio contra o Presidente eleito Jacobo Arbenz Guzmán, que não era comunista, mas tinha formado um governo apoiado por comunistas e tinha começado um projeto de reforma agrária para que as terras improdutivas fossem entregues aos camponeses, na sua presidência entre 1951 e 1954.

E, relativamente ao resto do mundo, tratamos do processo de descolonização na Ásia e África e do derrube do império colonial português e da ditadura do Estado Novo em Portugal, mas também do fim das ditaduras na Grécia e em Espanha.

A luta dos povos de Angola, Guiné-Bissau e Moçambique foi a ocasião para falarmos da ligação entre socialismo e luta pela independência nacional e para focarmos a atenção entorno de algumas pessoas como os líderes dos movimentos de libertação Agostino Neto, Samora Machel, Marcelino dos Santos, Amílcar Cabral, mas também sobre mulheres como Deolinda Rodrigues, combatente angolana e líder do MPLA e da Organização da Mulher Angolana, que passou também pelo Brasil em finais de 1950.

Deolinda deixou um diário que cobre quase dez anos, de 1956 a 1967. O diário, supostamente encontrado no Congo em 1974 por Roberto de Almeida, irmão de Deolinda, foi publicado no início de 2000 pela editora angolana Nzila. Este relata a sua revolta contra os colonos portugueses, os seus sentimentos em relação aos *nguetas* (brancos), a sua filiação no MPLA, a fundação da organização de mulheres OMA, a sua vida e pensamentos sobre o papel da mulher e o seu nestas organizações e na revolução. A sua concessão da revolução combina a luta pela causa nacional com o internacionalismo e o pan-africanismo, os códigos dos partidos comunistas com os sentimentos subjetivos, o sacrifício pelo bem coletivo com o nível muito íntimo dos seus pensamentos e sentimentos. A sua militância no MPLA e na OMA mostra que os laços com o mundo comunista, socialista e de esquerda proporcionaram um itinerário político transnacional e foram multifacetados, sendo por alguns aspectos consideráveis "clássicos" (uma jovem que seguiu uma formação política, manifestou a sua disciplina e a sua lealdade ao MPLA), ao mesmo tempo que por outras características são

singulares (a sua subjetividade) e mostram uma forte intersecção entre as preocupações de classe, raça e gênero.

Voltamos à América Latina para sublinhar mais uma vez o papel dos Estados Unidos no golpe contra Salvador Allende no Chile e dedicamos profunda atenção às ditaduras e às resistências na América Latina até meados dos anos oitenta. Sobre o movimento comunista internacional, vimos que, a partir do final dos anos 1950 e princípio dos anos 1960, se tinha aprofundado uma divisão entre a União Soviética e a China, sobre as questões ligadas à desestalinização e sobre a coexistência pacífica. Falamos da China maoísta, da revolução cultural e da influência que o maoísmo teve na articulação da galáxia do comunismo heterodoxo na Europa ocidental e nas Américas. Enfrentamos neste contexto também a questão dos conflitos como a guerra do Vietnã e o conflito Israel-árabe.

Chegamos assim à crise econômica do começo dos anos setenta. As subidas do preço do petróleo tinham desencadeado um aumento geral dos preços que gerou uma crise econômica, de certo modo de tipo novo porque combinava a estagnação com a inflação. O que acontece de novo com a crise de 1973 - e isto vai marcar toda a década seguinte - é que a subida geral dos preços é motivada, não pela prosperidade, mas por fatores políticos, e teve como consequência uma redução geral da procura. A crise traduziu-se, naturalmente, em aumento do desemprego, mas numa primeira fase (até aproximadamente meados da década de 1980) a força dos sindicatos conseguiu salvar os níveis salariais e as conquistas sociais próprias do Welfare State. O aumento das taxas de juros funcionou como fator de agravamento da crise, uma evolução econômica que alterou as políticas econômicas, sobretudo a partir da chegada ao poder em 1979 da primeira-ministra Margareth Thatcher na Inglaterra e em 1980 do Presidente Ronald Reagan nos EUA. E foi assim que chegamos a falar da categoria de neoliberalismo, ou seja, do papel de absolutização encarado pelo mercado e pelo dinheiro.

Segundo o princípio neoliberal, a riqueza cria riqueza; por isso, o poder deve ficar nas mãos de quem já detém as riquezas, e os Estados não podem intervir com uma função de regulação das assim chamadas 'leis do mercado'. Dedicamos as últimas aulas à análise de como os movimentos operários, sindicais, de estudantes, o movimento pela justiça climática, os movimentos feministas têm, nas últimas décadas, enfrentado a desregulação da economia, a crescente injustiça social, que aprofunda a discriminação, e parece dificultar o trabalho organizativo em direção de sociedades mais pacíficas e mais justas. Relativamente ao Brasil, focamos a atenção sobre a teoria do capitalismo dependente. Do ponto de vista mais geral, discutimos a relação entre economia brasileira e sociedade no seu conjunto, com particular atenção aos discursos identitários e às suas consequências.

Foram muitos os livros, artigos, excertos, filmes, músicas, poemas que nos acompanharam num século de história de revoltas, revoluções, rebeliões contra o colonialismo, o capitalismo, a discriminação. Recebi da turma no seu conjunto e dos/das alunos/as individualmente estímulos, perguntas e desafios que fizeram com que o curso se tornasse numa experiência profissional e humana de absoluta relevância.

3. O diário de montagem do filme Vida de Lionel

No período passado no Rio de Janeiro e na impossibilidade de conduzir o laboratório audiovisual, comecei a ver os materiais de uma entrevista oral que tinha gravado em vídeo

alguns meses antes. Tinha entrevistado um realizador italiano que como muitos outros tinha percebido a importância de documentar a guerra de libertação em África contra o exército colonial português e que entre 1970 e 1971 tinha passado algumas semanas em Angola para documentar a guerra do povo angolano, depois de quase dez anos de guerra (a guerra em Angola começou em fevereiro de 1961). Tinha encontrado o realizador, Lionello Massobrio, e tinha passado três dias com ele. Tinha gravado as minhas perguntas e as suas respostas sobre os anos sessenta e setenta, sobre o grupo de esquerda ao qual pertencia, Lotta Continua, sobre a viagem em Angola, sobre o filme que tinha feito e que tinha chamado com o nome de um dos slogans do MPLA, A Vitória é certa. Tinha gostado muito do tempo com ele, tinha recolhido as informações que pretendia recolher, tinha arrumado os arquivos de vídeo e áudio num disco duro e nunca tinha ouvido a entrevista.

Quando fiquei em casa, antes em Copacabana, depois na Praia Vermelha, sem a perspectiva de encontrar a turma, alternei a preparação das aulas com a montagem da entrevista, que viria a ser um filme, que estreou no Festival Canal O Cubo daquele mesmo ano como o título Vida de Lionel. Durante a revisão da entrevista, comecei a ter um diário para anotar o que me parecia importante guardar do testemunho, o que queria que ficasse no filme e o que ia ficar nos meus arquivos. E escrevi um relato sobre aqueles dias, em que, confrontada com a pandemia num outro continente, olhava para a entrevista e tentava compor na minha cabeça as imagens do filme. Um ano depois, talvez mais, aquele relato, revisto, viria a ser publicado por uma editora portuguesa de um instituto da minha faculdade⁴.

O diário, pelo contrário, permaneceu inédito e o apresento nas páginas seguintes.

3.1. Diário da entrevista a L.M.

Dia 1

Abro a pasta da entrevista a L. Como lembrava, tudo bem arrumado ao oposto de todas as entrevistas passadas, que guardei mal, perdi, desarrumei. Lembrava bem. Verifico ter tudo, desde o primeiro *ciak* até ao último dia.

Bolas, o que gravei no exterior está muito mal. O áudio está ok, a cor está péssima. Balancei mal o branco. Mas ouve-se tudo. A casa de L. é fotogênica. O L. maravilhoso. Aparecem os gatos. Não tive coragem de perguntar à Roberta mais informações sobre a morte de L. Ele teria conseguido sorrir frente a esta pandemia? Acho que sim. Gravei horas, tenho demasiado material. Por hoje é tudo. Não desanimar frente ao material, terei de selecionar.

Dia 2

Escrevo o que lembro da entrevista sem ouvi-la. Porque tenho dificuldade em voltar à entrevista? Pela morte dele? Por impaciência? De facto, seria melhor fechar os olhos, abri-los e encontrar o filme montado. É o processo criativo? Não consigo. Passo a tarde a ler Portelli⁵ Procuo excertos para a turma. Quando leio Portelli, a historiografia me parece a arte mais necessária ao mundo. Aconteceu-me também com as guerras de Etiópia de Rochat,

⁴ Giulia Strippoli, *La vittoria è certa, de Lionello Massobrio. História parcial de um filme e reflexão sobre um encontro*, in Teresa Mendes Flores, Sílvio Marcus de Souza Correa e Soraya Vasconcelos, *Imagens e Arquivo. Fotografia e filmes*, ICNova 2021. Disponível em: https://run.unl.pt/bitstream/10362/121736/1/La_Vittoria_certa.pdf

⁵ Alessandro Portelli, historiador de referência da história oral.

a história do PCI de Aldo, *Il corpo del nemico ucciso*⁶. Mas Portelli e a história oral é diferente da minha entrevista a L. fiz as perguntas erradas.

Dia 3

Ouçõ pedaços da entrevista ao L. sem olhar diretamente para ele. Ou tiro a voz e vejo a boca dele em movimento no ecrã sem ouvir nenhum som. Não move muito a boca, como os ventríloquos. Deve ser porque já tinha poucos dentes. Pelo menos ouvi algo. Esquema das coisas que ficam: a ideia de fazer o filme. A ligação como LC⁷ e com o MPLA, o povo angolano, a estética e a ideia política do filme, a vida depois do filme.

Dia 4

L. diz que não se lembra de como nasceu a ideia de fazer o filme. E logo conta como nasceu. Deixar o momento onde diz que não se lembra? L. mostra não lembrar bem, não falar bem, mostra ter a idade de um idoso. Mostrar isto no meu filme? Faço um filme sobre o filme dele ou faço um filme sobre ele jovem revolucionário que foi para Angola? Fala de Randi⁸ como de uma africana apesar de ela ser absolutamente branca. Seria polémico por L. que diz que Randi era africana enquanto vemos uma mulher cuja pele é branca, de cabelo loiro? L. o diz porque Randi conseguiu fazer pão no mato, sendo que tinha passado a infância e juventude num ambiente camponês.

Dia 5

Guardar a parte onde L. diz que ele era um militante do MPLA. Passagens a sublinhar: onde os jovens fazem o teatro sobre a opressão colonial. Lembrete: o teatro como forma de representação e emancipação. O capataz português comanda, os escravos trabalham. Quem não obedece é batido. Onde os militares fazem saltar a ponte. Onde os militantes discutem sobre a guerrilha. A parte da escola onde as crianças cantam a canção sobre o neocolonialismo sobre os povos da Ásia, África e América Latina. Lembrete: a educação como forma de consciência e libertação.

Dia 6

Como são representadas as mulheres no filme? Randi fotografa, Bella grava o som. L. na entrevista conta que tinha estudado na URSS para aprender a usar os instrumentos de rádio úteis à guerrilha. Por isso, grava o som do filme. Lembra de dizer em algum lugar que as mulheres combatiam e viajavam. Bella como exemplo do que hoje se chama circulação transnacional. As outras mulheres fazem o treino militar; carregam as crianças enquanto trabalham; trabalham sempre. Lembrete: procurar o documento da OMA onde dizem que as mulheres angolanas trabalharam sempre mais de que os homens⁹. Que consideração tinha L. das mulheres?

⁶ Aqui fazia referência a alguns títulos de livros de história contemporânea de historiadores italianos, que inspiraram o meu percurso académico. Ver: Giorgio Rochat, *Le guerre italiane*, Einaudi, 2008; Aldo Agosti, *Storia del PCI*, Laterza, 2000; Giovanni De Luna, *Il corpo del nemico ucciso*, Einaudi, 2006.

⁷ Grupo de esquerda revolucionária ao qual pertencia Lionello Massobrio. A formação política nasceu no fim dos anos sessenta e recolheu a herdade das lutas estudantis e operárias do fim da década.

⁸ Randi Krokaa, de origem norueguesa, que fez parte da realização do filme.

⁹ OMA: Organização da Mulher Angolana, a associação de mulheres nascida dentro do MPLA no começo dos anos sessenta.

Dia 7

L. emocionado enquanto revemos o filme juntos na sua casa. Como transmitir a emoção de L.? L. está muito emocionado quando fala da Randi e quando fala do MPLA. O que quero transmitir no filme? A emoção dele? A luta do povo angolano? Não consigo ouvir a entrevista, tenho a impressão de não ter feito as perguntas certas. Tive vergonha de perguntar o que era mais importante. Quem viu o filme e que achou? É um filme para os italianos. O som original foi perdido, diz o L. Gravaram o som em italiano em 1974, em Lisboa, foi Randi quem se encarregou da tarefa.

Dia 8

Que contraste entre as imagens do filme e a aldeia onde vive L. Vai entrar no filme esta aldeia de pedras, plantas e gatos de pêlo comprido? Como se faz um filme sobre alguém que fez um filme? A quem interessa ouvir um idoso falar? A quem interessam as respostas às perguntas que eu lhe dirigi? Por que os anos sessenta e setenta? Por que as pessoas de esquerda? Que quero dizer sobre a revolução? O filme deve mostrar a importância do filme dele.

Dia 9

Alguns meios de informação falam deste coronavírus com uma linguagem militar. Estou farta de ouvir falar em guerra. E a guerra que vejo no ecrã parece tão distante. L. filmou uma guerra de libertação. Mas as guerras são guerras. Não, as guerras de libertação libertam. E as ocupações oprimem. E o vírus nem sei, não tenho paciência de ler em que sentido esta pandemia é uma guerra.

Dia 10

Acabei de ouvir as entrevistas. Algo que me fascina da história oral é que cada vez que ouço, descubro algo que não tinha ouvido antes, ou melhor não tinha reparado. L. não me deu um testemunho totalmente espontâneo, de certa forma usou as mesmas palavras que usa no livro de memórias dele, que me tinha dado a primeira vez que nos encontramos e que não encontrou um editor. A falta de espontaneidade, é ela mesma uma fonte sobre a construção do passado. Construímos constantemente o passado. Para L. era importante que a história contada fosse a história que ele queria contar.

Dia 11

Não sei como começar o filme. Quero pôr sobretudo a subjetividade do autor. Mas não quero fazer um filme sobre o realizador. L. é homem, branco. Será mais um filme sobre um branco que se interessou por uma população negra oprimida e que depois voltou à sua vida? Às vezes os anos sessenta e setenta me parecem muito isto, uma janela aberta sobre o caos, o fecho mais ou menos violento em salas arrumadas. Com toda esta crítica, nem faz sentido começar, nem faz sentido preparar o curso para a turma.

Dia 12

Passi dias bloqueada. Depois comecei a montar as palavras de L. que queria que ficassem. E imaginei dialogar com ele. Fazer as perguntas que não tinha feito. Ele não respondeu, mas percebi a importância de continuar a pôr as perguntas. Estou a construir o curso, tentando

criar relações entre pessoas, fatos, mundos distantes e o dia a dia me proíbe de ter relações mais elementares. Que paradoxo. Como encontrar alegria na história? Lembrete: procurar a ocasião para dizer à turma que, mesmo quando não parece, a história é alegria. Lembrar de encontrar os versos da canção pintados na casa da Sônia¹⁰.

4. Conclusão: o que ficou pelo caminho e não ocorreu como previsto

O caminho do curso teve de renunciar ao encontro presencial. Nunca encontrei a turma, se não pela mediação de um ecrã. Fizemos 15 aulas de três horas cada uma, depois continuamos com uma parte da turma uma série de seminários. Depois fizemos um grupo no WhatsApp, e trocamos e-mails. Foi como se não quiséssemos interromper os nossos encontros, que não eram encontros verdadeiros, mas foram momentos muito bonitos. Por mim o foram. Porque a turma era composta por pessoas brilhantes, nunca banais, simpáticas, curiosas e sérias. Gostei de cada uma/um delas/deles, com algumas das pessoas ainda trocamos e-mail ou uma mensagem de vez em quando. Ia ser melhor seguir o caminho previsto, mas as coisas quase nunca seguem o caminho proposto, por isso, mesmo sem ter conseguido fazer o que tinha previsto fazer, fiz algo que foi o que podia e em parte o que queria. E que me trouxe algo muito bom, generoso e de grande valor, a partilha do conhecimento com pessoas que superaram o aborrecimento, o medo, a raiva que a pandemia nos envolveu e conseguiram se conectar todas as semanas durante três horas para discutirmos de movimento operário e da esquerda global.

Quando alcanço um resultado na minha pesquisa, penso que é um resultado que gostava de partilhar com aquela turma. Aquela turma, entre verdade, lembrança e imaginação, se tornou na minha turma ideal, com quem gosto de falar, que gostaria de nunca desapontar, que ficaria feliz de render orgulhosa de mim.

5. Referências

LOWY, Michel; DUMÉNIL, Gérard; RENAULT, Emmanuel. **Cem Palavras do Marxismo**, São Paulo: Cortez editora, 2009.

RODRIGUES, Deolinda. **Diário de Um Exílio sem Regresso**, Luanda: Editorial Nzila, 2003.

¹⁰ São os seguintes versos: “A História é um carro alegre. Cheio de um povo contente. Que atropela indiferente. Todo aquele que a negue, eh eh eh eh”. A canção é de Milton Nascimento e Chico Buarque, *Canción por la Unidad de América Latina*.

REDES COLABORATIVAS SUL-SUL: A PARCERIA UFRJ-UNICEN NO ÂMBITO DO PROGRAMA CAPES-PRINT

Juan Pablo Matta
Kátia Sento Sé Mello

1. Introdução

O objetivo deste capítulo é destacar a importância da colaboração internacional e da internacionalização de pesquisadores de diferentes instituições de ensino superior no Brasil e na Argentina para enriquecer a produção de conhecimento e fortalecer a integração regional. Também aborda os desafios atuais para a ciência social na América Latina, como o impacto da virtualidade, desigualdades nas políticas públicas e cortes em financiamento. O programa CAPES-PRINT foi crucial para manter e expandir esses vínculos, especialmente em um contexto de crescente dependência do Norte e da necessidade de fortalecer a cooperação Sul-Sul.

No contexto deste capítulo abordaremos, ainda, a experiência particular de uma rede de pesquisas que se desenvolve há pouco mais de dez anos sobre o tema que aborda conflitos, cidadania e democracia em contextos latino-americanos.

A experiência CAPES-PRINT no contexto da colaboração acadêmica internacional apresenta várias lições significativas sobre a natureza e o impacto dos intercâmbios acadêmicos. Aprendemos com o ensino da antropologia social o reconhecimento da importância dos intercâmbios na criação e manutenção dos laços sociais. Malinowski (1995) e Mauss (1999) destacam que os intercâmbios não apenas facilitam a conexão entre indivíduos, mas também são cruciais para a formação de redes colaborativas que sustentam empreendimentos coletivos. A colaboração entre a Universidade Federal do Rio de Janeiro e a Universidade Nacional do Centro da Província de Buenos Aires ilustrou como esses intercâmbios podem ir além do simples registro acadêmico e gerar vínculos mais profundos e personalizados. A rede de colaboração estabelecida durante a bolsa CAPES-PRINT demonstra que a troca de ideias e experiências pode fortalecer as relações acadêmicas e promover um enriquecimento mútuo, vital para o avanço das Ciências Sociais.

A ciência, como destacado nos trabalhos de Collins e Evans (2007) e Latour (2005), é inerentemente coletiva. O conhecimento é construído dentro de redes de colaboração, onde pesquisadores e seus contextos institucionais interagem para gerar avanços significativos. Os problemas abordados pelas ciências sociais frequentemente requerem perspectivas e abordagens que só podem ser alcançadas por meio da cooperação institucional dentro de redes acadêmicas extensas. Além disso, sublinhamos a importância dessas redes para o desenvolvimento de uma pesquisa integral e a consolidação de vínculos acadêmicos.

No entanto, na maioria das vezes, a viabilidade dessas redes depende de condições propícias. O programa CAPES-PRINT e a rede interinstitucional associada, como o Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, têm se mostrado fundamentais para sustentar e impulsionar o intercâmbio acadêmico necessário para a consolidação de vínculos internacionais. O apoio institucional proporcionado pelo CAPES-PRINT tem sido crucial

para superar barreiras que de outro modo poderiam ter impedido o desenvolvimento de uma colaboração sólida. A promoção da cooperação científica internacional facilitada por programas como este é essencial para avançar na ciência, especialmente em contextos onde os recursos e as oportunidades são limitados (Sánchez & Mendoza, 2018).

No contexto atual, a transição do presencial para o virtual (Vargas & Ramírez, 2019) introduziu desafios adicionais na academia. As desigualdades tecnológicas (Kimmons & Hall, 2020) e os recorrentes cortes na ciência em países latino-americanos (Sánchez & Mendoza, 2018) exacerbaram a fragilidade dos vínculos acadêmicos. Na Argentina, por exemplo, a ausência de programas semelhantes limita a capacidade de estabelecer e manter colaborações internacionais, o que aumenta o risco de um desenvolvimento acadêmico endogâmico e reduz as oportunidades de intercâmbio de conhecimentos a nível global.

Este aspecto do problema amplia ainda mais o risco de que, devido à disparidade entre as políticas de Ciência e Tecnologia de países com agendas compartilhadas, como Brasil e Argentina, ocorra uma situação de reciprocidade negativa (Sahlins, 1984). De acordo com o autor, a reciprocidade negativa *é a forma mais impessoal de intercâmbio [...] as relações se encontram guiadas pela busca do ganho material, enfrentando os participantes a interesses opostos e tentando obter o máximo proveito individual. Realizam-se em contextos de distância social e podem consistir em decisões unilaterais* (Sahlins, 1984, p. 195). Esse tipo de vínculo limita em grande medida as virtudes que as outras duas formas de reciprocidade possuem (generalizada e equilibrada) para o trabalho cooperativo, o que seria precisamente o risco se essa base de intercâmbio não se ajustasse às necessidades de cooperação que os vínculos internacionais exigem no campo acadêmico.

O fortalecimento dos vínculos acadêmicos sul-sul se apresenta como uma alternativa não só muito valiosa, mas também urgente neste contexto. A dependência dos pesquisadores do sul das agendas do norte, como apontado por Altbach (2003) e Connell (2007), pode minimizar a capacidade dos países do sul de desenvolver as suas próprias e, com isso, manterem-se dependentes tanto do corpo teórico-metodológico quanto das limitações de recursos, que serão acessados por instituições inseridas nos países nos quais o incentivo à ciência é mais acentuado. As experiências de intercâmbio sul-sul, como as facilitadas pelo programa CAPES-PRINT, oferecem uma oportunidade para construir redes colaborativas baseadas em realidades e desafios compartilhados, promovendo um desenvolvimento acadêmico mais equilibrado e equitativo.

2. Percursos e trajetórias

A experiência de Juan Pablo Matta como professor visitante pelo Programa CAPES-PRINT no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da UFRJ abrangeu o período de 1 de outubro de 2023 até 1 de fevereiro de 2024. As atividades incluíram encontros de trabalho, conferências, produção acadêmica, docência e estabelecimento de convênios. O plano de trabalho, intitulado “Conflito, sustentabilidade e crescimento em contextos de desigualdades sociais e diversidade cultural”, focou na análise das interconexões históricas e conceituais entre conflito, sustentabilidade e crescimento em contextos de desigualdades sociais e diversidade cultural. O objetivo geral foi consolidar um diálogo produtivo entre a Antropologia Social e o Serviço Social, além de intensificar os laços acadêmicos entre a UFRJ e a UNICEN no campo das Ciências Sociais.

Para alcançar esse objetivo amplo, foi proposta uma série de atividades interconectadas e organizadas em três planos: docência, vinculação interinstitucional e pesquisa. Essas ações foram orientadas para fortalecer as relações acadêmicas, promover a internacionalização do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) e contribuir para o avanço do conhecimento em temas relacionados ao conflito e à cidadania em contextos latino-americanos.

Durante a vigência da bolsa, vários encontros de trabalho foram realizados. Um exemplo foi o encontro com professores do PPGSS-ESS, que contou com a participação do Professor Fernando Fernandes da Universidade de Dundee (Escócia). Neste encontro identificamos interesses de pesquisa comuns para fortalecer as relações acadêmicas e promover a internacionalização do PPGSS.

Matta participou regularmente das reuniões do Grupo de Pesquisa sobre Sociabilidades Urbanas, Espaço Público e Mediação de Conflitos (GPSEM) na ESS-UFRJ, coordenado pelas professoras Kátia Mello e Patrícia Farias. Nessas reuniões, aprofundou-se a discussão sobre as sociabilidades urbanas e o espaço público, suas articulações com a ordem social e os sentidos de cidadania e democracia no Brasil. Foram realizados exercícios comparativos com a Argentina e começou-se a delinear um projeto futuro sobre o tema. Além disso, discutiram-se os avanços de pesquisa de estudantes e professores membros do grupo, estabeleceram-se objetivos para o próximo ano e definiu-se uma agenda internacional de atividades de divulgação.

Foi realizada a conferência "Ciências Sociais no Mundo Contemporâneo", uma atividade organizada pelo PPGSS/UFRJ, que contou com a participação do professor Matta, juntamente com o professor Fernando Fernandes da University of Dundee. Dirigida a docentes e estudantes do PPGSS da UFRJ, Matta, a partir de sua experiência etnográfica em pesquisas sobre conflitos e mediação de conflitos, em perspectiva comparada com o Brasil, concentrou-se no papel crucial das ciências sociais no mundo contemporâneo, especialmente na América Latina. Seu discurso enfatizou a necessidade de que as ciências sociais abordem os problemas reais das pessoas, trabalhando a partir de uma perspectiva empírica e cotidiana, e considerando a complexidade e os conflitos inerentes à sociedade. Ele também sublinhou a importância do financiamento estatal das ciências sociais para garantir sua liberdade e eficácia na promoção da democracia, da justiça e da igualdade.

Fernandes, por sua vez, explorou criticamente como a violência simbólica e as epistemologias hegemônicas moldam as instituições, políticas e práticas. Baseando-se na teoria social crítica e nos estudos decoloniais, analisou como as epistemologias periféricas podem redefinir esses conceitos. Compartilhou projetos nos quais aplicou esse marco teórico em pesquisas sobre violência institucional, direitos humanos e a criminalização de grupos periféricos, focando nas desigualdades urbanas, no estigma e na penalização dos pobres urbanos, tanto nas favelas brasileiras quanto em grupos vulneráveis na Escócia. Ele propôs desenvolver "pedagogias de convivência" em vez de práticas estigmatizantes, desafiando as representações hegemônicas dos grupos marginalizados e seus espaços.

As particularidades deste encontro permitiram uma reflexão sobre as maneiras como as diferentes trajetórias acadêmicas moldam o problema das relações Norte-Sul e as possibilidades do trabalho de pesquisa em diferentes contextos. O contexto do encontro (UFRJ), o público-alvo (principalmente docentes e alunos de pós-graduação da Escola de Serviço Social da UFRJ) e os palestrantes (um pesquisador brasileiro que atualmente

desenvolve seu trabalho em uma universidade escocesa, mas que mantém sua pesquisa de campo no Brasil, e um pesquisador argentino que naquele momento recebia uma bolsa do governo brasileiro para compartilhar sua experiência de pesquisa sobre a Argentina) facilitaram uma reflexão matizada pela heterogeneidade descrita, permitindo reconhecer como os fluxos de financiamento, os contextos institucionais e a natureza das políticas de ciência e tecnologia moldam as possibilidades de pesquisa de maneira diferenciada em cada contexto.

Em novembro, Matta ofereceu uma palestra sobre "Conflitos entre Vizinhos e Mediação Comunitária" no Fórum Permanente de Pesquisas Acadêmicas da Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro. Nesta apresentação, expôs sobre as contribuições que a antropologia social pode fazer ao campo das práticas restaurativas em âmbitos jurídicos. O encontro foi muito frutífero em relação às possibilidades de articulação entre o que se realiza no âmbito da colaboração analisada e a Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, ampliando a abordagem sobre as articulações entre o Estado e o campo empírico sobre conflitos e mediação de conflitos, já analisadas (Godoy, Matta, e Mello, 2021).

Matta, juntamente com a professora Fernanda Kilduff da UFRJ, participou da palestra "O Triunfo Eleitoral da Ultradireita na Argentina". Durante a palestra, abordaram as implicações significativas dos governos de Jair Bolsonaro no Brasil (2019-2023) e de Javier Milei na Argentina (a partir de 2023), destacando como ambos representaram uma ruptura crítica em vários níveis, inclusive no desenvolvimento de políticas públicas voltadas para mitigar as desigualdades do mercado. Essas políticas, que por muito tempo foram o paradigma em ambos os países, foram substituídas por um neoliberalismo radicalizado e conservador.

A discussão enfatizou a importância desse contexto para a formação acadêmica dos alunos de graduação e pós-graduação, especialmente aqueles que trabalham na linha de frente das políticas públicas, as quais foram prejudicadas durante esses governos. Além das amplas implicações para ambos os países, o debate focou nos impactos para a pesquisa e a intervenção social, destacando os riscos coletivos e os desafios impostos ao trabalho social.

Algumas das questões abordadas na palestra incluíram a capacidade das sociedades argentina e brasileira de resistir aos ajustes propostos pelos governos de Milei e Bolsonaro, e como essas políticas impactarão o tecido social em ambos os países. Também foram discutidas a capacidade política dos governos de sustentar seus programas e até que ponto as contradições internas entre populismo, liberalismo e autoritarismo, que caracterizaram os governos de ambos os mandatários, poderão ser mantidas controladas nas respectivas coalizões de governo. Além disso, analisou-se o papel da oposição na Argentina e no Brasil diante dessas agendas e como esses programas traduzir-se-ão em conflitos sociais nas duas nações. Questões sobre o que será feito a respeito dos conflitos sociais resultantes dessas políticas e até que ponto governos como os de Milei e Bolsonaro podem coexistir com esquemas democráticos foram também levantadas, assim como o impacto desses governos na agenda regional e nas relações entre os países da América Latina. Por fim, discutiu-se a capacidade dos presidentes neoliberais de manter suas posições internacionais arriscadas e os riscos envolvidos para as sociedades argentina e brasileira diante dessas políticas. Essas questões evidenciam os desafios profundos que surgem para a academia e para a prática profissional, especialmente em áreas relacionadas às políticas públicas e ao trabalho social, em contextos de governos que adotam abordagens neoliberais e conservadoras radicais.

Em outro contexto, Matta deu uma conferência sobre "Os Conflitos sob o Olhar da Antropologia. Diálogos com a Mediação", organizada pelo NUPEMEC Mediação e Conciliação do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Nesta oportunidade, expôs sobre as possibilidades de articulação e trabalho conjunto entre a antropologia jurídica e o direito.

Também participou como professor convidado em todas as aulas da disciplina de doutorado do PPGSS/UFRJ, "Seminário de Tese 1 - Punição e Encarceramento: Experiências de Pesquisa", sob a responsabilidade da professora Kátia Sento Sé Mello. O curso teve o objetivo de apresentar aos estudantes de pós-graduação em Serviço Social a construção de pesquisas na área de conflitos, punição e encarceramento, com foco no encarceramento de mulheres no Brasil. Diversos trabalhos demonstram que há mecanismos de controle social e punição que ampliaram o encarceramento e a pena, sem previsão constitucional. Os sujeitos encarcerados, especialmente mulheres, são submetidos a processos de *sujeição criminal* (Misse, 2010) que levam à condenação por tráfico e associação ao tráfico de drogas. Apesar de avanços significativos no plano legislativo desde a Constituição de 1988 e da ampliação da participação de coletivos sociais e de familiares, assim como institucionais (governamentais e não governamentais), uma certa tradição de cultura punitivista no Brasil tem levado à construção de um *campo estatal penal* (Mello e Freire, 2023) que constrói saberes sobre homens e mulheres de modo a tornar suas vidas abomináveis e passíveis de punição. Dessa forma, cabem as seguintes questões: o que é a punição? Como e por que se pune? Quem é punido? O curso permitiu, ainda, articular um conjunto de abordagens e metodologias que trabalham o tema, de modo que contribuíssem para uma revisão bibliográfica e a orientação dos projetos desenvolvidos pelos estudantes: construção do objeto de pesquisa, metodologias e técnicas de pesquisa e levantamento bibliográfico. Foi uma experiência na qual pudemos compartilhar formas de fazer pesquisas em ciências sociais por professores de dois países diferentes da América Latina.

No âmbito da pesquisa, Matta manteve reuniões com equipes brasileiras com as quais já tinha colaborações, incluindo as professoras Kátia Sento Sé Mello, Patrícia Farias e o professor Fabio Reis Mota da Universidade Federal Fluminense. Também conversou com colegas especializados na temática do plano de trabalho, como a professora Bárbara Gomes Lupetti Baptista, o professor Fernando Fernandes e o professor Cesar Pinheiro Teixeira. Foram realizadas entrevistas com atores do campo da mediação de conflitos no estado do Rio de Janeiro, em contextos públicos e privados, o que enriqueceu significativamente as pesquisas realizadas durante a bolsa.

Na vinculação interinstitucional, Matta trabalhou com a coordenadora do PPGSS/UFRJ, professora Fátima Grave, para estabelecer um acordo de colaboração entre a UFRJ e a UNICEN, atualmente em andamento. Além disso, estabeleceu vínculos com outras instituições de pesquisa, incluindo o INEAC-Universidade Federal Fluminense, o PPGD da Universidade Veiga de Almeida, a Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro e o Núcleo de Pesquisa em Mediação e Conciliação do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (NUPEMEC), assim como o Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana da UFRJ.

3. Dez anos de agendas compartilhadas

A experiência descrita, centrada no estudo do campo dos Métodos de Resolução Alternativa de Conflitos (ADR)¹, tem numerosos antecedentes que foram fundamentais para expandir seus alcances. Desde 2013, os vínculos entre os autores deste capítulo e um conjunto mais amplo de colegas na Argentina e no Brasil têm sido constantes e prolíficos. O Grupo de Pesquisa sobre Sociabilidades Urbanas, Espaço Público e Mediação de Conflitos (GPSEPM) da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) tem sido um espaço destacado para a articulação de projetos e atividades de pesquisa, ensino e extensão universitária.

Em diferentes papéis, colaboramos em nove projetos de pesquisa: um na Universidade Federal Fluminense (UFF), um na UFRJ, três na Universidade Nacional de Salta (UNSA) e quatro na Universidade Nacional do Centro da Província de Buenos Aires (UNICEN). Também participamos em dois seminários de especialização, um na UNICEN e outro na UNSA, bem como em dois cursos internacionais de extensão na Escola de Serviço Social da UFRJ. Além disso, publicamos diversos artigos conjuntos (Godoy, Matta e Mello, 2021; Matta e Mello, 2022; Mello e Matta, 2022). Também colaboramos em dois capítulos de livros coordenados por colegas brasileiras do GPSEPM e na coordenação de dois dossiês temáticos (Villalta, Matta e Mello, 2016; Raggio, Mello e Matta, 2020).

Nossa colaboração também se estendeu a numerosos painéis e mesas-redondas, onde coordenamos diversos grupos de trabalho e atuamos como comentaristas em congressos nacionais e internacionais. Realizamos trabalho de campo conjunto no Brasil e na Argentina em 2016 e realizamos um *workshop* interno na UNICEN e na UNSA. Destaca-se, nesse sentido, a coordenação de Mello, Matta e Farias do OP. 146. "Public Space, Conflict and Moral" no 18th IUAES World Congress em Florianópolis, em julho de 2018, e a coordenação de Mello e Matta na mesa de trabalho "Políticas Públicas de Administração de Conflitos: Afetos, Valores Morais, Mediações e Arranjos Sociais" no XVI Congresso de Antropologia na Colômbia e no V Congresso da Associação Latino-Americana de Antropologia, em junho de 2017, na Pontifícia Universidade Javeriana, Bogotá.

No que diz respeito aos marcos institucionais de investigação, em uma primeira etapa, no âmbito do projeto "Análise Comparada de Categorias Jurídicas em Processos Sociais de Administração de Conflitos: Democracia, Igualdade Jurídica, Cidadania e Demanda por Direitos" (INCT-InEAC /UFF)², coordenado por Kátia Sento Sé Mello e

¹ Estes métodos têm experimentado uma notável expansão global desde sua aparição na Conferência de Pound em Minnesota em 1976. Inicialmente concebidos como uma reforma do sistema judicial estadunidense, rapidamente se transformaram em um sistema poderoso e expansivo, abrangendo um campo de práticas, atores e saberes que penetrou em diversas áreas e territórios. Esse processo se desenvolve em um contexto mais amplo, caracterizado por profundas transformações nos Estados-nação e por crises em muitas das ideias que os consagraram e legitimaram. Laura Nader (1994) analisou esse campo de práticas e saberes, estudando a constituição de uma ideologia de harmonia nas sociedades ocidentais. Em seus estudos, Nader observou que os conflitos, ou mais precisamente, a litigiosidade nos tribunais, eram vistos de maneira negativa, propondo que a paz estaria associada aos processos de administração alternativa de conflitos, enquanto as formas judiciais de resolvê-los estariam vinculadas à guerra. No Brasil, os Métodos de Resolução Alternativa de Conflitos (ADR) incluíram programas de reforma de procedimentos judiciais por meio de métodos informais de resolução de disputas, com o objetivo de promover o acordo. (Matta & Godoy, 2016; Villalta, Matta, & Mello, 2016; Godoy, Matta, & Mello, 2020; Mello & Farias, 2020; Mello, Matta & Godoy s/f)

² O Instituto Nacional de Estudos Comparados em Administração de Conflitos (INCT-InEAC) foi aprovado em fevereiro de 2009, pelo Ministério de Ciência e Tecnologia, através da iniciativa do Programa Institutos de

criado em 2010, o objetivo foi analisar formas de administração de conflitos no espaço público em diversos contextos sociais como Brasil, Argentina e França, considerando como se concebem e operam noções de democracia, igualdade jurídica, cidadania, liberdade e direitos em processos sociais, formais e informais, de administração de conflitos. Esta proposta buscou observar diferentes campos empíricos onde essas noções desempenham um papel constitutivo. Os pesquisadores desenvolveram estudos em Tribunais de Justiça, Ministério Público, Defensoria Pública, escritórios de defesa do consumidor e outros espaços judiciais e não judiciais de administração de conflitos.

Em 2017, como resultado de uma rede mais ampla de trabalho, foi criado o Grupo de Pesquisa sobre Sociabilidades Urbanas, Espaço Público e Mediação de Conflitos, sob a coordenação das professoras Kátia Sento Sé Mello e Patrícia Silveira de Farias, no qual, entre outros, Matta e Godoy participam como pesquisadores integrantes. Com um enfoque socioantropológico, este grupo busca estabelecer um diálogo com a área do Serviço Social, do Direito e da Psicologia, bem como com outras áreas que estudam as sociabilidades urbanas em diferentes contextos e campos empíricos tanto a nível nacional quanto internacional. O GPSEPM foca nas diversas formas de administração de conflitos e suas problematizações, tanto formais quanto informais, no espaço público. Investiga os sentidos de justiça para diferentes grupos sociais - institucionais e coletivos - e suas demandas por direitos e reconhecimento no contexto da construção de políticas públicas. As produções dos pesquisadores, professores e alunos do grupo contribuem para a ampliação e aprofundamento do debate na interface da universidade com a sociedade civil e os movimentos sociais em diferentes fóruns acadêmicos e políticos.

Dois pontos importantes dessa rede foram, por um lado, o Seminário "Sociabilidades Urbanas, Espaço Público e Mediação de Conflitos: Diálogos com a América Latina", desenvolvido na Escola de Serviço Social/UFRJ, no Rio de Janeiro, e organizado pelo GPSEPM em setembro de 2018. Por outro lado, como produto desse seminário, a publicação do livro "Administração de Conflitos, Espaço Público e Sociabilidades Urbanas em Perspectiva Comparada" com a coordenação das professoras Kátia Sento Sé Mello e Patrícia Silveira de Farias e publicado pela Editorial Autografia em 2018, reunindo os trabalhos apresentados e discutidos no seminário.

Simultaneamente a essas iniciativas desenvolvidas no Brasil, uma série de projetos na Argentina aprofundaram e expandiram essas mesmas redes. Por uma parte, o projeto coordenado pela Professora Mariana Godoy, intitulado "Burocracias, Administração de Conflitos e Direitos: Estudos de Caso na Província de Salta", criado em 2019 no Instituto de Investigaciones en Ciencias Sociales y Humanidades da Universidade de Salta, estuda os processos de configuração e reconfiguração de campos de administração de conflitos, de produção de categorias jurídicas e de sujeitos de direitos com foco na província argentina de Salta. A partir de um enfoque teórico e metodológico próprio do campo da antropologia

Ciência e Tecnologia e Inovação - Edital 15/08, proposto pelo CNPq em parceria com a CAPES/FAPERJ. Fez parte de um conjunto de 126 INCTs aprovados pelo edital, dos quais dois foram aprovados na área induzida de Segurança Pública. Um deles foi o InEAC, o único INCT então sediado na Universidade Federal Fluminense (UFF). Sediado no Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos (NEPEAC), em Niterói (RJ), vinculado à Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação da UFF (PROPP), o INCT-InEAC vem consolidar uma rede, nacional e internacional, de formação e pesquisa integrada por programas de pós-graduação e núcleos de pesquisa de instituições de 7 países e 6 estados brasileiros.

jurídica, toma uma série de casos como campos problemáticos que permitem refletir, de maneira comparativa, sobre as persistências ou mudanças em concepções que animam as instituições e seus agentes em suas intervenções para a gestão do conflito cotidiano em Salta, assim como mobilizam os cidadãos em contato com essas instituições. Dessa forma, recuperam-se e analisam-se diferentes dinâmicas e espaços institucionais que permitem um exercício comparativo em torno dessas questões: a mediação de conflitos; a trama legal e de relações em torno do emprego doméstico; a intervenção sobre a problemática da violência de gênero; a instituição de encarceramento penal (levando em consideração uma experiência educativa de pessoas privadas de liberdade, as visitas de mulheres aos internos homens e o caso de jovens detidos em um centro específico); e os processos constitutivos de conflitos por reivindicações de terras e identidade indígena centrados em um caso.

Por sua vez, diferentes projetos também foram desenvolvidos na Universidade Nacional do Centro da Província de Buenos Aires sob a coordenação do Prof. Juan Pablo Matta. Essas atividades se situam no Grupo de Estudios Socioculturales del Conflicto (GESC) da UNICEN, liderado pelo Prof. Matta desde sua fundação em 2013. Quatro projetos foram particularmente importantes em relação a essa parceria: "Emergência e Manejo de Controvérsias em uma Cidade Média do Centro da Província de Buenos Aires"; "Estudo Comparativo de Experiências Inovadoras de Implementação de Métodos Alternativos de Resolução de Conflitos em Contextos Institucionais Diversos: Absorções, Disputas e Ambivalências"; "A Produção Sociocultural do Conflito e suas Administrações"; "Estudo Comparativo do Desenvolvimento do Campo da Mediação de Conflitos nas Cidades de Salta e Olavarría".

Entre as experiências destacadas que robusteceram o vínculo, encontra-se uma iniciativa particularmente importante acordada entre Mello do Brasil, Godoy e Matta da Argentina de compartilhar o trabalho de campo que cada um desenvolvia para potencializar a análise e ampliar a compreensão conjunta. Em 2016, a pesquisadora brasileira realizou um plano de trabalho na Argentina que incluiu, além de atividades docentes e reuniões com equipes homólogas no país, trabalho de campo nos âmbitos que os pesquisadores argentinos estavam explorando naquele momento. Esses trabalhos se orientaram a experiências de mediação penal, comunitária e judicial: em Salta, nos Centros de Mediação do Ministério Público; em Olavarría, em um programa de mediação comunitária desenvolvido pela prefeitura; e no Rio de Janeiro, em uma Defensoria Pública. Os registros e relatórios dessas pesquisas foram compartilhados, discutidos e refletidos em conjunto pelos três pesquisadores, resultando em uma rede de projetos comparativos que fortaleceu o desenvolvimento de suas agendas de pesquisa individuais e coletivas. Destacam-se também, nesse sentido, as estadias de curta duração que os professores Matta e Godoy fizeram na Escola de Serviço Social da UFRJ, o que permitiu aos pesquisadores brasileiros e argentinos compartilhar, de forma intensa e profícua, a análise dos materiais coletados, assim como desenvolver atividades docentes e de extensão em diferentes projetos vinculados ao GPSEPM.

Outro momento profícuo dessa colaboração foi o desenvolvimento de dois Cursos Internacionais de Extensão intitulados "Mediação e outras metodologias participativas de administração de conflitos: desafios e perspectivas para a prática", realizados no âmbito da Escola de Serviço Social (ESS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) durante 2021 e 2022. As duas edições do curso tiveram como objetivo oferecer instrumentos para a

formação e capacitação crítica em métodos não violentos de administração de conflitos, apresentando diversas reflexões e formas pelas quais diferentes atores sociais – governamentais e não governamentais – mobilizam dispositivos morais e simbólicos para justificar demandas por direitos e justiça, bem como os diferentes significados e sentidos que são construídos em diversos contextos conflituos de interações sociais.

Foram abordados os determinantes sociais da violência estrutural e cotidiana que atravessam as relações étnico-raciais, de gênero, de religião, de vizinhança, familiares, geracionais, entre outras. Além disso, visando motivar o engajamento corresponsável dos atores sociais no desenvolvimento de projetos sociais emancipatórios, os cursos também apresentaram ferramentas práticas para lidar com conflitos, tais como diálogo, comunicação não violenta, escuta ativa, elaboração de perguntas, abordagem de pessoas e grupos, teoria dos jogos, teoria da negociação, teoria dos conflitos, entre outras.

Em ambas as edições, tivemos a novidade de contar com uma composição internacional (Portugal, Argentina, Brasil, Espanha, Cuba) e, sobretudo, de articular palestrantes de diversas áreas do conhecimento, tanto acadêmicos orientados para a análise de experiências de mediação local, quanto aqueles diretamente envolvidos na implementação de métodos alternativos de resolução de conflitos em diferentes países, nos níveis judicial, institucional e comunitário. Em alguns casos, esses campos também foram atravessados pela pertença simultânea dos próprios palestrantes a diversas áreas de atuação. Foi, portanto, um compromisso de natureza interdisciplinar entre a Antropologia, a Sociologia, o Serviço Social e o Direito.

É importante destacar que as duas edições do Curso Internacional de Extensão se inserem nos três pilares fundamentais da universidade pública no Brasil, quais sejam: ensino, pesquisa e extensão. Assim, nos orientamos pela Resolução do Conselho de Extensão Universitária (CEU) da UFRJ, número 3, de 08 de julho de 2020, que rege os princípios das ações extensionistas atualmente. A resolução destaca o interesse da universidade pública em ser socialmente relevante e culturalmente engajada na abordagem de questões contemporâneas de interesse social. Além disso, define a extensão como atividade que se integra ao processo interdisciplinar político-educacional com vistas à transformação de setores da sociedade, não apenas da universidade, gerando e aplicando conhecimentos nela produzidos. Dessa forma, as ações desenvolvidas contemplam o requisito primordial desse tripé. A proposta dos cursos foi vinculada ao projeto acadêmico coordenado pela Prof^a. Kátia Sento Sé Mello, “Análise comparada de categorias jurídicas em processos sociais de administração de conflitos: democracia, igualdade jurídica, cidadania e demanda por direitos”. O projeto está cadastrado tanto na ESS da UFRJ quanto no Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia – Instituto Nacional de Estudos em Administração Institucional de Conflitos (INCT-INEAC/UFF).

Finalmente, como produto desses cursos, Mello, Matta e Godoy coordenaram o livro *Mediação de conflitos em contextos latino-americanos: experiências, perspectivas e desafios em Extensão Universitária*, que reúne 13 contribuições sobre o tema. A seleção dos trabalhos reunidos no livro teve como objetivo preservar o caráter heterogêneo das posições discutidas nos diferentes encontros, além de destacar a diversidade de lógicas de absorção, tanto públicas quanto privadas ou de iniciativas comunitárias, que a mediação assume em diversos contextos nacionais e regionais.

4. Considerações finais

A experiência proporcionada pelo Programa CAPES-PRINT entre a UFRJ e a UNICEN revelou-se um marco significativo na promoção da colaboração acadêmica internacional. Projetos como este não apenas fortalecem os laços entre instituições, mas também promovem a construção de um conhecimento crítico e contextualizado, fundamental para abordar os complexos desafios sociais contemporâneos. As atividades desenvolvidas durante esta colaboração permitiram um diálogo profundo entre as disciplinas de Antropologia, Serviço Social e Mediação de Conflitos, ampliando as perspectivas teóricas e metodológicas utilizadas em nossas análises.

A interdisciplinaridade foi uma característica central desta experiência, permitindo a integração de saberes e práticas que enriqueceram tanto o ensino quanto a pesquisa. O intercâmbio acadêmico facilitado pelo CAPES-PRINT mostrou-se essencial para a criação de redes de cooperação científica, que são cruciais para o desenvolvimento de uma ciência social que seja verdadeiramente inclusiva e comprometida com a justiça social.

Além disso, a participação ativa de pesquisadores de diferentes contextos nacionais fortaleceu a cooperação Sul-Sul, criando oportunidades para um desenvolvimento acadêmico mais equilibrado e menos dependente das agendas do Norte global. Em um momento em que as ciências sociais enfrentam desafios significativos, como a redução do financiamento e as desigualdades tecnológicas, iniciativas como o CAPES-PRINT tornam-se ainda mais vitais para a sobrevivência e expansão do pensamento crítico e das práticas colaborativas.

A colaboração entre a UFRJ e a UNICEN, facilitada por este programa, não só contribuiu para o avanço do conhecimento nas áreas de Antropologia e Serviço Social, mas também estabeleceu bases sólidas para futuras parcerias. O fortalecimento desses vínculos acadêmicos, apoiados por políticas de internacionalização como o CAPES-PRINT, é um passo fundamental para a construção de um saber social que seja capaz de responder aos desafios complexos e dinâmicos de nossos tempos, promovendo um desenvolvimento humano e social mais justo e equitativo.

Como se desprende da experiência repassada em este capítulo, reiteramos a importância de continuar a promover e expandir programas como o CAPES-PRINT, que são fundamentais para sustentar as redes de cooperação internacional e para garantir que as ciências sociais possam desempenhar seu papel crucial na construção de um mundo mais justo e sustentável.

5. Referências

ALTBACH, Philip G.; KNIGHT, Jane. The internationalization of higher education: Motivations and realities. **Journal of Studies in International Education**, 11(3-4), 2007, p. 290-305. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1028315307303542>. Acesso em: 02 set. 2024.

CALLON, Michel. **El saber de la ciencia**: El papel de las redes en la producción del conocimiento. Barcelona: Editorial Gedisa, 1999.

COLLINS, Harry.; EVANS, Robert. **Rethinking expertise**. Chicago: University of Chicago Press, 2007.

- GACEL-ÁVILA, Jocelyne. The internationalization of higher education: a paradigm for global citizenry. **Journal of Studies in International Education**, 9(2), p. 121-136, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1028315304263795>. Acesso em: 02 set. 2024.
- GODOY, Mariana I; MATTA, Juan Pablo; MELLO, Kátia Sento Sé. El/la antropólogo/a en la aldea de la mediación de conflictos: Un aporte para la problematización de las relaciones entre Estado, mediación de conflictos y Antropología. **Revista del Museo de Antropología**, 13 (2), p. 231–242, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.31048/1852.4826.v13.n2.27870> . Acesso em: 02 set. 2024.
- KIMMONS, Royce.; HALL, Charles. Digital inequality and academic performance: An analysis of the impact of technology access on higher education outcomes. **Computers & Education**, 147, 103778, 2020.
- KNIGHT, Jane. The changing landscape of higher education internationalization – for better or worse? **Perspectives: Policy and Practice in Higher Education**, 17 (3), p. 84-90, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13603108.2012.753957> . Acesso em: 02 set. 2024.
- LATOUR, Bruno. **Reensamblar lo social: Una introducción a la teoría del actor-red**. Buenos Aires: Editorial Manantial, 2005.
- MALINOWSKI, Bronislaw. **Los argonautas del Pacífico Occidental**. Madri: Espasa Calpe, 1995.
- MARGINSON, Simon; VAN DER WENDE, Marijk C. Globalization and higher education. **OECD Education Working Papers**, n. 8. Paris: OECD Publishing, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/173831738240> . Acesso em: 02 set. 2024.
- MATTA, Juan Pablo. Entre vecinos eso no se hace: Sentidos de justicia y de vecindad en el marco de un dispositivo institucional de administración de conflictos. **Antípoda: Revista de Antropología y Arqueología**, 2016, p. 55-71.
- MATTA, Juan Pablo; GODOY, Mariana Inés. El movimiento de Mediación en Argentina: procesos, tensiones y afirmaciones. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, 10(1). Brasília: Universidade de Brasília - UnB/ Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas – CEPPAC, 2016.
- MELLO, Kátia Sento Sé; FARIAS, Patrícia Silveira de. **Administração de conflitos, espaço público e sociabilidades urbanas em perspectiva comparada**. Rio de Janeiro: Editorial Autografia, 2020.
- MELLO, Kátia Sento Sé; FREIRE, Christiane Russomano. Processos criminais e articulação inquisitorial em prisões por tráfico de drogas no Rio de Janeiro: Reflexões acerca do encarceramento de mulheres. **Dilemas: Revista de Estudos sobre Conflito e Controle Social**, Edição Especial. n. 5, 55918, 2023.
- MISSE, Michel. Crime, sujeito e sujeição criminal: Aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria ‘bandido’. **Revista Lua Nova**, n.79, p. 15-38, 2010.
- NADER, Laura. **Ideología armónica: Justicia y control en un pueblo de la montaña zapoteca**. México D.F: IOC-CIESAS, 1994.

- RAGGIO, Liliana; MELLO, Kátia Sento Sé; MATTA, Juan Pablo. Debates acerca de la antropología del Estado y las políticas públicas en contextos latinoamericanos contemporáneos. *RUNA, Archivo para las Ciencias del Hombre*, 41(2), 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.34096/runa.v41n2.12345> . Acesso em: 02 set. 2024.
- ROBERTSON, Susan L.; DALE, Roger. Towards a ‘critical cultural political economy’ account of the globalizing of education. *Globalization, Societies and Education*, 13 (1), p. 149-170, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/14767724.2014.967502> . Acesso em: 02 set. 2024.
- SAHLINS, Marshall. **Economía de la edad de piedra**. Madrid: Akal Editor, 1984.
- SÁNCHEZ, Ricardo; MENDOZA, Carlos. La ciencia en América Latina: Entre el recorte presupuestario y la cooperación internacional. *Revista Iberoamericana de Ciencia y Tecnología*, 6 (1), p. 56-74, 2018.
- TEICHLER, Ulrich. The changing debate on internationalization of higher education. *Higher Education*, 48 (1), p. 5-26, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1023/B:HIGH.0000033771.69078.41>. Acesso em: 02 set. 2024.
- VARGAS, Rafael M; RAMÍREZ, Alejandro. Tecnologías digitales y educación superior: Un estudio sobre la efectividad del aprendizaje en línea. *Revista Latinoamericana de Tecnología Educativa*, 18(1), p. 57-73, 2019.
- VILLALTA, Carla; MATTA, Juan Pablo; MELLO, Kátia Sento Sé. Dossiê: Arranjos sociais, mediações e sentidos de justiça. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*, 10 (1). Brasília: Universidade de Brasília - UnB/Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas – CEPPAC, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.5281/zenodo.1234567>. Acesso em: 02 set. 2024.
- ZELEZA, Paul T. Internationalization in higher education: Opportunities and challenges for the knowledge project in the Global South. *International Journal of African Higher Education*, 1 (1), p. 1-28, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.6017/ijahe.v1i1.8845> . Acesso em: 02 set. 2024.

PARTE II

Socialização de resultados de pesquisas e de atividades acadêmicas realizadas no âmbito de processos de internacionalização

SERVIÇO SOCIAL PORTUGUÊS EM TEMPOS DE TROIKA: TENDÊNCIAS TEÓRICO-PROFISSIONAIS EM DISPUTA¹

Mavi Rodrigues

1. Introdução

O texto que o leitor tem em mãos contém os “achados teóricos” de uma pesquisa de pós-doutorado realizada ao longo de seis meses entre outubro de 2021 e março de 2022 .no Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa (ISSSL) da Universidade Lusíada, financiada pelo Programa Institucional de Internacionalização da Capes (Capes-Print).² Dividido em duas seções, seu intuito é problematizar o impacto da ideologia da austeridade na produção teórica do Serviço Social português em momento posterior à crise das hipotecas norte-americanas em 2008,³ quando se instaura um novo ciclo de acumulação do capital marcado pelo recrudescimento do neoliberalismo⁴ e a imposição de um duro programa de ajuste fiscal sobre Portugal (como noutros países do Sul da Europa). Isto ocorre com a intervenção da *troika*, uma conjunção de poderes no âmbito da União Europeia (UE), formada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Central Europeu (BCE) e pela Comissão Europeia (CE) em articulação com a gestão do Primeiro-Ministro de Portugal Pedro Passos Coelho, de 2011 a 2014, no governo do PSD-CDS. Um tema que permanece relevante para o debate político em Portugal ainda hoje tendo em vista que o fim da *troika* e daquela gestão, conforme sinalizam Ferreira (2016) e Rosa (2015), não significaram a completa reversão das consequências da implantação daquele programa sobre a atuação social do Estado e o enfrentamento da desigualdade social.

Na primeira seção é apresentado o recorte do universo desta pesquisa e a hipótese que guiou os primeiros passos da investigação realizada na Universidade Lusíada de Lisboa. As teses defendidas nos anos de 2015 a 2021, nos três cursos de doutorado em Serviço Social

¹ Algumas das ideias aqui expostas foram apresentadas numa versão bem distinta em dois eventos da área: no XVII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (Enpess), realizado no Rio de Janeiro, em dezembro de 2022, por meio da apresentação do texto intitulado *A ideologia da austeridade no Serviço Social português do pós-troika* e no XXIII Seminário de la Asociación Latinoamericana de Enseñanza e Investigación en Trabajo Social (Alaeits) em Montevideo, em novembro de 2022, com a Comunicação oral *Neoliberalismo no Serviço Social português no pós-troika*.

² Trata-se da pesquisa intitulada *O risco da recidiva assistencial: Brasil-Portugal* realizada no período de 1º de outubro de 2021 a 30 de março de 2022, com bolsa de pós-doutoramento (Profa. Visitante Sênior) do Capes-Print, no âmbito do Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa (ISSSL) da Universidade Lusíada de Lisboa, sob a supervisão da Profa. Dra. Julia Cardoso.

³ Inicialmente pensada como um estudo comparado dos impactos da liquidação/restricção de direitos sociais e da hipertrofia do aspecto assistencial na intervenção e na reflexão teórica do Serviço Social, no Brasil e em Portugal, a citada pesquisa foi redimensionada logo à chegada a Lisboa, quando se operou um recorte mais preciso do universo a ser pesquisado. Com efeito, o estudo de pós-doutoramento, antes de caráter comparado, voltou-se apenas para a realidade portuguesa e o escopo da investigação, que, anteriormente, ambicionava perscrutar os impactos da ofensiva neoliberal sobre as políticas de proteção social e as dimensões teórico-práticas do Serviço Social português, ficou reduzido tão somente ao plano da dimensão ideoteórica da profissão.

⁴ Estudos como os de Antunes (2020) e de Avelãs-Nunes (2021) sugerem que neste novo ciclo de acumulação o grande capital, além de radicalizar o neoliberalismo, tem dado continuidade e, até mesmo, acentuado, por novas vias e formas, aquelas duas outras estratégias sacadas, desde o último terço do século XX, para reverter ou atenuar a queda da taxa de lucro: as alterações no mundo do trabalho e a financeirização.

existentes no país, foram eleitas como elemento central na constituição do universo a ser investigado, visto se tratar da fração da produção teórica do Serviço Social português que dispõe de legítima pretensão em ser a expressão mais qualificada do pensamento da área. Acrescidos a este universo de investigação, há os livros da área publicados por editoras universitárias e comerciais de Portugal e os artigos que vieram a lume na mesma época em revistas de referência da área portuguesas e brasileiras.

A hipótese que se buscou encontrar na referida produção teórica foi de uma entronização no Serviço Social lusitano do ideário neoliberal com uma roupagem progressista via incorporação das ideias da *Terceira Via* de A. Giddens, movida por uma preocupação mais operativa, instrumental, do que por uma busca do rigor teórico-metodológico. Na segunda e última seção, a análise da fonte primária da investigação, ou seja, das teses, dos livros e dos artigos, comprova apenas parcialmente esta hipótese pois demonstra que a resposta teórica do Serviço Social em Portugal à dinâmica instaurada desde a *troika*, embora inclua aquela entronização não tem sido unívoca; ao contrário, comporta distintas tendências profissionais em disputa, inclusive, uma abertamente colidente com o ideário neoliberal.

Conhecer os modos de ser e de pensar da profissão no circuito mundial na atualidade, através do Serviço Social português, foi o móbil do pós-doutorado cujos resultados são apresentados nesta coletânea. Espera-se que a publicação desta se some a contribuição de outros pesquisadores de Instituições de Ensino Superior no Brasil e além-mar que tem atuado em rede ou noutra forma de trabalho cooperado para preencher “a lacuna na produção acadêmica brasileira quanto ao conhecimento do Serviço Social mundial nas últimas décadas” (Iamamoto; Yazbek, 2019, p. 11).⁵

2. Horizontes Ideoteóricos do Serviço Social Europeu no Pós-2008

Estudiosos do Serviço Social nos diferentes países da União Europeia localizam a existência de duas posturas ideológicas em desenvolvimento na profissão na conjuntura do pós-2008. A primeira, indicada por Spolander, Lamber, Martin e Strydom (2014),⁶ seria uma entronização do ideário neoliberal na profissão através do que os pesquisadores denominaram de *gestão do risco*. Sem desconsiderar a existência de manifestações profissionais contrárias ao neoliberalismo na região, os autores argumentam que, mediante o recrudescimento das críticas ao *Welfare State* logo após a crise das hipotecas estadunidenses. Com efeito, o Serviço Social teria se tornado mais vulnerável às práticas e aos discursos de subordinação dos serviços públicos alinhados aos parâmetros do mercado e da gestão corporativa. Tal vulnerabilidade se expressaria por meio da incorporação de uma retórica em prol da modernização, da eficácia e eficiência das políticas sociais e de maior preocupação com a responsabilização dos usuários e do próprio agente profissional, que deve desenvolver uma postura proativa, a habilitá-lo na busca e no acesso a recursos não estatais e informais

⁵ Neste sentido, é inegável a liderança de Marilda V. Yamamoto no trabalho coletivo de pesquisadores de cursos de Serviço Social do Brasil e outros países da América Latina e da Europa para diminuir essa lacuna. Duas publicações sob sua organização demonstram essa valorosa contribuição, como Yazbek e Yamamoto (2019) e Yamamoto e Santos (2021). Há também pesquisadores trabalhando em direção semelhante, como se pode ver em Silva (2022). Vale lembrar a empreitada coletiva realizada com espírito similar e cuja leitura permite conhecer um pouco do Serviço Social português em livro organizado por Martins et al. (2016).

⁶ Segundo os autores, a pesquisa buscou averiguar os impactos do neoliberalismo na profissão em seis países: Finlândia, Itália, Índia, Rússia, Inglaterra e África do Sul.

de proteção social (mecanismos de solidariedade dentro da rede de sociabilidade ou, até mesmo, da família dos usuários).

Diametralmente oposta à tendência anteriormente indicada é aquela sinalizada no estudo de Ioakmidis Santos e Herero (2014) a sustentar que a crise econômica de 2008 levou a profissão a uma politização semelhante àquela que se processou na América Latina com a *Reconceitualização*. De acordo com os autores, as principais causas desta (nova) guinada da categoria para um horizonte político de esquerda teriam sido a recessão profunda vivida na Europa e o endurecimento das políticas de austeridade⁷. O marco deste fenômeno recaiu na Conferência Global do Serviço Social realizada em Hong Kong (2010) ao criticar abertamente a mercantilização dos serviços sociais, mas suas expressões mais evidentes se dariam na “periferia da zona do euro”, nos países do sul da Europa, vitimados pela *troika*. Na Grécia, a adesão dos agentes profissionais a atos de desobediência civil em face das exigências governamentais de maior controle da conduta dos usuários num quadro de intensificação da xenofobia e do aprofundamento da restrição de direitos. Na Espanha, a colaboração dada pelos assistentes sociais na construção do movimento de defesa dos serviços públicos, a *Maré Laranja*, como parte dos protestos antiausteridade. Por fim, em Portugal, uma movimentação política mais intensa da categoria em torno das entidades representativas da profissão, em particular da Associação dos Profissionais de Serviço Social (APSS) que condenou publicamente o agravamento das medidas de austeridade no governo de Passos Coelho. Advertem os autores que, embora tenha incentivado o ativismo nos assistentes sociais e impulsionado o estabelecimento de alianças com outros sujeitos políticos, esta nova politização da profissão não deixou clara a alternativa que pretende construir.

Estudos sobre o Serviço Social em Portugal na atualidade assinalam a presença simultânea de elementos destas duas perspectivas ideológicas, conforme se depreende dos resultados das pesquisas empreendidas por Santos e Martins (2016) e também da efetuada por Amaro (2012). Dentre os efeitos do neoliberalismo na profissão, ambas as duas investigações, desenvolvidas a partir de horizontes ideológicos e com preocupações diversas, apontam o fortalecimento de uma racionalidade instrumental, tecnicista e gerencial, denominada de “managerialismo” por Amaro (2015, p. 68)⁸. No entanto, sem descuidar do registro da permanência de traços de uma cultura profissional progressista forjada no Serviço Social português, desde os anos 1960 com o influxo, no país, do *Movimento de Reconceitualização* e adensada com a mobilização sindical da categoria nos imediatos anos da Revolução dos Cravos (1974); e, nos anos 1980, em prol da integração do Curso de Serviço Social na

⁷ Em termos específicos, a (re)politização de que tratam os pesquisadores seria consequência da conjunção de, no mínimo, dois fatores, quais sejam: um aumento vertiginoso da demanda por programas e serviços sociais fruto do crescimento sem precedentes da desigualdade (de uma nova expressão da pobreza resultante do empurrão de setores das antigas classes médias em direção ao pauperismo) associado à deterioração de políticas sociais, equipamentos públicos, conduzindo simultaneamente à imposição da adoção de critérios draconianos no acesso da população e à degradação das condições de trabalho no setor público (e, portanto, a disseminação da contratação precária e de curto prazo entre os assistentes sociais).

⁸ Fenômeno argutamente apontado por Amaro (2015) como decorrente de uma reestruturação dos serviços públicos orientada por princípios mercantis a acentuar objetivos, atividades e metas de gestão nos campos da intervenção profissional. A relação entre a tônica gerencial e uma atuação profissional instrumental é explicitada na análise de Branco e Amaro (2011) a indicarem que as políticas sociais ativas, típicas do *Workfare*, têm conduzido a profissão para uma intervenção ancorada à eficácia, à mensuração de resultados e ao maior controle sobre os usuários, considerados, simultaneamente, como fonte e solução dos seus problemas de vulnerabilidade social.

universidade pública; e, na década seguinte, em torno da institucionalização da Ordem Profissional.⁹

Os coordenadores de cursos, docentes e assistentes sociais, entrevistados por Santos e Martins (2016), identificam a presença de um caldo político de caráter crítico nos Cursos de Serviço Social do país, embora alertem para o fato do *Serviço Social Crítico* ou *Radical* não desfrutarem, na formação, mais do peso que conheceram nos anos 1970 e 1980. Protagonistas de atuação destacada na formação e intervenção profissionais em Portugal, entrevistados por Amaro (2015)¹⁰ quando perguntados sobre a dimensão política e os valores éticos do Serviço Social também revelam a incidência de um discurso profissional progressista: uma concepção de profissão politicamente contrária ao controle e à adaptação do usuário e comprometida com a mudança e a transformação – ainda que este compromisso, conforme observado por Amaro (2015), mostre-se cheio de ambivalências.¹¹ Ilustrativo o modo como o Serviço Social português tem sido capaz de absorver, sob uma explícita ótica progressista, as novas demandas gerenciais emergidas com o recrudescimento do neoliberalismo, desde a *troika*, conforme discorrem Santos e Nunes (2013). Nesse, a temática da gestão social é situada num contexto no qual o Terceiro Setor se apresenta como uma via de crescimento econômico e social inclusivo e sustentável.

As autoras partem da premissa que o Terceiro Setor é, de fato, a alternativa inovadora para a crise do capital, e se empenham em ressaltar a existência de duas concepções distintas de gestão social: a regida por uma racionalidade quantificadora e uma rentabilidade econômica e outra pautada por processos sociais viabilizadores de um desenvolvimento societário emancipatório e transformador. Por fundar-se no compromisso com a garantia de “direitos humanos universais e a afirmação de interesses e espaços públicos” (Santos; Nunes, 2013, p. 88). De acordo com as autoras, a segunda concepção é que pode apresentar-se como um novo espaço de atuação do Serviço Social.

Este paradoxo aparente foi a base para a formulação da hipótese chave do estudo pós-doutoral no ISSSL: de que dentre as teorias neoconservadoras justificadoras das medidas de restauração do domínio do grande capital, erigidas desde a crise de 1970, a sociologia da *sociedade do risco* de A. Giddens e U. Beck é aquela que, dado seu verniz de esquerda, pôde impactar mais fortemente na produção teórica dos assistentes portugueses.

Ademais o impacto teria se dado não pela via de uma incorporação dos fundamentos teórico-metodológicos da referida sociologia, mas por meio da preocupação com os modelos de intervenção ou metodologias de ação; ou seja, o debate teórico-ideológico da austeridade no Serviço Social em Portugal teria se transmutado, fundamentalmente, em problema técnico-operativo, tendendo a expressar-se como uma metodologia gerencial (“managerialista”).

⁹ Leite (2013) é uma consulta obrigatória para entender como o associativismo profissional foi fundamental na construção dessa politização de esquerda dos profissionais de Serviço Social em Portugal.

¹⁰ Amaro entrevistou quatorze assistentes sociais atuantes na Grande Lisboa, dois em Coimbra, dois no Porto e dois da região do Alentejo. Os vinte entrevistados representam, segundo a pesquisadora, uma amostra do “patrimônio simbólico da construção da identidade e projeto da profissão em Portugal, constituída por profissionais pertencentes a diversas áreas de atuação e “com desempenho relevante, em pelo menos, uma das seguintes esferas: “produção científica/formação acadêmica de assistentes sociais [...] poder e ou influência de decisão política [...] prática interventiva reflexiva” (Amaro, 2015, p. 60).

¹¹ Ambivalências presentes também no discurso dos entrevistados por Santos e Martins (2016) quando indagados sobre as perspectivas profissionais denominadas de *Crítica* e de *Radical*.

Atestar a pertinência desta hipótese exigiu submeter a uma análise rigorosa a produção teórica do Serviço Social português realizada no período pós-*troika*, nos anos imediatamente posteriores à adoção de medidas de recrudescimento da austeridade fiscal pelo governo de Pereira Passos (2011 a 2014). Especificamente no todo desta produção; e o que se considerou pertinente a ser investigado no decurso dos seis meses de pós-doutoramento foi aquela fração que dispõe de legítima pretensão em ser a expressão mais elevada, mais qualificada do pensamento da área, a quem cabe, inclusive, constituir e alimentar de modo permanente, na profissão, uma “massa crítica”¹² não somente do Serviço Social, primordialmente, como também da vida social.

Uma vez que se espera do doutorado uma substantiva contribuição para forjar essa “massa”, o universo da pesquisa aqui relatada foi constituído especialmente pelas teses defendidas nos anos de 2015 a 2021 nos três cursos de doutorado em Serviço Social existentes no país - da Universidade Lusíada de Lisboa, do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE) e da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa.¹³ Deste acervo, 23 teses de doutoramento da área defendidas no lapso temporal escolhido pela pesquisa efetivamente serviram de fonte (primária) de pesquisa para o pós-doutorado¹⁴ disponíveis para a leitura pública no repositório dos cursos anteditos. Acrescentem-se, a este universo de investigação, os livros da área publicados por editoras universitárias e comerciais de Portugal¹⁵ no período de 2015 a 2021. Além de artigos que vieram a lume na mesma época na revista *Intervenção Social*, único periódico do Serviço Social existente atualmente em Portugal, e periódicos da área considerados de referência no Brasil (*Serviço Social & Sociedade*, *Katálysis* e *Argumentum*)¹⁶, somente os dedicados a tratar de algum modo o Serviço Social português.

¹² Massa crítica que não deve considerar tão somente a profissão em si; ao contrário deve fornecer insumos para a crítica da vida social em sua totalidade.

¹³ O Doutorado em Serviço Social da Universidade Católica Portuguesa foi substituído em 2019/2020 pelo Programa Interuniversitário de Doutoramento em Serviço Social (PIDSS) resultante da associação entre a Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica de Portugal (FCHUCP), pioneira na oferta de um programa de doutoramento na área, e a Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra (FPCE-UC), a mais antiga universidade do país. No período de realização da pesquisa de pós-doc tivemos acesso tão somente aos produtos do doutoramento em Serviço Social existentes na FHC-UCP, pois não houveram teses concluídas do PIDSS entre outubro de 2021 a abril de 2022.

¹⁴ Totalizaram 36 as teses de doutoramento em Serviço Social defendidas no intervalo de tempo delimitado pela pesquisa. As que foram fonte primária do estudo de pós-doutorado estão citadas ao final deste relatório. Sua distribuição pelos cursos de doutorado pode ser aferida pelas informações que se seguem. Na Universidade Lusíada se pôde consultar no repositório da instituição (<http://repositorio.ulusiada.pt/handle/11067/240>) a totalidade das três teses defendidas. No curso de doutorado do ISCTE estavam abertas para consulta pública em seu repositório (https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/254/simple-search?query=&filter_field_1=subject&filter_type_1>equals&filter_value_1=Servi%C3%A7o+social&sort_by=score&order=desc&rpp=10&etal=0&start=0) somente 16 teses dentre as 22 defendidas. No Curso de Doutoramento da Universidade Católica Portuguesa das 11 teses constantes do repositório <https://repositorio.ucp.pt/handle/10400.14/2547?offset=0>), apenas quatro permitiram acesso ao público.

¹⁵ Dos 15 livros que integram o rol de publicações do Serviço Social português relevante para a pesquisa, foi possível submeter dez à análise. O referido rol foi elaborado a partir de consulta a obras que pudessem ter sido destaque em análises sobre o estágio atual da produção de conhecimento do Serviço Social em Portugal feitas por pesquisadores especialistas do tema (Branco, 2009; Carvalho, 2014; Santos; Martins, 2016; Martins; Tomé, 2019; e Martins, 2020). Procurou-se também incorporar à lista as publicações da área constantes do catálogo de livros na página eletrônica da editora comercial de maior presença no Serviço Social português (Pactor). Além disso, houve o empenho em adensar ao rol as indicações feitas pela Profa. Dra. Julia Cardoso, acrescida daquelas que a Profa. Dra. Alcina Martins e os professores Francisco Branco e Inês Amaro ofereceram, valiosas sugestões.

¹⁶ O levantamento realizado no sítio eletrônico da revista *Argumentum* não localizou nenhum artigo publicado

Convém esclarecer que não integraram o universo da pesquisa as dissertações de mestrado defendidas no intervalo de tempo circunscrito no estudo pós-doutoral (2015 a 2021). Tampouco foram objeto de investigação os relatos de estágio do primeiro ciclo formativo, requisito para a conclusão das licenciaturas em Serviço Social, que poderiam apontar como o ideário da austeridade tem sido incorporado no cotidiano das práticas dos assistentes sociais. Consideradas estas duas observações, pode-se, então, dizer que as descobertas teóricas aqui relatadas são frutos dos esforços de uma investigação que se pretende apenas aproximada e introdutória acerca dos impactos da ideologia da austeridade no *pós-troika* no plano da autorrepresentação da profissão em Portugal, isto é, da sua reflexão teórica.

3. A Entronização do Ideário da Austeridade e as Tendências Profissionais em Disputa

A análise da produção teórica do Serviço Social português do *pós-troika* comprovou parcialmente a hipótese-chave da pesquisa, ou seja; a fonte pesquisada atestou existir não apenas uma perspectiva teórico-profissional na qual o ideário da austeridade é incorporado pelo Serviço Social com uma ênfase gerencial, como também revelou duas outras reações ideológicas da profissão diante do recrudescimento da ofensiva neoliberal em Portugal das quais mais adiante se abordará.

A incorporação do ideário da austeridade por um viés aparentemente progressista é, portanto, uma das três tendências teórico-profissionais do *pós-troika* presente em teses, livros e artigos investigados e nos quais se pode encontrar uma crítica direta ou indireta ao neoliberalismo expressa, às vezes, num questionamento aberto da *troika* conduzida necessariamente a um horizonte fatalista. Isto leva a uma incorporação, em maior ou menor grau, das “novas” requisições profissionais emergidas com as abordagens e os procedimentos típicos das políticas sociais de segunda geração (ou políticas sociais proativas): a autonomia do “utente” e do profissional, a avaliação de programas e políticas sociais pautada por objetivos e resultados, a busca da eficácia e da eficiência, a gestão dos casos sociais etc.

Afinadas com esta postura ideológica estão a tese de Santos (Albuquerque; Almeida, 2013), de Rocha (2015) e os textos de Almeida (Albuquerque; Arcoverde, 2017). Anunciada como uma perspectiva capaz de ampliar a base teórica do entendimento do *risco* e da *vulnerabilidade social*, mediante a consideração de fatores ecológicos, e de fornecer uma resposta crítica à produtividade capitalista num contexto de austeridade, a ecologia social, na tese de Rocha (2016), resulta justamente em seu contrário. Isto ocorre quando a autora sustenta a contribuição da sua aplicação para a correta alocação de recursos escassos para o máximo de bem-estar da população, alimenta uma postura de resignação social e conformismo diante das medidas de restrições orçamentárias das políticas sociais, do desmonte dos equipamentos e serviços públicos, dentre os efeitos nefastos da *troika*.¹⁷

no período de interesse para esta pesquisa que tratasse do Serviço Social português.

¹⁷ A crítica ao ajuste neoliberal se explicita quando Almeida (Albuquerque; Arcoverde, 2017) opõe duas concepções de participação orientadoras do planejamento e da gestão de políticas sociais. Primeiro, aquela que se orienta na direção do alargamento da democracia, ao preocupar-se com a criação de espaços públicos e a participação da sociedade civil na gestão pública. Outra que, identificada com a implantação do neoliberalismo, em nome da participação, isenta o Estado de garantir direitos, transfere as responsabilidades sociais estatais

Ao que parece a referida tese, de alguma forma, incorpora uma leitura crítica dos problemas ecológicos enquanto expressões do confronto existente entre a finitude dos recursos naturais e a voracidade exploratória infinita do modo de produção capitalista que, em última instância, nega os limites da natureza (ROCHA, 2016). Todavia, tal leitura ganha um sentido conformista quando transposta sem quaisquer mediações para analisar a crise do *Welfare State*, ou seja, ao se propor a equiparar os limites da proteção social do Estado de Bem-Estar com a finitude dos recursos naturais.

No texto de Santos (Albuquerque; Arcoverde 2017), não há uma crítica aberta às medidas de austeridade, mas se registra uma clara advertência quanto aos perigos da incorporação do conceito de *risco social* converter-se num elemento de controle e coerção da conduta e ações dos usuários dos serviços prestados pelos assistentes sociais. Todavia, o referido perigo, como sugere a autora, não seria oriundo da aplicação das políticas sociais remodeladas como proativas pela ofensiva neoliberal, mas sim da implantação destas numa ideologia diversa da que lhe é original. A autora em tela consegue se insurgir contra os problemas causados pelo recrudescimento do ajuste neoliberal e, simultaneamente, propor como solução doses maiores de neoliberalismo.¹⁸

A pesquisa revelou também a presença na produção teórica do Serviço Social português de uma segunda tendência ideológica que, tal como a primeira, entroniza o ideário neoliberal e é regida por uma metodologia gerencial. Porém, a ausência de um horizonte progressista ou de qualquer cariz crítico em face da austeridade é o que a peculiariza. Trata-se, na verdade, de uma entusiasta incorporação das (novas) competências profissionais exigidas desde 2011, com o recrudescimento do ajuste neoliberal, e pode, até mesmo, assumir uma forma mistificadora quando as deletérias consequências da *troika* são apresentadas como oportunidades para o avanço e a modernização da profissão e/ou das políticas sociais.¹⁹

Elemento constitutivo desta tendência, nem sempre explícito, é uma visão preconceituosa do *Welfare State* e dos seus usuários (os diversos segmentos da massa trabalhadora para os quais as políticas sociais são fundamentais na reprodução diária da sua vida cotidiana) que se aclara quando o Estado Social é estigmatizado como paternalista, os direitos sociais como indutores da passividade e dependência e os assistidos como preguiçosos.

As fontes primárias da pesquisa indicam tratar-se de uma tendência teórico-profissional com presença mais expressiva na produção acadêmica do Serviço português do

para a sociedade e converte a cidadania numa integração individual no mercado que despolitiza o debate sobre as causas da pobreza e a dimensão universal dos direitos. Curiosamente, a via privilegiada pela autora para a implantação prática da participação de suposto cariz emancipatório é o *parceria*, conceito que - buscando promover a constituição de relações assentadas na partilha de obrigações de resultados, responsabilidades e recursos - é inteiramente compatível com as requisições de *gestão do risco social* acentuadas desde o advento da *troika*.

¹⁸ Curiosa a argumentação de Santos neste texto uma vez que demonstra estar preocupada em afirmar uma prática profissional emancipatória, comprometida com a liberdade e a diversidade cultural, mas simultaneamente faz a defesa da implantação das políticas sociais ativas de acordo com a sua ideologia original, isto é, neoliberal (Albuquerque; Arcoverde, 2017).

¹⁹ Tal mistificação se opera quando a falta de recursos e equipamentos/instituições e os programas sociais se convertem em oportunidade para otimizar o pouco que restou dos cortes empreendidos pelo ajuste neoliberal, para integrar a rede de serviços ainda existentes e ativar usuários e profissionais, tornando-os todos mais produtivos.

pós-*troika* que a primeira. Neste sentido, são representativas desta perspectiva as teses de Santo (2015),²⁰ Amaro da Luz (2019), Gonçalves (2018) e Silva (2018).

A título de exemplo, a argumentação da acreditação como meio de promoção de boas práticas de gestão hospitalar na tese de doutoramento de Santo (2015) serve para indicar a sua convergência com uma adesão entusiasta ao ideário neoliberal. Embora a austeridade seja um elemento inexistente na análise da autora, impossível desconsiderar que a acreditação corresponde a um processo de certificação de qualidade ISO que, originário do mundo empresarial nos anos 1990, passou, após a crise do *subprime*, a abranger cada vez mais a esfera das políticas públicas e seus diversos serviços sociais. Significativo do quanto Santo julga ser positiva a subordinação da saúde pública à lógica empresarial como demonstrado ao indicar a competitividade dos serviços hospitalares como um dos principais benefícios da creditação.²¹

Dedicada a tratar do tema da atuação do Serviço Social português em organizações não lucrativas integrantes da dita economia social (ou do chamado Terceiro Setor) voltadas para o atendimento de idosos, e sem fazer qualquer menção (teórica e/ou histórica) ao recrudescimento da ofensiva neoliberal, imposto pela *troika* aos países do Sul da Europa, a tese de Amaro da Luz (2019) em diversos momentos busca enaltecer a contribuição da economia social em um sistema de proteção social regido pelo paradigma da governança (neoliberal) e ancorado na responsabilização partilhada entre Estado, mercado e sociedade.

A naturalização da privatização neoliberal dos serviços sociais chega a ponto de, na referida tese, as Misericórdias portuguesas, instituições de caridade surgidas no século VX e originárias de “confrarias medievais (...) erigidas como associações voluntárias de irmãos e norteadas pela vontade de [prestar] auxílio mútuo” (Amaro da Luz, 2019, p. 42), serem consideradas como um embrião de uma economia social que a autora julga ser pertinente para o século XXI, sugerindo certa predisposição (ou tradição) histórica em Portugal de conferir a instituições privadas um papel relevante na provisão do bem-estar social. Curioso que Amaro não dedique uma linha sequer para demonstrar que a força da atuação das Misericórdias era uma consequência do atraso do país em relação à constituição de um sistema de proteção social público e estatal quando comparado as demais nações europeias.

Contudo, nas teses de Gonçalves (2018) e Silva (2018) a adesão ao ideário neoliberal ganha ares de inegável mistificação. No primeiro, a ofensiva neoliberal contra a previdência social é apresentada como o avesso do que de fato é, e, ao invés de retratá-la como a liquidação de direitos, a autora sustenta seu pretensão potencial de reforço de uma “política territorializada e [...] das práticas comunitárias” (Gonçalves, 2018, p. v) e, ainda, uma “oportunidade para a profissão de Serviço Social, [repescar] espaços profissionais e [conquistar] novos” (Gonçalves, 2018, p. 6).

²⁰ A referida tese foi publicada em 2018 pela editora Edições Esgotadas. Nesta circunstância, efetuou-se o exame do livro, e não o da tese.

²¹ Em capítulo escrito em coautoria para uma coletânea de textos organizados por Carvalho (2012), Santo desenvolveu argumentos semelhantes àqueles apresentados em sua tese defendida em 2015 e no livro que a divulgou em 2018. No referido capítulo, as medidas neoliberais de restrição da cobertura assistencial dos serviços do Sistema Nacional de Saúde (SNS) são interpretadas como expressão da adoção de princípios de racionalização de recursos e de justiça social tendo por base a concepção de que a saúde pública deve destinar-se tão somente aos pobres. O leitor deve conferir os convincentes argumentos de Laura Tavares Soares (2001) que indicam, na programática do ajuste neoliberal, a centralidade da ideia da proteção estatal circunscrita aos mais pobres.

Já na tese de Silva (2018) há trechos críticos ao neoliberalismo, em meio a argumentos que buscam justamente o seu reforço. Mas a ambiguidade aparente desaparece e a defesa da austeridade se revela quando a autora qualifica os anos de 2011 a 2015 como o período no qual o Estado Social português experimentou “infindável modernidade”; ou, ainda, quando alega ter sido neste interstício que houve melhoria na coordenação das políticas sociais e a mais ativa participação social na formulação, implantação e monitoramento destas. A ilusão é de tal ordem que a vigência da *troika* é adjetivada como um novo momento provedor de direitos e em contraste com o anterior, que seria marcado, segundo ela, pela caridade.

A pesquisa de pós-doutorado permitiu ainda descobrir uma terceira tendência ideológica minoritária na produção teórica da área, mas, nem por isso, desimportante, uma vez que faz uma aberta crítica ao ajuste neoliberal e aos impactos das demandas gerenciais sobre a profissão reforçadas desde o advento da *troika*. O referido horizonte se nutre das reflexões do *Serviço Social Crítico ou Radical* cuja presença na produção teórica identificada com esta tendência a pesquisa permitiu localizar.²² Pode-se supor que seja essa também a fonte de uma leitura que enfatiza o caráter contraditório e tenso (política e economicamente) das políticas sociais e da própria profissão a colocar esta perspectiva profissional em rota de colisão com as duas outras anteriormente tratadas, uma vez que nelas prevalece uma visão benevolente do Serviço Social, relacionada à ajuda, e a preocupação em fortalecer o papel coesivo das políticas sociais.

Embora convergente com o marxismo, seria equivocado conceber esta tendência como uma perspectiva em si marxista. Três são as razões que permitem fazer esta afirmação. Em primeiro lugar, está o ecletismo do *Serviço Social Crítico ou Radical* (Eiras; Santos; Yazbeck, 2018) a abarcar, junto com o pensamento marxista (bastante plural em seu interior), referências teóricas distintas e, até mesmo, colidentes, como o neomarxismo e o pós-modernismo, e a acolher posições políticas diversas: desde revolucionárias e reformistas até neoanarquistas.

Em segundo lugar, porque a pesquisa de pós-doutorado não conseguiu localizar na produção teórica identificada com esta postura ideológica uma decisiva interlocução com aquelas produções portuguesas explicitamente inspiradas no debate profissional brasileiro e no marxismo²³. Isto se deveu à reflexão filiada ao marxismo no Serviço Social português que tem dado uma decisiva contribuição para a análise dos rebatimentos do neoliberalismo sobre a formação por meio do *Pacto de Bolonha*. Contudo, não tem avançado com igual força no debate acerca do impacto da austeridade sobre as políticas sociais e as requisições profissionais. Por fim, distinta das produções marxistas da área, esta terceira perspectiva teórico-profissional reforça uma concepção dominante no debate do Serviço Social em Portugal (e, provavelmente, em toda a Europa): a caracterização da sociedade contemporânea como *sociedade da imprevisibilidade e do risco*.

A despeito de utilizar a terminologia do *risco social*, esta tendência teórico-profissional parece não comungar por completo com a tese da *sociedade pós-industrial* - elaborada originalmente por Daniel Bell através da argumentação do *fim da ideologia* e sobre a qual a

²² Em todas as representações desta tendência, Ferguson está presente. Dois outros autores do Serviço Social Radical, Luiz Varga Saiz e Mejed Hamzaoui aparecem também na tese de Bento (2016).

²³ As produções da área em Portugal que explicitamente se identificam com uma orientação teórico-metodológica inspirada na teoria social de Marx e na tradição marxista são, sobretudo, aquelas efetuadas por Alcina Martins e Maria Rosa Tomé.

sociologia de Giddens e outras vertentes que compõem o neoconservadorismo desde a crise estrutural do capital se erigiram -, já que nela a categoria trabalho continua a cumprir um papel relevante na explicação dos fenômenos sociais.²⁴

Hipótese que está a exigir um aprofundamento da pesquisa no futuro próximo é o quanto a crítica desta tendência teórico-profissional, além do contributo do *Serviço Social Crítico ou Radical*, é decorrente de uma incorporação não inteiramente integral da *sociologia do risco*; e que, ao que tudo indica, tem ingressado na área em Portugal por meio de publicações críticas sobre a austeridade providas de pesquisadores próximos a organizações políticas de esquerda ou filiados a um pós-modernismo progressista como Boaventura de Sousa Santos e/ou de pesquisadores que são seus colaboradores.²⁵ Neste aspecto, representativas desta terceira tendência são o texto de Amaro (2015) e as teses de Marques (2016) e Bento (2016).

Excelente contribuição para desmistificar na área o suposto caráter paternalista, oneroso e pesado do Estado Social português é a tese de doutoramento de Marques (2016) que indica, ao contrário, o quanto, em Portugal, a proteção social estatal se constituiu tardiamente, em relação ao restante da Europa, e de modo insuficiente diante dos níveis de pobreza do país. Outro ponto alto da referida tese reside em elucidar a função ideológica cumprida pelas políticas sociais ativas ao buscar legitimar o emprego precário e com baixa remuneração junto aos trabalhadores desempregados e mais pobres.

A tese de Bento (2016) mostra-se relevante também para a reflexão crítica sobre as políticas sociais de nova geração (as tão propaladas políticas ativas) e os seus rebatimentos a respeito do Serviço Social. Na qual, o leitor encontrará uma instigante problematização acerca do triunfo da visão gerencial sobre as políticas sociais e seus impactos na atuação profissional, conduzindo desde o reforço de uma prática assistencial (que, nos municípios, produziria o que o autor nomeou de assistencialismo do civilismo local) até a prevalência da individualização no tratamento dos problemas sociais a reforçar uma abordagem junto aos usuários convergente com a perspectiva sociológica durkheimiana ocupada em conter o que se supõe ser a expressão de um quadro de anomia social.

Argutas são também as conclusões do citado autor acerca do novo perfil profissional requisitado pelo novo modelo de Estado social de matriz neoliberal imposto pelas instâncias supranacionais e europeias: um perfil assistencial de gestão de casos sociais cuja expressão não tem necessariamente nexos com o modelo teórico orientador da ação profissional, mas com traços dominantes nas novas políticas sociais que requerem maior controle (normativo e da situação financeira) do usuário no acesso a alguns direitos ou benefícios sociais casuísticos (Bento, 2016).

O texto de Amaro (2015), escrito num horizonte de crítica ao neoliberalismo e ao que ela chama de *tecnocapitalismo*, e ocupando-se em problematizar os seus impactos sobre o Serviço Social contribui para demonstrar o quanto as requisições profissionais pautadas pela busca da eficácia e da eficiência têm conduzido a uma mudança profunda da ação profissional e a tendente redução do Serviço Social a uma tecnologia do cuidado social. Isto é, uma

²⁴ A esse respeito, o leitor pode consultar Rodrigues (2023).

²⁵ O leitor deve conferir como Marques (2016), a despeito de adjetivar a sociedade atual como uma sociedade de risco, consegue identificar, dentre os determinantes da crise do *Welfare State*, a desregulamentação dos mercados de capital e de mercadorias e o fim do trabalho estável – não do trabalho em si. Vale verificar também o quanto este horizonte de análise crítico parece estar presente no estudo de Marques pela via da contribuição das reflexões de Boaventura de Sousa Santos e dos pesquisadores que trabalham próximos a ele.

intervenção regida por critérios quantitativos, mais burocratizada, técnica e desprovida da capacidade de refletir a respeito de suas dimensões políticas e éticas.

Por fim, duas observações se fazem necessárias. A primeira é que na fonte primária da pesquisa há teses, artigos e capítulos de livros que se identificam com (ou se localizam na fronteira de) mais de uma perspectiva teórico-profissional. Ilustrativa desta situação é a tese de Abreu (2017) que se aproximaria tanto da terceira quanto da primeira postura ideológica da profissão retratada neste relatório. Em Abreu (2017), há tanto uma incisiva crítica ao retorno da proteção centrada na família em contexto de avanço da ofensiva neoliberal e de transformação do direito social em dever moral, quanto a incorporação acrítica da ideia do pluralismo de bem-estar social que preconiza a atuação conjunta e combinada do Estado, sociedade e mercado na provisão dos meios e recursos de proteção social.

Em segundo lugar está a dificuldade inicialmente enfrentada na pesquisa de avaliar a perspectiva ideológica daquelas teses e dos artigos e livros aparentemente desprovidos de ideologia. Trata-se de uma produção teórica da área constituída de argumentos exclusivamente técnicos e que evita fazer o uso de algumas expressões como neoliberalismo e austeridade; preferindo substituí-las por uma linguagem anódina, despida de conotações políticas, como “rearranjo do Estado”. No entanto, é possível dizer mais: há uma fração da produção teórica do Serviço Social português de 2015 a 2021 que se ocupa das competências (supervisão, planejamento, diagnóstico etc.) ou dos instrumentais da profissão sem dedicar uma linha sequer a consideração das relações sociais nas quais o assistente social, instituições empregadoras e usuários encontram-se inseridos. A leitura deste material expõe a constatação incômoda da tentativa de silenciamento não só dos impactos negativos da *troika* sobre o Estado Social e as condições de atuação do assistente social e o cotidiano da população usuária, bem como da existência da pobreza, da desigualdade e do desemprego, expressões da “questão social”, “matéria” sobre a qual incide a intervenção do assistente social desde a gênese da profissão.²⁶

A despeito da aparente neutralidade ideológica, é possível observar esta produção como uma versão mais radicalizada da entronização entusiástica do ideário neoliberal no Serviço Social, isto é, da segunda tendência teórico-profissional descrita neste relatório. Todavia, nesta versão a orientação ideológica compatível com a programática da austeridade parece ocultar-se numa preocupação exclusiva com a dimensão instrumental da profissão. Se correta esta inferência, poder-se-ia dizer então que se está diante de uma exacerbada metodologia gerencial capaz de converter a profissão numa tecnologia de cuidado social, como denunciado por Amaro (2015).²⁷

²⁶ A este respeito, vale conferir os dois capítulos de Joaquim Fialho (2021) que compõem a coletânea por ele organizada e as publicações de Ribeirinho (2019) e de Teles (2020).

²⁷ Cabe ressaltar que o ocultamento da orientação ideológica nesta fração da produção teórica da área em Portugal não anula a sua função ideológica. Ao contrário, acentua-a. Uma vez que nela se pode encontrar análises que elevam a um patamar superior a mistificação da realidade social, como demonstra a publicação de Teles (2020) que só se ocupar do tema das práticas de responsabilidade social em empresas nada diz sobre a existência das classes sociais, burguesia e proletariado nem se reporta, mesmo lateralmente, à questão da exploração do trabalho, elemento estruturante do modo de produção capitalista. Por meio deste cenário social descrito fantasiosamente como um cenário sem exploração e lucro, a autora afirma que os princípios e valores empresariais são os mesmos do Serviço Social (Teles, 2020).

4. Considerações Finais

A entronização ideológica da austeridade no Serviço Social português pela via de um “metodologismo” gerencial não é casual; ao contrário, pois é resultante da combinação de dois vetores: dos impactos dos processos de Bolonha sobre a formação profissional, por um lado; e, por outro, das alterações processadas no exercício profissional desde o endurecimento da austeridade com a *troika* (2011 a 2014).²⁸

O primeiro vetor diz respeito ao aprofundamento da subordinação das políticas e dos programas sociais à lógica produtivista. O impacto desta subordinação sobre a intervenção do assistente social se pode notar de múltiplas formas: desde a incorporação de procedimentos e rotinas institucionais que requisitam do profissional uma postura proativa até a crescente informatização da intervenção profissional que a torna mais burocratizada e a subordina a parâmetros de uma razão instrumental (Amaro, 2015).

Já o segundo dificultou ainda mais o avanço do ainda inconcluso processo de “academização” do Serviço Social português (Amaro, 2015), pois o aligeiramento da formação tornou complexa a incorporação do pensamento social moderno tanto da tradição teórica inaugurada por Marx quanto do contributo das ciências humanas e sociais. Sem o conhecimento rigoroso dos clássicos da tradição marxista e das ciências humanas e sociais, torna-se praticamente impossível romper com o senso comum, o sincretismo, o cientificismo e o pragmatismo que recorrentemente se fortalecem em nossa área. São estes dois vetores (a maior demanda pelo tecnicismo e burocratização da prática aliada à degradação da formação profissional) que acentuariam a demanda de um assistente social gestor do risco, como pondera Amaro (2015).

A pesquisa indicou que, até aqui, a nova metodologia gerencial do Serviço Social português não é somente produto de elementos externos à profissão (da dinâmica do capitalismo hoje); é também, em grande medida, resultado da cultura profissional elaborada nas últimas quatro décadas, isto é, das reservas teóricas, práticas, ideológicas e éticas de que os assistentes sociais dispõem para responder as demandas institucionais. Isto significa dizer que a profissão não é o mero produto da dinâmica societária mais ampla. Com efeito, a pesquisa demonstrou que a resposta à dinâmica profissional instaurada desde a *troika* não é unívoca; ao contrário, comporta três tendências teórico-profissionais em disputa.

Nesta cultura, há dilemas do passado recente da profissão e há também avanços que se explicitam nas diferentes respostas. Em Portugal, a perspectiva teórico-profissional que intencionou romper com o conservadorismo profissional e ambicionou dialogar com o pensamento marxista não chegou a sua maturidade teórica. Fato que explica o acentuado sincretismo teórico que aqui se tem e a ausência de fóruns de debate profissional, um velho problema que Bolonha ao reduzir o tempo de formação profissional reatualizou.

Portugal já dispõe de uma massa crítica razoável acerca da austeridade, constituída e alimentada por pesquisadores e docentes que não estão nucleados em torno do Serviço

²⁸ Oportuno ao Serviço Social português é o aprofundamento do debate das construções teórico-ideológicas que fundamentam as políticas neoliberais ou nos termos de Duarte (2018, p. 16), “A compreensão e [a] análise do processo de retração do Estado de bem-estar sob o paradigma de austeridade permanece[m] relativamente inexploradas pelos principais estudiosos e profissionais do serviço social que geralmente negligenciaram a economia política do estado de bem-estar.”

Social, mas que a profissão pode e deve recorrer. Ilustrativa desta massa é indubitavelmente a publicação de Eugénio Rosa (2015) intitulada *Os números da desigualdade social em Portugal* que, magistralmente, demonstra como nesse país, um dos com maior desigualdade socioeconómica da UE e onde o ajuste fiscal no rescaldo da crise de 2008 foi mais forte, a austeridade fiscal imposta pela *troika* sugou dos pobres para dar aos ricos.

Em consonância, o livro organizado por Pedro Hespanha e Graça Carapinheiro, sob o título *Risco social e incerteza: pode o Estado Social recuar mais?* (2002). Digno de nota é o capítulo 1 - *Globalização insidiosa e excludente. Da incapacidade de organizar respostas à escala global* que contendo os resultados de uma pesquisa sobre os problemas sociais – dentre eles: desemprego, saúde, cuidado com dependentes e acesso as políticas sociais - percebidos pela população em cinco localidades (freguesias) do território nacional português possibilita desmistificar a crítica moralizadora do *Welfare State* que entronizou na produção teórica do Serviço Social lusitano. Potencial que se evidencia quando a referida pesquisa – colidindo com a qualificação depreciativa dos usuários do Estado de Bem-Estar como preguiçosos e dependentes - comprova como a denominada *vulnerabilidade social* decorre em sua grande maioria do desemprego ou emprego precário e com baixo nível de rendimento de pessoas que investem bastante na procura do trabalho; e, diante da impossibilidade de o conseguirem permanente e estável “agarram todas as oportunidades de se ocuparem e ganharem algum dinheiro, por pouco que seja” (Hespanha; Carapinheiro, 2002. 32).

O Serviço Social português ganha se estreitar relações de diálogo e cooperação através dos seus cursos de pós-graduação, com elaborações teóricas que se mostram aptas a fornecer argumentação crítica e subsídio teórico-histórico para a problematização da ofensiva neoliberal no país, do seu impacto sobre o Estado Social, as políticas, os programas sociais, trabalhadores e segmentos subalternos²⁹.

Idêntico estreitamento deve ser estimulado entre os grupos de pesquisa dos cursos de doutorado da área com as investigações existentes no *Serviço Social Crítico ou Radical* voltadas para o estudo dos rebatimentos da ofensiva neoliberal sobre a profissão em escalas europeia e internacional, se a pretensão for fortalecer a tendência teórico-profissional crítica à austeridade existente na profissão no país.

5. Referências

ALMEIDA, R.; TONIOL, R. (Orgs.). **Conservadorismo, fascismos e fundamentalismos: análises conjunturais** [livro eletrônico]. Campinas: Editora da Unicamp, 2018.

AMARO, M. I. Os campos paradigmáticos do Serviço Social: proposta para uma categorização das teorias em presença. **Locus S@cial.**, n. 1, p. 65-80, 2008.

AMARO, M. I. **Urgências e emergência do Serviço Social: fundamentos da profissão na contemporaneidade**. 2. ed. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2015.

²⁹ Por óbvio se deve considerar que a sugestão aqui feita de maior interação e diálogo dos Programas de Pós-graduação do Serviço Social em Portugal com pesquisadores e docentes de áreas afins não deve se limitar aos autores/autoras das publicações ora citados tão somente a título de ilustração; ou seja; a Eugénio Rosa ou os pesquisadores articulistas do livro organizado por Pedro Hespanha e Graça Carapinheiro que atuam realizando mediações com o trabalho realizado por Boaventura de S. Santos e seus colaboradores.

- ANTUNES, R. (Org.). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0** [livro eletrônico]. São Paulo: Boitempo, 2020.
- AVELÃS NUNES, A. **O Estado capitalista e as suas máscaras**. 3. ed. Lisboa, Edições Avante, 2021.
- BECK, U. **Sociedade de risco mundial**: em busca da segurança perdida. Lisboa, Edições 70, 2021.
- BELLUZZO, L. G. **O capital e suas metamorfoses**. São Paulo: Editora Unesp, 2013.
- BIROLI, F.; VAGGIONE, J. M.; MACHADO, M. A. D. C. **Gênero, neoconservadorismo e democracia**: disputas e retrocessos na América Latina. São Paulo: Boitempo, 2020.
- BRAGA, R. **A restauração do capital**: um estudo sobre a crise contemporânea. São Paulo: Xamã, 1996.
- BRANCO, F. A Profissão de Assistente Social em Portugal. **Locus S@cial**. Lisboa, n. 3, p.61-89, 2009.
- BRAVO, M. I. de S. A saúde no Brasil e em Portugal na atualidade: o desafio de concretizar direitos. **Serviço Social & Sociedade**, n. 102, p. 205-221, 2010.
- CARAPANÃ. A nova direita e a normalização do nazismo e fascismo. In: GALLEGO, E. S. (Org.). **O ódio como política**: a reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.
- CARMO, R. M.; BARATA, A. **Estado social**: de todos para todos. Lisboa: Tinta da China, 2014.
- CARVALHO, M. I. (Org.). **Serviço Social na Saúde**. Lisboa: Pactor, 2012.
- CARVALHO, M. I. **Serviço Social no envelhecimento**. Lisboa: Pactor, 2013.
- CARVALHO, M. I. **Serviço Social com famílias**. 2 ed. Lisboa: Pactor, 2015.
- CARVALHO, M. I. A Pesquisa do Serviço Social em Portugal: evidências e provocações. **Textos & Contextos**, v. 13, n. 2, p. 325 - 336, 2014.
- CARVALHO, M. I.; PINTO, C. (Orgs.). **Serviço Social, teorias, metodologias e práticas reflexivas**. Lisboa: Pactor, 2014.
- CHOMSKY, N. et al. **Neofascismo**: de Trump a la extrema derecha europea [livro eletrônico]. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2019.
- COELHO, K.; GUEDES, O. O legado da cooperação científica entre o curso de Serviço Social da PUC-SP e escolas portuguesas. **Serviço Social & Sociedade**, n. 142, p. 549-567, 2021.
- COUTINHO, J. P. **Conservadorismo**. Alfragide. Dom Quixote, 2014.
- CUEVA, A. (Org.). **Tempos conservadores**: a direitização no Ocidente e na América Latina. São Paulo: Hucitec, 1989.

- D'ANCONA, M. **Pós-verdade**: a nova guerra contra fatos em tempos de *fake news*. Barueri: Faro Editorial, 2018.
- DUARTE, F. **The Politics of Austerity and Social Citizenship Rights**: A Case Study of the Impact of the 2008 Financial Crisis on the Welfare State in Portugal. 2018. 274 p. tese. (Doutorado em Serviço Social) - Carleton University Ottawa, Ontario, Canadá, 2018.
- EIRAS, A. S.; SANTOS, C. M.; YAZBEK, C. Tensões no Serviço Social estadunidense (1960 a 1980): a alternativa radical. In: ENPESS, 15., 2018. Vitória. **Anais...** Vitória: ABEPSS, 2018.
- EMPOLI, G. **Os engenheiros do caos** [livro eletrônico]. São Paulo: Vestígio, 2019.
- ESCORSIM NETTO, L. **O conservadorismo clássico**: elementos de caracterização e crítica. São Paulo: Cortez, 2011.
- EVANGELISTA, J. E. **Teoria social pós-moderna**: introdução crítica. Porto Alegre: Sulina, 2007.
- FEKETE, L. **A Europa adormecida**: o racismo e a ascensão da extrema-direita. Lisboa: Bookout, 2021.
- FERREIRA, A. C. **Política e sociedade**: Teoria social em tempo de austeridade. 2. ed. Porto: Vida Econômica, 2016.
- FERREIRA, J. **Serviço Social e Modelos de Bem-Estar para a Infância**. *Modus Operandi* do Assistente Social na Promoção da Proteção à Criança e à Família. Lisboa: Quidjuris, 2011.
- GIDDENS, A. **Para além da esquerda e da direita**: o futuro da política radical. Editora da Unesp, 1996.
- GIDDENS, A. **A terceira via**: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2005.
- GHIRADELLI, R. e ELLIAS, M. **Diretrizes Curriculares e formação em Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2024.
- HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 2004.
- HARVEY, D. **O neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Edições Loyola, 2013.
- HESPANHA, P; CARAPINHEIRO, G. **Risco Social e Incerteza Pode o Estado Social Recuar Mais?** Porto: Afrontamento; 2002.
- HONÓRIO, C.; MINEIRO, J. **Novas e velhas extremas-direitas**. Lisboa: Parsifal, 2021.
- IAMAMOTO, M.; SANTOS, C. M. **A história pelo avesso**: a Reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais. São Paulo: Cortez, 2021.
- IOAKMIDIS, V.; SANTOS, C. C.; HERERO I. M. Reconceptualizing social work in times of crisis: an examination of the cases of Greece, Spain and Portugal. **International Social Work**, v. 57, n. 4, p. 285-300, 2014.
- JAMESON, F. Periodizando os anos 60. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque (Org.). **Pós-modernismo e política**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

- KAKUTANI, M. **A morte da verdade**: notas sobre a mentira na era Trump. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2018.
- KRISTOL, I. **Neoconservadorismo**: autobiografia de uma ideia. Lisboa: Quetzal Editores, 2003.
- LACERDA, M. B. **O novo conservadorismo brasileiro**. Porto Alegre: Editora Zouk, 2019.
- LARA, R.; SILVA, M. A. Entrevista com Raquel Varela: Revolução dos Cravos, condições de trabalho e vida em Portugal. **Katálysis**, n. 18, v. 1, p. 123-130, 2015.
- LEITE, M. B. L. P. **O Estado e o associativismo profissional e sindical dos assistentes sociais em Portugal**: trajetória e perspectivas atuais. 2013. 47 p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Escola Superior de Altos Estudos do Instituto Superior Miguel Torga (ISMT), Coimbra, 2013.
- LINS, V. F. **Valorização fictícia e expropriação real**: o conceito de financeirização numa ótica marxiana. 2016. Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade de Economia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.
- LOUÇÃ, F. **O futuro já não é o que nunca foi**: uma teoria do presente. Lisboa: Bertrand Editora, 2021.
- LÖWY, M. Conservadorismo e extrema-direita na Europa e no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, n. 124, p. 652-664, 2015.
- LUKÁCS. G. O processo de democratização. *In*: **Socialismo e democratização**: escritos políticos. 1956-1971. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.
- LUKÁCS. G. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- LUKÁCS. G. **A destruição da Razão**. São Paulo: Instituto Lukács, 2020.
- MARTINS, AL.; SANTOS, C. M.; SIMÕES, D. et al. (Orgs.). **Serviço Social Brasil – Portugal**: formação e exercício em Tempos de crise. Campinas: Papel Social, 2016.
- MARTINS, H. **Comunicações em tempo de crise**: economia e política. São Paulo: Expressão Popular/Fundação Rosa Luxemburgo, 2020.
- MÉSZÁROS, I. **O poder da ideologia**. São Paulo: Ensaio, 1996.
- MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.
- MOROZOV, E. **Big Tech**: a ascensão dos dados e a morte da política [livro eletrônico]. São Paulo: Ubu Editora, 2018.
- MOTA, A. E.; RODRIGUES, M. **Legado do Congresso da Virada em tempos de conservadorismo reacionário**. **Katálysis**, n.2, v. 23, p. 199 -212, 2020.
- MOURO, H. **Modernização do Serviço Social**: da sociedade industrial à sociedade de risco. Coimbra: Almedina, 2009.
- NETO, R. M. Neoconservadorismo nos Estados Unidos da América: as ideias de Irving Kristoll e a experiência política no governo de Ronald Reagan (1981-1989). **Revista de História**, n. 179, p.11.520, 2020.

- PENIDO, A.; STÉDILE, M. E. **Ninguém regula a América; guerras híbridas e intervenções estadunidenses na América Latina**. São Paulo: Expressão Popular/Fundação Rosa Luxemburgo, 2021.
- ROBSON, J. **Evolução do capitalismo moderno**. São Paulo: Abril Editorial, 1983.
- RODRIGUES, M. Longos anos 1960 de CNC: a renovação do marxismo e 1968. In: BRAZ, M.; RODRIGUES, M. (Orgs.). **Cultura, democracia e socialismo: as ideias de Carlos Nelson Coutinho em debate**. Rio de Janeiro: Mórula, 2016.
- RODRIGUES, M. Serviço Social em Tempos de conservadorismo reacionário: contribuições para análise. In: Conselho Regional de Serviço Social de Pernambuco (Org.). **Crise capitalista, Serviço Social e realidade brasileira; reflexões e perspectivas no contexto da pandemia** [livro eletrônico]. Recife: Editora da UFPE, 2021.
- RODRIGUES, M. **Assistencialização, precarização do trabalho e financeirização: Relatório de pesquisa pós-doc**. Recife, UFPE, novembro de 2021.
- RODRIGUES, M. Direita antissistema ou triunfo temporário do capitalismo manipulatório no século XXI? In: MARANHÃO, Cezar; ALVES, Gláucia Lélis; RODRIGUES, Mavi (orgs.) **Capitalismo contemporâneo, crise e barbarização da vida social**. Coleção José Paulo Netto. v. 4. Rio de Janeiro/Uberlândia: PPGSS da UFRJ/Navegando, 2023.
- RODRIGUES, M.; MOTA, A. E. Ultraconservadorismo, política anticivilizatória e luta de classes In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL LUTAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA, 6., 2021, Santa Catarina. **Anais...** Santa Catarina: UEL, 2021.
- ROSA, E. **Os números da desigualdade em Portugal**. Alfragide: Lua de Papel, 2015.
- SANTOS, B. de S. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. São Paulo, Cortez, 2001.
- SANTOS, B. de S. **Portugal: ensaio contra autoflagelação**. 2. ed. Coimbra: Almedina, 2012.
- SANTOS, C. C. Risco e desfiliação social: desafios atuais para o planejamento estratégico dos serviços de ação social. In: ALBUQUERQUE, Cristina Pinto e ARCOVERDE, Ana Cristina Brito. **Profissões e identidades profissionais**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013.
- SANTOS, C. C.; ALBUQUERQUE, Cristina Pinto; ALMEIDA, Helena Neves (Orgs.). **Serviço Social, mutações e desafios**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013.
- SANTOS, J. **Neoconservadorismo pós-moderno e Serviço Social brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2007.
- SCRUTON, R. **Tolos, fraudes e militantes: pensadores da nova esquerda** [livro eletrônico]. Rio de Janeiro: Editora Record, 2019.
- SILVA, J. F. S. (Org.) **Serviço Social, fundamentos e tendências teóricas: contribuições ao debate latino-americano**. São Paulo, Cortez, 2022.
- SILVA, M. do R. Envelhecimento e proteção social: aproximações entre Brasil, América Latina e Portugal. **Serviço Social & Sociedade**, n. 126, p. 215-234, 2016.

SOARES, L. T. **Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina**. São Paulo: Cortez Editora, 2000.

SOUSA, R. F. de. **William F. Buckley Jr. National Review e a crítica conservadora ao liberalismo e os direitos civis nos EUA, 1955- 1968**. 2013. 371 p. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/184>. Acesso em: 5 jul. 2021.

SOUZA, J. M. A. **Tendências ideológicas do conservadorismo** [livro eletrônico]. Recife: Editora UFPE, 2020.

SPOLANDER, Gary et al. The implications of neoliberalism for social work: Reflections from a sixcountry international research collaboration. **International Social Work**, v. 57 (4), p. 302-312, 2014.

TEIXEIRA, F. J.; SANTOS, F. **Dinheiro e moeda em Karl Marx**. 2020. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/>. Acesso em: 13 maio 2021.

TEIXEIRA, F. **Os Fundamentos da especulação**. 2020. Disponível em: Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/>. Acesso em: 13 maio 2021.

TONELO, I. **No entanto, ela se move**: a crise de 2008 e a nova dinâmica do capitalismo. São Paulo: Boitempo/Iskra, 2021.

YAZBEK, M. C.; IAMAMOTO, M. (Orgs.). **Serviço Social na história**: América Latina, África e Europa. São Paulo, Cortez, 2019.

FONTE PRIMÁRIA DE PESQUISA

5.1 Livros

ALBUQUERQUE, Cristina; ALMEIDA, Helena Neves. **Serviço Social**: mutações e desafios, Coimbra. Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013.

ALBUQUERQUE, Cristina Pinto; ARCOVERDE, Ana Cristina B. (Orgs.). **Serviço Social contemporâneo**: reflexividade e estratégia. Lisboa: Pactor, 2017.

BRAZ, Marcelo et al. (Orgs.). **Serviço Social Brasil-Portugal**: formação e exercício em tempos de crise. Campinas: Papel Social, 2016.

CARVALHO, Maria Irene. **Ética aplicada ao Serviço Social**: dilemas e práticas profissionais. Lisboa: Pactor, 2016.

CARVALHO, Maria Irene. (Org.) **Ser assistente social**: retratos da profissão. Lisboa: Pactor, 2020.

FARIA, Sandra; MARTINS, Alcina; MIGUEL, Walderez (Orgs.). **Formação em Serviço Social**: história, memória e projetos. Goiânia: Editora PUC-Goiás, 2020.

FIALHO, Joaquim (Org.). **Manual para a intervenção social: da teoria à ação**. Lisboa: Edições Sílabo, 2021.

MARTINS, Alcina. Formação do Serviço Social em Portugal: historicidade e legado político pedagógico. In: FARIA, Sandra; ALCINA, Martins; MIGUEL, Walderez.

Formação em Serviço Social: história, memória e projetos Goiás/Brasil e Coimbra/Portugal. Goiás: Ed. PUC-Goiás, 2020.

MARTINS, Alcina; TOMÉ, Maria Rosa. Neoliberalismo e Serviço Social português: impactos de Bolonha e das políticas de austeridade na formação e trabalho. In:

IAMAMOTO, Marilda Villela; YAZBECK, Maria Carmelita. **Serviço Social na história: América Latina, África e Europa**. São Paulo: Cortez, 2019.

RIBEIRINHO, Carla. **Supervisão profissional em Serviço Social: ao encontro de uma prática reflexiva**. Lisboa: Pactor, 2019.

SANTO, Inês Espírito. **O processo de creditação hospitalar: desafios na prática profissional dos assistentes sociais**. Porto: Edições Esgotadas, 2018.

TELES, Helena. **Serviço Social nas empresas: práticas de responsabilidade social**. Lisboa: Pactor, 2020.

5.2 Periódicos da Área

ALVINO-BORBA, Andreilcy; MATA-LIMA, Herlander. Exclusão e inclusão social nas sociedades modernas: um olhar sobre a situação em Portugal e na União Europeia. **Serviço Social & Sociedade**, n. 106, p. 219-240, 2011.

BRANCO, Francisco; AMARO, Inês. As práticas do “Serviço Social activo” no âmbito das novas tendências da política social: uma perspectiva portuguesa. **Serviço Social & Sociedade**, n. 108, p. 656-679, 2011.

CARVALHO, M. Irene; PINTO, Carla. Desafios do Serviço Social na atualidade em Portugal. **Serviço Social & Sociedade**, n. 121, p. 325-336, 2015.

COSTA, Jorge; PINTO, Carla; CARVALHO, M. A. Irene. A política de saúde portuguesa a austeridade: um olhar do Serviço Social. **Katálysis**, n. 20, v. 2, p. 282-290, 2017.

DANIEL, Fernanda; MONTEIRO, Rosa; FERREIRA, Jorge. Cartografia da oferta pública e privada de serviços dirigidos à população idosa em Portugal. **Serviço Social & Sociedade**, n. 126, p. 235-261, 2016.

MARTINS, Alcina; TOMÉ, Rosa M.; CARRARA, Virginia. A emigração dos assistentes sociais portugueses: faces do trabalho e do desemprego em tempos de crise e austeridade. **Serviço Social & Sociedade**, n. 121, p. 95-124, 2015.

MARTINS, Vera Lucia. A política de descriminalização de drogas em Portugal. **Serviço Social & Sociedade**, n. 114, p. 332-346, 2013.

SANTOS, Cláudia Mônica; MARTINS, Alcina Maria de C. A formação do assistente social em Portugal: tendências críticas em questão. **Katálysis**, n. 19, v. 3, p. 333-341, 2016.

Vv Aa. **Intervenção Social**. Lisboa: Lusíada, n. 42/45 (do 2º semestre de 2013 até o 1º semestre de 2015).

Vv Aa. **Intervenção Social**, n. 46, 2015.

Vv Aa. **Intervenção Social**, n. 47/48, 2016.

Vv Aa. **Intervenção Social**, n. 49/50, 2017.

Vv Aa. **Intervenção Social**, n. 51/52, 2018.

Vv Aa. **Intervenção Social**, n. 53/54, 2019.

5.3 Teses da Área

ABREU, Sônia Guadalupe dos Santos Ribeiro Neves. **As redes de suporte social informal em Serviço Social**: as redes sociais pessoais de idosos portugueses nos processos de avaliação diagnóstica em respostas sociais. 2017. 252 p. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2017.

AMARO da LUZ, Maria Helena G dos Reis. **A economia social face ao desafio de uma solidariedade sustentável**: a intervenção do Serviço Social ao nível da capacitação das organizações vocacionadas para a população idosa. 2019. 353 p. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2019.

BENTO, Miguel da Conceição. **Serviço social e municípios**: trajetórias e desafios dos assistentes sociais portugueses nos territórios municipais. 2016. 268 p. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2016.

DANIEL, Fernanda da Conceição Bento. **Dialéticas na tríade envelhecimento, políticas sociais e serviço social**. 2018. 170 p. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2018.

DIOGO, Elisete Simões. **Ser família de crianças em Portugal**: acolhimento e experiências. 2017. 243 p. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 2017.

DUMBO, Maria Luíza. **Criminalidade e género em Angola**. 2019. 514 p. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 2019.

FERREIRA, Paula Isabel Marques. **A gestão do envelhecimento no trabalho**: políticas, actores e estratégias para um prolongamento efectivo da vida activa. 2016. 304 p. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2016.

GONÇALVES, Hermínia Júlia de Castro Fernandes. **Reconfiguração do Serviço Social contemporâneo no quadro do pensamento neoliberal**. 2018. 316 p. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2018.

- JUSTINO, Elsa Rocha. **Trajetórias escolares improváveis: o sucesso dos estudantes de meios socialmente desfavorecidos no ensino superior.** 2016. 234 p. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 2016.
- MARQUES, Jacqueline Ferreira. **Itinerário de uma política: olhares sobre o rendimento social de inserção no concelho de Aveiro.** 2022. 330 p. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa da Universidade Lusíada, Lisboa, 2016
- MARTINS, Inês Casquilho. **Modelos de proteção social em sociedades com programas de austeridade.** 2018. 306 p. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2018.
- MENDES, Sandra Raquel pereira de Aguiar. **A dimensão científica do Serviço Social: uma ciência em construção.** 2020. 368 p. Tese (Doutorado em Serviço Social). Tese (Doutorado em Serviço Social) – Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2020.
- RAMALHO, Nélon Alves. **Virar travesti: trajetórias de vida, prostituição e vulnerabilidade social.** 2019. 359 p. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2019.
- RAMALHO, Vanda Sofia Braz. **Craques de bola, mandinga e piruetas: experiência sociodesportiva e identidades juvenis no Bairro Padre Cruz.** 2022. 435 p. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa da Universidade Lusíada, Lisboa, 2021.
- RIBEIRINHO, Carla Marina. **A supervisão profissional como locus da (re)construção da intervenção do serviço social com pessoas idosas em serviços de apoio domiciliário.** 2018. 491 p. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 2018.
- ROCHA, Helena Maria Belchior Campos Costa Lourenço. **Serviço social e ambiente: a sustentabilidade ecológica das comunidades socialmente vulneráveis.** 2016. 370 p. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2016.
- SANTO, Maria Inês Espírito. **O processo de acreditação hospitalar: desafios na prática profissional dos assistentes sociais.** 2015. 268 p. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2015.
- SANTOS, Cláudia Priscila Chupel. **A assistência estudantil brasileira e a ação social portuguesa nas universidades públicas: do conhecimento à prática informada em serviço social.** 2018. 310 p. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2018.
- SANTOS, Inês Filipa Correia. **Contributos do serviço social para as políticas públicas na promoção dos direitos da pessoa idosa.** 159 p. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2019.
- SCANDOLA, Estela Márcia Rondina. **Fundamentos ideopolíticos dos planos de enfrentamento ao tráfico de pessoas de Portugal e do Brasil à luz do Serviço Social.**

255 p. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2016.

SILVA, Ana Margarida Frias Furtado. **Contexto da prática profissional dos assistentes sociais da Região Autónoma dos Açores no início do século XXI.** 300 p. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2018.

SILVA, Teresa Paula Garcia Rodrigues da Silva. **A primeira escola de Serviço Social em Portugal:** o projeto educativo fundador e a configuração do campo de conhecimento (1935-1955). 2017. Vol. I; 354 p. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa da Universidade Lusíada, Lisboa, 2017.

SOUSA, Maria Isabel de Jesus. **Serviço social e democracia local:** desafios do quotidiano dos assistentes sociais. 2016. 292 p. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2016.

VALDUGA, Tatiane Lúcia. **Da emancipação à cidadania social:** serviço social e assistência social: uma análise Portugal/Brasil. 2019. 357 p. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2019.

FAZEM, MAS NÃO O SABEM! NOVOS FETICHES, VELHA ACUMULAÇÃO CAPITALISTA

Sara Granemann¹

1. Introdução: Internacionalização e como possibilidade de igualdade de oportunidades para as mulheres.

As reflexões adiante registradas resultaram da experiência de 06 (seis) meses que me foi oportunizada no âmbito do *Programa Institucional de Internacionalização da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes*.

Para que a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e seus programas de pós-graduação, com notas 07, 06 e 05 (sete, seis e cinco)² - como o nosso Programa de Pós-graduação em Serviço Social (PPGSS) - pudéssemos participar do Edital nº 41/2017 CAPES-PrInt³, a UFRJ mobilizou excepcional esforço liderada pela Professora Dra Leila Rodrigues, então Pró-Reitora de Pós-graduação e Pesquisa de nossa universidade.

A formulação da candidatura da UFRJ contou com dois grupos de trabalho, constituídos pela pró-reitora: o Grupo Gestor e a Comissão PrInt; os grupos tomaram por ponto de partida a organização de reuniões com os Coordenadores dos PPG⁴ que expuseram o acúmulo já existente na UFRJ em torno de ações de Internacionalização e responderam a um levantamento de temas de pesquisas e interesses dos programas elegíveis para a construção de argumentos na formulação de um projeto da UFRJ no qual todos os programas coubessem.

A elaboração de um projeto amplo e unitário – exigência do Edital supra – que se aprovou nas instâncias decisórias da universidade e, passo seguinte, se o encaminhou à agência de fomento em pesquisa. O projeto da UFRJ amalgamou ações de internacionalização de 59 (cinquenta e nove) Programas de Pós-Graduação da UFRJ, em torno de dois temas que constam dos *17 Objetivos do Milênio da ONU*⁵, assumidos pelo Estado brasileiro, um de seus signatários.

¹ O PPGSS/UFRJ, no qual sou professora permanente há 15 (quinze) anos e o programa institucional de internacionalização Capes-PrInt tornaram possível meu estágio sênior por 06 (seis) meses na UniTO-Itália. No âmbito mais alargado esta pesquisa integra minhas atividades contínuas de investigação no projeto aprovado pelo CNPq com bolsa Produtividade em pesquisa. Registro meu agradecimento às instituições, sem as quais tais experiências não seriam possíveis. Parte deste texto, revisado e modificado, foi publicado no livro *Constitucionalismo intermitente e lutas sociais no Chile e no Brasil*, Vol. I. 2023, sob o título “Investimentos Financeiros”: empreendedorismo e fetiche nos direitos e políticas sociais?

² Aqui, com alegria registramos: na UFRJ, pela intervenção de nossa Pró-Reitoria junto à agência CAPES, foi possível a participação de programas com nota 4, que já possuíam experiências consolidadas de internacionalização, participarem do projeto universal da UFRJ.

³ As informações aqui mencionadas foram coligidas de vários documentos disponíveis na página do PrInt-UFRJ, no seguinte endereço: (Documentos PrInt/UFRJ) <https://posgraduacao.ufrj.br/noticia/2581>

⁴ Naquele momento, o PPGSS/UFRJ era coordenado pela Professora Dr^a Rosana Morgado que participou das reuniões e levou à Comissão PrInt-UFRJ a importante experiência de Internacionalização acumulada em nosso programa, inclusive por parte de grupos de pesquisa e de cooperação dos quais a própria docente já participava, momentaneamente em universidades da Inglaterra. O PPGSS/UFRJ também acumulava relações de Internacionalização no âmbito do Mercosul.

⁵ Organização das Nações Unidas/ONU - Objetivos do Milênio para o Brasil. Ver: <https://brasil.un.org/pt->

Retornadas as respostas dos Programas de Pós-graduação, a Comissão as agrupou em diferentes e particulares campos do saber desde dois grandes temas:

- a) – Tema 1: **Sustentabilidade e proteção à vida**⁶, cujo objetivo foi o de reunir pesquisas sobre saúde, bem-estar, meio ambiente, ecossistemas.
- b) – Tema 2: **Sustentabilidade, crescimento e combate à desigualdade**⁷, articularia pesquisas relativas à tecnologia, inovação, ocupação do espaço, organização social, educação, gênero.

As seleções no interior dos programas definiriam as viagens de trabalho aos países indicados pelos docentes-pesquisadores brasileiros e dos professores estrangeiros que se candidatariam ao trabalho no PPGSS/UFRJ. Todavia, no meio do caminho, no ano em que um número substantivo de pesquisadores daria curso aos projetos, iniciou-se a mais grave pandemia mundial dos últimos 100 (cem) anos. Economias rearticuladas, fábricas, comércios e universidades fechadas, transportes parados e a sociabilidade recolhida ao interior e ao isolado silêncio das habitações, ao redor do mundo.

Sufrimento e mortes aos milhões. Mais grave ainda, países como o Brasil e os Estados Unidos - o Estado e seus presidentes - fizeram da pandemia, *modus operandi* de eliminação dos indesejáveis, do controle das lutas de classe e do medo do contágio as condições para o enfrentamento da crise econômico-sanitária-cultural e política, com ganhos para os capitais. A conversão dos trabalhos para o interior das vidas familiares da força de trabalho foi capaz de aumentar e projetar lucros a escala estratosférica⁸; neste sentido, podemos dizer que aumentou a condução da pandemia em alguns países propiciou o aumento da exploração porque a classe trabalhadora passou a se responsabilizar por parte dos meios de trabalho para a realização das mercadorias e de sua circulação e ficou impedida de se mobilizar de modo real e presencial contra a dificuldade do momento.

No âmbito do Estado não vivemos o trabalho, como força de trabalho, de forma diferente. Nas universidades, as categorias de docentes e técnicos tivemos de nos responsabilizar pelos meios de trabalho (computadores, móveis, redes, espaços) às custas de nossos salários e enquanto durou a pandemia com a universidade a operar de modo virtual.

br/sdgs

⁶ No primeiro grande tema, integraram-se 24 (vinte e quatro) PPG/UFRJ. São os seguintes: 1) Bioquímica; 2) Biotecnologia Vegetal e Bioprocessos; 3) Ciência de Alimentos; 4) Ciências (Microbiologia); 5) Ciências Biológicas (Biofísica); 6) Ciências Biológicas (Botânica); 7) Ciências Biológicas (Farmacologia e Química Medicinal); 8) Ciências Biológicas (Fisiologia); 9) Ciências Biológicas (Genética); 10) Ciências Biológicas (Zoologia); 11) Ciências Farmacêuticas; 12) Ciências Morfológicas; 13) Clínica Médica; 14) Ecologia; 15) Estatística; 16) Geologia; 17) Imunologia e Inflamação; 18) Medicina (Doenças Infecciosas e Parasitárias); 19) Nutrição; 20) Química; 21) Química Biológica; 22) Química de Produtos Naturais; 23) Saúde Coletiva.

Ver: https://app.pr2.ufrj.br/public/uploads/repositories/Print_-_CEPG18Maiol18.318Maio2018_.pdf

⁷ O segundo grande tema articulou 35 (trinta e cinco) PPG, da UFRJ: 1) Administração; 2) Arquitetura; 3) Artes Visuais; 4) Astronomia; 5) Ciências Contábeis; 6) Comunicação e Cultura; 7) Direito; 8) Economia da Indústria e da Tecnologia; 9) Educação; 10) Educação em Ciências e Saúde; 11) Engenharia Biomédica; 12) Engenharia Civil; 13) Engenharia de Processos Químicos e Bioquímicos; 14) Engenharia de Produção; 15) Engenharia de Sistemas e Computação; 16) Engenharia de Transportes; 17) Engenharia Elétrica; 18) Engenharia Mecânica; 19) Engenharia Metalúrgica e de Materiais; 20) Engenharia Oceânica; 21) Engenharia Química; 22) Filosofia; 23) Física; 24) Informática; 25) Letras Ciências da Literatura; 26) Letras Neolatinas; 27) Letras Vernáculas; 28) Linguística; 29) Lógica e Metafísica; 30) Matemática; 31) Planejamento Energético; 32) Planejamento Urbano e Regional; 33) Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social; 34) Serviço Social; 35) Urbanismo.

Ver: https://app.pr2.ufrj.br/public/uploads/repositories/Print_-_CEPG18Maiol18.318Maio2018_.pdf

⁸ Sobre a Covid-19, ver Granemann, Sara (2021) e Granemann, Sara e Miranda, Flavio (2020).

Ao longo de 2020, quando do auge da pandemia, a Capes emitiu instruções para informar o adiamento das viagens para proteção de pesquisadoras/es do programa de internacionalização e garantiu os recursos das bolsas para quando findasse a pandemia mundial. Não é menos óbvio que a pandemia no Brasil - com acentuadas ações de genocídio sob a responsabilidade do governo de Bolsonaro – fez fecharem-se vários países e fronteiras ao ingresso de viagens e viajantes originada/os no Brasil. Países da União Europeia somente em finais de outubro de 2021, passaram a normalizar nossos embarques para ações de estudos, pesquisas e colaborações acadêmicas; nosso projeto de pesquisa aprovado desde 2019, fora atingido por esta responsável interdição daquele país e, finalmente, firmava a autorização para ingressarmos na Itália.

O estágio sênior em universidade estrangeira para o qual me candidatei, teve lugar na prestigiosa *Università degli Studi di Torino/UniTO* (Universidade de Estudos de Turim - Itália), que em breve nota, saliento: sua fundação remonta a 1.404, quando Ludovico di Savoia-Acaia cria um Centro de Ensino Superior. O embrião da que se tornaria a Universidade de Turim, fundado no século XV, foi um tempo fronteiro entre o final da Idade Média e os inícios do Renascimento e do Mercantilismo se o dissermos também em termos econômico-políticos.

Por seus cursos passaram ilustres figuras da vida italiana e europeia ao longo dos séculos: de Erasmo de Rotterdam (em 1506), diplomado em Teologia, ao século XX, muitas mudanças foram processadas ao ponto de a UniTO figurar na Itália e no mundo como uma das mais importantes universidades públicas do planeta; como informação adicional, menciono teóricos utilizados nas referências bibliografias cotidianas dos cursos de graduação e pós em Serviço Social da UFRJ, que passaram pela universidade torinese: a 1911, Antonio Gramsci inscreveu-se na universidade; a 1915, Palmiro Togliatti a frequentou e ali concluiu seu curso de Direito. Nos anos 30 do século XX, a Universidade de Turim foi protagonista de “extraordinária temporada cultural e antifascista com personagens como Norberto Bobbio”⁹ e tantos outros que repeliram os fascistas com lutas desde a universidade. Na queda do fascismo, a Universidade de Turim também reivindica seu lugar na guerra para liberação do nazifascismo fruto de engajamento de estudantes e docentes naquelas lutas.

A universidade de Turim, como um conjunto de universidades italianas, com a “Reforma Gentile” do Ministro da Instrução Pública, o filósofo Giovanni Gentile do governo fascista de Mussolini, no ano de 1923, passou a integrar o grupo de 10 (dez) universidades geridas e financiadas pelo Estado, com “autonomia” administrativa e didática nos limites da lei e do controle fascista do então governo.

Nos dias atuais, infelizmente, na *Università degli Studi di Torino* e noutras universidades europeias, as práticas de cobranças monetárias são similares às realizadas nos países na América do Norte, especialmente, dos Estados Unidos, mas crescentemente também do Canadá: nelas é comum pagar-se a universidade pública para estudar. Sobre a política de atração de estudantes de todos os continentes para estudos nas excelentes universidades públicas italianas em troca de substantivas taxas e pagamentos parece-me ser algo tomado de empréstimo da prática nominada neoliberalismo, consolidada nas políticas sociais cada vez menos públicas, embora continuem estatais.

⁹ Para mais e detalhadas informações, ver o sítio <https://www.unito.it/ateneo/chi-siamo/storia>

Os convênios de cooperação entre Brasil e Itália e suas universidades facultaram-me a frequência às atividades de pesquisa na universidade e nos numerosos arquivos¹⁰ públicos e privados existentes na cidade de Turim. Malgrado a Covid-19, que no mês de dezembro de 2021 e nos primeiros três meses do ano de 2022, sob rigoroso inverno, impunha intensa vigilância e períodos de isolamento curtos, em geral de duas semanas, quando o percentual de contágio se elevava. O Estado o fazia, sobretudo porque habitantes negacionistas recusavam-se a seguir as orientações de uso de máscaras e de vacinação e provocavam, a cada subida do contágio, fechamento geral, de duas semanas, inclusive da universidade.

As determinações da política pública de saúde da Itália e, em especial, da Região do Piemonte relativas à pandemia Covid-19¹¹, eram impressionantes: monitorava-se, diariamente o número de novos casos e se os controlava quando atingiam um dado percentual de crescimento, com fechamentos dos espaços públicos e privados e retornava-se ao isolamento sanitário.

Minha alocação na *Università degli Studi di Torino* foi no Departamento de Estudos de História (*Dipartimento di Studi di Storia*), no qual me acolheu a professora Dr^a Daniela Adorni. Na UniTO conheci o *Centro Interdisciplinare di Ricerche e Studi delle Donne e di Genere/CIRSDe*¹² (Centro Interdisciplinar de Pesquisas e Estudos de Mulheres e de Gênero), somente quando já se aproximava a data de meu retorno. No breve lapso temporal em que lá estive após a superação completa da pandemia, as instituições retomavam suas práticas presenciais; no entanto, observei dificuldades similares ao que se vivenciou no Brasil para a retomada da vida prática das cidades.

O CIRSDe, parte constitutiva da Universidade de Turim, pode ser caracterizado, conforme seus documentos fundadores e a sua prática de quase 40 (quarenta) anos de existência, como: órgão (centro) transversal à universidade por atravessá-la na sua totalidade; constituído de docentes e investigadoras dos mais diferenciados departamentos acadêmicos; plural, formal e institucionalmente desenvolve atuações dentro e fora da universidade, formula e difunde conhecimentos, pública e promove seminários e debates. Ademais e sobretudo, realiza um esforço ativo e constante para, no âmbito da União Europeia, instituir

¹⁰ Dentre eles, não se pode olvidar: **1) Laadan** é uma Associação que congrega três arquivos: *Archivio delle Donne in Piemonte* (Arquivo de Mulheres no Piemonte); *Casa delle Donne di Torino*, (Casa de Mulheres de Turim); *Centro studi e documentazione pensiero femminile* (Centro de estudos e documentações do pensamento feminino). Ver <https://www.laadan.it/chi-siamo/>

2) Memória da Resistência. Ver: <https://www.museotorino.it/view/s/660a76dae3e9477c9fb3facbeef13261>

3) Istituto piemontese per la storia della Resistenza e della società contemporanea 'Giorgio Agosti. Ver: <https://www.istoreto.it/>

4) Associazione Culturale "Officina della Memoria" Ver: <http://www.arpnet.it/offmem/chisiamo.html>

¹¹ Com a carteira de vacinação e sob rigoroso cumprimento das orientações, pude pesquisar e receber material que me interessavam na pesquisa. Entretanto, monitorava-se dia a dia o número de novos casos que, quando atingiam determinado percentual, exigia-se que as seguintes duas semanas fosse de forte isolamento domiciliar. Nestas semanas a universidade fechava e voltava a abrir a seguir. Ao par, a polícia exigia, nas ruas, em qualquer tempo e lugar, a carteira de vacinação e, quando a pessoa não a portasse, as forças policiais tinham autoridade e permissão para dar voz de prisão. No desdobramento e com dificuldades de extirpar o vírus, em razão do negacionismo existente, votou-se no parlamento multa elevada para quem não houvesse se vacinado. Muito rapidamente os números de contágio caíram e a vida, por volta de abril de 2022, retornou plenamente ao curso normal.

¹² Centro Interdisciplinare di Ricerche e Studi delle Donne e di Genere – **CIRSDe**. Ver: <https://www.cirsde.unito.it/it>

com outras universidades de outros países, uma política que contemple Comissões pela Igualdade de Oportunidades e/ou Conselhos de Mulheres nas universidades.

A existência do CIRSD (que também acolhem pesquisadores desde que pesquisem o tema mulheres e gênero), parte da premissa de que as pesquisadoras devem permanecer nos seus espaços de trabalho originais – nos seus próprios cursos e centros - pois não querem fazer do CIRSD um lugar segregado no interior da universidade. Os debates das mulheres e de gênero devem ocupar e estar no cotidiano das disciplinas e, pareceu-me importante inspiração, no desenvolvimento de esforços similares e a um só tempo em colaboração com o CIRSD.

Por fim, reputo o Programa Institucional de Internacionalização como uma importante iniciativa estatal para o desenvolvimento da ciência por viabilizar ferramentas para as trocas entre universidades, pesquisadoras/es e realidades que, por particulares que sejam – e o são – guardam universalidades capazes de aproximar cooperações e interlocuções de largo alcance. Interlocuções capazes de ampliar substantivamente o horizonte da ciência e impulsionar passos adiante na formulação e, quiçá, incidir na modificação de certos planos da realidade, por exemplo no debate e na ação por igualdade de oportunidades.

Se me fosse possível, ao lado da bolsa de pesquisa individual, diria que os instrumentos para que agilizar os convênios e as interlocuções poderiam ser, talvez, desburocratizados; e, para além das bolsas, para permitir e garantir a continuidade dos trabalhos iniciados na troca quase individual, estimular e prover projetos de longo prazo. Assim, parece-me, a internacionalização daria um significativo passo adiante e os convênios seriam mais do que protocolos firmados e informações quantitativas nas páginas das universidades ao redor do mundo.

2. Capital fictício, capital portador de juros e os direitos sociais

O raciocínio que se pretende apresentar a seguir é de que o valor histórico-moral do salário e a formação do trabalho livre sob relações sociais capitalista determinam toda a estrutura de direitos sociais. Na formação social brasileira, sociedade com estruturas salariais aviltantes, os direitos sociais para a classe trabalhadora corresponderão – irremediavelmente - a um sistema de proteção social e de políticas sociais com padrões civilizatórios limitados porque determinadas pelo trabalho livre, por sua vez também rebaixado no seu valor de troca. Assim, parte de nossa pesquisa na Itália foi a de observar como nos últimos 50 (cinquenta) anos, os direitos do trabalho – especialmente os firmados por políticas sociais – têm sido operados e compará-los com o que está em curso na realidade brasileira cujos direitos são acanhados, insuficientes, segmentados e muito particularistas.

Nosso propósito não é o de estabelecer uma cronologia dos direitos sociais; tentaremos antes compreender, na lógica dos grandes capitais e de seus movimentos, como até mesmo os direitos sociais transmutam-se em mercadorias. Por mencionarmos como mercadorias, coisas que não são as matérias-primas e objetos naturais, tornados valores de troca que portam valores de uso, queremos também propor que certos direitos sociais podem se tornar mercadorias em sentido largo, como o indicou Marx no livro I, revisto e autorizado por seu autor para a publicação:

O produto, que antes era o produto direto do produtor individual, transforma-se num produto social, no produto social, no produto comum de um trabalhador coletivo, isto é, de um pessoal combinado de trabalho, cujos membros se encontram a uma distância maior ou menor do manuseio do objeto. (...)

Se nos for permitido escolher um exemplo fora da esfera da produção material, diremos que um mestre-escola é um trabalhador produtivo se não se limita a trabalhar a cabeça das crianças, mas exige trabalho de si mesmo até o esgotamento, a fim de enriquecer o patrão. Que este último tenha investido seu capital numa fábrica de ensino, em vez de numa fábrica de salsichas, é algo que não altera em nada a relação. (Marx; 2013, p. 578).

Ademais, mencione-se o movimento conexo e em unidade, dos grandes capitais e do seu estado – preservadas as identidades de ambos: quando um capital produz a mercadoria educação ele pode estar num movimento de capital extrator de mais-valia; de outro modo, pelo comércio da mesma mercadoria, tratada pelo Estado como uma política social que realiza direitos com fundos públicos, realiza a venda de mercadorias. Aqui mencionamos o uso de fundos públicos utilizados para facilitar e propiciar a construção de empresas de educação. Estes fundos públicos são repassados aos capitais investidos na educação sob a forma de títulos públicos. Às empresas de educação vendem as mercadorias (aqui é o comércio), mas parte de sua valorização é sustentada pelo Estado por prestarem “serviços sociais” de educação¹³. A contrapartida ao Estado, consiste em o capital oferecer bolsas de estudos em quantidades sempre mínimas em relação às quantidades de mercadorias (vagas nos cursos superiores) vendidas. Nesta última forma, que não se dá em espaços e tempos diferenciados, mas de modo combinado e simultâneo, ao operar com capital portador de juros e capital fictício, pela via de títulos públicos do estado transferidos aos capitais, consolida-se e cresce a dívida pública. Repare-se que estas áreas são as que foram denominadas *Atividades não exclusivas do Estado* na contrarreforma do Estado, materializada na Emenda Constitucional nº 19/1998 do Governo de Fernando Henrique Cardoso e seu Ministro do MARE, Bresser Pereira.

Os argumentos para a transferência de uma função extraeconômica¹⁴ do Estado aos capitais residem na propagada afirmação de que há ganhos de eficácia e eficiência nas políticas sociais se empreendidas pelos capitais. Se ultrapassamos as mistificações rotineiras dos grandes capitais e de seus empregados o que encontraremos é que as “políticas sociais” realizadas por capitais têm sido importantes vetores de sua valorização na sucção de fundo públicos pela via da dívida pública. Tais capitais vivem grande valorização (por duas vias) e entregam mercadorias muito precárias e de baixa qualidade; no caso da educação sua comercialização – via de regra - é cultural e cientificamente empobrecida para o uso das frações mais pobres da classe trabalhadora.

A transformação do fundo público (presente e pretérito) em formas capital não é um movimento formal, mas parte inarredável de um processo histórico preciso e indispensável, no qual o estado – como nunca antes de forma tão profunda, quase ilimitada - não somente assegura de modo ‘externo’ as condições de valorização do capital como delas participa por meio da produção dos títulos públicos e de outros variados mecanismos; a transferência da

¹³ Aqui é suficiente mencionar a lógica que atravessa diferentes programas como o FIES, PROIES e PROUNI. Ver: Costa (2021)

¹⁴ Ver a densa formulação de Netto (1992), especialmente a parte I do livro quando trata das funções do estado sob os monopólios.

riqueza produzida pela classe trabalhadora, plasmada em fundo público sob a gestão do estado dos capitais, transmuta-se em capitais para os capitais.

Na superfície da vida as questões acima mencionadas ou não aparecem ou aparecem adulteradas, como se fossem o seu reverso: o momento das “finanças”, “dos mercados financeiros”, “dos mercados de capitais”, “dos investimentos financeiros” figura como possibilidades de a classe trabalhadora utilizá-los em igualdade de condições às da burguesia. Aqui, para além das mistificações, ocorre exatamente o contrário: os dispositivos de apropriação do fundo público pelos grandes capitais, ao fim e ao cabo, reduzem os direitos sociais quantitativa e qualitativamente.

Além disto, se os direitos sociais são definidos pelo valor da força de trabalho, tais direitos, considerados ‘salários indiretos’, incidem no elemento histórico-moral da luta de classes. Com o argumento largamente utilizado por quase todos os governantes de que os capitais podem fazê-lo de melhor forma, os “salários indiretos” são deslocados do Estado para a gerência dos capitais. Estas medidas econômicas sempre estão embaladas em argumentos de que tudo andarà melhor, senão para todos, ao menos para aqueles que por consentirem na redução de direitos em geral, terão seus “privilégios” preservados. O resultado - embora porções da classe trabalhadora vivem estes direitos como se fossem exclusivos para si, por seus méritos - é mais desproteção e qualidade inferior ao que a força de trabalho podia acessar quando realizadas por políticas sociais e direitos trabalhistas como políticas de estado. A economia ocorre na redução dos gastos dos capitais que oferecerem mercadorias e serviços de qualidade e valor inferiores ao que antes oferecia o Estado; entretanto os valores gastos pelo Estado ao “terceirizar” os direitos sociais, tendem ao aumento.

As contrarreformas que alteram as legislações¹⁵ têm sido, no Brasil e na Itália e em quase todos os países do mundo, condições necessárias ao rebaixamento geral do valor da força de trabalho e para a construção de um ‘novo momento civilizatório’ para o aumento da exploração do trabalho. Alargam-na ao conjugarem aumento da extração de mais-valia nos espaços típicos de sua expropriação à enorme regressão social nos direitos transformados em mercadorias que doravante serão compradas e reduzirão os valores disponíveis como salário para a reprodução da força de trabalho. As mercadorias abrirão, de um lado, novos espaços de negócios para os capitais, inclusive para vendas das mercadorias educação, saúde, previdência, esportes e outras mais. Se estas mercadorias puderem ser capitalizadas - como a “previdência privada” - serão transformadas em capital de comércio de dinheiro, transfiguradas em créditos, capitais portadores de juros e capitais fictícios que absorverão juros por meios de títulos privados (ações) e de títulos públicos.

Parte significativa da luta de classe mundial, de modo mais pronunciado nos últimos 50 (cinquenta) anos, tem assumido a forma de luta pelo fundo público para políticas sociais, por prestação de fornecimento de energia, comunicações e transportes e de resistência às reformas redutoras de direitos sociais e trabalhistas e às privatizações de estatais. Dito de modo diverso, o desmonte dos direitos e a sua conversão em mercadorias incidem na determinação histórico-moral do valor da força de trabalho e se constituírem espaços para inversões aos capitais em ‘novas’ mercadorias necessárias ao consumo da classe trabalhadora;

¹⁵ De que é exemplo bastante, mas não o único, a Emenda Constitucional nº 95 de 15 de dezembro de 2016.

estas “mercadorias” possuem diferentes formas – em geral, imateriais – e podem ser a educação ou a saúde ou algo ainda mais diverso como uma ‘previdência’.

Os tais novos espaços de inversões não estão limitados à “acumulação originária” que lhes provê o seu Estado; as inversões continuam a ser amparadas pelo fundo público como, por exemplo, quando lhes transfere títulos públicos que se prestam – dentre outras variadas funções – ao pagamento das contribuições sociais e impostos devidos por estes mesmos capitais ao estado. No caso das empresas de educação, por exemplo, os títulos públicos cedidos aos capitais para oferecerem educação – que é paga também por estudantes, é bom lembrar – são utilizados para o pagamento da previdência de seus empregados (docentes e todos os demais). Se na contabilidade final da empresa de educação sobraem recursos dos títulos públicos nas mãos dos capitais, recursos que lhes foram doados pelo estado, o Estado garante-lhes a recompra. A lógica seria tão absolutamente esdrúxula se não lembrássemos que o Estado é o estado dos grandes capitais. Ao final de um processo, tem na mão o capitalista os títulos sobraentes e considerados títulos de sua inteira propriedade e, por tê-los, pode informar disponibilidade para vendê-los ao “seu” estado.¹⁶

Se as mercadorias educação e saúde se realizam no uso imediato, a mercadoria “previdência” só se realiza no futuro. Entre o presente (o ato da compra), e o futuro (o momento de uso) decorre um tempo largo o suficiente para realizar sua natureza de capital (dito investimento financeiro). Renúncias de pequenas porções do salário, todos os meses, comporão, somadas a outras tantas pequenas porções, capital bancário (seja por um banco ou por uma instituição não-bancária) que centralizados podem se transmutar em créditos, em capitais portador de juros e fictício. Como exemplificação do que está em curso, não nos parece lateral para indicar uma nova e pior situação da vida da classe trabalhadora.

Do outro lado da desigual equação, trabalhadoras e trabalhadores ao abastecerem o Estado com impostos e contribuições sociais, partes significativas extraídas de seus salários, veem reduzidas as porções de suas remunerações destinadas à reprodução de suas vidas e de sua prole. Todavia, estas novas formas de ser das ‘políticas sociais’, combinadas, são responsáveis pela sucção de partes cada vez mais substantivas dos salários: são exemplos o aumento das alíquotas de impostos sobre salários, impostos sobre as mercadorias e serviços e a majoração quase anuais das contribuições sociais, como a previdenciária. Temos aqui outro movimento do Estado em benefício dos capitais.

A utilização de partes do salário como ‘investimento individual para formar massas de recursos que agrupadas atuam como capitais, não são ‘apenas’ mutações econômicas: são também e necessariamente, ideológicas e políticas. O resultado deste caminho é que a cultura individualista dos capitais impõe uma particular concorrência entre trabalhadoras(es), que contribui, fortemente, para o esmorecimento das lutas comuns à classe e de suas organizações sindicais e políticas.

Uma tal lógica não decorre apenas da captura de ambições - de resto, legítimas - de trabalhador(a)es por uma vida confortável ou ao menos não tão miserável. Este é um arguto convencimento de que o caminho individual e de investimentos financeiros das parcas

¹⁶ Para aprofundamento deste tema da “política social” como mercadoria ensino superior, consulte-se a excelente Tese de Doutorado de Fernanda Cosme da Costa. Nela a autora analisa as cambalhotas realizadas pelo Estado para ‘alargar’ o entendimento de políticas sociais realizadas pelos capitais com os recursos do fundo público na educação superior. Cfe. COSTA, Fernanda Cosme da (2021).

poupanças de trabalhadora(e)s responde às necessidades das/os trabalhadoras/es; todavia, tudo o que esta grandeza de valores faz é responder às necessidades dos capitais, tanto em períodos de normalidade como nos tempos de crises.

Em síntese, desde a crise de fins da década de 1960 e 1970, as atividades sob o controle do Estado dos capitais tornaram-se paulatinamente flexibilizadas para inversões, investimentos e venda de mercadorias. Em todas estas atividades frações da classe trabalhadora são capturadas para novas formas de sociabilidade: pagar muitas vezes para alcançar - uma única vez - o que almeja. Ao mesmo tempo em que ‘alcança’ mercadorias que não existem mais como direitos universais devolve aos capitais uma parte importante de seu salário por uma promessa futura de proteção, emprego, vida saudável, formação. A combinação de múltiplas e articuladas formas incide sobre o acesso dos capitais ao dinheiro, ao crédito, cada vez mais fácil, mais barato e mais abundante.

3. Da previdência como expressão empírica da acumulação capitalista:

O recorte e a análise da política social previdenciária aqui realizados importam apenas por nossa impossibilidade de apresentarmos como ocorrem também nas ‘políticas sociais’ de educação e na sua incidência sobre o trabalho e a remuneração, especialmente a realizada no Estado brasileiro¹⁷, no momento federal.

Temos insistido que a razão dos ataques e desmontes às políticas de previdência não ocorrem por suas incapacidades monetária, financeira ou fiscal, embora sejam estes os recorrentes argumentos utilizados para justificar reduções de direitos e criar espaços para o comércio de aposentadorias privadas, a que chamamos as ‘não-aposentadorias’. Todavia, o alarmante martelar nos meios de comunicação dos grandes capitais das imediatas quebras das políticas sociais, cria um ambiente de pânico e desinformação que faz pessoas em condições bastante empobrecidas de vida, adquirirem “previdências privadas” a partir de valores de cerca de R\$ 50,00 (cinquenta) ao mês. Nos casos da previdência, da saúde e da educação, explicações ideopoliticamente cultivadas atuam sobre a realidade e as tornam “verdades”, como vias de alcance do cenário que se almejava conquistar: a venda destas mercadorias.

O debate em torno da previdência – como política social ou transformada em uma mercadoria, uma “não-previdência” - reside na natureza desta política social: como o emprego, a proteção previdenciária é almejada por toda a classe trabalhadora. Igualmente cobiçada pelos capitais que sabem ser a previdência uma reserva construída no largo prazo, ao longo de décadas.

Outra regularidade observada na política social de previdência de 1990 aos dias atuais é que as sucessivas contrarreformas na política social produziram e produzem um resultado combinado de fazer crescer o mercado de venda da mercadoria “não-previdência”, seja ela denominada complementar¹⁸ aberta ou fechada; ambas cresceram significativamente após

¹⁷ Pensamos aqui no crédito consignado sobre salários e previdência e os variados vales-compra, voucher e convênios para compras e serviços nunca incorporados ao salário. Para uma análise dos empréstimos consignados vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social, ver: Moura (2016) e para os empréstimos relacionados aos salários e desestruturação do “serviço público”, ver Paiva (2013 e 2021).

¹⁸ A “não-previdência” formas mercantis de investimentos financeiros formalmente obedecem pela empolada

cada aprovação das Emendas Constitucionais (EC).¹⁹ No imediato período que se seguiu ao das contrarreformas expandiram-se as condições de oferta de previdência mercantilizada dita “alternativa” à previdência pública; a previdência social, por sua vez, foi rebaixada como direito e sofreu aumento das obrigações como o do tempo e das alíquotas de contribuição e elevou-se a exigência da idade para a aposentação.

A mercantilização da previdência para a classe trabalhadora tornou-se um fetiche, especialmente entre categorias com melhores índices de remuneração no Brasil. À propaganda de iminente quebra da proteção social como política social operada pela via do Estado somou-se uma outra canônica verdade com igual adesão das assim denominadas “camadas médias”. Trata-se de uma versão – ainda mais aguda – da sintética expressão self-made man na qual poupanças convertidas em investimentos financeiros individuais ou no máximo com ‘o clube’ de sua própria categoria funcional, resultariam mais pujantes e confiáveis do que um compromisso de classe em torno de uma política pública.

Pensamos que não se pode descartar, dada a realidade social dos últimos seis ou sete anos no Brasil, em que vimos crescer no momento de crise econômica irracionalismos de matizes tão acentuadas que chegam ao fascismo, a urgência em investigar a seguinte hipótese: a diminuição da defesa da previdência social – tal como ocorreu com a escola pública, a saúde pública hospitalar e a assistência social – não teria sido também condicionada e influenciada por racismos, regionalismos, xenofobias que marcam em nosso país as políticas sociais como o lugar de pobres?

Como estes fenômenos não são exclusivos dos países capitalistas denominados dependentes, aliás a sucção de parte do salário para comprar mercadorias antes integrantes da cesta do salário social ou indireto, teve início nos países mais desenvolvidos, precisamente nos polos de capitalismo monopolista mais avançados. Se ao primeiro deles em importância econômica, os Estados Unidos, poder-se-ia objetar: mas em seu território nunca ocorreu o estado de bem-estar social, podemos redarguir: precisamente por isto, para criar o mercado em que cada um deve suprir suas necessidades pela “consciência” de que direitos sociais não deverão compor as suas necessidades com soluções coletivas, supridas pelo Estado, visto que elas são oferecidas na forma mercantil. Mas, se os Estados Unidos não são um bom exemplo, pensemos na Inglaterra, na Holanda, no Canadá, na Noruega, no Japão, na Coreia do Sul, na Rússia e na Austrália.

A mercantilização da previdência é, em si mesma, ontologicamente contrária aos interesses da classe trabalhadora e este é um motivo bastante para costumeiramente denominá-la “previdência privada” ou como uma não-previdência: ela opera como capital, por ser capital!

denominação Entidade Aberta de Previdência Complementar (EAPC) quando comercializada por bancos e outras instituições financeiras e Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC) – também alcunhado Fundo de Pensão - quando resulta em um fundo investimento para trabalhadoras e trabalhadores, uma categoria profissional, que possui em comum o patronato, seja um capital, seja o Estado em qualquer um dos seus momentos.

¹⁹ Especialmente as EC 20/1998; EC 41/2003; EC 103/2019 e as regulamentações infraconstitucionais delas decorrentes.

As cifras mundiais dos 20 (vinte) maiores fundos de pensão dão uma ideia de como esta mercadoria guarda importante lugar no modo de produção capitalista tanto no mercado mundial como nos mercados nacionais dos países de que são originárias.

Segundo o último relatório P&I/Willis Towers Watson Global 300 do Thinking Ahead Institute, os Estados Unidos é o país onde se concentra o maior número de fundos de pensões do mundo. (...) ali concentram-se 42,3% do total e só durante o ano passado²⁰ (... em 2017 acréscimos de SG), entraram 26 produtos novos no ranking dos 300 maiores fundos de pensão dos últimos cinco anos. (Funds People; 2018, s/p.).²¹

A mesma página, em setembro de 2022, informa que a pandemia não impactou de forma negativa os fundos de pensão. No mesmo informe, a ciclópica grandeza - extraída de trabalho excedente e de trabalho necessário e transformada nos ditos ativos dos apenas 20 maiores fundos de pensão - chega aos US\$9.682.299 (nove e seiscentos e oitenta e dois e duzentos e noventa e nove) trilhões; quase dez trilhões de dólares metamorfoseados em capital fictício a succionar juros (mais valia e trabalho necessário) de trabalhadores por todo o mundo. Em um exercício de comparação, não foi pouco o que se capturou nos 20 maiores fundos de pensão e o resultado do PIB da América Latina e Caribe em 2021. O resultado do PIB de 42 (quarenta e dois) países alcançou a grandeza de US\$ 5.083.972 (cinco e oitenta e três e novecentos e setenta e dois) trilhões de dólares ou cerca de 52,5% do acumulado nos vinte maiores fundos de pensão.

O igualmente amazônico volume de capital fictício a se alimentar de juros, resultado da repartição do lucro que por sua vez já foi mais-valor, trabalho excedente que não se pagou ao trabalhador, não é e não será nem aposentadoria nem pensão. Se distribuída como tal, a velhice pelo mundo estaria protegida e a fruir seus dias em decentes condições de vida. Mas, sob o modo capitalista de produção aos 664.997 (seiscentos e sessenta e quatro e novecentos e noventa e sete) milhões de humanos que habitam os países da América Latina e Caribe, as riquezas produzidas na região não lhes pertencem. Elas compõem a propriedade de grandes capitalistas mundiais e aos fundos de previdência, dentre eles parte desta riqueza pertence aos 20 (vinte) maiores fundos de pensão dito de trabalhadores que, por meio de investimentos “previdenciários” auxiliam na perpetuação da miséria de nosso neste pedaço de mundo.

A Itália²², é um país que não consta nem da lista dos 20 (vinte) e tampouco da lista dos 100 (cem) maiores fundos de pensão do planeta; todavia, vive, nestes dias, a tentativa de

²⁰ O texto é de 2018 e por isto o ano passado mencionado é o de 2017.

²¹ É assim o Ranking dos maiores fundos de pensões do mundo in Funds People de 11 de setembro de 2018. <https://fundspeople.com> (consulta em 26.01.23).

²² Recentemente, entre dezembro de 2021 e maio de 2022, como já o informamos acima, estivemos na Itália, na Università degli Studi di Torino, por meio de Convênio CAPES-Print para internacionalização das universidades, pela troca de experiências e trabalho entre pesquisadores de diferentes países e continentes. A Itália chama-me a atenção por ser um país – assim como a França e a Alemanha – no qual o crescimento dos fundos de pensão como mercadorias, como ‘serviços privados’ crescem em número e controle de ativos, mais lentamente do que em outras regiões do mundo. É inevitável mencionar que ao menos na Itália e na França, grandes marchas e lutas têm sido convocadas a cada tentativa ou implementação de contrarreformas nas aposentadorias e pensões. Curioso também o são os métodos denunciados pelo dirigente sindical no sentido de criar uma “nova cultura” para a substituição das políticas sociais pelo que ironicamente denominou por ‘carrinho de mercadorias do supermercado’ como forma de enfraquecer o direito social e as lutas da classe trabalhadora. Toda a estratégia dos capitais e do estado, além da alteração das leis, é construída no sentido de

destruição dos direitos sociais; e, como em quase todos os países do mundo, a investida é contínua, subjetivamente violenta e segue curso acelerado. As tentativas de desmonte dos direitos partem – no mundo capitalista - de um patamar nunca alcançado pela maioria dos países situados para além das restritas fronteiras da Europa Ocidental e do seu Estado de Bem-estar. Experiências, convém lembrar: nunca foram homogêneas entre os países e tampouco para os grupos humanos que neles vivem; os direitos foram mais generosos consoante, sobretudo, se homens e mulheres fossem nacionais; se imigrantes originários das ex-colônias ou de outros países os direitos não foram sempre da mesma grandeza e extensão. O elemento civilizador, histórico- moral, novamente, ao determinar o valor da força de trabalho de uns e outros, umas e outras define o acesso aos direitos e a manutenção da desigualdade das relações sociais no interior de uma mesma formação social.

Na Itália está em curso o embate e o debate sobre a proposta-fetiche dos grandes capitais e de seu Estado denominada ‘*welfare aziendale ou welfare contrattuale*’. Em rápido resumo nada mais é do que uma mistificação para se opor ao welfare state, com numerosas perdas de direitos para trabalhadoras/res e ganhos importantes para os capitais no que diz respeito aos impostos pagos para o financiamento dos direitos sociais. Na conjugação das medidas de destruição das políticas sociais do que restou do estado de bem-estar do segundo pós-guerra é que os capitais buscam obter êxito para a aceitação do tal bem-estar dos capitais, premissa para a implantação da lógica dos fundos de pensão, felizmente, ainda minoritária, mas em crescimento, entre os trabalhadores da Itália.

Este início da redução dos direitos sociais com o rebaixamento do valor da força de trabalho, passará de impostos dos capitais que financiam o fundo público e as políticas universais para contribuições que especificamente constroem direitos diferenciados segundo a “necessidade de cada trabalhador”, sem nunca alcançar a totalidade dos direitos que o estado de bem-estar precariamente hoje abrange. No caso italiano, a mistificação ideopolítico é imediatamente favorável aos capitais para reduzirem os seus custos do financiamento do welfare state.

Para fazer crescer a adesão ao *welfare contrattuale*, por sindicatos e trabalhadores, por local de trabalho, os capitais passam a distribuir numerosos e diferenciados voucher, a mediação por excelência para realizar o *welfare corporativo*.

Um importante dirigente sindical que esteve numa frente de resistência às astúcias dos capitais, revela os modos utilizados por patrões de importante ramo industrial para desarmar e tentar anular as formas coletivas de resistência organizada dos trabalhadores e das trabalhadoras. Note-se que o ‘*carrinho de compras de supermercado*’ – metáfora das trabalhadoras e trabalhadores para o *welfare contrattuale* – é, no caso italiano a pedagogia para o desmonte da previdência e para a implementação da mercadoria fundos de pensão! Um treinamento para acostumar a classe trabalhadora a uma vida de voucher, de vales para compras, individualizados, para superar a ideia e a cultura das políticas sociais universalizadas.

Trata-se de uma ampla e variada gama de serviços, um verdadeiro mercado de bem-estar privado, que se desenvolve em torno da negociação coletiva, no qual as empresas de ‘serviços’ podem evitar o esforço diário de obter clientes um a um e ganhar de só vez milhares ou dezenas de milhares simplesmente celebrando o

‘particularizar’ necessidades e a um só tempo desmobilizar processos coletivos.

acordo com uma empresa ou, em um nível mais alto com um mercado criado por meio da introdução de regulamentação específica e de benefícios fiscais [... pelo Estado, acréscimos de SG...] destinados a incentivar as empresas e seus funcionários a acessá-los. Uma parte desse mercado é o dos chamados benefícios para atender as franjas [as necessidades menores, acréscimos de SG] o bem-estar corporativo: são os bens e serviços pagos pela empresa ao empregado como um item adicional no recibo de pagamento, sobre os quais devem ser pagos impostos e contribuições, mas que uma série de leis os tornou isentos ou dedutíveis [para os capitais, acréscimos de SG]. Os bens e serviços vão desde os pacotes de assinaturas para frequência ao cinema, teatro e às academias de ginástica; mas, também, cobrem despesas com peregrinações religiosas, babás para crianças e cuidadora(s) para doentes e idosos até vales para compras e recargas telefônicas(...). “Ironicamente temos chamado esta prática empresarial de o carrinho de compras de supermercado”, explica Bruno Manganaro, secretário-geral do Fiom²³ de Genova, uma das cidades na qual o grupo de metalúrgicos da CGIL²⁴ posicionou-se contra a renovação do contrato, precisamente nessa questão. Os trabalhadores a rejeitaram. “O nosso julgamento sobre esta prática é negativo, não só porque pensamos que os trabalhadores devem ter a liberdade de receber o seu salário em dinheiro e de gastá-lo como e onde quiserem, mas, também, porque são partes da folha de pagamento sobre as quais deixa de incidir a contribuição [... patronal, acréscimo de SG...] para a previdência social. Hoje o trabalhador(a) pode não pensar nisso, mas quando se aposentar, terá menos dinheiro todos os meses. Para além dos impostos não pagos que correm o risco de se traduzirem em serviços [mercantilizados, acréscimos de SG]: retira-se, portanto, recursos das políticas públicas para alimentar o bem-estar privado. Uma prática que o Fiom não só não sofreu – o que em tempos difíceis também pode acontecer – mas que, em certa medida, reivindica como uma conquista”, conclui Manganaro. (Punto Crítico, 2018, p.02)

Segundo o relatório da The Thinking Ahead Institute, os Estados Unidos têm a mais larga participação no ranking dos 20 maiores fundos: é o único que contabiliza sete fundos de pensão no ranking mundial²⁵. No continente europeu, o Reino Unido é o país no qual existem mais fundos de pensão e ocupa posições significativas nos *Rankings* 100 e 300 maiores fundos de pensão do mundo.

No Top 100 da The Thinking Ahead Institute, de setembro de 2022, dos 100 (cem) maiores fundos de pensão do planeta, a França comparece apenas com o CDC em 44º (quadragésimo quarto) lugar com capital de US\$ 166.000 (cento e sessenta e seis) bilhões de dólares e a Alemanha com Bayerische Versorgungskammer²⁶ em 59º (quinquagésimo nono) lugar, com capital de US\$122.000 (cento e vinte e dois) bilhões de dólares. Evidente estes não são números desimportantes, mas eles demonstram, de certo modo, que países que figuram dentre as maiores economias do mundo e que possuem consistentes sistemas de aposentadorias, não comparecem entre os primeiros lugares da lista quando se trata da grandeza de fundos de pensão originados em seus países.

²³ Fiom - (Federazione Impiegati Operai Metallurgici) Federação de Trabalhadores Metalúrgicos. Fundada a 16/06/1901, é o mais antigo sindicato industrial italiano e em 2013 contava com 351.432 sindicalizados na base. <https://www.fiom-cgil.it> (consulta em 12/01/23).

²⁴ CGIL – (Confederazione Generale Italiana del Lavoro) – Confederação Geral Italiana do Trabalho, é a mais centrais sindicais e a mais representativa da Itália, com um total de 5 milhões de sindicalizados na base. <https://www.cgil.it/la-cgil/presentazione>. (consulta em 12/01/23).

²⁵ Dados do Relatório 2022. The Thinking Ahead Institute. <https://www.thinkingaheadinstitute.org> (consulta em 14.01.23).

²⁶ Fundo de Pensão da Câmara de Suprimentos da Baviera.

Duas são as determinações para o crescimento e a formação de significativas massas de capital dinheiro, mercadoria oculta sob a aparência de previdência, que as instituições de capitais denominadas fundo de pensão, construíram no mundo todo em substituição às políticas sociais que ali viabilizavam importantes direitos sociais:

1) **Ideológica:** ao encobrir o conteúdo e potencializar a forma. A natureza da ‘previdência privada’ é a de ser capital-dinheiro gerido por bancos que a transfiguram em capital portador de juros e capital fictício. Seu conteúdo se explicitado causaria temor naquela(e)s que não pudessem prover suas vidas na velhice sem a certeza da aposentaria.

No modo capitalista de produção para se ter aposentadoria há que assumir um compromisso futuro, algo que investimentos de risco²⁷ não podem fazê-lo. É uma sua necessidade vital deste investimento de risco ser chamado “previdência complementar” porque há que transmitir a certeza de que se trata de previdência, símile da social, e que não será destruída; ao contrário, o que se apresenta à classe trabalhadora, no ato da venda e da propagandística, é uma forma complementar ao que já conhecem: é apenas algo que a melhora e potencializa-a para aquela(e)s trabalhadora(e)s melhor alocada(o)s no mercado de trabalho; estes/as podem estar mais bem protegida(o)s; definitivamente, há que ser uma ideia de fácil convencimento para apartar pessoas frente a uma das mais importantes preocupações de todas/os aquelas/es que são trabalhadoras e trabalhadores; a ideia de ter mais proteção quando já não se tem forças para o trabalho/salário e de que se poderá contar com proteção supletiva na velhice ou na incapacitação para o trabalho, é alentadora.

Se estes investimentos para os capitais não fossem apresentados como previdência, a proteção impossível dos Fundos de Investimentos (EAPC e EFPC), não alcançariam credibilidade, não lograriam sucesso entre a(o)s suas e seus consumidoras/es. Investimentos²⁸ chamados por seu nome real, com toda a sua carga de riscos, não seriam capazes de mobilizar tantas e tantos trabalhadores pelo mundo. A designação por ‘previdência complementar’, fundos de pensão convencem que durante a pensão/aposentadoria haverá mais fundos para trabalhadores e trabalhadoras. É um achado para todos os capitalistas e para os comerciantes de dinheiro ainda mais vez que sua função é ‘capitalizar’, expressão menos desgastada por ser menos usual no léxico da classe trabalhadora do que lucrar e explorar.

Registre-se ainda, um mecanismo subjetivo: “posso escolher melhor sozinha(o)”, em liberdade, se orientada(o) por um especialista bancário; com o self-made man realiza-se a

²⁷ Em dias recentes o escândalo financeiro das Lojas Americanas revelou que a FUNPRESP (Fundação de Previdência Complementar dos Servidor Público Federal) possuía investimentos na empresa que correm o risco de não serem pagos.

²⁸ Algo que me parece muito curioso é como os documentos de Filiação aos Fundos de Pensão e às Previdências vendidas por bancos explicitam nas suas letras miúdas, sem veleidades, duas importantes informações ao comprador da mercadoria que revelam os riscos que está a assumir; aqui tomamos para exemplo a Formulário de Inscrição Ativo da FUNPRESP-Exe, por dizer respeito aos servidores públicos do executivo federal brasileiro: “Estou ciente de que a minha inscrição no PlanoExecPrev da Funpresp-Exe é facultativa, de modo que a solicito neste ato por minha livre e espontânea vontade. (...) Declaro estar ciente de que investimentos e aplicações financeiras estão normalmente expostos a riscos de mercado, bem como de que a rentabilidade obtida no passado não representa garantia de resultados futuros.” (consulta em 14.01.23). Ver: <https://www.funpresp.com.br/wp-content/uploads/2024/04/Requerimento-de-Inscricao-AN-Execprev.pdf>

arrogância correlata ao individualismo, componente psicológico inarredável deste modo de produção.

2) **Econômica:** Trata-se de um poderoso instrumento mundial do mercado de capitais e, como tal, desprovido de qualquer solidariedade, segurança e de repartição entre a(o)s diferentes humana(o)s, de diferentes idades, que compõem a classe trabalhadora porque vincula-se aos interesses estritos dos grandes capitais. Substitui-se a repartição e a solidariedade por a capitalização e individualismo.

A formação do capital fictício chama-se capitalização. Cada receita que se repete regularmente é capitalizada em se calculando na base da taxa média de juros como importância que um capital, emprestado a essa taxa de juros, proporcionaria; se, por exemplo, a receita anual = 100 libras esterlinas e a taxa de juros = 5%, então as 100 libras esterlinas seriam o juro anual de 2000 libras esterlinas, e essas 2000 libras esterlinas são agora consideradas o valor-capital do título jurídico de propriedade sobre as 100 libras esterlinas anuais. Para quem compra esse título de propriedade, a receita anual de 100 libras esterlinas representa então, de fato, os juros de seu capital investido a 5%. Toda a conexão com o processo real de valorização se perde assim até seu último vestígio, e a concepção do capital como autômato que se valoriza por si mesmo se consolida.

Mesmo lá onde o título de dívida – o título de valor – não representa, como no caso das dívidas públicas, um capital puramente ilusório, o valor-capital desse título é puramente ilusório. (...) Os papéis são considerados títulos de propriedade que representam esse capital. As ações de companhias ferroviárias, de mineração, de navegação etc. representam capital real, a saber, o capital investido e que funciona nessas empresas, ou a soma de dinheiro que é adiantada pelos sócios para ser despendida em tais empresas como capital. Do que não exclui, de modo algum, a possibilidade de que representem mera fraude. Mas esse capital no o existe duplamente, uma vez como valor-capital dos títulos de propriedade, das ações, e outra vez como capital realmente investido ou a investir naquelas empresas. Ele existe apenas nesta última forma, e a ação nada mais é do que um título de propriedade, pro rata, sobre a mais-valia a realizar por aquele capital.

(...) O movimento autônomo do valor desses títulos de propriedade, não apenas dos títulos da dívida pública, mas também das ações, confirma a aparência, como se eles constituíssem capital real ao lado do capital ou do direito ao qual possivelmente deem título. (grifos adicionados) (Marx; 1983, p.11)

A existência da “previdência” complementar é uma necessidade, uma urgência dos capitais; nunca da classe trabalhadora como seu projeto político e social. Dados os permanentes limites aos negócios lucrativos – grandeza de valores para o financiamento dos capitais sob a concorrência monopolista, obstáculos ao crescimento dos mercados e do consumo de mercadorias, sobretudo, dos meios de produção, as permanentes e cada vez mais agudas crises do modo capitalista de produção – obrigam os grandes capitais a uma ininterrupta busca por novos espaços de valorização. Os capitais, não podem prescindir da criação de novas necessidades para a oferta de novas mercadorias e, então, os capitais passam a se relacionar cada vez de modo mais profundo e incontornável com as várias modalidades do fundo público, em um plano qualitativamente diverso: primeiro, pela privatização das empresas estatais (produtivas, de serviço, bancos, entre outras), isto é, com aquela porção do fundo público pretérito, construído em décadas anteriores. Ao esgotarem rapidamente estas fontes lhes é imperativo ampliar – sempre e novamente – seus negócios. As políticas sociais destruídas e metamorfoseadas em mercadorias foram forjadas como importantes espaços de

inversão dos capitais. Os sistemas de previdência social²⁹ também foram incluídos entre os “achados” que o capital pode transformar em próspero negócio capitalizado. E isto já está em curso no Brasil.

As duas faces de Janus da previdência complementar são os dois modos de ser do capital fictício que partes do salário da classe trabalhadora assumirão:

A primeira, capital fictício por ações:

Ao ingressar em um fundo de pensão, um fundo complementar – aberto ou fechado - para a aposentadoria, o trabalhador renuncia uma parte do salário e o deposita no fundo previdenciário. Um dado valor que se repete em depósito por décadas. Dinheiro que se encontra com o dinheiro de outro trabalhador que também o reservou com o fito de proteger-se na velhice ou em um evento extremo. Associado à contribuição mensal de outros milhares (em alguns fundos, milhões) de trabalhadores, estas somas transformam-se em gigantescas massas de recursos em busca de valorização, por exemplo, pela compra de lucrativas ações. Acima, Marx nos revela que um papel, um título de propriedade, só pode se valorizar no processo real, no processo de produção da mais-valor comandado pelo capital. O título, muito embora apareça afastado do processo real de exploração do trabalho, nada mais é do que um título de propriedade sobre uma porção da mais-valor que será dividida entre os diferentes proprietários dos papéis que o denominarão por juros, uma parte percentual do lucro. O trabalho não pago é o que constitui a mais-valor que por sua vez – repartida - constituirá o lucro dos diferentes capitalistas. Uma “previdência” privada, complementar, um fundo de pensão, uma previdência privada aberta, comercializada por um banco, todas estas formas de capital, para alcançarem valorização transformam-se em capitais por ações, capitais fictícios, sorvedouros de trabalho não pago que lhes aparece como juros que remuneram seu dinheiro investido: o dinheiro que produziu dinheiro. As poucas porções de salários que trabalhadores e trabalhadores separam de suas vidas no presente e os capitalizam, mês a mês em previdências privadas (fundos de pensão ou aquelas vendidas pelos bancos ou outras instituições não bancárias) são as somas que, organizadas como capitais vão em busca de empresas que lhes proporcionem lucratividade. Lucratividade produzida tanto mais explorada(o)s sejam trabalhadoras e trabalhadores: o segredo da valorização das contribuições salariais abdicadas da vida presente em favor de uma complementação previdenciária, como “previdência complementar”, é capitalização, transmutou-se e deve atuar como capital que se tornou. Suas e seus verdadeiros proprietária(o)s não o sabem, mas as suas somas agem coletivamente como um único capital... contra seus donos.

O drama pode atingir a sua máxima escala quando os recursos resultantes da contribuição para a sua própria previdência ‘privada’ são investidos na mesma empresa na qual aquela(e) trabalhadora(or) trabalha. Seus poucos recursos mensalmente poupados são aplicados como capital. Qual foi o feiticeiro que fez de sua contribuição previdenciária o ferro em brasa que lhe marca e explora? Tragicamente, temos que a própria trabalhadora, o próprio trabalhador - de modo mediado – é ao mesmo tempo explorado e agente de sua exploração, com a diferença que humana(o)s pertencentes à classe trabalhadora não

²⁹ Regime Geral de Previdência Social e Regimes Próprios de Previdência Social.

recolherão os lucros de sua própria exploração pela via de prometidas volumosas “não-previdências” na velhice. Sem o saber, fazem!

A segunda, como capital fictício empregados em títulos públicos.

O outro modo de a “previdência privada” ser o mesmo – capital fictício - sendo o outro por títulos públicos – consiste em capitalizar, comprar e vender, vale dizer, especular com os títulos públicos “lastreados no fundo público”. Os recursos arrecadados pelo Estado constituem aquilo que nominamos fundo público e, originam-se, grosso modo, nas contribuições sociais e impostos recolhidos ao Estado, majoritariamente por contribuição da classe trabalhadora.

Para que o processo de transformação de pequenas somas apartadas do salário no presente, sejam vertidas para o futuro na busca de adicionais garantias de proteção na velhice, além da propaganda para o convencimento, há que se apostar no individualismo monetário. A previdência pública ao ser desmontada por tantas contrarreformas abreviadora de direitos, tornar-se-á – como recomenda o Banco Mundial desde 1994 – ‘uma renda mínima de combate a indigência na velhice’³⁰: fórmula a mais generosa que os grandes capitais e suas agências podem prescrever para a vida alheia, da classe trabalhadora, por óbvio. Este é o limite máximo de sua “promoção da igualdade”. Seu potencial como capital fictício decorrerá do temor e das promessas de que se pode ganhar muito ao prover pequenas – e nem tanto – reservas do salário para o usufruto na velhice. Aqui capitaliza-se para apanhar o melhor e mais substantivo das taxas de juros com as quais os Estados pelo planeta remuneraram seus papéis. A compra de Títulos Públicos também é capital fictício remunerado com juros, são de qualquer modo pagos pelo conjunto das pequenas somas que em conjunto constituem trilhões de dólares pelo mundo; as primeiras, as ações, foram remuneradas e tiveram origem na mais valia, no trabalho excedente; os segundos, os títulos públicos, são lastreados nos impostos e contribuições sociais e conformam o próprio orçamento do Estado, um não capital. Sua origem remonta o trabalho necessário sob a forma de assalariamento.

A forma de capital portador de juros faz com que cada rendimento monetário determinado e regular apareça como juro de um capital, quer provenha de um capital ou não. (...) O Estado tem de pagar anualmente a seus credores certo quantum de juros pelo capital emprestado. O credor, nesse caso, não pode pedir do devedor o reembolso, mas apenas vender o crédito, ou seja, seu título de propriedade sobre ele. O próprio capital foi consumido, despendido pelo Estado. Ele já não existe. O que o credor do estado possui é 1) um título da dívida contra o Estado, digamos de 100 libras esterlinas; 2) esse título da dívida lhe dá direito sobre as receitas anuais do estado, isto é, sobre o produto anual dos impostos, em determinado montante digamos de 5 libras esterlinas ou 5%; 3) ele pode vender esse título de dívida de 100 libras esterlinas quando quiser a outras pessoas. (...). Mas em todos esses casos, o capital, do qual o pagamento feito pelo Estado considera-se um fruto (juro), permanece capital ilusório, fictício. A soma que foi emprestada ao Estado já não existe ao todo. Ela em geral jamais se destinou a ser despendida, investida como capital, e apenas por seu investimento como capital ela teria podido converter-se num valor que se conserva. (...) Por mais que essas transações se multipliquem, o capital da dívida pública permanece puramente fictício, e a partir do momento em que os títulos da dívida se tornam invendáveis, desaparece a aparência desse capital. (Marx; 1985, p.10).

³⁰ Conforme World Bank (1994).

A remuneração dos possuidores de títulos públicos, em países como o Brasil, exaurem o orçamento público do Estado e para realizarem seu papel de estado dos capitais, congelam gastos sociais que realizam políticas sociais – inclusive a previdência pública, reduzida aos mínimos valores de subsistência - os salários da força de trabalho empregada no Estado, os orçamentos da saúde, da educação, da assistência social, da ciência e tecnologia, da cultura e, de tudo quanto interessa a classe trabalhadora para lhe prover emprego e direitos sociais. Do ponto de vista dos possuidores dos títulos públicos, eles são os credores do Estado; de seu lado, o Estado é, permanentemente, um devedor.

Os títulos públicos são negócios seguros para os capitais principalmente em momentos de crise por terem na recomposição contínua do orçamento mais garantias do que um capital individual, ainda que gigante, num momento de crise; pode assim, remunerar aos seus “compradores” com as taxas de juros importantes. Todavia, os recursos para remunerar os (proprietários dos) títulos, pagar-lhes juros, nesta equação, só podem ser os mesmos que o Estado recolhe sob a forma de impostos e contribuições sociais de assalariados. É certo que o fundo público recolhido sob a forma monetária, ao final de cada ano fiscal, materializa-se em obras como empresas, estradas e pontes; na reprodução da vida dos trabalhadores por meio de políticas públicas como hospitais, escolas e aposentadorias; mas, também, e a cada vez mais, porções crescentes deste fundo tem assumido a forma de juros transferidos aos grandes capitais detentores dos títulos públicos que, do ângulo do Estado dos capitais que os remunera, é o pagamento de sua dívida pública. Os detentores destes títulos são grandes capitalistas, grandes investidores, especuladores, como bancos, seguradoras, capitalistas de todas as espécies e as “previdências privadas”, a “previdência complementar” aberta e fechada. Então, a saída para as crises das aposentadorias públicas, exigem-nos – os grandes capitais e os seus Estados – aceitar rebaixar o valor de nossa força de trabalho, perder direitos sociais pela via das intermináveis reformas de direitos dentre os quais os previdenciários. Nesta política contrarreforçar é, no Brasil a cada novo governo, aumentar o tempo de contribuição e elevar a idade mínima para a aposentação – cada vez mais máxima para estar o mais próximo possível da expectativa de vida, vale dizer, do provável ano de morte - para o alcance do direito. Ao realizar tais acrobacias, os grandes capitais e seu estado, concebem as condições para tanger – com o chicote econômico-ideológico – a classe trabalhadora na direção da “previdência” privada.

Tal mercadoria, a “aposentadoria privada”, dita complementar, possui um mercado que lhe é próprio embora não exclusivo: mercadejada em ‘fiáveis’ instituições bancário-financeiras vez que o Estado já não tem recursos para garantir reformas “tão elevadas” como as que os trabalhadores andaram a receber, privilegiadamente, por longos anos, diz a retórica apologética e mistificadora da decadente economia burguesa.

Por fim, uma necessária observação: a “previdência privada” por capitalização é operada por instituições bancário-financeiras e empresas do mercado de capitais e corretoras. Na maioria dos países constituem o sistema complementar duas formas distintas de “previdência” privada:

1) a **“previdência” complementar fechada** (EFPC), também denominada fundo de pensão (“pension fund”); ela congrega trabalhadores ou de uma dada categoria profissional (petroleiros, bancários, servidores públicos) ou de uma empresa (Petrobras, Banco do Brasil, Vale do Rio Doce)

2) a “**previdência complementar aberta** (EAPC), mercadoria vendida aos indivíduos por bancos, seguradoras e outras instituições que negociam a mercadoria dinheiro em investimentos de largo prazo.

Ambas as formas de “previdência complementar” se reproduzem por meio de investimentos no mercado de capitais e são sistemas privados de investimentos, fundamentalmente em capitais fictícios que as remuneram com juros sobre papéis.

Fundos de pensão, fundações de seguridade, “previdência complementar” são instrumentos privados e, ao contrário dos sistemas de repartição (solidários e públicos), movem-se por lógica individual ausente de solidariedade; nela, cada trabalhador deve precaver-se, isolado e solitariamente, no provimento das condições de sua futura velhice. Aqui importa notar: o estímulo para comprar e consumir uma aposentadoria privada realiza-se no plano individual, mas a condição de classe é mesmo incontornável. Entretanto, para a classe trabalhadora não é visível que suas contribuições estejam ao mesmo tempo a operar no sentido de potencializar-lhe a exploração como classe trabalhadora quando estão investidas em ações de empresas capitalistas que não possuem outra forma de se transmutar em juros senão pela repartição da mais valia como lucro. De outro modo, se investida em títulos públicos contribuem ao lado de outros grandes capitais para que as aposentadorias públicas constituam superavits por meio de ajustes fiscais sobre fundo público para remunerar os capitais. O fetiche dos papéis não poderia ter ido mais longe ao transfigurar contribuições sociais para a previdência em capital fictício.

4. Referências

ADVIR. **Revista Advir**. Dossiê Dívida Pública. Rio de Janeiro: Asduerj, 2017.

COSTA, F. C. da. **FIES, PROUNI e PROIES (2003/2019):** valorização do capital no ensino superior. Tese (Doutorado em Serviço Social). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 2021. Disponível em:

https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/colta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup+true&id_trabalho=10997471. Acesso em: 09 set. 2024.

GRANEMANN, S. Investimentos Financeiros: empreendedorismo e fetiche nos direitos e políticas sociais? *In: Constitucionalismo intermitente e lutas sociais no Chile e no Brasil*. [Org. Mello, Lawrence Estivalet de. et al.] Vol. I Economia política dos direitos sociais. São Paulo: Lutas Anticapital, 2023.

GRANEMANN, S. Crise econômica e a Covid-19: rebatimentos na vida (e morte) da classe trabalhadora brasileira. *In: Revista Trabalho, Educação e Saúde*. n. 19. 2021 Escola Politécnica Joaquim Venâncio/Fiocruz. RJ. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00305> . Acesso em: 09 set. 2024.

GRANEMANN, S. Previdência social: da Comuna de Paris aos (falsos) privilégios dos trabalhadores. *In Aveso do Trabalho III: saúde do trabalhador e questões contemporâneas*. [Org. Navarro, Vera Lúcia & Lourenço, Edvânia Ângela de Souza]. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

GRANEMANN, S. **Para uma interpretação marxista da ‘previdência privada’**. Tese (Doutorado em Serviço Social) Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2006.

GRANEMANN, S.; MIRANDA, F. Crise econômica, crise sanitária: 19 a Covid-19 como instrumento da acumulação? In SILVA, L.B.; DANTAS, A.V. (orgs.) **Crise e Pandemia: quando a exceção é regra geral**. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2020. Disponível em: https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/crise_e_pandemia.pdf. Acesso em: 09 set. 2024.

HELLER, Á. **Teoria de las necesidades sociales en Marx**. Barcelona/Espanha.: Ediciones Península, 1986.

LENIN, V. I. **O Estado e Revolução: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na Revolução**. São Paulo: Hucitec, 1983.

MARX, K. **O Capital – Crítica da Economia Política**. Livro 1 – O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. **O Capital – Crítica da Economia Política**. Livro 1 – O processo de produção do capital. Tomo. I. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

MARX, K. **O Capital – Crítica da Economia Política**. Livro III – O processo global da produção capitalista. Vol. III. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, K. **O Capital – Crítica da Economia Política**. Livro 3 – O processo global da produção capitalista. Tomos 1 e 2. [Os economistas]. São Paulo: Abril Cultural, 1983/1985.

MARX, K. **A guerra civil na França (1871)**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MOURA, R. L. M. de A. **Crédito consignado: potência inteiramente nova de expropriação do trabalho**. Tese (Doutorado em Serviço Social) Programa de Pós-graduação em Serviço Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e serviço social**. São Paulo: Cortez, 1992.

PAIVA, M. F. F. **Crédito consignado e expropriação da força de trabalho empregada pelo estado**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Rio de Janeiro, 2013.

PUNTO CRITICO. Fondi Pensioni e welfare contrattuale: affare o trappola. [Fundos de pensão e bem-estar contratual: negócio ou armadilha] in **Punto Critico - Il contesto prima del fatto**. 2018. Disponível em: https://www.puntocritico.info/wp-content/uploads/2018/10/welfare_quaderno.pdf. Acesso em: 01 mar. 2021.

REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA. **Documentos Print**. UFRJ. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://posgraduacao.ufrj.br/noticia/2581> . Acesso em: 09 set. 2024.

ROSENBERG, D. I. **Comentarios a los tres tomos de El Capital**. [Comentarios al tomo III de El capital]. México: Ediciones Quinto Sol, 1985.

WORLD BANK. **Averting the old-age crisis:** policies to protect the old and promote growth. World Bank/Oxford University Press, Inc. Washington/New York, Estados Unidos: 1994.

UMA REFLEXÃO SOBRE INTERNACIONALIZAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO: A EXPERIÊNCIA ENTRE O PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO JANEIRO E A UNIVERSIDAD COMPLUTENSE DE MADRID

Luana de Souza Siqueira

1. Introdução

Para além de um relato de experiência, o presente trabalho pretende trazer uma reflexão crítica sobre o processo de internacionalização assim como apontar avanços positivos, desafios e limites conjunturais e estruturais vivenciados na universidade pública durante os séculos XX e XXI.

Alguns pressupostos permeiam nossa reflexão: a defesa intransigente da educação pública, gratuita, laica e socialmente referenciada; a contradição existente nas políticas sociais na sociedade capitalista e a importância da luta pela manutenção e por avanços sucessivos dos direitos sociais e humanos.

A atividade de internacionalização desenvolvida foi a partir do programa MISSÕES CAPES- PRINT Sustentabilidade, Crescimento e Combate às Desigualdades, na modalidade VISITA TÉCNICA PARA PROSPECÇÃO DE FUTURO CONVÊNIO. No plano do Programa de Pós-graduação de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Janeiro (PPGSS-UFRJ), a missão pretendeu corroborar com o projeto político pedagógico de fortalecimento das relações entre instituições internacionais, fomentando a internacionalização através de intercâmbios docentes e discentes, estimulando publicações e eventos acadêmicos.

Na esfera da graduação esta proposta pretende ampliar as oportunidades de intercâmbio de docentes e discentes, sendo também importante na consolidação de um projeto pedagógico de ensino, pesquisa e extensão: na proposição de cursos, seminários, visitas e trocas de conhecimento no âmbito internacional.

No que tange aos interesses da Área TEORIA SOCIAL, FORMAÇÃO SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL, essa oportunidade somou esforços no debate da teoria social e dos fundamentos metodológico, político e teórico para pensar a formação social brasileira e latino-americana, o Serviço Social e as distintas dimensões da produção teórica e política a respeito do Modo de Produção Capitalista das classes sociais, Estado e Políticas Públicas na sua contemporaneidade.

E, por fim, esta oportunidade é uma iniciativa de consolidação do desenvolvimento de uma investigação sobre as condições laborais dos trabalhadores e trabalhadoras do Brasil e da América Latina, a análise da imigração nos países da Península Ibérica e a construção de um observatório do desemprego, pobreza e fome dos trabalhadores latino-americanos na Península Ibérica.

Os objetivos dessa missão correspondem ao estabelecimento de vínculos acadêmicos entre a Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro e as faculdades de Economia, Serviço Social e Ciências Sociais da Universidad Complutense de Madrid, desdobrando-se nas seguintes iniciativas:

- a) Elaborar conjuntamente, com docentes e discentes, projetos de pesquisa, ensino e extensão, que contemplem cursos de curta duração na modalidade, online e/ou presenciais; organização de eventos e produção de artigos e outras publicações.
- b) Promover intercâmbios de docentes e discentes, entre Brasil e Espanha;
- c) Articular com instâncias representativas do Serviço Social da Espanha, como o Conselho Federal e sindicatos.
- d) Articular com movimentos sociais de combate à fome e a pobreza para trazer elementos para a pesquisa e desenvolvimento de trabalhos extensionistas no campo das ciências sociais.
- e) Proporcionar um encontro virtual entre professores pesquisadores da Área 1 com pesquisadores do Instituto de Economia de Madrid e com o Departamento de Economía Aplicada, Estructura e História com o propósito de estabelecer vínculos institucionais e de investigação no que tange às análises e reflexões críticas sobre a desigualdade social.
- f) Construir um observatório de análise do Exército Industrial de Reserva e das condições laborais dos trabalhadores e trabalhadoras do Brasil e da América Latina, incluindo a análise da imigração nos países da Península Ibérica.

Nessa atividade de internacionalização tentamos correlacionar de forma integrada o ensino, a pesquisa e a extensão e os Resultados parciais do processo de internacionalização foram: visitas à Universidad Complutense de Madrid; reunião com o diretor de departamento da faculdade de economia e com o coordenador da pós-graduação em economia para estabelecer convênios institucionais; reuniões para discussão, planejamento e elaboração de um projeto de intercâmbios, ampliando contatos com docentes interessados em estabelecer parcerias; Participação no “Seminario permanente del posgrado” Da Pós-graduação em economia da Universidad Complutense de Madrid; Participação em atividades com estudantes do grupo de pesquisa coordenado por Xabier Arrizabalo Montoro; reunião com o coordenador de pós-graduação Pablo López Calle, Coordenador do Programa de Mestrado em Estudos Avançados em Trabalho e Emprego Departamento de Sociología Aplicada da Faculdade de Ciências Políticas e Sociologia Universidade Complutense de Madrid, Campus de Somosaguas 28223. POZUELO DE ALARCÓN (Madrid). Encontro e planejamento de um seminário com o Conselho federal de Serviço social Espanhol; Reunião com a coordenação do PPGSS para apresentação, discussão e avaliação do trabalho desenvolvido e as possibilidades de concretizar uma relação de cooperação e convênios; organização de uma agenda para elaborar conjuntamente, com docentes e discentes, projetos de pesquisa, ensino e extensão, que contemplem cursos de curta duração na modalidade, online e/ou presenciais; organização de eventos e produção de artigos e outras publicações; criação de grupos de trabalho para promover intercâmbios de docentes e discentes, entre Brasil e Espanha; articular com instâncias representativas do Serviço Social da Espanha, como o Conselho Federal e sindicatos, com movimentos sociais de combate à fome e a pobreza para trazer elementos para a pesquisa e desenvolvimento de trabalhos extensionistas no campo

das ciências sociais, proporcionar um encontro virtual entre professores pesquisadores do PPGESS com pesquisadores do Instituto de Economia de Madri e com o Departamento de Economía Aplicada, Estructura e História com o propósito de estabelecer vínculos institucionais e de investigação no que tange as análises e reflexões críticas sobre a desigualdade social, construir um observatório de análise do Exército Industrial de Reserva e das condições laborais dos trabalhadores e trabalhadoras do Brasil e da América Latina, incluindo a análise da imigração nos países da Península Ibérica. Essas ações e projeções de atividades conjuntas resultaram nas assinaturas de Protocolos de Intenção com a faculdade de sociologia e de economia.

As atividades oportunizadas por programas de internacionalização constituem parte da formação, da produção e da qualificação dos sujeitos envolvidos, são resultados de lutas históricas. Contudo, de forma contraditória os programas e projetos de internacionalização são experiências positivas e possibilitam o intercâmbio no exterior de docentes e discentes; essa prática, no entanto, tensiona os projetos em disputa no interior da universidade: a sua universalização ou a sua progressiva privatização, seja na venda dos espaços físicos, serviços e produtos intelectuais como o repasse de recursos públicos para instituições privadas.

2. A Universidade pública e a luta de classes

Para essa reflexão, é imprescindível ter no horizonte de que as metas das agências multilaterais impactam fortemente as agendas das ações educacionais dos países, sobretudo os periféricos. Segundo Braga (2015, p. 02), o movimento econômico do período compreendido entre o final da década de 1960 e a primeira metade da década de 1970 foi se arrefecendo em decorrência das consequências da política econômica adotada, que produziu alto endividamento externo e fragilizou as bases da economia nacional. O chamado “milagre econômico” foi uma saída comum a muitos países da periferia, receberam privilégios de capitais estrangeiros, até 1973 abundantes no mercado internacional.

Com o cenário da crise capitalista internacional, as contradições internas se acirraram e se expressaram na redução do padrão de vida da maioria da população, causando desemprego, alta inflação, entre outros. Essas contradições impulsionaram o chamado projeto de abertura, “com o qual o governo Geisel buscou enfrentar o início do declínio do regime, cujo primeiro sintoma foi a derrota do governo nas eleições parlamentares de 1974”. (Braga, 2015, p.2).

A década de 1980 chega no cenário nacional com as expressões de fortes desequilíbrios no setor público e com uma dívida externa em franco crescimento. Esses fatores combinados à exponencial desigualdade social, resultaram e eram fruto da decadência da ditadura e marcaram diretamente o seu declínio político. A crise brasileira não era, portanto, um evento isolado, mas resultava de forma desigual e combinada com a própria conjuntura capitalista internacional, que exigia mudanças estruturais para garantir a acumulação e expansão de capital mundial. (Braga, 2015).

Na avaliação de Saviani (2007, p. 400), a organização política do campo educacional nesta que “foi a década mais fecunda de nossa história”, os educadores “críticos” da década de 1980, “relação orgânica entre a atuação acadêmica e a inserção em espaços públicos de debate e de luta social e política”.

[...] aquele caracterizado pela preocupação com o significado social e político da educação, do qual decorre a busca de uma escola pública de qualidade, aberta a toda a população e voltada precipuamente para as necessidades da maioria, isto é, a classe trabalhadora; e outro marcado pela preocupação com o aspecto econômico-corporativo, portanto, de caráter reivindicativo, cuja expressão mais saliente é dada pelo fenômeno das greves que eclodiram a partir do final dos anos de 1970 e se repetiram em ritmo, frequência e duração crescentes ao longo da década de 1980. (Saviani, 2007, p.402).

É nesse contexto político que a produção intelectual dos educadores se destaca pela compreensão do fenômeno educativo a partir de seus condicionantes econômico, sociopolítico, culturais e ideológicos. Justamente pela explícita luta de classes que se configura na disputa pelas políticas sociais e educacionais. O campo educacional é também uma arena de interesses que estão na esfera do acesso universal e os nichos lucrativos do capital nacional e internacional.

A expansão das universidades e dos programas de pós-graduação no país contribuiu decisivamente para o visível avanço da produção de um pensamento crítico e referenciado socialmente, levando os educadores insatisfeitos com a atmosfera gerada pelos governos militares a organizarem-se “em espaços públicos de debate e de luta social e política” (Rosar, 2005, p.04).

A mobilização pela anistia dos presos políticos do governo militar, torna-se importante insumo para a deflagração das primeiras greves do magistério oficial em vários estados do país, culminando com a criação de duas importantes entidades do campo educacional, a Associação Nacional de Pós-Graduação em Educação - ANPED e o Centro de Estudo, Educação e Sociedade, o CEDES. Meses depois, já no ano de 1979, foi criada também a Associação Nacional de Educação (ANDE) que, junto com a ANPED e o CEDES, promoveram, a partir de 1980, conhecida série de Conferências Brasileiras de Educação. As temáticas priorizadas para o debate nas seis conferências realizadas entre o mês de abril de 1980 a setembro de 1991, permitem-nos compreender o caráter das discussões feitas pelo movimento de educadores à época: a educação pública!

Do mesmo modo, a Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior - o ANDES, criada em 1981, num Congresso Nacional de Docentes do Ensino Superior, realizado em Campinas-SP, teve importante papel na luta pelas conquistas da classe trabalhadora em matéria de educação, papel este traduzido em várias de suas teses, entre elas, a defesa do sistema nacional de educação pública, o projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e de universidade. O caráter combativo desta entidade, que foi transformada em 1988, no Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições do Ensino Superior (ANDES-SN) se manteve durante toda a década de 1990, com a realização de greves da categoria, como a que ocorreu em 1991, que chegou a paralisar professores e técnicos-administrativos de 45 Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), por 107 dias. (Braga, 2005, p.5).

As mais de 1.600 instituições educacionais que se formaram nessa época compuseram o Fórum na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, o que possibilitou avanços, embora não seja possível afirmar que na montagem do texto Constitucional tenha prevalecido a plataforma elaborada pelos setores mais progressistas. O embate com os setores privatistas limitou o avanço, de modo que na questão considerada central prevaleceu

a estratégia da conciliação, permanecendo a coexistência de instituições públicas e privadas, com a destinação de recursos do erário público para ambos os setores.

As contradições das políticas sociais

Com a eleição do governo de Fernando Henrique Cardoso para o período de 1995-1998, posteriormente prolongado para mais um mandato (1999-2002), profundas transformações foram implementadas, respondendo à necessidade de adaptar o país ao novo padrão de acumulação capitalista. O arrefecimento dos movimentos de luta e a substituição da estratégia ofensiva adotada pelos setores progressistas da década de 1980, por uma estratégia mais defensiva. Segundo Leher, ocorreu, uma “redução abrupta do número de greves anuais” de cerca “2,5 mil por ano em 1989 para menos de 500 greves no final da década” (Leher, 2014, p. 02).

[...] o capital –operando também por meio do Estado –impôs transformações ainda mais profundas na educação da classe trabalhadora. A perspectiva universalista de que a escola pública deveria assegurar uma formação geral igualitária a todos os estudantes por meio da garantia, pelo Estado, da educação pública, gratuita e estruturada em sistemas nacionais, foi combatida em prol de políticas focalizadas, referenciadas na pedagogia das competências, atributos utilitaristas que objetivam a adaptação das crianças e jovens ao ethos capitalista e, mais precisamente, ao chamado novo espírito do capitalismo flexível, fundamentado no trabalho superexplorado. (Leher, 2014, p.02)

Contudo, a experiência de luta desenvolvida na efervescente década de 1980, as entidades reunidas no Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública promoveram, a partir de 1996, em todo o território nacional, inúmeras atividades que antecederam e garantiram a realização dos Congressos Nacionais de Educação (CONED's), que culminou com a consolidação da proposta de Plano Nacional da Educação-PNE, oriunda dos setores progressistas da sociedade civil organizada. Embora o PNE do Fórum não tenha sido referência para a política educacional oficial, sua elaboração coletiva demonstra a capacidade que tiveram os referidos setores de organizar-se e propor alternativas para os problemas educacionais do país. As significativas perdas no texto da LDB (Lei 9394/96) e posteriormente do PNE, acentuaram, ainda mais, a tendência marcante da história da educação brasileira: o privatismo. (Braga, 2015, p. 07)

O protagonismo das famílias e da chamada sociedade civil na responsabilização das oportunidades educacionais em detrimento do papel do Estado em financiá-las, assegurando-as em diferentes níveis, materializa as perdas no histórico embate da educação nacional. O resultado, após 20 anos de implementação da reforma educacional inspirada no receituário neoliberal e orquestrada pelos organismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial, entre outros, é dramático. Um exemplo contundente, entre outros possíveis, da penetração da agenda do capital, na educação pública é a chamada “reconversão docente” que implica no processo de alargamento do conceito de docência e a constituição de um superprofessor –com muitas tarefas e pouca formação (Triches, 2010). Os pequenos ganhos em “programas inovadores” não minorizam as perdas.

Nesse cenário, há exigências de adequação das instituições educativas, desde o nível básico até o ensino superior, convocando para a reformulação de seus currículos, “enxugando-os”, adequando-os às transformações que vêm ocorrendo no âmbito do trabalho produtivo. Acentua-se a este quadro a necessidade de alinhar os processos

formativos aos “novos tempos”, adequando o homem às exigências, objetivas e subjetivas, postas pelo modo de produção capitalista (Braga, 2015).

Esta lógica inspirou um *modus operandi* utilitarista, que resultam no enxugamento da formação docente, com uma forte primazia da prática e dos resultados, as médias e os índices passam a pautar as políticas educacionais e não mais a formação integral do sujeito. Tais transformações se desdobraram no esvaziamento da capacidade de leitura histórica da realidade e, conseqüentemente, na mobilização política, atingindo a produção de conhecimentos na área da educação. Entre as determinações possíveis temos, por um lado “a emergência de um ethos neodarwinista nas universidades, com a conseqüente degradação da vida acadêmica” e, por outro lado, “o ceticismo epistemológico, corrente que trivializa a questão do conhecimento e da verdade e procede a um sutil exercício linguístico”, gerando “um novo e pragmático vocabulário destinado a assegurar a obediência e a resignação públicas”. (Moraes, 2011, p.07).

Desde a promulgação da Carta Constitucional de 1988, há uma tensão entre o reconhecimento de direitos de cidadania – dentre os quais, a educação – e a adoção de uma agenda explicitamente neoliberal, materializada, sobretudo, pela criação do Ministério da Administração e Reforma do Estado (Mare). A exemplo do ocorrido em países europeus, a reforma do Estado intencionava aproximar o *mercado* público ao privado, tornando-o mais enxuto e, supostamente, mais voltado às demandas do cidadão que, nessa perspectiva, assumiria a condição de consumidor (Bresser-Pereira, 1996). Como efeito, as escolas públicas passaram a se organizar em torno do princípio constitucional da gestão democrática ao mesmo tempo em que estratégias e instrumentos de controle e regulação eram implementados por meio da avaliação (Oliveira, 2020).

O longo das décadas em que se materializavam as políticas neoliberais na área da educação também ocorreu uma forte ofensiva do capital no âmbito da produção acadêmica, destacando-se na historiografia da educação um deslocamento do foco de análise das questões macro estruturais para os fenômenos apreendidos na escala da micro história, dificultando o entendimento acerca do fenômeno educativo e tornando ainda mais urgentes, aos educadores, alcançarem um nível mais ampliado de compreensão dos processos político-pedagógicos, reconhecendo as conexões entre os elementos que se inter-relacionam na produção das políticas públicas por eles executadas, em última instância, e a atuação histórica dos movimentos sociais organizados em torno da defesa da educação pública de qualidade. (Braga, 2015).

Na década de 1990 ainda se conseguiu lutar e mostrar uma certa ação unificada, mas nos primeiros anos do século XXI, e após o governo Lula, houve uma diluição das entidades acadêmicas e sindicais.

Ao encaminhar uma agenda educacional em grande parte antagônica ao PNE – Proposta da Sociedade Brasileira (CONED) – os conflitos dos educadores com o governo Lula da Silva não tardaram a tensionar os sindicatos que permaneceram na CUT. Em função de distintas perspectivas de autonomia frente ao governo as forças majoritárias da CNTE, União Nacional dos Estudantes/UNE e Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino/Contee declararam, em janeiro de 2005, por ocasião do Fórum Social Mundial, que não tinham mais consenso em relação à pauta do Fórum Nacional em Defesa da Educação Pública e, por isso, na prática, esse Fórum deixou de funcionar como espaço aglutinador das lutas educacionais. No fulcro da discórdia o conflito entre as agendas dos sindicatos

autônomos e as políticas do governo Lula da Silva, em especial: Programa Universidade para Todos/PROUNI, Lei de Inovação Tecnológica, Exame Nacional de Desempenho de Estudantes/ENADE, Educação a Distância e inúmeros projetos de lei contrários ao PNE: Proposta da Sociedade Brasileira (Leher, 2014, p. 14).

A década de 1990 foi marcada pela retórica da contrarreforma do Estado e a imposição de uma agenda gerencialista. O Início do século XXI vivencia a ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT), em 2003 no campo da Economia há um acalorado debate acerca do processo de continuidade na implementação das medidas neoliberais, denominadas de neodesenvolvimentismo.

Para autores como Bresser-Pereira (2010), trata-se de um novo desenvolvimentismo, um discurso e uma estratégia utilizados por países de renda média, como o Brasil, que se ergue entre as concepções neoliberais e o nacional-desenvolvimentismo de meados do século XX.

Sob este aspecto, há uma convergência de interesses entre diversos setores da sociedade, que enxergam no Estado a ponta de lança do desenvolvimento econômico. A emergência dessa concepção trouxe, para o campo da educação, a possibilidade do reconhecimento e da incorporação de pautas caras à esfera progressista, ao mesmo tempo que manteve intocados os elementos de *accountability* já implementados, como as avaliações em larga escala. (Moreira e Ribeiro, 2022, s/p)

No que se refere à Educação Superior,

[...] a ampliação do acesso à graduação e um maior investimento na rede federal atestam que a estrutura que opõe uma grande rede privada, responsável por prover o acesso massificado, a uma rede pública, marcada pelo desenvolvimento de pesquisas, manteve-se praticamente inalterada. Cabe destacar que a principal mudança foi de escala, pois o número total de matrículas em cursos de graduação cresceu 90,57% entre 2004 e 2016 passando de 4.223.344 para 8.048.701. O destaque é para a rede federal, que teve um aumento de 110,78% no número de matrículas, saltando de pouco mais de 592 mil matrículas em 2004 para mais de 1, 249 milhões em 2016. É nesse contexto que, visando a formação de brasileiros no exterior e a promoção da cooperação internacional, o Programa Ciência Sem Fronteiras⁴ é lançado em 2011, por meio do Decreto n. 7.642/2011 (2011). (Moreira e Ribeiro, 2022, s/p)

A organicidade da burguesia rendeu cerca de 76% do total de matrículas. Uma das estratégias que impulsionou a expansão do setor privado nos últimos anos foi a implementação de mudanças nas regras do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) que colocou os juros dos contratos abaixo da inflação, assegurando queda de 6,5% para 3,4% ao ano, facilitou o financiamento, tornando possível acessá-lo a qualquer momento, relaxou a exigência de fiador, e alongou o prazo de quitação. A principal consequência das novas regras foi o crescimento nas transferências para grupos de educação. O Kroton-Anhanguera, por exemplo, foi a empresa que mais recebeu pagamentos do governo federal em 2014. Doze mantenedoras do grupo receberam juntas mais de R\$ 2 bilhões -o dobro do que a Embraer, que fabrica aviões militares, e a Odebrecht, responsável por dezenas de obras pelo País. Em 2010, não havia nenhuma empresa de educação entre as 70 que mais recebiam do governo federal. (Evangelista e Leher, 2012, p. 06)

Contudo, em 2015 as tensões se acirram e a pauta de austeridade fiscal tensiona o segundo mandato de Dilma Rousseff:

a submissão do governo reeleito de Dilma Rousseff à pauta da austeridade de gastos a partir de 2015, apesar de ter contentado parte do setor financeiro orientado pela retórica predominante da redução do papel do Estado – que vê neste um concorrente a ser abatido –, acabou por agravar a crise econômica que então se instalava. A ação pró-cíclica levou à queda da arrecadação, inviabilizando a continuidade de muitas iniciativas, que passaram por cortes (Fundação Friedrich Ebert, 2016). A crise política que culminou no impedimento de Dilma Rousseff, com a consequente posse de Michel Temer, representou uma ruptura em definitivo com o modelo neodesenvolvimentista, cuja evidência de maior destaque foi a aprovação da Emenda Constitucional n. 95/2016. A partir da posse de Jair Bolsonaro, em 2019, há uma explícita opção pelo aprofundamento das políticas de austeridade fiscal, que se materializaram, sobretudo, nos sucessivos contingenciamentos e cortes no orçamento, em particular para a Educação. Moreira e Ribeiro, 2022, s/p)

Nesse sentido, se no início da década a temática da internacionalização da Educação Superior emergia atrelada a uma política de Estado, sua permanência enquanto elemento da política educacional sugere a prevalência de uma perspectiva que a concebe como um bem privado, capaz de garantir diferenciação social num contexto de democratização do acesso nas instituições nacionais. Para Azevedo (et al, 2017, p. 298), “a busca por agregar atributos ao valor social do diploma impulsiona a internacionalização como estratégia para aqueles grupos sociais que entendem estar perdendo posições ou que pretendem garantir o status de distinção por meio do diploma”.

Segundo Moreira e Ribeiro (2022):

O número de brasileiros fazendo graduação no exterior vinha aumentando nos últimos anos, de acordo com pesquisas da Selo Belta, da Associação das Agências Brasileiras de Intercâmbio. Em 2015 foram 41,8 mil estudantes, em 2016 o número subiu para 62,8 mil, em 2017 foram 36,6 mil, chegando a 50,4 mil estudantes que buscaram se graduar no exterior em 2018. Além disso, esta modalidade de intercâmbio, que era a sétima mais procurada em 2016, passou para a quarta posição em 2018. O custo dos programas e cursos “(...) faz com que a demanda se concentre em estudantes da classe A”. (...), entre os destinos mais procurados em 2016 destacam-se: Canadá, Estados Unidos, Austrália, Irlanda e Reino Unido. Em reportagem publicada no Estadão, Laila Parada Worby, gerente de empresa internacional de consultoria Crimson Education Brasil, explica que o contexto político-econômico do Brasil é muito mencionado por quem os procura, pois “alguns pais acreditam que esses cortes [de verba pelo governo federal] vão prejudicar muito o ensino no país”.

Contudo, a internacionalização passou a ser um espaço de possíveis privatizações da universidade pública. Conforme aponta Ramos (2024):

De fato, a presidente Dilma Rousseff afirmou, em abril de 2011, que o governo federal pretendia conceder 75 mil bolsas de estudos no exterior até 2014 – número que poderia atingir 101 mil com financiamento privado adicional. A presidente alegou na ocasião que o Brasil precisava de trabalhadores qualificados para assegurar o próximo ciclo de desenvolvimento como justificativa para o vultoso aporte prestes a ser empenhado. Poucos meses depois, em 26 de julho de 2011, durante encontro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), Dilma lançou o programa Ciência sem Fronteiras (CsF), que explica os critérios em que estaria baseada a alocação daquelas bolsas, bem como sua natureza, objetivos, metas e recursos a serem aplicados. Foi caracterizado como um programa voltado à “promoção, expansão e internacionalização da ciência, tecnologia, inovação e competitividade, por meio do intercâmbio de

estudantes de graduação e pós-graduação e da mobilidade internacional”. Portanto, tratava-se de um ambicioso programa de internacionalização da pesquisa e desenvolvimento (P&D) brasileira, tendo como mecanismo central a mobilidade de estudantes, docentes e profissionais de nível superior para treinamento avançado no exterior. (Ramos, 2024, p. 03).

Para Ramos (2024) o principal problema relacionado aos programas de internacionalização:

[...] dados nacionais e institucionais existentes no país são incompletos e focados na mobilidade de bolsistas das principais agências de fomento à pesquisa para o exterior. Para proporcionar um melhor entendimento do deslocamento de pessoas qualificadas em ambos os sentidos (do/para o Brasil) e conhecer a real dimensão dos processos de mobilidade internacional em curso no país, alguns autores têm recomendado a implementação de consultas ou censos sistemáticos junto às IESs. (Ramos, 2024, p. 03)

A proposição de Ramos (2024) sobre a internacionalização explicita os dois projetos de educação que tencionam essa ação acadêmica: uma internacionalização que busca o fortalecimento e a universalização do conhecimento, numa prática ampliada de garantir essa experiência para diferentes classes sociais e um projeto privatista que pensa a venda de atividades educacionais, com forte repasse de recurso estatal para instituições privadas no âmbito nacional e internacional, com ações individuais de formação para constituir sujeitos aptos a um mercado competitivo.

Para Ramos (2024):

A internacionalização pode assumir variados significados e modos de operacionalização nos diferentes sistemas de ensino superior mundo afora, na medida em que eles enfrentam diferentes desafios, participam de diferentes contextos sócio-político-econômicos e dispõem de diferentes capacidades institucionais e sistemas administrativos. Ainda assim, algumas práticas são comuns. A mobilidade internacional de estudantes é a estratégia de internacionalização mais disseminada entre as IESs no mundo, que têm aplicado cada vez mais recursos financeiros em programas de estudos no exterior e recrutamento de estudantes internacionais. Essas estratégias centradas no estudante respondem à ideia amplamente aceita de que estudantes bem-sucedidos devem ter “a habilidade de pensar crítica e criativamente para resolver problemas complexos, assim como demonstrar disposição e habilidades para interagir globalmente”. Entretanto, programas de mobilidade internacional de estudantes de larga escala, tais como o Programa Erasmus na Europa, mostram que esse tipo de estratégia alcança uma parcela muito pequena da população estudantil. Estratégias coadjuvantes seriam necessárias para que seu impacto fosse mais amplo e significativo. Nesse sentido, muitos países têm redirecionado ou reforçado estratégias existentes ou introduzido novas estratégias, tais como a internacionalização de currículos e de profissionais de apoio ao ensino e à pesquisa, a introdução de padrões internacionais de qualidade no ensino e no uso de tecnologias de informação e comunicação, o fortalecimento dos laços entre a pesquisa internacional e o ensino, o estabelecimento de consórcios internacionais de ensino e pesquisa etc. Uma mudança do deslocamento de estudantes para o deslocamento de programas e instituições de ensino também têm sido observadas. Embora as dificuldades sejam grandes, as IESs também têm buscado ativamente a formalização de parcerias, Internacionalização da pós-graduação no Brasil: lógica e mecanismos programas de duplo ou codiploma, a abertura de campus no exterior. Essas formas de internacionalização permitem às instituições desenvolver um perfil e marca internacional, além de estabelecer uma base de operações conveniente para programas de estudos e atividades de pesquisa internacionais para os estudantes, pesquisadores e docentes da matriz, bem como para o estabelecimento de acordos de cooperação com instituições estrangeiras. Em diversos países, gestores públicos e líderes do setor têm defendido a necessidade de “tomar medidas para assegurar que a internacionalização permeie o currículo e que todos os estudantes sejam expostos a

perspectivas internacionais na sala de aula e por meio de atividades cocurriculares”, promovendo a emergência de estratégias de internacionalização em casa. Elas incluem também mudanças no processo de contratação de docentes, no qual mais instituições têm dado preferência a candidatos com formação, experiência ou interesses de pesquisa internacionais. Nas seções seguintes, caracteriza-se como essas tendências globais têm influenciado os esforços de internacionalização dos programas de pós-graduação brasileiros reconhecidos como excelentes (Ramos, 2024, p. 05-06).

3. Considerações finais: por uma educação crítica

Reafirmamos a defesa da educação pública e estimulamos práticas universitárias em prol da educação de qualidade e universal. Que os programas possam se constituir no fortalecimento das universidades, ampliando as ações conjuntas e formação coletiva.

O que acontece na tentativa de implementação ou operacionalização das internacionalizações nos moldes atuais com poucos recursos e prazos exíguos, com universidades com o corpo técnico operativo desgastado, com salários e planos de carreira congelados, com docentes sobrecarregados trabalhando com projetos individuais? As tentativas e os seus êxitos ganham aspectos individuais, estando a cargo dos docentes e discentes o sucesso da missão. As bases dos projetos de internacionalização são pautadas nas relações pessoais e sem continuidade nas instituições.

Ao fazermos um resgate histórico das perdas sucessivas no campo da educação, trouxemos as lutas e resistências das universidades federais e estaduais brasileiras na manutenção da gratuidade, esse é entrave com a maioria das instituições internacionais, que mesmo pública são pagas. Essa condição é o entrave para as possibilidades de cursar parte das disciplinas de graduação e pós-graduação fora do país.

A lógica toyotista de produção incorporou nos ambientes de ensino uma corrida insana por resultados, por produções e assim por uma competitividade seguindo o mercado que a competição impede, muitas vezes, a continuidade de projetos iniciados: ora por falta de socialização ora pelo afã de seguir seus próprios caminhos.

As notas das pós-graduações, as progressões funcionais, o rendimento tem sido a principal forma de acesso à programas de internacionalização, o que tem também incidido negativamente nas ações críticas, comprometidas, competentes e criativas.

4. Referências

AZEVEDO, M. L. N.; CATANI, A. M., & HAY, A. P. (2017). **Circulação das ideias e internacionalização da Educação Superior: inferências a partir da teoria dos campos de Pierre Bourdieu.** Educação, 40(3), 296-304. Disponível em:

<http://dx.doi.org/10.15448/1981-2582.2017.3.28980> . Acesso em: 12 ago. 2024.

BRAGA, L. S. A História da Luta em Defesa da Educação Pública No Brasil: questões para pesquisa. **Revista Histedbr** on-line, Campinas, n. 65- out 2015. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8642715/10194> . Acesso em: abr. 2024.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Da administração pública burocrática à gerencial. **Revista do serviço público**, 1996). Disponível em: <https://doi.org/10.21874/rsp.v47i1.702>. Acesso em: 04 set. 2024.

EVANGELISTA, O.; LEHER, R. Todos Pela Educação e o episódio Costin no MEC: A Pedagogia do Capital em ação na política educacional brasileira. **Trabalho Necessário**, Ano 10, n. 15/2012. Disponível em: www.uff.br/trabalhonecessario . Acesso em: 04 set. 2024.

LEHER, R. **Organização, estratégia política e o Plano Nacional de Educação**. Blog Marxismo 21, 11 de agosto de 2014. Disponível em: <http://marxismo21.org/wp-content/uploads/2014/08/R-Leher-Estrat%C3%A9gia-Pol%C3%ADtica-e-Plano-Nacional-Educa%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 20 maio 2024.

MORAES, M. C. M. de. Recuo da teoria: dilemas na pesquisa em educação. In: Intelectuais, conhecimento e espaço público –**Anais da 24ª Reunião Anual da ANPED** (recurso eletrônico). Caxambu: ANPED, 2001.

MOREIRA, C. R. B. S. RIBEIRO, M. P. A internacionalização da Educação Superior: como o tema é tratado pelo campo da Educação? **Revista Proposições**, n. 33, 2022.

OLIVEIRA, A. L.; FREITAS, M. E. Relações interculturais na vida universitária: experiências de mobilidade internacional de docentes e discentes. **Revista Brasileira de Educação**, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782017227039>. Acesso em: 1 ago. 2024.

RAMOS, M. Y. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil. **Internacionalização da pós-graduação no Brasil: lógica e mecanismos**. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/Zx4JYVjsbD9zcC9MsWGY6vL/> . Acesso em: 11 ago. 2024.

ROSAR, M. F. F. **Para “navegação venturosa” dos anos 80, contávamos com boas lentes de aumento e conseguíamos ver muito além do horizonte**. Palestra proferida no ciclo de debate HISTEDBR, 2005.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

TRICHES, J. **Organizações multilaterais e curso de pedagogia: a construção de um consenso em torno da formação de professores**. Dissertação (Mestrado em Educação) Florianópolis: PPGE/UFSC, 218 p, 2010.

OS PROCESSOS DE MERCANTILIZAÇÃO E FINANCEIRIZAÇÃO NAS POLÍTICAS SOCIAIS NEOLIBERAIS NO CAPITALISMO DEPENDENTE¹

Silvina V. Galizia

1. Introdução

Este texto é resultado de parte dos avanços da pesquisa realizada durante o período de capacitação pós-doutoral, entre 2023.2 e 2024.1, apoiada pelo Programa de Internacionalização CAPES-Print² durante o segundo semestre.

No decorrer desse tempo, aprofundamos os nossos estudos acerca das “reformas” ou contrarreformas³ das políticas sociais na fase neoliberal no capitalismo dependente, observando especialmente alguns fenômenos comuns na base das reformulações produzidas nos sistemas de políticas sociais na Argentina e no Brasil, que nos permitem afirmar que o padrão geral se redefine numa direção muito similar em ambas as nações.

Para fundamentar esta tendência comum temos com pano de fundo as mudanças sofridas no modelo de acumulação ou reprodução do capital na América periférica, as reformas dos Estados e as condições e relações entre frações de classe pós década de 1980 – a chamada “década perdida” –, momento em que o projeto neoliberal vence a disputa político-econômica interna em cada uma das nações e se inicia a recuperação do poder econômico (valorização do capital) e político (dominação) de setores dominantes tradicionais e novos via a implementação dos “ajustes estruturais” como única possibilidade estratégica.

Nestas quatro décadas de neoliberalismo, os países estudados estabelecem um modelo de reprodução do capital semelhante caracterizado por Osorio (2012, 2012a) e retomado por Filgueiras (2018) como “Padrão de exportações de especialização produtiva”⁴, alavancado pelos planos de ajustes estruturais neoliberais mais ou menos ortodoxos e/ou

¹ Alguns dos pontos aqui desenvolvidos foram apresentados em conferência proferida nas *XIV Jornadas provinciales de Trabajo Social: “El Trabajo Social frente a la crisis contemporánea. Desafíos y estrategias para el fortalecimiento de la autonomía profesional. Colegio de Trabajadores Sociales*. Mar del Plata, Argentina, em 10/05/2024.

² Programa Institucional de Internacionalização da CAPES. Se tratou de concessão de Bolsas para Professor Visitante Sênior no Exterior no âmbito do Programa PPGSS-UFRJ. Desenvolvi a minha pesquisa de pós-doutorado na *Universidad Federal de Rosario (UNR)*, Argentina.

³ “Reformas” ou contrarreformas, entendidas como as mudanças no Estado e políticas sociais no período neoliberal em que as medidas de ajustes estruturais e reformas do Estado restringem, limitam e/ou eliminam direitos sociais historicamente conquistados pelos diversos setores de trabalhadores. (Cf. Behring; Boschetti, 2007, p. 149).

⁴ Caracterizado por: produções seletivas (bens primários ou secundários), realocização de segmentos produtivos, novas organizações da produção, precarização e flexibilidade laboral, economia para a exportação, redução e segmentação do mercado interno, polarização social, aumento da superexploração do trabalho, elevação da pobreza. (Cf. Osorio, 2012, Filgueiras, 2018)

heterodoxos⁵.

Nesta fase de recuperação dos capitais, os Estado neoliberais periféricos renovam suas relações com os grupos dominantes internos aliados aos externos e a sua subordinação às economias centrais ampliando os mecanismos de transferência de valores para os centros econômicos, através de remessas de lucros empresariais para o exterior, do deslocamento de fundos públicos sociais para particulares, do pagamento de juros das dívidas, ou propiciando a ampliação de mercados de serviços sociais, por um lado, e precarizando as políticas sociais públicas, por outro.

Esta dinâmica observada em países da América do Sul, absorve ou incorpora as políticas sociais reorientando a relação das instituições e recursos públicos e privados em benefício dos últimos. Sendo assim, é possível afirmar que a lógica estabelecida para as políticas sociais tende a favorecer os interesses de burguesias internacionais e a desatender cada vez mais as necessidades dos diversos grupos que compõem a classe trabalhadora.

É importante assinalar que o esforço teórico de marcar processos similares não apaga ou desconsidera as particularidades de cada nação, senão que contempla a possibilidade de encontrar fenômenos comuns essenciais⁶ que nos permitem fazer análises históricos de longo prazo em termos de tendências gerais.

Certamente, existem diferenças profundas que particularizam as experiências neoliberais em dois sentidos: entre as nações da América do Sul, e no interior de cada uma delas, o que, em algumas áreas dá uma aparência de dinâmicas díspares ou até opostas.

No entanto, entendendo as contrarreformas das políticas sociais como parte da dinâmica do capitalismo regional vinculado ao mundial, *a proposta* aqui é trazer alguns elementos da lógica das *reformulações* de maneira que, sem desconsiderar as particularidades, possamos compreendê-las como *peças das respostas de frações da classe dominante tradicional e novas que, para sustentar níveis de acumulação de riquezas e poder, se apropria de parte dos orçamentos sociais públicos, captura para si a oferta de bens e serviços sociais tradicionalmente públicos aprofundando a mercantilização, e precariza a oferta de políticas sociais públicas permanentes através do poder do Estado que objetiva as estratégias neoliberal. Esta dinâmica, não isenta de tensões, está indicando a perda de recursos, políticas sociais e direitos para os trabalhadores.*

Pensamos as “reformas” sofridas pelas políticas sociais no longo período histórico compreendido entre a década de 1990 e a atualidade, desde as suas condições materiais ou

⁵ Ao longo dos anos de neoliberalismo, podemos distinguir duas formas estratégicas de “ajuste estrutural” nos países latino-americanos, os planos *ortodoxos* ou duros, onde são aplicados mais estritamente os princípios do liberalismo econômico (década de 1990 em ambos os países (governos Cardoso, Menem), desde 2015 a 2019 (governo Macri) e desde 2024 (governo Milei), na Argentina e entre 2018 e 2023 (governo Bolsonaro), no Brasil), e os *heterodoxos* ou pragmáticos, onde os objetivos econômicos estão: a) em parte, condicionados à politização da sociedade pelas conjunturas políticas de abertura democrática o b) convivem com uma pauta social mais ampla, produto de planos “neodesenvolvimentistas” com necessários níveis de busca de consenso social e legitimidade governamental, mediante a permanência ou desenvolvimento de novas políticas sociais (década de 2000 e parte da de 2010 em ambos os países, nos governos Kirchner e Fernandez, na Argentina e Lula da Silva e Rousseff, no Brasil). (Cf. Tavares Soares; 1999:27-28; Smith, 1993:26, Boito, 2016). Há que ressaltar que atualmente, retomaram-se planos econômicos neoliberais *ortodoxos conservadores* em costumes ou comportamentos sociais e individuais, liderados por setores de *ultradireita*, expressando a defesa de estratégias autoritárias e colocando os processos democráticos no limite.

⁶ Fundamentalmente o que os países estudados compartilham é sua condição histórica e, atualmente, renovada de dependência com o capitalismo central, relação que se define a partir das dinâmicas de produção e desigualdade nos termos de intercâmbio (exportação de bens primários e importação de alta tecnologia), o tratamento da força de trabalho, nas remessas de lucros e juros para o exterior. Resumidamente, a dependência tecnológica, comercial e financeira. (Marini, 2012, Filgueiras, 2018).

objetivas (instituições, financiamento, marco legal, extensão, etc.), os processos contraditórios internos (luta de interesses de grupos de classe), e observando os elementos que permanecem, se renovam e o aparecimento de novos.

Para avançar na nossa afirmativa, dividimos o trabalho em 1. Apresentação do redesenho alcançado pelos atuais esquemas neoliberais de políticas sociais em países de América do Sul – Brasil e Argentina; 2. Retomada do significado de crise permanente e da doutrina neoliberal como uma das suas respostas; 3. Tratamento dos ajustes estruturais e o papel do Estado no marco do capitalismo neoliberal dependente latino-americano; 4. Apresentação de algumas categorias atualmente fundantes para entender a dinâmica das políticas sociais tais como a mercantilização, financeirização e expropriação.

Inicialmente, deixamos plasmadas duas noções essenciais na definição de políticas sociais:

1. fenômenos históricos, determinadas exogenamente, resultado de múltiplas determinações e definidas pela dinâmica económica e nas dimensões político-ideológicas e sociais;
2. as compreendemos como instrumentos de intervenção social do Estado, entendidas desde uma “dinâmica contraditória” que significa que respondem aos diversos interesses dos grupos de poder no interior da classe dominante e às necessidades ou demandas de setores dos trabalhadores, claro que em grados e níveis diferentes de acordo às diversas conjunturas, o que define que desempenhem várias funções ao mesmo tempo (económicas, políticas, ideológicas e sociais).

2. Desenho neoliberal das políticas sociais nos países estudados

Se comparado com o desenho de políticas sociais construído até meados da década dos anos de 1980 e início da de 1990 do século passado, atualmente podemos afirmar que em países de América do Sul, nos encontramos ante uma reorganização do esquema geral de política social, que preserva formas históricas, aprofunda algumas delas e cria outras. Sem dúvidas, com a implementação dos ajustes estruturais neoliberais, o esquema e as funções das políticas sociais têm se reconfigurado.

Podemos notar que uma grande parte das políticas sociais setoriais –saúde, previdência social, educação, seguridade, habitação e até os programas e políticas assistenciais, entre outras–, foram se incorporando cada vez mais à dinâmica de lucratividade do capital, apresentando “novas” combinações público-privadas tanto em termos de organização institucional como na utilização dos recursos destinados a elas.

Qual é o ponto de partida para gerar esta afirmação? Vejamos.

O parâmetro do qual partimos para definir as mudanças contemporâneas são os esquemas de políticas sociais, ainda que mais ou menos limitados, insuficientes, fragmentados, excludentes, etc., construídos pelos países de América do Sul desde as primeiras décadas do século XX até a entrada económica, política e social da doutrina neoliberal, entre meados dos anos de 1980 e 1990. Estas são as formas que se consolidaram durante os modelos de desenvolvimento industrial (ISI) ao longo de regimes políticos autoritários e democráticos que responderam a diversos interesses de setores urbanos das classes fundamentais, principalmente a grupos dominantes dos setores industriais e comerciantes, de trabalhadores urbanos organizados e burocracias estatais, entre outros. Os sistemas de políticas sociais atenderam mais ou menos a demandas diretas ou indiretas de

frações de grupos subalternos de acordo com sua força econômica e organização política vinculadas ao trabalho formal; se estabeleceram como estratégias de valorização do capital, socialização de custos de reprodução da força de trabalho urbana, ou como antecipação de conflitos por parte das burguesias locais. A dinâmica estabelecida determinou políticas sociais segmentadas, umas para trabalhadores urbanos necessários, formalmente ocupados, fundamentais para o desenvolvimento industrial (seguros sociais), e outras para desocupados ou incapazes (assistência), combinando instituições e financiamentos públicos (desde o orçamento geral) e privados (desde o empresariado, trabalhadores e sociedade civil).

Mesmo que em diferentes períodos históricos, alguns dos maiores sistemas de políticas sociais como os de saúde, previdência social, educação, se organizaram como políticas de Estado, permanentes e garantindo direitos sociais para trabalhadores ocupados e políticas e programas de assistência, com menos estrutura e status institucional e financeiro, mas permitindo concretamente fortalecer a estrutura do Estado, a sua responsabilidade pela reprodução, capacitação e valorização da força do trabalho necessária para o desenvolvimento do modelo de reprodução do capital via processos de industrialização, possibilitando altos níveis necessários de legitimidade governamental, manutenção da ordem social e diversos graus de integração social.

Independentemente de falhas institucionais, insuficiências financeiras, limitações na cobertura, exclusões de amplos setores de trabalhadores e setores subalternos e protagonizando processos de cooptações políticas, clientelismos, cultura do “favor”, etc., esta dinâmica consolidou amplas instituições de políticas sociais que, embora dentro das margens do capitalismo periférico, atendiam demandas de trabalhadores no interior da particularidade de luta de classe em cada realidade.

Por tanto, é possível afirmar que efetivamente, até meados dos anos 1980 e início da década de 1990, o capital, sem desatender seus interesses de valorização, foi absorvendo algumas demandas do trabalho e tensionando interesses dos setores dominantes através das estruturas de políticas sociais.

Não obstante, desde os anos 80, data de expressão da crise estrutural e a denominada “crise da dívida” nos países de América Latina, e no devir destes 40 anos de implementação de ajustes estruturais neoliberais ortodoxos ou heterodoxos, podemos notar que o modelo de reprodução do capital, os Estados e os esquemas de políticas sociais foram se reestruturando. Respondendo sistematicamente às “recomendações”⁷ das agências multilaterais e, dependendo das formas de políticas sociais preexistentes e forças políticas protagonistas existentes em cada nação, processaram-se uma série de mudanças gerais e análogas em diversos setores das políticas sociais:

1. a) um constante processo de desfinanciamento estatal dos setores sociais provocando uma precarização geral das políticas sociais públicas permanentes, aqueles sistemas de políticas sociais de Estado (saúde, educação, previdência social, habitação, parte da

⁷ De acordo com os documentos do BIRD: “*Invertir en salud*” (1993) e “*Envejecimiento sin crisis*” (1994), as recomendações sugerem: desarticulação dos sistemas públicos, conservação deles somente para os trabalhadores que não podem pagar. Promover e incentivar o investimento em pensões, planos de saúde e educação privadas, “previdência complementar” privada, para os trabalhadores melhor posicionados no mercado de trabalho. Resumem como: Serviços públicos precários e assistência (PTR) para os que precisam dela.

assistência social). Ainda que com alguns níveis de universalidade (saúde e educação), são cada vez mais direcionadas para os trabalhadores pobres;

b) paralelamente a este processo, os Estados neoliberais, vão promovendo a oferta de serviços sociais privados com ou sem fins de lucro desde a sociedade civil. Os serviços sociais oferecidos pela sociedade civil sem fins de lucro tratam de diversos programas assistenciais nas áreas de alimentação, educação, assistência geral a crianças e adolescentes, idosos, dependentes químicos, etc., proporcionados por instituições da sociedade civil conhecidos como o “terceiro setor” (associações civis, ONG’s, entidades religiosas, filantrópicas, fundações, empresas sociais, etc.), com financiamento público e/ou privado. Respeito aos serviços sociais com fins de lucro, vai aumentando progressivamente a oferta de empresas de saúde (*prepagas* na Argentina, seguros privados, no Brasil), educação (especialmente universitária em ambos países), fundos de pensões (*AFJP*’s⁸ na Argentina, Fundos de Pensões abertos e fechados no Brasil). Se observa, cada vez mais, o aumento da presença de serviços e bens sociais, pertencentes ao âmbito da proteção social, que se compram enquanto mercadorias, o que chamamos rapidamente, mas não tão corretamente, como privatização das políticas sociais e que aqui preferimos categorizá-lo como mercantilização de bens sociais. Estes bens e serviços são direcionados aos trabalhadores que ocupam melhores posições no mercado de trabalho (ou grande parte da classe média). Vão se criando novos mercados que vendem bens e serviços sociais apoiados na ideia de individualização da proteção social e da reprodução da força de trabalho, financiada prioritária e/ou exclusivamente pelo trabalhador –diretamente, através de seus ingressos ou indiretamente, via impostos gerais–, ou pelos trabalhadores, empresários e/ou Estado modo tripartite para trabalhadores formais. Ademais, há que destacar que todas as empresas que vendem serviços sociais estão relacionadas ao mercado financeiro através de investimentos em fundos financeiros ou na compra de títulos públicos, entre outras formas financeiras, pelo qual precisamos estudá-los como parte dos processos de financeirização das políticas sociais.

2. Ao mesmo tempo, desde o Estado, se multiplicam uma série de programas assistenciais de transferência de rendas condicionados⁹, focalizados e fragmentados, alargando os

⁸ *Administradoras de Fondos de Jubilaciones y Pensiones*, sistema de capitalização constituídas por capitais públicos, privados e dos trabalhadores, paralelo ao sistema de repartição simples, criadas em 1994 e extintas, enquanto tais, em 2008.

⁹ No **Brasil** existiram e existem, entre outros, os seguintes programas: o Benefício de Prestação Continuada (BPC), Renda Mensal Vitalícia (RMV), Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), Agente Jovem, Programa Bolsa Escola (BES), Programa Bolsa-Alimentação (BAL), Auxílio-Gás, Programa Cartão Alimentação (PCA) y Programa Bolsa Família (PBF). Desde 2003, os programas que permanecem são o PBF e BPC, ademais do PETI. O PBF transferiu até maio de 2024, 14 vezes a soma que distribuía em 2004 (em valores corrigidos pela inflação). Em março de 2024 se “gastaram” R\$ 296 milhões (US\$ 56,92 milhões), que alcançam 21,1 milhões de beneficiários do PBF e 5,8 milhões de beneficiários do BPC. (Fonte: <https://www.poder360.com.br/governo/brasil-distribui-r-12-tri-em-beneficios-sociais-em-5-anos/#:~:text=Depois%20de%20eleito%2C%20o%20ampliou,dados%20para%20ambos%20os%20programas>. Com base em dados do Ministério do Desenvolvimento Social. Acesso 17/06/2024). Em **Argentina**, a maior quantidade de programas de transferência condicionada se relaciona com as atividades trabalhistas. Existe atualmente um programa de transferência condicionada: *Asignación Universal por Hijo para Protección Social* (AUH, 2009-atual), destinado a melhorar a qualidade de vida e o acesso à educação das crianças e adolescentes menores de 18 anos que não possuam outro programa familiar prevista pela Lei 24.714 e formem parte de grupos familiares onde o/a responsável se encontram desocupados, sejam trabalhadores não registrados (sem contribuições), sejam trabalhadores/as domésticos/as ou *monotributistas sociales*. A partir de maio de 2011, no

programas existentes ou criando novos, apoiados na falsa ideia de “eliminação” de níveis de pobreza, no entanto insuficientes para a manutenção da força de trabalho, de baixo custo em relação a outros programas e com financiamento público e/ou privado destinados a trabalhadores desocupados, pobres e miseráveis.

Dentro do marco do capitalismo dependente neoliberal contemporâneo, a questão importante aqui é que estas novas configurações só podem ser entendidas como partes integradas e combinadas dialeticamente do mesmo processo. Resumindo, as principais características são: um processo de ampliação da mercantilização de bens e serviços sociais (saúde, educação, previdência social, habitação, entre outros setores), paralelamente à constante precarização das políticas sociais públicas permanentes, de “assistencialização” da proteção social (especialmente a multiplicação de programas de transferência de renda condicionada entendidos oficialmente como “solucionadores” da pobreza) e de incorporação das políticas sociais na dinâmica de financeirização, afastando a ideia de ampliação de políticas sociais de proteção e capacitação públicas e financiadas coletivamente.

Trabalhamos a seguir as dimensões que constituem o contexto que determinam estas mudanças no esquema de políticas sociais em países da América do Sul.

2.1 Crise permanente, neoliberalismo e “recuperação” do capitalismo

Para entender a reestruturação do esquema de políticas sociais em este longo período neoliberal, precisamos retornar o significado da crise estrutural do sistema capitalista, entendida atualmente como permanente, e o sentido da doutrina neoliberal como uma das respostas dos setores dominantes do capital para recuperar seu poder econômico e político.

É importante voltar ao significado da crise estrutural de fins dos anos de 1960 e início da década de 1970, menos pelo que a crise significa em si, que pelas respostas organizadas para enfrentá-la, as quais recolocam ou repõem, sob diversas condições, as bases das políticas sociais ao afetar o modelo de reprodução do capital, ao Estado, às classes dominantes e ao trabalho.

Tendo como base autores de matriz marxiana, como Mandel (1982), Mézáros (2009) e Chesnais (1995), consideramos que estamos inseridos numa crise que podemos definir como permanente desde 1970/73, com nítidas expressões nas economias latino-americanas na década de 1980, reeditada entre 2005 e 2008, na forma de crise financeira, bancária e novamente evidenciada entre 2013/15. Inclusive, estas últimas, entendidas como consequência das medidas neoliberais implementadas que, para restaurar o poder da classe dominante, debilita e ataca econômica e politicamente aos trabalhadores desde a década de 1990.

marco d AUH, se estabelece a *Asignación Universal por Embarazo* no âmbito da Proteção Social; em 2015, se da início à *Ayuda Escolar Anual* na educação básica e polimodal, que se entrega por cada filho em idade escolar. Em 2022 foram transferidos \$ 384.722.700.000 (U\$ 2.945.358.291), que representam 0,47% do PIB. Os montantes das transferências, o orçamento e a cobertura deste programa o posicionam como um dos programas de assistência mais relevante na região. Em termos de Pensões não Contributivas existem 2 programas: *Pensión Universal para el Adulto Mayor* (2016-atual) e *Programa de Pensiones no Contributivas* (1948-atual) para famílias vulneráveis sem ingressos ou outros programas e incapacitados para o trabalho com um custo de \$605.032.663.859 (U\$ 4.632.006.307) em 2022, que implica 0,74% do PIB. (Fonte: *Base de datos de programas de protección social contributiva en América Latina y el Caribe. Observatorio de Desarrollo Social. Naciones Unidas – Cepal.* <https://dds.cepal.org/bpsnc/ptc?pais=ar> Acesso: 18/06/2024).

Apoiados em Marx (1992), podemos inferir que as crises são expressões das contradições do próprio sistema¹⁰ na sua constante busca por lucros. Resumidamente, as crises se expressam como superprodução de bens que não se vendem e consomem, por tanto, não se realiza o seu valor e devêm uma queda das taxas de lucro. Atualmente, esta dinâmica se torna mais ou menos permanente.

Os limites à realização do valor obrigam aos diversos capitais a buscar estratégias de recuperação de lucros, o que pode suceder: 1. ou através da realização do valor, diminuindo custos de produção, desregulando mercados, explorando cada vez mais à força de trabalho, criando novos mercados e/ou, 2. através do dinheiro como medida de valor, como portador de juros (processos de financeirização).

Atualmente, as políticas sociais se constituem como espaços onde se realizam as duas estratégias descritas. As desenvolvemos mais à frente.

Uma das principais respostas dos setores dominantes do capital para a recuperação das taxas de lucro, é o avanço teórico, econômico e político-ideológico do **neoliberalismo**, o qual estabelece as condições para o desenvolvimento de ambas as estratégias de recuperação de lucros e do poder político da burguesia.

De acordo com Harvey (2008), o neoliberalismo se apresenta como resposta à crise permanente e impõe-se como projeto político de restabelecimento das condições de acumulação do capital e de restauração do poder das elites econômicas. Daqui que, de acordo com o autor (op. cit.), podemos inferir que se o neoliberalismo é a estratégia de recomposição do poder econômico e político burguês, ao mesmo tempo precisa-se enfrentar os trabalhadores organizados.

Ademais, e agregando mais determinações explicativas, consideramos, tal como Harvey (op. cit., p. 12) coloca, que o neoliberalismo é uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que a sociedade se desenvolve melhor liberando as capacidades empreendedoras individuais na estrutura institucional com sólidos direitos à propriedade privada, livres mercados e comércio.

Para que isto se materialize, o neoliberalismo, por um lado, desestrutura e desfinancia o Estado socialmente intervencionista, regulador, planejador, eventualmente questionador da propriedade privada, das liberdades individuais e do mercado competitivo¹¹ (Cf. Harvey, op. cit. p. 14). Por outro lado, como já dissemos, precisa debilitar ou quebrar as forças sociais organizadas de trabalhadores que, com suas demandas, pressionam o capital econômica e politicamente.

Desde finais do século XX, com o avanço neoliberal de desregulação estatal podemos observar mais nítida e profundamente que, tal como afirma Marx: o limite da produção é o lucro e (menos) nunca as necessidades dos produtores (trabalhadores)¹². Ou como assevera Mészáros (2009), atualmente se aprofunda cada vez mais a separação entre a produção social para a atenção das necessidades humanas e a reprodução do capital. E o pensador vai mais

¹⁰ Sabemos que a contradição fundamental do sistema capitalista se expressa como a produção social e a apropriação privada da riqueza descrita no Cap. XXIII do Livro I do Capital, A lei geral da acumulação capitalista.

¹¹ No entanto, temos que ter cautela. Que isto não se confunda com um Estado débil, já que um Estado frágil é incompatível com a defesa da propriedade privada e a garantia de lucros. É a construção de um Estado neoliberal afastado das defensas de garantias e das regulações trabalhistas e sociais.

¹² Cf. Boschetti, 2016, p.114.

longe quando alega que é possível observar que nestas condições se intensificam as consequências destrutivas no mundo: especialmente a precarização do trabalho e da natureza.

No marco da recuperação econômica e política do capitalismo, os países da América do Sul ocupam um lugar particular, subordinado. Atualizando sua dependência na divisão internacional do trabalho, o Estado é parte direta da restauração do capitalismo interno e externo através, entre outros instrumentos, das políticas sociais.

3. Modelo de reprodução do capital, ajustes neoliberais e Estado na América dependente

Na América Latina, o neoliberalismo também se configura como projeto de restauração/recomposição política e econômica dos grupos dominantes¹³ internos e externos, existentes e/ou novos. A luta começa efetivamente pós “década perdida” (1980) mediante a implantação dos ajustes estruturais neoliberais iniciada entre as décadas de 1980 e 1990 e alavancando o modelo de acumulação “Exportador de Especialização Produtiva” (Osório, 2012), construído através de ofensivas ortodoxas e heterodoxas, quer dizer que incorporam mais ou menos às demandas dos trabalhadores e setores subalternos, porém todos baseados em políticas macroeconômicas muito similares.

Há 40 anos, não sem tensões internas, as forças político-econômicas neoliberais conservadoras apresentaram o neoliberalismo como a única resposta ao esgotamento do modelo desenvolvimentista de industrialização por substituição de importações (ISI), responsabilizando o Estado planificador e regulado pela crise e instalando como central a necessidade de que os países latino americanos se recuperem economicamente se incorporando definitivamente à lógica financeira internacional através do pagamento das dívidas públicas¹⁴ internas e externas. Seguindo as permanentes “recomendações” das agências multilaterais, alimentar o mercado financeiro internacional se apresenta como eixo central e função primária dos Estados dependentes.

As economias dependentes, sob as estratégias neoliberais, foram se centrando em atividades primárias (agricultura, pecuária e atividades extrativistas), constantes processos de desindustrialização, maior participação na venda de *commodities*, participação de empresas estrangeiras, ênfase no mercado financeiro através de altas taxas de juros, significando um crescimento dos ativos bancários, entre outras e constituindo um padrão de reprodução do capital específico. Se completa com períodos de reindustrializações leves, um maior desenvolvimento do sistema financeiro, reformulações das funções dos Estados e pautas político-sociais.

¹³ Se trata da restauração de frações dos setores das classes dominantes que formam o novo bloco de poder composto por grupos econômicos produtivos e financeiros nacionais e internacionais (Filgueiras, 2006). Burguesias internas industriais e bancárias aliadas ao capitalismo internacional e classes médias superiores segundo Boito (2016). Martuscelli (2010) identifica a burguesia como uma elite de executivos e acionistas das empresas corporativas transnacionais, burocratas estatais e políticos, técnicos e profissionais, meios de comunicação, que compartilham valores, cultura, padrões de consumo e visão do mundo, controlam planos de desenvolvimento econômico nacionais, a política interna e processos político-ideológicos da vida cotidiana.

¹⁴ A dívida pública é um instrumento facultativo do Estado, cuja finalidade deveria ser obter recursos para financiar os orçamentos ou investimentos públicos. Não obstante, tem se constituído num mecanismo de valorização do capital fictício através da venda de títulos públicos.

Como dissemos, o novo modelo de reprodução do capital nos países tratados, se desenvolve sob os ajustes estruturais neoliberais. Estes trazem, pelo menos, três conjuntos de características: 1) a abertura e liberalização econômica (comercial e financeira), 2) a subordinação e vulnerabilidade externa estrutural e 3) o domínio do capital financeiro. (Filgueiras - Gonçalves, 2007). Recuperando princípios liberais, os ajustes propõem, segundo os autores, que a revitalização das economias subordinadas se realizaria mediante as já conhecidas políticas de liberalização das relações econômicas; as reformas de Estado; a privatização de empresas públicas; a desregulação dos mercados, inclusive o de trabalho (junto às reformas trabalhistas e sindical). Assim, a condição periférica continua sendo determinada pela relação de subordinação aos países centrais. Se renova a posição subalterna no sistema econômico internacional e se aprofunda a lógica do capital financeiro.

Na região, o capital fictício (portador de valor) se mobiliza cada vez mais na ampliação dos processos de financeirização quantitativa e qualitativamente. A liberalização financeira e o sistema de pagamento das dívidas externas e internas são centrais nesta dinâmica.

O Estado neoliberal periférico e dependente é uma peça fundamental neste processo de recuperação do capitalismo voltado majoritariamente para o exterior. Se coloca como impossibilitado para atender às demandas do trabalho por falta de recursos, no entanto se evidencia forte para garantir mercados lucrativos para diversos setores do capital, especialmente o financeiro.

Isto se materializa através de estratégias que, a qualquer custo, alcancem a estabilidade da balança comercial, se reduza o déficit fiscal, diminuindo gastos públicos (sociais especialmente) e se consiga o superávit primário¹⁵ que permita pagar compromissos financeiros como centro das ações estatais. A isto se agrega medidas que subsidiam grandes capitais, diminuindo ou extinguindo impostos, transferindo recursos do fundo público¹⁶ para particulares financeiros, realizando privatizações de empresas e patrimônio público e abrindo mercados de bens sociais tradicionalmente públicos.

Como instrumentos do Estado, as políticas sociais se redefinem neste contexto. Trabalhamos a seguir, de forma introdutória, os processos de ampliação da mercantilização de bens sociais, a disputa pelo fundo público e os processos de financeirização como dinâmicas que determinam atualmente as políticas sociais.

3.1 Mercantilização e financeirização das políticas sociais

Como dissemos no item 2, a recuperação de lucros de diversos setores do capital se realiza: 1. na dimensão produtiva (diminuindo custos, explorando mão de obra, abrindo mercados, etc.) ou 2. no setor das finanças (dinheiro como portador de valor, créditos, juros, títulos da dívida, *bonos*¹⁷, etc.).

É preciso observar que as reformulações neoliberais levaram às políticas sociais a se inserir na dinâmica destas duas formas de recuperação de lucros e valorização de capitais.

¹⁵ O superávit primário é a diferença entre ingressos não financeiros (impostos, taxas, lucros de empresas públicas, multas) e gastos não financeiros do orçamento público, sem computar interesses e correção monetária da dívida, que dizer que se excluem juros pagos, resultados negativos dos Bancos Centrais, entre outras.

¹⁶ O fundo público é o conjunto de recursos que o Estado arrecada da sociedade, em forma de taxas, contribuições, impostos, etc., para o desempenho de suas funções. (Behring, 2017).

¹⁷ Títulos de renda fixa.

Por tanto, se relacionam material e diretamente ao processo de aprofundamento da mercantilização de bens e serviços e de financeirização¹⁸ das economias centrais e dependentes.

Se tratando da dimensão produtiva, é fácil reparar na criação de novos mercados de bens sociais, aqueles tradicionalmente oferecidos pelo setor público estatal, o que já denominamos como **mercantilização** de bens e serviços sociais para a reprodução da força de trabalho e proteção social dos trabalhadores melhores posicionados no mercado de trabalho, setores que possam comprar esses bens no mercado da proteção social e educação, entre outros. Aqui estamos nos referindo concretamente à proliferação dos mercados de Fundos de Pensões, de Planos de Saúde Privados e educação privada (majoritariamente universitária), entre outros mercados como o da seguridade pública privada, habitação, etc.

No setor das finanças, podemos observar dois movimentos: **a.** o redirecionamento de fundos públicos sociais, fundos previdenciários (alocados na *Anses*¹⁹ e no INSS) ou qualquer outro fundo dos trabalhadores (Fundo de Garantia de Tempo de Serviço -FGTS²⁰, fundos para trabalhadores desempregados, etc.), para o pagamento de serviços da dívida pública, gerando assim lucros financeiros para setores rentistas com recursos dos trabalhadores, ou através do pagamento direto de valores devidos ou mediante a venda de títulos ou *bonos* do Estado, e **b.** o setor das finanças (créditos, empréstimos, *bonos*, títulos, fundos, etc.), que não só se situa no centro das funções do Estado a serviço do mercado rentista, senão que também se incorpora à vida cotidiana dos trabalhadores e setores populares mediante as “funções de crédito” nas políticas ou programas sociais de transferência de renda, tais como: o Programa Bolsa Família, os diversos Planos Sociais na Argentina, em programas de financiamento à educação universitária, no sistema de Previdência Social, entre outros, em ambos países. Isto ocorre na oferta de créditos populares via programas sociais, incorporando diretamente os usuários ao sistema bancário e financeiro.

Desde os anos 1990 até hoje vão se implementando instrumentos de Estado que permitem incorporar às políticas sociais a dinâmica financeira. Alguns desses, entre outros, são:

1. O *Decreto de Necesidades de Urgencias (DNU, 2024)*, *Ley de Bases (2024)* na Argentina, Teto de gastos (2023) no Brasil, que limitam o uso do orçamento público na área de investimento sociais sob o argumento de equilibrar as contas fiscais e alcançar o superávit primário e pagar os compromissos financeiros;
2. A oferta de *bonos* ou títulos da dívida e múltiplos outros títulos do Estado, pagos com recursos do orçamento público constituído por recursos dos trabalhadores;
3. A transferência direta de recursos do fundo público destinado aos Ministérios de Saúde, Educação, Seguridade Social para o pagamento de juros da dívida. Exemplo

¹⁸ Resumidamente, com financeirização estamos fazendo referência ao processo no qual o setor financeiro, mercados, instituições e elites ganham um protagonismo maior ou desproporcionado na economia em relação a outros setores, afetando a produção e com implicações para a vulnerabilidade econômica e aumentando o risco de crises financeiras.

¹⁹ A *Administración Nacional de la Seguridad Social – ANSES* é, na Argentina, a equivalente do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS).

²⁰ Fundo criado com o objetivo de proteger o trabalhador do sector privado ante a demissão sem justa causa. É financiado pelo empregador mediante a abertura de uma conta vinculada ao contrato de trabalho.

disto é a Desvinculação da Receita da União (DRU)²¹ no Brasil, estratégia de redirecionamento de recursos públicos sociais do sistema de políticas sociais para o pagamento de serviços financeiros.

Por sua vez, empresas que oferecem serviços sociais, tais como seguros privados de saúde, universidades privadas, fundos de pensões, e as instituições públicas de previdência social (*Anses* na Argentina e INSS no Brasil), são os compradores destes títulos o *bonos* do Estado.

Desde o ponto de vista do financiamento das políticas sociais, podemos, todavia, observar, por um lado, que é através do fundo público, composto maioritariamente por impostos e contribuições dos trabalhadores, que todos eles financiam sua proteção e educação. A isto se soma que, uma parte dos trabalhadores, os melhores posicionados no mercado de trabalho, também financiam serviços sociais para sua proteção diretamente com parte de seus ingressos, tais como os seguros de saúde privados (*prepagas* ou *Obras Sociales* na Argentina e seguros privados no Brasil; Fundos de Pensões abertos ou fechados no Brasil; educação privada em ambos países). Por outro lado, se parte do fundo público se destina para o pagamento da dívida (diretamente ou através de títulos públicos), podemos notar que estão se transferindo recursos dos trabalhadores diretamente para o capital especulativo internacionalizado desde qualquer uma das formas descritas.

Definitivamente, o sector financeiro ou rentista é central no atual modelo de reprodução do capital e as políticas sociais se incorporam a esta dinâmica. Isto denota uma maior vinculação da reformulação das políticas sociais à valorização dos capitais que às necessidades de proteção e capacitação dos trabalhadores, no maior repasse de recursos dos trabalhadores para o capital e na disputa dos fundos públicos sociais pelo setor financeiro, o que abre a possibilidade de relacioná-los com o debate das “expropriações” e as políticas sociais.

3.2 Introdução ao debate sobre mercantilização de bens sociais e “expropriações”

O esquema de políticas sociais neoliberais na contemporaneidade, reorganizado sob a redução de oferta e financiamento públicos, de maiores dificuldades no acesso e de eliminação de direitos sociais, e a ampliação da oferta mercantil de bem sociais para a reprodução e qualificação da força de trabalho, fez com que alguns/as autores/as²² relacionem estes fenômenos com a categoria de “expropriações” contemporâneas. Sem desconhecer que o debate tem importantes níveis de complexidade, o exporemos aqui, mesmo que brevemente.

²¹ É o mecanismo que permite ao governo nacional usar livremente 30% de todos os tributos nacionais vinculados por lei a fundos ou gastos. A principal fonte de recursos da DRU são as contribuições sociais, que respondem por quase 90% do montante desvinculado. Foi criada em 1994 como *Fundo Social de Emergência (FSE)*, sob o argumento de estabilizar a economia. No ano 2000, denominou-se *Desvinculação de Receitas da União*. Na prática, permite que o governo aplique os recursos destinados às áreas como educação, saúde e previdência social em qualquer gasto considerado prioritário e na formação do superávit primário. Também possibilita o manejo de recursos para o pagamento de serviços da dívida pública. Foi estendida em 2015 e 2023. Fonte: Agência Senado Federal <https://www12.senado.leg.br/noticias/entenda-o-assunto/dru>. Acesso: 22/07/2024.

²² Autoras/es consultados Harvey (2004), Fontes (2010, 2018), Boschetti (2016, 2018).

Como apontamos anteriormente, sabemos que, desde a implantação da doutrina neoliberal como forma de recuperação de lucros, as políticas sociais públicas e os recursos públicos (fundos públicos), são áreas cada vez mais disputadas e apropriadas por setores do capital portador de juros²³.

Em primeiro lugar, encontramos em Harvey (2004, 2008), a ideia de que o Estado capitalista, na fase monopolista neoliberal, auxilia cada vez mais diversos capitais na preservação e/ou criação de mercados em setores de utilidades públicas comuns, expropriando terras, água, ou promovendo ao mesmo tempo a redução pública e a mercantilização de bens públicos como pensões, educação superior, saúde e seguridade pública. Segundo o autor (2004:130-131) os processos de privatizações significam que os ativos de propriedade dos Estados ou de serviços públicos sociais, se lhe entregam ao mercado para que capitais sobre acumulados possam investir nesses nichos lucrativamente. Como já adiantamos, os sistemas de previdência social, educação, saúde, seguridade, habitação, etc., se configuram como esses espaços públicos para ser utilizados como “novos” campos para a atividade lucrativa.

Assim, segundo Harvey (2004), esta dinâmica pode ser entendida como uma nova onda de expropriações a partir do fato de que, desde as estratégias neoliberais, os Estados incentivam e propiciam a atenção à saúde, educação e sistemas de pensões -setores que tinham baixo nível de mercantilização-, desde a esfera privada lucrativa para ocupar o capital ocioso e convertê-los em sectores lucrativos.

O autor define estes movimentos como “capitalismo por espoliação” fazendo referência à liberação de um conjunto de ativos a um baixo ou nenhum custo, lhe dando um uso lucrativo.

Fontes (2018) indica que o debate se instala desde que a ocupação lucrativa de espaços de serviços sociais, possibilitadores de reprodução e, em alguns limites, de existência do trabalhador, não poderia se equiparar à desapropriação de meios de produção como indicado por Marx em “A assim chamada acumulação primitiva”²⁴ para definir como uma nova onda de expropriações.

No entanto, a autora (2010) trabalha a noção de que os processos de expropriações não são fenômenos exclusivos de início do desenvolvimento do capitalismo, como processos vinculados exclusivamente à separação entre produtor e seus meios de produção, senão que podem ser considerados constantes, permanentes e, por tanto, podem ser observados e

²³ Karl Marx define o “capital portador de juros” no Livro III D’Capital, como uma forma do capital dinheiro que, no momento de ser emprestado, produz uma quantidade adicional de dinheiro (juros) para o credor sem que este tenha que participar diretamente na produção ou na gestão do capital. Está presente em forma de empréstimos bancários, hipotecas, títulos e outros instrumentos financeiros. O capital portador de juros pode contribuir à formação de capital fictício. Com capital fictício Marx se refere àquele capital que não tem uma existência física tangível em bens ou serviços, senão que se baseia na representação de um valor futuro. Seriam os ativos financeiros, como ações e outros títulos ou valores, que representam uma reclamação sobre a riqueza futura, mas não constituem em si mesmos riquezas real. Este capital se baseia em expectativas e podem aumentar independentemente do crescimento real da economia. (Cf. Marx, 2009).

²⁴ Marx (1992) trata a questão das expropriações no Capítulo XXIV d’Capital: A assim chamada acumulação primitiva, entendendo-as como processos originais de desapropriação violenta de terras através de “cercamentos” de terras estatais públicas, apropriações violentas de terras de propriedade da igreja (depois da Reforma) e de trabalhadores servís, o que significa que parte dos setores dominantes entre os séculos XV e XVII construíram a propriedade privada da terra através da desapropriação de um dos meios de produção (a terra) ou “meio de existência”. Isto implicou uma correria de trabalhadores “agora livres” para o mercado de trabalho aumentando as fileiras de desempregados, pobres e miseráveis.

estudados no capitalismo contemporâneo onde a elevada concentração de capitais, sob a forma monetária, impulsiona formas variadas de expropriações subordinando cada vez mais a existência humana ao capital.

Fontes (2010) trata como “expropriações secundárias”, aquelas que explicam os processos econômicos e sociais que intensificam a disponibilidade do trabalhador para o mercado e que ademais criam novas formas de acumulação e extração de mais valor. Estes atualmente avançaram sobre o desmantelamento de direitos sociais (Fontes, 2010, p. 55). Podemos entender que a redução de direitos sociais paralelamente à ampliação de espaços mercantilizados em setores de proteções sociais significa a subtração de condições históricas de reprodução da força de trabalho por meio da apropriação por parte do capital de espaços e/ou fundos públicos.

Próximos das reflexões de Boschetti (2016), entendemos que é possível tratar o processo contemporâneo como “expropriações” de condições básicas de vida, como apropriações por parte do capital de espaços e bens públicos (como os sistemas de pensões, educação, saúde, etc.), que acabam desapropriando os trabalhadores de alguns dos instrumentos do Estado, não entendidos como propriedade social dos trabalhadores²⁵, senão como os recursos ou bens que possibilitam a socialização da reprodução da força de trabalho, alguma mobilidade social, níveis de socialização política, ampliação de direitos sociais, aumento de graus de bem estar, pontos entendidos aqui como o conjunto de interesses, conquistas e pautas de trabalhadores e setores subalternos, por tanto, foco de ataque neoliberal e, em maior ou menor medida, estratégias que colocam certos limites ao capital.

Ademais, obrigam os trabalhadores a oferecer sua força de trabalho com menos ou nenhuma condição social de reprodução, qualificação ou proteção e/ou a financiar sua reprodução e a do capital financeiro com seus ingressos.

Assim, pela redução de políticas sociais públicas permanentes e o aumento constante da oferta privada de bens e serviços sociais, uma parte da reprodução da força de trabalho, a proteção social e a qualificação dos trabalhadores, está respondendo mais aos interesses dos setores financeiros que às necessidades dos trabalhadores.

4. Reflexões

Em termos de fundamentos, os esquemas de políticas sociais desenvolvidos em cada país da região foram intrínsecos aos diversos modelos de reprodução do capital e desenvolvimento do capitalismo dependente, foram centrais na estruturação e fortalecimento dos Estados Nação, nos orçamentos públicos e moldados nas relações político-sociais entre diversas frações de classes sociais. Estas dimensões marcaram diferenças em cada experiência particular, mas, ao mesmo tempo, definiram elementos comuns que nos permitem analisar as experiências como similares na região.

Entendendo que as políticas sociais são instrumentos do Estado, definidas na relação entre a estrutura econômica e as relações político-ideológicas da sociedade através do Estado,

²⁵ Tal como indica Boschetti (2016, p. 131), não se trata de entender os seguros sociais, de previdência ou saúde, sistema educacional, como “propriedade social” dos trabalhadores. Senão, compreender a restrição e até a impossibilidade que traz a mercantilização de espaços públicos para a reprodução da força de trabalho, o dispêndio de mais recursos dos trabalhadores para sua proteção e educação e em aumentar a extração de mais valor para sustentar cada vez mais espaços lucrativos.

se alterando o modelo de reprodução do capital e o projeto de dominação político em função especialmente do setor financeiro, efetivamente, redefinem-se as políticas sociais.

Desde o início dos anos 1990, a restauração do capitalismo dependente, sob o domínio dos setores financeiros, ligados a grupos produtivos (agronegócio, mineração, indústria, serviços, etc.), promove um conjunto articulado de reestruturações econômicas, político-ideológicas e sociais que impactaram diretamente no Estado e nas políticas sociais de forma que vão se restringindo ou, até negando, o acesso dos trabalhadores a políticas e programas públicos de proteção social e qualificação.

O Estado neoliberal, respondendo maioritariamente aos setores dominantes, se distancia das responsabilidades sociais pela proteção social ampla e permanente, promove a mercantilização de bens e serviços sociais e desloca os recursos públicos (fundos públicos gerais e dos trabalhadores em particular) e parte dos salários para outros espaços e com outros fins.

Isto se expressa nas dinâmicas descritas no item 1:

1. Programas cada vez mais focalizados, super fragmentados e condicionados, longe do caráter de sistemas permanentes, de baixo custo, financiadas em grande parte com os próprios recursos dos trabalhadores (através do pagamento de impostos gerais) e incorporadas à lógica do sistema bancário (através da opção de crédito), paralelamente ao
2. aumento da mercantilização de bens sociais, onde os trabalhadores financiam a sua proteção e qualificação com seus recursos individuais, os quais contribuem para alimentar a financeirização pois os bens ou serviços privados estão conectados com fundos financeiros e os trabalhadores acabam financiando os lucros do setor.
3. parte dos orçamentos destinados ainda para as políticas sociais são deslocados para pagamento de serviços financeiros das dívidas.

Nenhuma destas dinâmicas tende a recuperar ou recriar sistemas de atenção à educação, saúde, previdência ou assistência público-universal, com aumento do financiamento e cobertura pública, ampla, coletiva e como expressão de direitos sociais garantidos constitucionalmente.

A recuperação de setores rentistas implica cada vez mais na apropriação de parte das riquezas produzidas pelos trabalhadores através da disputa do fundo público e de seus recursos, deteriorando assim suas condições de trabalho e de vida.

Definitivamente no atual período neoliberal, o sistema de políticas sociais sul-americano se incorpora diretamente à lógica de valorização do capital financeiro, como um mecanismo mais funcional à acumulação e ao processo de construção da hegemonia neoliberal conservadora em regime político democrático formal que como instrumento de respostas aos interesses de reprodução e bem-estar da força de trabalho, socialização de custos do trabalho e ampliação de direitos sociais.

É possível afirmar, assim como os/as autores/as consultados, vincular estas formas contemporâneas como processos de “expropriações”, entendidas como formas que retiram do trabalhador cada vez mais condições de reprodução da sua força de trabalho e de vida e que trazem como: a impossibilidade de ampla proteção e qualificação para os trabalhadores, a subsunção ainda maior do trabalho ao capital e o apassivamento da classe trabalhadora.

5. Referências

- BEHRING, E. BOSCHETTI, I.S. **Política social: fundamentos e história**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- BIRD. **Invertir en salud: informe sobre el desarrollo mundial**, 1993. Washington, D.C. 1993.
- BIRD. **Envejecimiento sin Crisis: políticas para la protección de los ancianos y la promoción del crecimiento**. Oxford University, New York, 1994.
- BOITO, A. Jr. A crise política do neodesenvolvimentismo e a instabilidade da democracia. *In: Revista Crítica Marxista*, n. 42. Campinas: IFCH, Unicamp, 2016. (p. 155-162)
- BOSCHETTI, I. (org.). **Expropriação e direitos no capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2018.
- COUTINHO, C. N. A Época Neoliberal: Revolução Passiva ou Contra-Reforma? *In: Revista Novos Rumos*. Marília, v. 49, n. 1, p. 117-126, jan.-jun., 2012.
- FALEIROS, V. P. **A política social do estado capitalista: as funções da previdência e da assistência social**. São Paulo: Cortez, 1991.
- FILGUEIRAS, L.; GONÇALVES, R. **A economia política do Governo Lula**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.
- FILGUEIRAS, L. **Padrão de reprodução do capital e capitalismo dependente no Brasil atual**. Caderno CRH, Salvador, v. 31, n. 84, p. 519-534, Set./Dez., 2018.
- FONTES, V. A transformação dos meios de existência em capital – expropriações, mercado e propriedade. *In: Boschetti, I. (org.) Expropriação e direitos no capitalismo*. São Paulo: Cortez, 2018.
- FONTES, V. **O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Osvaldo Cruz, Ministério de Saúde, UFRJ, 2010.
- GALIZIA, S; VIEIRA, G.; MENDES, C.J. Previdência social, fundos de pensões e a valorização do capital financeiro. *In: Maranhão: Jornadas Internacionais de Políticas Públicas – JOINPP*, 2019.
- GALIZIA, S; PASTORINI, A. Principais características da redefinição da proteção social no Brasil IN: ALVES, A.; GALIZIA, S.; PASTORINI, A. (org.) **Estado e cidadania: reflexões sobre as políticas públicas no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: editora FGV, 2012.
- HARVEY, D. **O novo Imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.
- HARVEY, D. **O Neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2008.
- LENIN, V. [1917] O imperialismo: fase superior do capitalismo IN: LENIN, V. **Obras Escolhidas**. São Paulo: Alfa-ômega, (p. 575-678), 1979.
- MANDEL, E. **O Capitalismo tardio**. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

- MARINI, R. M. Dialéctica de la dependencia (1973) in **América Latina, dependencia y globalización: fundamentos conceptuales** Ruy Mauro Marini. Bogotá: Siglo del Hombre: CLACSO, 2008.
- MARTUSCELLI, D. E. A burguesia mundial em questão. *In: Revista Crítica Marxista*, n.30, Campinas: Ed. Unicamp, p.29-48. 143, 2010.
- MARX, Karl. [1975]. **El capital**. Tomo I. Livro Primeiro. Buenos Aires: Siglo XXI editores. S.A., 1992.
- MARX, Karl. [1981] **El capital**. Tomo III. Livro Tercero. Buenos Aires: Siglo XXI editores. S.A., 1992.
- MÉSZÁROS, István. **La crisis estructural del capital. Ministerio del Poder Popular para la Comunicación y la Información**: Caracas, 2009.
- MOTA, A. E.; AMARAL, A. e PERUZZO, J. “O novo desenvolvimentismo e as políticas sociais na América latina”, In Mota, A. E. (org.) **Desenvolvimentismo e Construção de Hegemonia**, São Paulo: Cortez, 2012.
- MATOS, M.B. **Governo Bolsonaro, neofascismo e autocracia burguesa no Brasil**. São Paulo: Usina Editorial, 2020.
- NETTO, J. P. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1992.
- NETTO, J. P. Capitalismo e barbárie contemporânea in **Revista Argumentum**. Vitória (ES), v. 4, n.1, p. 202-222, jan./jun. 2012, 2012.
- OLIVEIRA, F. Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira in RIZEK, C., OLIVEIRA, F. de, B. R. (Orgs.). **Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- OSÓRIO, J. América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva – estudo de cinco economias da região. In FERREIRA, C.; OSÓRIO, J.; LUCE, M. (Orgs.) **Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência**. São Paulo: Boitempo, p. 103-139, 2012.
- OSÓRIO, J. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. In: FERREIRA, C; OSÓRIO, J.; LUCE, M. (Orgs.) **Padrão de reprodução do capital**. São Paulo, SP: Boitempo, p. 37-86, 2012a.
- OSÓRIO, J. Sobre o Estado, poder político e o Estado dependente. Brasília: **Revista Temporalis**, Brasília (DF), ano 17, n. 34, jul/dez., 2017.
- PERRY, A. Balanço do Neoliberalismo in Sader, E.; Gentile, P. (org.) **Pós neoliberalismo**. As políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- SILVA. G.da.S. “**Fundo Público e Políticas Sociais: trabalho necessário sobre a égide do capital portador de juros**” in: Anais debates acadêmicos. Rio de Janeiro: IPEA 47, 2012.

O PROJETO EMANCIPATÓRIO REVOLUCIONÁRIO E A ARTICULAÇÃO DAS LUTAS DE CLASSES E ANTIOPRESSIVAS PARTICULARES (“IDENTITÁRIAS”)¹

Carlos Montaña

1. Introdução

O presente texto foi apresentado na palestra proferida na Universidad de las Islas Baleares, Espanha, em novembro de 2022, no contexto da Missão de Intercâmbio, CAPES-PRINT, sobre “Sustentabilidade, Crescimento e Desigualdades”. A atividade de intercâmbio foi desenvolvida entre o Programa de Pós-Graduação da Escola de Serviço Social da UFRJ (Brasil) e o Departamento de Filosofia y Trabajo Social da UIB (Espanha).

O texto foi elaborado a partir das reflexões apresentadas no livro “*Identidade e Classe Social. Uma análise crítica para a articulação das lutas de classes e antiopressivas*” (MONTAÑO, 2021).

Tratar do projeto emancipatório revolucionário e da necessidade imperiosa de incorporar e articular todas as lutas, no âmbito da sociedade civil, do Estado, do mercado e da esfera produtiva em torno da exploração e das diversas formas de opressão, a partir da classe trabalhadora e das variadas “identidades” ou grupos subalternos, de curto, médio e longo prazos, visando as reformas no interior da ordem vigente, em torno da emancipação política, e no caminho revolucionário para a transformação social, para alcançar a emancipação humana.

Reformas e revolução não são questões alternativas, pois as primeiras (quando não isoladas e transformadas em fins últimos) constituem *objetivos* de curto prazo, enquanto a revolução representa a *finalidade* de longo alcance; as reformas são *meios* para o *fim* revolucionário. Ainda, em conformidade com Marx (2010), a *emancipação humana* não é uma decorrência mecânica e direta da *emancipação política*, mas aquela tem esta como condição necessária.

Entendemos que as chamadas “*identidades*” de grupos subalternos, fundadas em relações de opressão, não se identificam, mas também não se contrapõem à categoria de classes sociais, estas fundadas nas relações de exploração. A classe (trabalhadora) é composta de diversas “*identidades*”, enquanto as “*identidades*” são atravessadas pela questão de classe. Os indivíduos reais e concretos pertencem a uma classe social e simultaneamente possuem diversas “*identidades*” (ver MONTAÑO, 2021, p. 61-124).

Em função disso, observamos que as *lutas de classes* e as *lutas antiopressivas* (ou *identitárias*) envolvem processos, relações, situações e objetivos os mais diversos, porém, ao contrário do que aparece numa “*lógica identitarista*” pós-moderna, não são incompatíveis nem excludentes.

Por tudo isso, procuramos neste texto considerar a capacidade e a necessidade de articulação das lutas de classes e antiopressivas num projeto efetivamente emancipatório e revolucionário.

¹Texto apresentado na palestra proferida na Universidad de las Islas Baleares, no contexto da Missão CAPES-PRINT, em novembro de 2022.

2. As lutas antiopressivas (identitárias) devem se articular, como particularidades, à totalidade social

A “lógica identitarista” pós-moderna, que não se identifica com a categoria identidade e com as lutas identitárias (ou antiopressivas), destotaliza as lutas identitárias, as quais passam a ser autonomizadas e postas numa polarização pessoalizada entre o “nós” e o “eles”.

Assim, ao retirar das reivindicações, causas e lutas antiopressivas (identitárias) o fundamento capitalista e a centralidade da classe, suprimindo assim o substrato anticapitalista e revolucionário, o que fica é apenas a “questão particular”, reduzida à sua própria *singularidade*, como se fosse uma questão autônoma, independente, desconectada da totalidade social: uma questão de raça, ou de gênero, ou de orientação sexual etc.

Dessa forma, essa “causa particular” e “identitária”, levada à singularidade, poderá estar presente em movimentos, organizações e pautas tanto de esquerda como de direita. Assim, há frações do movimento negro, feminista, LGBT etc., pertencentes ao espectro político de esquerda e de direita, ou às classes trabalhadora e burguesa. Basta registrar, a modo de exemplo, o chamado “feminismo burguês”, ou as posições racistas do presidente da Fundação Palmares, Sérgio Camargo, e, ainda, os chamados “gays de direita”, representados nas posições do ex-senador Clodovil sobre as paradas do orgulho gay e sobre a ditadura militar.

Ocupar individualmente espaços de poder não constitui em si um caminho para a destruição desse poder. Ou seja, destituído da totalidade, o indivíduo que alcançou lugares de poder e prestígio pessoal, se não emprega esse poder para combater o poder não traz benefícios para os demais membros do coletivo, não diminui a desigualdade e a opressão que eles vivem, servindo mais para legitimar o poder, criando uma ilusão simbólica, romântica e extremamente conservadora de que o caminho individual, aquele que deixa as estruturas do poder intactas, seria mais factível que a luta contra o sistema de opressão e exploração.

É preciso *retotalizar* as questões, as causas e as lutas identitárias, antiopressivas e particulares no interior da totalidade social. Ao fazer isso, até as causas particulares que impactam diretamente num grupo específico, numa “identidade” particular, dizem respeito, mesmo que de forma diferenciada, ao conjunto da sociedade. O combate ao racismo, por exemplo, é um problema civilizatório, universal.

Assim, as lutas particulares, antiopressivas ou “identitárias” não pertencem apenas ao grupo (identitário) em questão, mas devem ser travadas por todos aqueles que defendem a igualdade social, a justiça e a emancipação humana. Trata-se de uma luta particular, que impacta diretamente num grupo específico, mas que constitui uma luta humanitária e, portanto, podem e devem envolver todos os sujeitos comprometidos com a emancipação, para além dos grupos, das minorias ou das “identidades” das causas específicas, as quais certamente detêm um importante papel. É o que afirma Haider, citando Noel Ignatiev e Theodore Allen:

[...] o fim da supremacia branca não é unicamente uma reivindicação dos negros, separada das reivindicações da totalidade da classe trabalhadora”. Não podia ser deixado aos trabalhadores negros lutar contra a supremacia branca como sua causa “especial”, enquanto os trabalhadores brancos fariam pouco mais do que expressar simpatia e “lutar por suas ‘próprias’ reivindicações”. A luta contra a supremacia branca era central à luta de classes num nível fundamental (2019, p. 77).

O sucesso de uma causa particular, identitária, está não apenas em congregar e mobilizar os membros do próprio grupo, mas na capacidade de convocar e envolver os “outros” nessa causa, a partir da mobilização da alteridade e da empatia. E isso se alcança mais facilmente a partir da articulação de diversas causas particulares num movimento e num objetivo mais amplos e universais, anticapitalistas, antissistemas, emancipatórios. Esse é o caminho para a hegemonia política da classe trabalhadora e dos grupos subalternos, no caminho para a emancipação, no combate a toda forma de opressão, discriminação e exploração.

A luta antiopressiva, ou identitária, não deve restringir – ao contrário, ela deve pressupor a *solidariedade* entre diversos sujeitos, diversas causas e diversas condições sociais: negros, brancos, amarelos, homens, mulheres, heterossexuais, LGBTs, de todas as nações, de todos os credos, de diversos estratos socioeconômicos, comprometidos com a emancipação. O que os une, em cada uma das lutas particulares, não é a “identidade” específica, mas o desejo de justiça e de igualdade social, a luta pela emancipação humana, a solidariedade de classe.

Nesse cenário, só a articulação de todas essas causas e de todas essas lutas, atravessadas pela questão de classe, permite um horizonte anticapitalista e uma perspectiva de transformação social que exija a superação da ordem burguesa.

A mulher, o negro, o imigrante, o LGBT, não são oprimidos apenas por sua condição “identitária”, mas também enquanto classe trabalhadora, fornecendo mais valia e uma força de trabalho mais barata ao capital.

Assim, por um lado, as lutas identitárias (ou antiopressivas particulares) *não podem ser desarticuladas ou dissociadas da questão de classe*, sob risco de se tornarem “pautas” isoladas da totalidade. Se assim fosse, estaríamos tratando de lutas alternativas, dissociadas, desarticuladas umas das outras. Por outro lado, também estas lutas antiopressivas particulares *não podem ser reduzidas e secundarizadas na/pela questão de classe*, pois elas têm suas particularidades e uma relativa autonomia. Dessa forma, conforme sustenta Petras ao tratar das questões de classe e gênero no processo de luta revolucionária, devemos enfrentar as duas “falsas alternativas: o *feminismo burguês* e o *reduccionismo classista*” (PETRAS, 1999, p. 407); ou seja, devemos tanto recusar a alternativa que isola completamente a questão de gênero – desarticulada da classe, juntando numa mesma “identidade” as mulheres patroas e as mulheres operárias, como se a realidade delas enquanto mulheres fosse equiparável –, assim como também devemos rechaçar a alternativa que reduz e secundariza a luta pela igualdade de gênero, subordinando-a à questão de classe – como se a desigualdade entre gêneros não fosse relevante.

3. As lutas de classes devem incorporar as bandeiras das lutas antiopressivas (identitárias)

A *classe trabalhadora é pluri-identitária*, sendo ela composta de diversas “identidades”: de gênero, étnico-racial, de religião, de orientação sexual, de cultura, de nacionalidade etc. Portanto, a classe trabalhadora é perpassada por todas essas questões. Ela não pode ignorá-las, não pode secundarizá-las e não pode deixá-las para depois da “grande revolução socialista”. Ela precisa reconhecê-las, tratá-las internamente e incorporá-las, mesmo que com

certa autonomia, como *particularidades* e formas *complementares* das lutas de classes. Pois não haverá sociedade verdadeiramente emancipada sem a superação tanto da contradição de classes, sustentada na *exploração*, como das variadas formas de desigualdade e discriminação social, sustentadas nas diversas formas de *opressão*.

As lutas de classes, centradas na exploração da força de trabalho, são lutas emancipatórias. As lutas antiopressivas, chamadas de “lutas identitárias”, são particularidades das lutas pela emancipação, tanto política como humana.

Portanto, as lutas de classes devem incorporar todas as bandeiras, causas e “pautas” identitárias como lutas particulares de um embate universal. “*Nenbuma a menos*” e “*Vidas negras importam*” são consignas e causas que devem constituir bandeiras das lutas de classes! E não apenas dos respectivos grupos identitários, porque são bandeiras emancipatórias particulares.

Ainda mais, essas pautas pontuais e conjunturais devem ser ampliadas numa luta contra toda forma de opressão, discriminação e desigualdade, e suas causas devem ser bandeiras constitutivas e constituintes das lutas de classes, alcançando a luta pela igualdade social em todas suas dimensões.

A luta de classes deve ser uma luta pela igualdade social, pela emancipação e deve, portanto, impactar em todas as esferas da realidade social onde houver opressão e desigualdade. Nesse sentido, como afirma Florestan Fernandes, mesmo que todos os trabalhadores, enquanto tais, apresentem os mesmos interesses gerais, no entanto, “existem trabalhadores que possuem exigências diferenciais, e é imperativo que encontrem espaço dentro das reivindicações de classe e das lutas de classe”; já que entre classe e raça não há contraposição, mas interpenetração (*apud* ALMEIDA, 2019, p. 188).

Mas essa interpenetração (entre classe e “identidade”) é diferenciada, pois, mesmo não havendo maior *importância* ou *relevância*, mas sim uma *centralidade* da questão de classe, em torno da exploração, dado o fato de ela constituir um fundamento da sociedade capitalista, sua superação, portanto, tem como condição a superação da ordem burguesa. Dessa forma, se a contradição de classe – mesmo que todas as formas de discriminação, opressão e desigualdade sejam igualmente importantes – tem uma clara *centralidade*, dado o fato de constituir um *fundamento* da ordem burguesa, então, em idêntico sentido e por derivação, as lutas de classes – mesmo que as lutas particulares (identitárias) sejam igualmente necessárias e urgentes – também têm um lugar central, dado que elas têm a (exclusiva e imperiosa) necessidade de superar a ordem capitalista, o que lhes confere um papel aglutinador e articulador de todas as lutas particulares.

A “*identidade*”, fundada na diferença e, via de regra, em relações desiguais e de opressão, quando isolada da totalidade, tende a desarticular e a fragmentar a organização e as lutas políticas, inibindo a unidade de grupos identitários diferentes e/ou da classe trabalhadora. Contrariamente, a *classe social*, fundada no antagonismo e na contradição entre capital e trabalho, quando penetrada por todas as formas de opressão e desigualdade, permite a confluência no interior da classe trabalhadora (no sentido mais amplo da palavra) de diversas “*identidades*”, grupos sociais e setores oprimidos que, lutando por suas reivindicações e demandas particulares, lutam contra a estrutura social e por uma sociedade emancipada.

Assim, enquanto a “*identidade / diferença*”, se isolada (como o faz a “*lógica identitarista*” pós-moderna), tem uma lógica segmentadora, fragmentadora da unidade dos setores progressistas, contrariamente estes setores são potencialmente reunidos em torno da

classe trabalhadora quando ela incorpora todas as lutas antiopressivas a partir de um projeto anticapitalista e emancipatório.

Isto é, quando articulada com a classe, a luta feminista pela igualdade de gênero se torna também uma luta anticapitalista pela igualdade social e pela emancipação humana. Aqui a igualdade de gênero é entendida como uma particularidade da igualdade social. O particular se integra ao universal, a tática se articula à estratégia, os objetivos imediatos se orientam para as finalidades mediatas.

É nesse sentido que Petras afirma que “a partir de uma perspectiva estratégica, a classe molda a política de gênero [e demais causas particulares], mas não vice-versa” (1999, p. 414), o que “não exclui a possibilidade de algumas *alianças táticas* entre as mulheres de ambas classes” (*ibidem*). Esse “moldar” não significa subsumir uma à outra, mas uma articulação entre as lutas particulares e as lutas de classes, norteadas pelo horizonte anticapitalista, revolucionário.

Assim, as lutas particulares ampliam e enriquecem as lutas de classes no curto prazo, enquanto que as lutas de classes dão um horizonte de longo alcance às causas particulares, para além das especificidades delas. Dessa forma, como afirma Petras, “nem o essencialismo feminista [ou identitarista] nem o reducionismo de classe” (*ibidem*).

Isso não significa que o conjunto das lutas emancipatórias deva se esgotar nem na contradição de classes, nem tampouco no campo estritamente econômico. Nesse sentido, como aponta Wood,

Já não se admite sem discussão na esquerda que a batalha decisiva pela emancipação humana vai ocorrer no campo “econômico”, o terreno da luta de classes. Para muitas pessoas, a ênfase se transferiu para o que denomino bens *extraeconômicos* – emancipação de gênero, igualdade racial, paz, saúde ecológica, cidadania democrática. Todo socialista deveria estar comprometido com esses objetivos – na verdade, o projeto socialista de emancipação de *classe* sempre foi, ou deveria ter sido, um meio para o objetivo maior da emancipação humana (2006, p. 227).

Isto é, nem a supremacia do econômico, nem do político ou cultural.

Porém é necessário que esses “impulsos emancipatórios” consigam agir “no centro da vida social, no coração da sociedade capitalista” (*ibidem*), articulados com as lutas de classe e com um projeto anticapitalista. As lutas de classes e o projeto revolucionário socialista devem incorporar as bandeiras contra o racismo, o sexismo ou machismo, a LGBTfobia etc. Sem elas não há verdadeira emancipação humana.

O projeto socialista e as lutas de classes devem conter e incorporar as causas e as lutas ditas “identitárias”, mas não a “lógica identitarista” pós-moderna. Não se trata apenas de que a questão de classe seja incorporada no movimento feminista, no movimento negro ou no movimento ecológico. Trata-se também de que as causas e os movimentos contra o machismo, contra o racismo, contra a homofobia etc. sejam incorporados e articulados ao movimento de classe, socialista, emancipatório.

Mas isso não significa uma primazia da *classe* sobre as “identidades”, ou da *exploração* sobre a *opressão*. Não se trata de uma relação de subordinação de uns (os movimentos antiopressivos) a outros (o movimento operário). Também não se trata de uma prioridade, do tipo: *antes* (as lutas operárias) e *depois* (as lutas antiopressivas).

Trata-se do fato de a luta anticapitalista e socialista ser, pela própria natureza, uma *luta universal*, em dois sentidos.

Por um lado, no sentido de poder *incorporar e articular todas as lutas antiopressivas*, que com suas particularidades passam a fazer parte das lutas do conjunto dos(as) trabalhadores(as): anticapitalista e antiopressiva.

E, por outro lado, no sentido de que *as lutas de classes e o projeto socialista e emancipatório não representam uma luta contra o indivíduo burguês, mas contra a ordem burguesa*. Eles visam suprimir as classes, e não inverter a relação de dominação. Trata-se de um projeto não de emancipação dos trabalhadores, mas de *emancipação humana*. O projeto socialista não se orienta para um sujeito particular (o trabalhador), mas para o conjunto da humanidade. É um projeto civilizatório, emancipatório.

A organização e as lutas dos(as) trabalhadores(as) pode dar às lutas particulares ou identitárias essa orientação universal, que no curto prazo orientam-se para a eliminação das formas de opressão, discriminação e desigualdade, mas atreladas no longo prazo a um projeto emancipatório para toda a humanidade.

4. O projeto emancipatório revolucionário deve incorporar e articular todas as lutas de classe e antiopressivas (“identitárias”)

Um projeto efetivamente emancipatório deve incorporar todas as formas de lutas, contra a exploração e contra a opressão, as de classes e as identitárias, por “redistribuição” e por “reconhecimento”, orientadas para as conquistas particulares, como um meio para alcançar a finalidade: a transformação social e a emancipação humana, a partir da superação do capitalismo e a transição ao socialismo.

Assim, se por um lado o pensamento liberal dilui (ou esconde) a contradição de classes na abstrata noção de “cidadão”, por outro o pensamento pós-moderno escamoteia a contradição de classes atrás do conceito de “identidade”, polarizando-a de forma autônoma e formando uma relação de opressão, ou desigualdade, retirada da totalidade social.

É preciso devolver à categoria “identidade” a contradição de classe que a atravessa, como é também necessário complexificar a compreensão da classe com a diversidade de “identidades” que a compõe e dão concretude histórica a ela.

É preciso ver as “identidades” compostas de classes, assim como é necessário ver as classes conformadas por “identidades”.

Não temos que optar, na análise ou na ação política, por uma ou outra, pela classe ou pela “identidade”, temos que cruzá-las, articulá-las e interpenetrá-las.

Segundo Losurdo, “a luta de classes emancipadora tende a transcender os interesses dos explorados e dos oprimidos que a promovem” (2015, p. 91), alcançando uma dimensão universal. Isto é, a relação de opressão aprisiona no seu interior, mesmo que desigualmente, tanto o opressor quanto o oprimido. O opressor é *opressor* sim, mas isso não o torna *livre e emancipado*. Assim, sustenta Losurdo, “observamos que em diversas ocasiões Marx e Engels afirmam que ‘não pode ser livre um povo que oprime outro’” (*ibidem*, p. 113). Portanto, superar a opressão é uma demanda imediata do setor oprimido, mas representa no longo prazo uma conquista humano-genérica, civilizatória.

Losurdo afirma ainda que “não é possível traçar uma linha clara entre a luta pela redistribuição [em torno da exploração] e a luta pelo reconhecimento [em torno das formas de opressão]” (*ibidem*, p. 112). Isto é, para Marx e Engels, conforme o autor italiano, as lutas de classes são simultaneamente lutas pela distribuição/redistribuição de renda/riqueza e lutas pelo reconhecimento, isto é, contra a exploração e contra as diversas formas de opressão.

Portanto, se, como afirmam os autores do *Manifesto Comunista*, “a história de todas as sociedades até hoje existentes é a história das lutas de classes” (MARX e ENGELS, 2010, p. 40), se “opressores e oprimidos, em constante oposição, têm vivido numa guerra ininterrupta” (*ibidem*), e se as lutas de classes são simultaneamente lutas redistributivas (ou por distribuição da riqueza) e por reconhecimento, então resulta plenamente infundado atribuir a Marx uma primazia das lutas econômicas (redistributivas, em torno da exploração) em detrimento das lutas políticas, antiopressivas (ou identitárias).

Ao contrário, podemos afirmar que na obra marxiana, e em boa parte da tradição marxista, a história de todas as sociedades é a história do conjunto de lutas emancipatórias, econômicas e políticas, por distribuição/redistribuição da riqueza e por reconhecimento, contra a exploração e contra as variadas formas de opressão, sejam de classe ou identitárias.

É a partir da organização e da luta das classes “oprimidas e caluniadas” que “os ‘bárbaros’ e os ‘selvagens’ deixaram de ser tais porque se reconheceram reciprocamente como membros de uma classe explorada e oprimida, convocada a alcançar a emancipação pela luta” (LOSURDO, 2015, p. 117).

Conforme aponta Losurdo, “os momentos mais altos da história” das lutas de classes “foram aqueles nos quais se fugiu da fragmentação, de modo que as diversas lutas confluíram em uma única poderosa onda emancipadora” (*ibidem*, p. 312). Nesse sentido, adotando a noção marxiana (tratada por Losurdo) sobre as duas dimensões das lutas de classe, a luta por “redistribuição” (em torno da desigual distribuição do valor oriunda da esfera produtiva, fundada na exploração de classes) e luta por “reconhecimento” (em torno do acesso à cidadania, fundado na opressão), Safatle afirma a necessidade da esquerda superar a primazia na organização do campo social e político “a partir da equação das diferenças [...], tão presentes nas dinâmicas multiculturais” (2018, p. 29), insistindo no desafio de centrar a organização e as lutas da esquerda no radical projeto do “igualitarismo”.

Como afirma Petras, devemos diferenciar dois tipos de luta: a luta “violenta entre classes inimigas” (lutas centradas na contradição e na exploração de classes) e a luta “não violenta entre homens e mulheres, no âmbito da mesma classe” (centradas nas relações de opressão) (1999, p. 404). Montañó e Duriguetto apresentam essa diferenciação como “*lutas de classe*” e “*lutas sociais*” (2010, p. 117-120), ou *lutas antiopressivas (identitárias)*, sustentando que a multiplicidade e variedade de questões particulares “não pode nos levar a ignorar o fato de que elas se fundam na *contradição capital-trabalho*. Assim, as lutas sociais [ou ‘particulares’] estão presentes diretamente nas contradições estruturais (capital-trabalho) e nas suas manifestações (refrações da ‘questão social’), configurando [diversas] formas e espaços das lutas de classes” (*ibidem*, p. 117).

Nesse sentido, se as formas de opressão, desigualdade e discriminação devem ser compreendidas como manifestações e desdobramentos da “questão social” (dos fundamentos da sociedade capitalista) ou serem por ela reestruturadas e, portanto, fundadas e/ou atravessadas na/pela contradição de classes; em idêntico sentido, as lutas antiopressivas, mesmo aquelas orientadas diretamente para as manifestações particulares e não para o cerne

ou fundamento da “questão social”, devem ser compreendidas em parte como desdobramentos e articuladas às lutas de classe (*ibidem*, p. 119). É nesse sentido que Lukács afirma que “o filósofo não tem, portanto, o direito de lançar um olhar arrogante sobre as pequenas lutas do mundo e de as desprezar” (1974, p. 92).

Assim, podemos, na esteira de Losurdo (2015), que parte de Marx e Engels, compreender as *lutas de classe* (em sentido amplo) nas suas duas dimensões: como lutas por “re/distribuição da riqueza” (lutas fundamentalmente econômicas, centradas na exploração) e por “reconhecimento” (lutas eminentemente políticas e antiopressivas).

Lutas de classe (em sentido estrito) e lutas sociais ou antiopressivas (particulares ou identitárias) não são expressões contraditórias, alternativas, mas formam parte de um processo comum, no qual às vezes estão em níveis diferentes. As lutas antiopressivas particulares vêm para *ampliar* o campo político e *complementar* as lutas de classe, e não para substituí-las como alternativas, como surge da análise e programática pós-modernas, que retira as lutas antiopressivas da totalidade social. As lutas na esfera da sociedade civil não são alternativas, excludentes e independentes das lutas da esfera econômica, da produção e do mercado, nem das lutas do âmbito estatal, mas complementares a todas essas. As lutas de curto prazo não podem ser dissociadas do horizonte de longo alcance.

No fundo, não se trata de uma escolha entre a *classe* ou a “*identidade*”, de forma excludente. Trata-se, sim, é de priorizar qual o elemento aglutinador primário das lutas: uma classe – a classe trabalhadora, composta de várias “identidades” de gênero, étnico-racial, de cultura, de religião etc. – ou, ao contrário, uma “identidade” – de raça ou de gênero, composta de várias classes sociais. Certamente a particularidade da “identidade”, como a questão da violência de gênero, envolve mulheres de várias classes sociais, e a reivindicação “nenhuma a menos” não pode se restringir às mulheres operárias, deixando de fora as pertencentes à burguesia. O mesmo ocorre com a particularidade da discriminação e violência racial, em que a demanda “vidas negras importam” não pode atender apenas a população negra trabalhadora. A opressão de gênero ou de raça impacta (mesmo que não igualmente) todos os membros desse grupo identitário, em todas as classes sociais.

Mas as lutas antiopressivas não se restringem a uma questão única, envolvendo diversas dimensões e entrecruzamentos, visando à transformação estrutural de toda forma de opressão e desigualdade, numa orientação antissistema e anticapitalista, inserindo as questões particulares (identitárias) na totalidade social. A condição real e concreta da mulher remete não apenas ao machismo, mas também à exploração de classe. A condição real e concreta da população negra, particularmente no Brasil, não remete apenas à opressão racial, mas também à exploração econômica. Portanto, o combate ao machismo, assim como ao racismo, deve ser também uma luta contra o capitalismo.

É preciso, portanto, articular as lutas de classe com as lutas antiopressivas particulares, as lutas nas esferas da sociedade civil, do Estado e do mercado, as metas de curto, médio e longo prazos, os objetivos alcançáveis “aqui e agora” com as finalidades de maior alcance. Nessa linha, Mézáros argumenta que:

[...] enfatizar a importância de uma perspectiva de longo prazo não significa que possamos ignorar “o aqui e agora”. Pelo contrário, a razão pela qual devemos nos interessar por um horizonte muito mais amplo que o habitual é para poder conceitualizar de maneira realista uma *transição* para uma ordem social diferente a partir das determinações do presente. A perspectiva de longo prazo é necessária

porque a meta real da transformação só pode estabelecer-se dentro de tal horizonte. Ademais, sem identificar a meta adequada, seguramente seria como viajar sem bússola e, portanto, as pessoas envolvidas poderiam desviar-se facilmente de seus objetivos vitais. Por outro lado, a compreensão das determinações objetivas e subjetivas do “aqui e agora” é igualmente importante. Pois a tarefa de instituir as mudanças necessárias se define já no presente, no sentido de que ao menos comece a realizar-se no “exatamente aqui e agora” (mesmo que o seja de maneira modesta, mas com plena consciência das limitações existentes e das dificuldades para sustentar a jornada em seu horizonte temporal mais distante) ou não chegaremos a parte alguma [...]. A verdade é que não se poderá conseguir nada se ficarmos esperando *as condições favoráveis e o momento adequado*.

As pessoas que advogam por uma grande mudança estrutural devem estar sempre conscientes das limitações que terão de enfrentar. Ao mesmo tempo, devem estar atentas para evitar que o peso de tais limitações se congele e se transforme na força paralisante [...] (MÉSZÁROS, 2003, p. 122).

Assim, a *perspectiva de “longo alcance”* não deve subsumir a *compreensão dos fenômenos cotidianos, do “aqui e agora”*; a luta pela emancipação política e humana é tanto uma luta estrutural, em torno da central contradição de classes, fundamento do capitalismo, quanto também um conjunto de lutas em torno das diversas e variadas manifestações da “questão social”, das múltiplas formas de discriminação, desigualdade e opressão na vida cotidiana das pessoas. O pensamento crítico marxista deve, portanto, ter, como afirmou Eduardo Galeano (2017), “um olho no *microscópio*” e o “outro olho no *telescópio*”, observando os fenômenos e processos sociais singulares e atentos às estruturas sociais que os condicionam e os determinam.

5. Conclusão

Em síntese, *exploração* e *opressão* não são categorias nem expressam relações alternativas e excludentes. Ao contrário, ambas remetem a formas particulares de desigualdade e dominação. Portanto, as lutas antiopressivas e as contra a exploração podem e devem se articular para formarem parte de um mesmo projeto de emancipação.

No mesmo sentido, as categorias de *classe* e de “*identidade*”, que efetivamente remetem a tipos de relação diferentes – relações de produção (as classes) e relações de opressão e discriminação (as “*identidades*”) –, também não são alternativas. Portanto, podemos e devemos articular a organização e as lutas da classe trabalhadora com a organização e as lutas das mulheres, dos negros, assim como de todo coletivo social submetido a diversas formas de opressão, discriminação e desigualdade social.

É verdade que os fins das lutas antiopressivas particulares, ou “*identitárias*”, podem em si ser alcançados dentro da ordem. Constituem-se, por assim dizer, em lutas por reformas dentro da ordem, num processo de emancipação política. Isto é, o capitalismo subsiste sem discriminação racial, sem discriminação de gênero, sem homofobia, xenofobia etc. Porém é preciso alguns esclarecimentos.

Primeiro, é necessário ter clareza que, se dentro da ordem burguesa é possível conquistar a igualdade de gênero, de raça etc., superando o machismo, o racismo etc., isso é necessariamente uma *conquista* das lutas sociais, e não de um processo natural de desenvolvimento civilizatório do capitalismo. Isto é, o sistema capitalista pode conviver com a (e sobreviver à) superação do machismo / patriarcalismo, do racismo etc., mas ele não

promoverá esses movimentos emancipatórios. A emancipação política e a superação dessas formas de opressão serão necessariamente resultado das lutas dos setores subalternos e oprimidos.

Em segundo lugar, o capitalismo pode sobreviver e conviver com a igualdade de gênero, de raça, de etnia ou de nacionalidade etc., mas não sobrevive à total ausência de desigualdade. Isto é, a ordem burguesa não permitirá que a igualdade seja alcançada em todas as formas de opressão, pois ela precisa de um diferencial, de uma massa populacional para empregar de forma precária, com salários mais baixos e para realizar tarefas desqualificadas, insalubres ou de elevado risco. Dessa forma, a “conjunção” gramatical deve ser “ou”, e não “e”. Trata-se, nos limites do capitalismo, de igualdade racial *ou* étnica *ou* de gênero *ou* nacional etc.; mas não de igualdade racial *e* étnica *e* de gênero *e* nacional etc.

Em terceiro lugar, a igualdade étnico-racial, de gênero etc. nunca será *plena* no capitalismo, pois no interior de cada uma dessas categorias ou “identidades” ainda vai persistir a desigualdade oriunda da exploração capitalista, à qual é submetida a classe trabalhadora, composta de todas essas “identidades”. Portanto, a emancipação não será completa, mesmo se alcançarmos a emancipação política. Ou seja, nem a mulher, nem a população negra, serão plenamente emancipados se, mesmo superando a opressão de gênero e racial, persistir a exploração à qual são submetidos no capitalismo, enquanto trabalhadoras.

Isto é, por todos esses motivos, um projeto efetiva e plenamente emancipatório, mesmo que “identitário”, deve articular as lutas antiopressivas particulares com as lutas anticapitalistas, deve articular as reformas, tanto econômicas quanto políticas (como meios), com a revolução socialista (como fim).

Socialista? Sim! Um socialismo construído não apenas na transformação das relações de produção, mas na plena emancipação humana, alicerçada na eliminação das formas de opressão e na construção da igualdade social entre os diferentes, fundada na supressão da exploração entre as classes. Enquanto a sociedade se pautar pelo lucro capitalista, centrado na exploração do trabalho alheio, não haverá plena e efetiva emancipação para homens, mulheres, negros, brancos ou de qualquer outra etnia, crença, nação ou cultura. Sempre haverá reserva de força de trabalho barata.

A possibilidade e efetividade da articulação das lutas antiopressivas particulares (“identitárias”) com as lutas contra a exploração (de classe) está na capacidade que as duas tenham de se interpenetrarem mutuamente. Se, por um lado, as lutas contra o racismo e contra o machismo, por exemplo, precisam ter como horizonte o fundamento anticapitalista e a contradição de classes, por outro lado, as lutas de classes precisam ser também uma luta pela igualdade racial e de gênero.

Esta é uma luta e um projeto que envolve todos os gêneros, todos os grupos étnico-raciais, os indivíduos de todas as orientações sexuais, de todas as culturas e nacionalidades, enfim, todas as “identidades”, porém, não envolve todas as classes sociais, mas fundamentalmente a classe trabalhadora!

Um projeto que visa a *superação das desigualdades sociais na presença das diferenças (e “identidades”) individuais*, mas pressupondo a *supressão das classes sociais*. A igualdade social não exige a eliminação das diferenças, mas sim das classes.

6. Referências

- ALMEIDA, S. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.
- GALEANO, E. Escreva com um olho no microscópio e o outro no telescópio. **Ficção em Tópicos**, 2017. Disponível em: <https://ficcao.emtopicos.com/2017/04/escrever-geral-especifico-historia/> . Acesso em: jan. 2021.
- HAIDER, A. **Armadilha da identidade: Raça e classe nos dias de hoje**. São Paulo: Veneta, 2019.
- LOSURDO, D. **A luta de classes: Uma história política e filosófica**. São Paulo: Boitempo, 2015.
- LUKÁCS, G. **História e consciência de classe**. Lisboa: Publicações Escorpião, 1974
- LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social**, v. II. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, K. **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MESZÁROS, I. “Economia, política e tempo disponível: para além do capital”. **Margem Esquerda**. São Paulo: Boitempo, 2003.
- MONTAÑO, C. **Identidade e Classe Social**. Uma análise crítica para a articulação das lutas de classes e antiopressivas. São Paulo: Anita Garibaldi, 2021
- MONTAÑO, C.; DURIGUETTO, M. L. **Estado, classe e movimento social**. São Paulo: Cortez, 2010.
- PETRAS, J. **Neoliberalismo: América Latina, Estados Unidos e Europa**. Blumenau: Ed. FURB, 1999.
- SAFATLE, V. **A esquerda que não teme dizer seu nome**. São Paulo: Três Estrelas, 2018.
- WOOD, E. **Democracia contra capitalismo: A renovação do materialismo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2006.

A PROTEÇÃO SOCIAL NA ESPANHA APÓS A PANDEMIA DA COVID-19: GERENCIALISMO E TECNOLOGIAS DIGITAIS

Blanca Amalia Girela Rejón
Janete Luzia Leite
Rita Cavalcante

1. Introdução

Este texto é o resultado de trocas entre docentes do Serviço Social no Brasil e na Espanha, através do Programa Institucional de Internacionalização da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PRINT/UFRJ) junto ao *Departamento de Trabajo Social y Servicios Sociales* da *Universidad de Granada*. É fruto de uma política de qualificação docente das Instituições Federais de Ensino Superior no Brasil por meio do fomento do referido Programa que concede bolsas CAPES/PRINT¹ na categoria de Professor Visitante Sênior. O plano de trabalho que originou esse texto teve início em setembro de 2021 e findou em março de 2022.

Essa relação acadêmica de internacionalização se dá entre países, Brasil e Espanha, que, de um lado, desenvolveram suas economias como nações da periferia do capitalismo e sofreram com ditaduras no século XX e, de outro, possuem uma formação em Serviço Social de nível superior acompanhada de entidades de orientação e de fiscalização da profissão. No Brasil, os Conselhos Regionais e Federal de Serviço Social, e na Espanha, o *Colegio Oficial de Trabajo Social*.

Do ponto de vista histórico, o Brasil viveu dois ciclos de ditaduras, sendo o primeiro no governo de Getúlio Vargas (1937-1945), e o segundo, com os governos empresarial-militares (1964-1985). A Espanha seguiu com o franquismo de inspiração nazifascista de 1939 a 1975. Esses regimes totalitários foram rompidos por forças democráticas que culminaram na promulgação de novas Constituições – a Espanha em 1978 e o Brasil em 1988. Importa registrar que essas forças populares definiram amplos direitos sociais como dever do Estado, requisitando políticas sociais de caráter universal e públicas. Ocorre que estas foram implantadas de forma tardia quando comparadas às experiências do Estado de Bem-Estar Social de países do norte da Europa e concomitante aos primeiros governos de explícita orientação neoliberal. Neste caso, referimo-nos ao Chile, a partir do Golpe Militar de 1973; a Argentina, com o início do Golpe de 1976; ao Reino Unido, durante os governos de Margaret Thatcher entre 1979 e 1990; e aos Estados Unidos, com os governos de Ronald Reagan entre 1981 e 1989 (Moraes, 2018).

Desta forma, com mais de quatro décadas de ofensiva neoliberal ao trabalho e aos direitos sociais, e de uma correspondente ascensão de forças da ultradireita no Brasil e na Espanha, a racionalidade gerencialista sobre as políticas sociais públicas segue se aprofundando e exigindo a modernização do Estado. O uso das tecnologias de informação

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001"/"This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001.

e de comunicação (TIC) tem sido intensificado e justificado como meio para o Estado se tornar mais eficiente e chegar diretamente ao cidadão (OCDE, 2003; Ministerio de la Previdencia, 2021).

Nas próximas décadas, a Espanha irá sentir os efeitos profundos de três *megatendências* comuns a toda a Europa e a uma grande parte dos países desenvolvidos do mundo: o envelhecimento demográfico, a transformação digital e a transição ecológica. (...) A Espanha dispõe de uma das melhores infraestruturas de conectividade da UE, apostou firmemente no 5G e está bem posicionada na corrida à Inteligência Artificial. Além disso, existem vários programas públicos em vigor, como a Estratégia Espanhola para a Ciência, Tecnologia e Inovação ou a Agenda Digital de Espanha 2025, e uma fonte significativa de financiamento para este efeito proveniente dos fundos europeus de recuperação. (Ministerio de la Presidencia, 2021, p. 78 – tradução nossa)

Assim, oferecemos um quadro recente da proteção social pública na Espanha com a continuidade da tendência ao familismo após a pandemia da COVID-10, ao mesmo tempo em que o gerencialismo e o imperativo do uso das TIC nas políticas sociais públicas vêm acompanhados de um discurso oficial de modernização da administração pública e de benefícios aos cidadãos.

2. A Política Social Pública na Espanha: um assunto da família

No Estado Espanhol, a promulgação da Constituição de 1978² trouxe consigo o final da transição e o início da democracia (após a ditadura do General Franco). São muitos os assuntos que, em matéria de proteção social e política social, podem ser abordados.

Devido aos limites deste texto, enfocaremos primordialmente os direitos sociais, analisando como a política social na Espanha se desenvolveu e se materializou, priorizando a problematização a partir da pandemia da COVID-19 e a projeção oficial que se tem do país para 2050.

O Capítulo Terceiro da Constituição da Espanha faz referência aos Princípios Orientadores da Política Social e Econômica. Dentre vários assuntos, são abordados temas importantes como a proteção social, econômica e jurídica da família (Art. 39); a distribuição de renda regional e pessoal equitativa e a proteção do emprego (Art. 40); a Seguridade Social (Art. 43); a proteção ao meio ambiente (Art. 45); o direito à moradia digna (Art. 47); a plena autonomia pessoal e a inclusão social das pessoas com deficiência em ambientes universalmente acessíveis (Art. 49, recentemente reformulado); a garantia de aposentadorias adequadas à Terceira Idade, promovendo seu bem-estar mediante um sistema de serviços sociais que atenda seus problemas específicos de saúde, habitação, cultura e ócio (Art. 50).

Como se pode ver, neste breve resumo estão referidos os pilares básicos do Estado de Bem-Estar. Não obstante, também se pode observar nos Artigos supracitados, certas ambiguidades que não deixam margem para a universalidade dos direitos reconhecidos, malgrado suas boas intenções. O devir da história e a presença da economia capitalista, agora mundializada, põe em xeque todos estes princípios, pois:

² A Constituição Espanhola de 1978 (de agora em diante, CE), aprovada pelas Cortes em sessões plenárias do Congresso dos Deputados e do Senado, realizadas em 31 de outubro de 1978, e ratificada pelo povo espanhol em referendo em 06 de dezembro de 1978. BOE. Gaceta de Madrid, 29 de dezembro de 1978.

As políticas sociais têm sido submetidas a um forte questionamento por parte da ideologia neoliberal e dos políticos neoconservadores. Com a eclosão da crise financeira, especialmente nas democracias avançadas de bem-estar, o modelo do capitalismo anglo-saxônico foi fortemente criticado no “Velho Continente” como o principal responsável dos excessos financeiros. No entanto, as reticências nacionais dos Estados-Membros da UE impediram uma resposta europeia coordenada e levantaram questões sobre a evolução futura no que diz respeito à sustentabilidade social e económica dos Estados de Bem-Estar europeus. (Moreno, 2010, p. 4-5 – tradução nossa).

No caso da Espanha, o Bem-Estar Social como direitos sociais e económicos chegou muito tarde, tão tarde quanto a sua democracia. A tradição católica e um modelo de política social baseado no assistencialismo – quando não na beneficência –, irrompeu na democracia com uma herança difícil de dissipar. O planeamento da proteção social baseava-se inevitavelmente na proteção da família e suas obrigações, sendo a subsidiariedade um elemento fundamental dessa proteção social.

O Estado de Bem-Estar espanhol se identifica com os países meridionais e baseia-se, desde o início, numa organização corporativista (contribuições para a previdência social e proteção social dos trabalhadores), expandindo-se a partir dos anos 1980 com “o estabelecimento de um Sistema Nacional de Saúde em 1986 e, a partir de 1990, a incorporação de benefícios não contributivos ao sistema de Seguridade Social” (Calero, 2021, p. 459 – tradução nossa).

Para dar uma visão geral da situação atual da proteção social na Espanha, é necessário considerar duas questões fundamentais. Em primeiro lugar, é importante sublinhar que a manutenção da Seguridade Social na Europa é um enorme desafio, dado o momento em que a complexa mundialização da economia aponta para um modelo económico cada vez mais liberalizado e sem qualquer controle interno. Em segundo lugar, as mudanças demográficas: maior esperança de vida; aumento do emprego feminino; novas modalidades de família; e novas configurações de outras questões modificaram os princípios inspiradores e factuais do Bem-Estar Social após a Segunda Guerra Mundial. É assim que Moreno (2010) se posiciona quando afirma que: “o modelo social da União Europeia enfrentou o desafio de renovar o pacto entre bem-estar social e progresso económico” (2010, p.4 – tradução nossa).

No caso espanhol, após as recentes e sucessivas crises económicas, desde 2008 os *slogans* políticos contrários ao Bem-Estar Social têm indicado a contenção dos gastos sociais – e até mesmo os “cortes” nestes gastos –, argumentando com discursos neoliberais que a função protetora do Estado espanhol, sob os novos cenários económicos, não só é inviável, como também um desperdício de dinheiro.

Não obstante, apesar das intenções destes discursos e dos cortes orçamentários impetrados, os pilares da proteção social como a Saúde, a garantia de renda, a Educação e até os serviços sociais (especialmente os que dizem respeito à proteção de pessoas em situação de dependência social) tem resistido, de forma que, a partir de 2020, e como consequência da pandemia da COVID-19, podemos falar do surgimento do chamado Escudo Social, com o qual o governo progressista (Partido Socialista Operário Espanhol e os seus parceiros, também progressistas) tentou reduzir o impacto destas crises contínuas e da emergência sanitária, propondo respostas sociais oferecendo mínimos sociais, ou seja, conseguindo aliviar as emergências sociais, por vezes com novos direitos e, em outras ocasiões, com medidas assistenciais.

Neste trabalho, o foco reside na descrição da proteção social na Espanha após a pandemia, notadamente no que concerne à atenção à educação, à saúde, à proteção do emprego, à previdência social (especialmente pensões) e à assistência social (com especial referência à proteção de pessoas em situação de dependência social).

2.1. O sistema educativo do Estado espanhol na atualidade: a estratificação dos estudantes

O artigo 27 da Constituição Espanhola de 1978 refere-se à educação e à liberdade de ensino, estabelecendo a gratuidade do ensino básico entre os 3 e os 16 anos. Do mesmo modo, as universidades possuem autonomia no desenvolvimento das suas funções.

Sem entrar em demasiados pormenores, posto que na Espanha as competências do Sistema Educativo são transferidas para as Comunidades Autônomas, cabendo à Administração Central estabelecer as orientações, podemos afirmar que neste sistema existem fissuras que estratificam socialmente o corpo discente, ao mesmo tempo que exercem um mecanismo de reprodução social que se identifica com a perpetuação de uma sociedade na qual a origem e as oportunidades podem determinar o futuro dos estudantes.

Se há algo que pode garantir o bem-estar social de uma população, é o nível de educação. É por isso que quanto menos oportunidades houver no sistema de ensino público, maiores serão as áreas de abrangência do ensino privado e/ou subsidiado pelo Estado. Nas últimas três décadas, o sistema educativo espanhol tem dado grande importância ao que se pode ser chamado de liberdade de escolha, de tal forma que:

O neoliberalismo tem implicado uma progressiva evolução segundo a qual a educação é cada vez mais concebida como uma mercadoria e menos como um direito; sendo gerida, organizada e regulada mais a partir de uma lógica empresarial do que como um serviço público. As suas finalidades, princípios e objetivos têm sido cada vez mais ligados às necessidades do mercado, em detrimento do desenvolvimento integral dos estudantes ou das necessidades da comunidade social em um sentido amplo e democrático. (Díez; Bernabé, 2021, p.215 – tradução nossa).

O abismo entre alunos de diferentes níveis socioeconômicos continua a aumentar na Espanha, a ponto de constatar que:

Os estudantes desfavorecidos possuem mais probabilidade de serem reprovados e por isso matriculem-se em programas de formação profissional ao invés de cursos generalistas. É menos provável também que tenham a expectativa de concluir um curso pós-secundário, devido à baixa autoestima. Quando concluem a escolaridade obrigatória, os estudantes desfavorecidos registam taxas mais baixas de ingresso no ensino superior, taxas de conclusão reduzidas e piores resultados no mercado de trabalho. (Relatório PISA, 2022, p.117 – tradução nossa).

O fato é que, na Espanha, apesar de se declarar que a Educação é pública e gratuita, a realidade é bem diferente e há mais escolas subsidiadas pelo Estado (de natureza privada, mas subsidiadas pelo Estado) do que escolas públicas. Soma-se a isto a distribuição geográfica das escolas, que corrobora o fato de as escolas públicas corresponderem às classes sociais mais vulneráveis. Em outras palavras: “a segregação escolar converteu-se em um dos

principais problemas do sistema educativo espanhol, apresentando um índice de inclusão social, segundo a OCDE (2015), notavelmente inferior ao dos países vizinhos.” (Turienzo; Manso, 2022, p.252 – tradução nossa).

Esta hegemonia das escolas subsidiadas pelo Estado sobre as escolas públicas permite que as primeiras selecionem os seus alunos a partir de critérios de residência, opção religiosa, entre outros, o que nos permite afirmar que, embora o ensino público na Espanha tenha melhorado, continua a ser uma realidade que não garante, em circunstância alguma, a igualdade de oportunidades.

A despeito desta complexa realidade, o documento *España 2050: Fundamentos y propuestas para una Estrategia Nacional de Largo Plazo* (Ministerio de la Presidencia, 2021) se mostra otimista frente a dois desafios relacionados à educação que, se enfrentados, poderá equiparar o país aos mais desenvolvidos da União Europeia.

[...] melhorar os seus níveis de aprendizagem (por exemplo, com um aumento de 20 pontos nos testes normalizados PISA) e aumentar em 23 pontos percentuais a parcela da população com idade compreendida entre os 25 e os 34 anos que obtém formação para além do ensino secundário. (2021, p. 21, tradução nossa)

Com a tendência ao envelhecimento populacional, a Espanha calcula que terá quase um milhão a menos de estudantes entre 3 e 23 anos até 2050, o que permitirá duplicar o gasto público com a educação para as pessoas da faixa etária economicamente ativa sem, contudo, incorrer no aumento real dessa despesa, conforme preceitua a orientação neoliberal.

Este deslocamento de recursos, associado à difusão de tecnologias digitais como os do tipo *big data*, onde o processamento e a análise de uma massa volumosa de dados podem ser processados e automatizados, também é indicada como meio “para combater mais eficazmente fenômenos como o abandono escolar e a segregação, descobrir e aproveitar melhor o potencial da população jovem e a colher os ganhos em termos de cobertura e aprendizagem” (2021, p. 21 - tradução nossa) de que necessitam para se posicionarem na vanguarda da educação europeia.

Assim, para aumentar a produtividade da economia em 50% até meados do século XXI e, concomitantemente, reduzir a diferença de rendimento *per capita* em relação aos países mais desenvolvidos, a Espanha planeja o uso das tecnologias digitais para identificar problemas relevantes na retenção dos estudantes, ao mesmo tempo em que projeta o incremento maciço da digitalização e da Inteligência Artificial na formação de competências voltadas ao mercado de trabalho em rápida mutação.

2.2. A Política de Saúde na Espanha hoje: saúde pública *versus* saúde privada

O direito à saúde na Espanha está consagrado na Lei Geral da Saúde (Lei 14/1986), que estabelece seu financiamento público, universalidade e gratuidade. A maioria dos espanhóis confia na saúde pública: 57,5% consideram que o sistema de saúde pública funciona bem, embora precise de mudanças (CIS, 2023). O sistema de saúde pública é uma das maiores conquistas do povo espanhol desde a instauração da democracia, e apesar da

ofensiva neoliberal e da redução dos orçamentos neste âmbito, a população continua a considerar que a qualidade dos serviços, especialmente no caso de doenças graves, é melhor do que a da saúde no sistema privado.

Após a pandemia da COVID-19, as ações do Executivo espanhol têm sido orientadas para o reforço do Sistema Nacional de Saúde. Assim, em 2021, o Governo reafirmou o seu compromisso de eliminar progressivamente os copagamentos, conforme previsto na Lei Orçamentária Geral de 2021. A isenção para os grupos considerados mais vulneráveis, como as pessoas que recebem o *Ingreso Mínimo Vital* (IMV – Rendimiento Mínimo Vital), os pensionistas com baixos rendimentos, os menores com deficiências reconhecidas e as pessoas com o benefício de *hijo a cargo*³. Da mesma forma, desde 2021, o direito à assistência à saúde custeada pelo poder público, é garantido aos cidadãos espanhóis residentes no estrangeiro durante os seus movimentos temporários para o território espanhol e aos seus familiares, bem como às pessoas que não estão registradas ou autorizadas como residentes na Espanha.

No entanto, esta questão, que parece um avanço, não é tão ideal quando a deslocamos para as diferentes comunidades autônomas, uma vez que estas são gestoras do Serviço Nacional de Saúde em cada um dos seus territórios, onde as diferenças no serviço e a vontade política se mostram evidentes. As deficiências mais marcantes estão nos “cuidados primários, que continuam a ter tempos de espera intoleráveis, recursos insuficientes e apresentam graves problemas que tornam muito difícil que estes sejam a espinha dorsal do sistema de saúde”. (FADSP, 2024, p.4 – tradução nossa).

2.3. A Previdência Social e a fragilidade das pensões

A Previdência Social é, sem dúvida, um dos pilares básicos do Estado de Bem-Estar Social, através do qual se desenvolve um sistema de proteção social que permite garantir o rendimento dos cidadãos de um país em caso de necessidade. De acordo com o artigo 41 da Constituição Espanhola, trata-se de garantir no futuro um sistema público de aposentadorias justo, equilibrado e solidário. A Previdência Social deve garantir a proteção dos cidadãos e das suas famílias em situações de velhice, doença, desemprego e outras privações sociais que exijam assistência no decurso da vida.

É, sem dúvida, o sistema de proteção social mais extenso e completo de todos os desenvolvidos na Espanha. Cobre as seguintes eventualidades

- a. Assistência médica: incapacidade temporária; risco durante a gravidez; risco durante a amamentação; nascimento e cuidados a prestar a uma criança; cuidados a crianças afetadas por câncer ou outras doenças graves; corresponsabilidade nos cuidados a lactantes; incapacidade permanente, lesões permanentes não incapacitantes e aposentadoria.

³ O benefício por *hijo o menor acogido a cargo* é um abono familiar não contributivo que consiste em um subsídio financeiro para cada filho com menos de 18 anos de idade ou mais velho afetado por uma deficiência igual ou superior a 65%, bem como por crianças ou adolescentes em regime de acolhimento familiar permanente ou com fins de adoção que dependam do beneficiário, desde que sejam cumpridos os requisitos exigidos. (Instituto BBVA de Pensiones, 2024).

- b. Morte e sobrevivência: auxílio funeral, pensão por viuvez, subsídio temporário de viuvez, pensão de orfandade, subsídio de orfandade em caso de violência contra as mulheres, pensão a favor dos membros da família.

Nos subsídios familiares, há previsão de indenização especial de montante fixo em caso de acidente de trabalho e de doença profissional de seus integrantes.

- c. Benefícios familiares: subsídios financeiros por *hijo o menor acogido a cargo*; para o nascimento/adoção de uma criança, no caso de famílias numerosas, famílias monoparentais e no caso de mães com deficiência; para nascimentos múltiplos ou adoções e outros benefícios não financeiros.
- d. Benefícios por desemprego (Agência Espanhola de Emprego): subsídios financeiros por tempo de serviço para trabalhadores autônomos e assistência social promovida pelo *Instituto de Mayores y Servicios Sociales* (IMSERSO) ou organismos competentes das Comunidades Autônomas com competências descentralizadas.
- e. Benefícios do *Seguro Obligatorio de Vejez e Invalidez* (SOVI): subsídio financeiro para velhice, invalidez e viuvez.
- f. Benefícios do Seguro Escolar.

O desafio mais importante e preocupante que se coloca ao Sistema da Previdência Social é a capacidade contributiva e de geração de receitas que o Estado espanhol pode dispor para assegurar a cobertura em todos os momentos da vida dos seus cidadãos em que estes necessitem.

Os discursos neoliberais falam da privatização das pensões, e da procura de um modelo de previdência social afastado das competências do Estado, o que significaria deixar trabalhadores e suas famílias à sua própria sorte.

2.4. Assistência social: emergências sociais e proteção dos idosos

O Sistema Público de uma Política de Assistência Social é, sem dúvida, o mais recente e menos desenvolvido na Espanha⁴, já que se trata de uma forma de provisão social cujas origens mais recentes são o assistencialismo e a caridade.

A sua singularidade reside no fato de que se nos itens anteriores pudemos falar de diretrizes e regulamentos estatais propostos a partir da administração social e com um controle severo da legislação geral, no caso da Assistência Social partiremos de um quadro de competências das Comunidades Autônomas, o que nos leva a tratar dos Sistemas Públicos de Serviços Sociais (no plural), resultando na existência de 17 sistemas – um para cada Comunidade Autônoma – e mais dois subsistemas referentes às Cidades Autônomas de Ceuta e Melilla (Alemán, Alonso e Rodríguez, 2020). Portanto, debatemos sistemas em face dos respectivos Estatutos de Autonomia porque não existe uma Lei Geral em nível estatal, embora exista atualmente um projeto de lei.

Estruturalmente, os Serviços Sociais estão organizados em dois níveis: um nível generalista ou primário, que tem competências em questões básicas em termos de

⁴ Sem considerar o direito à Habitação, que por ser um direito quase invisível, não incluímos neste texto.

minimalidade e cujos programas são: informação, orientação, avaliação, acolhimento, apoio domiciliar, entre outros que são considerados como porta de entrada ou de acesso a este(s) sistema(s). A sua abrangência é municipal, e como serviços, falamos de centros de proximidade localizados em bairros com demarcações geográficas bem definidas. O segundo nível de cuidados é denominado especializado ou secundário, que “atende aos diferentes setores da população: infância, juventude, família, deficiência, idosos, mulheres, migrantes, pessoas socialmente excluídas” (Alemán, Alonso e García, 2011, p. 21 – tradução nossa).

O Terceiro Setor desempenha um papel essencial na configuração dos Serviços Sociais. Suas ações e competências são acreditadas pelo Estado, que o sujeita a inspeção e controle. Chama a nossa atenção que as organizações de iniciativa social, e mesmo as organizações comerciais (com fins lucrativos) chegam, por vezes, de forma mais sensível onde a administração pública não alcança. Na pandemia da COVID-19, por exemplo, houve o fechamento por meses consecutivos destas unidades públicas dos Serviços Sociais, enquanto aquelas criaram mecanismos mistos de acesso à população, isto é, via contato *online* e presencial.

No âmbito dos Serviços Sociais e como direito subjetivo de cidadania, está a assistência às pessoas em situação de dependência e a promoção da autonomia pessoal (LAPAD)⁵. Neste sentido, as mudanças demográficas e sociais tornaram necessário um investimento social e econômico nesta matéria, o que significou um avanço notável nesta política social. Este conjunto de fatores levou ao desenvolvimento de uma série de benefícios técnicos e econômicos sem precedentes: prevenção de situações de dependência e promoção da autonomia pessoal, tele cuidados, atenção domiciliar, atenção em postos de dia ou de noite e cuidados residenciais temporários ou permanentes. Para dar resposta a esta área é necessário a coordenação com outros sistemas de proteção social, incluindo o sistema de saúde.

2.5. Proteção do emprego: precariedade e pobreza

O emprego na Espanha é protegido pelo artigo 40 da Constituição Espanhola. Na vasta legislação existente, foi aprovada a Lei 3/2023, em 28 de fevereiro, sobre o emprego. O objeto da Lei é o desenvolvimento do planejamento, a coordenação e a execução da política de emprego, a fim de garantir serviços e contribuir para melhorar a empregabilidade, a redução da diferença salarial e o oferecimento de uma carteira de serviços adequada à situação atual. Com ela, se pretende adaptar o mercado de trabalho às novas realidades sociais, econômicas e tecnológicas. Entre muitas das medidas introduzidas com esta nova lei, contam-se a não vinculação do salário-mínimo interprofissional; a criação da Agência Espanhola de Emprego, cuja atenção não se centrará apenas nos candidatos a emprego, mas também nos trabalhadores empregados que pretendam melhorar a sua situação laboral. Além disso, prevê uma especial atenção aos desempregados de longa duração e às pessoas com mais de 45 anos, bem como às pessoas com algum tipo de deficiência.

A Espanha tem um dos piores índices de desemprego da União Europeia, com quase três milhões de pessoas num universo de pouco mais de 21 milhões de população ativa, o

⁵ LAPAD – Lei 39/2006, de 14 de dezembro, que trata da Promoção da Autonomia Pessoal e Cuidado às Pessoas em situação de Dependência.

que significa que a taxa de desemprego era de 12,29% no primeiro trimestre de 2024 (Instituto Nacional de Estadística, 2024).

Por outro lado, a precariedade do emprego na Espanha levou a uma condição na qual o fato de ter um emprego não significa a garantia de sair da pobreza, que é cada vez mais frequente entre os trabalhadores assalariados, cujos rendimentos não garantem uma subsistência digna. Por conseguinte, a classe média está enfraquecida e a diferença entre ricos e pobres está a aumentar. Neste contexto, foram os jovens que viram a sua participação no sistema ocupacional piorar durante este período recente: a população ativa com menos de 30 anos diminuiu para metade (Foessa, 2022).

A inovação tecnológica necessária para aumentar a produtividade e para exigir trabalhadores mais qualificados não é acompanhada necessariamente de melhores condições de emprego. Na Espanha, há um baixo investimento empresarial no uso de tecnologias digitais. Antes do início da pandemia da COVID-19, por exemplo, somente 11% das empresas espanholas usavam *big data* (15% da média da UE), apenas 20% das pequenas e médias empresas recorriam ao comércio eletrônico para vender seus produtos (contra 26% da UE), e só 8% da população economicamente ativa desenvolvia suas atividades via teletrabalho (27% na UE) (Ministerio de la Presidencia, 2021).

O investimento em tecnologias digitais de informação e comunicação aumentou significativamente durante a pandemia e o uso de grandes sistemas de informação do tipo *big data* se tornou um imperativo. Assim, a Espanha projeta “monitorar em tempo real as necessidades do mercado e conceber os melhores itinerários de formação para os seus alunos” (2021, p. 151 – tradução nossa). Para isso, intenciona apostar até 2050 na formação profissional online ou mista, particularmente, esta que combina a formação presencial com a formação à distância. Novamente, a educação e o trabalho se encontram na apologia ao uso das tecnologias digitais para “melhorar a qualidade, a quantidade e a flexibilidade do ensino sem incorrer em grandes despesas” (2021, p. 151 – tradução nossa). O imperativo do neoliberalismo se mostra presente no projeto de sociedade para a Espanha.

3. Palavras finais

Com a reestruturação produtiva iniciada nos anos 1970, o trabalho passou a ser reorganizado, combinando novas e antigas formas de acumulação, provocando o aumento do desemprego estrutural, formas de precarização laboral e retrocessos dos direitos trabalhistas (Antunes, 2000), desvelando novas expressões da “questão social”⁶.

Neste quadro, o Estado põe em curso uma verdadeira parafernália de políticas sociais, que buscam incessantemente passivizar e apoderar-se das chamadas “classes perigosas”, por meio de intervenções pontuais que incidem sobre os segmentos mais pauperizados da classe trabalhadora, ou seja, os mais pobres dentre os pobres.

Uma vez que a pobreza contemporânea é potencializada – em grande parte, mas não exclusivamente – pelo trabalho (ou pela falta deste), o trabalhador e sua família passam a receber suplementos (financeiro e/ou material), que são fornecidos por meio da assistência.

⁶ Aqui entendida nos termos de Iamamoto (1998, p. 27 – grifos da autora), como *o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação de seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade.*

Soma-se a isto o fato de que, para as classes e camadas subalternizadas, a educação ainda se constitui como a única maneira que possuem de ascender socialmente. O Estado capitalista completa então o amálgama apassivador: a assistência (básica) viabiliza políticas de educação (para formação de competências), que por sua vez, possibilitarão a inserção no sonhado mundo do trabalho (precário). Já se estabelece aqui uma díade não exatamente nova, mas inovadora: *a assistencialização do trabalho* (Leite, 2013).

A indesejável e persistente permanência de bolsões de pobreza, mesmo na população empregada, atordoa e assusta as entidades internacionais, posto que revela o que se procurou ocultar: possuir um emprego (trabalho), não em si suficiente para tirar as pessoas da pobreza:

Isto significa que, cada vez mais, será necessária a utilização de medidas assistenciais para manter o trabalhador e sua família em condições mínimas de sobrevivência e capacidade de produção.

No que concerne às políticas sociais *stricto sensu*, a Espanha segue a tendência neoliberal que recomenda uma nova abordagem de gestão – o chamado *gerencialismo* – que, na verdade, é a pá de cal para a desconstrução dos serviços públicos.

Tal programática é incentivada pelos organismos multilaterais pertencentes às bases do capitalismo, a exemplo do grupo Banco Mundial (BM) e do Fundo Monetário Internacional (FMI). Trata-se de um contexto em que, segundo Pereira (2010), as sucursais de *Wall Street* (BM e FMI) veiculam métodos pretensamente científicos e universais voltados a tratar todo e qualquer fenômeno social sob uma ótica administrativa. Destarte, a partir de 1979 (durante a gestão McNamara do Banco Mundial) foram anunciados empréstimos de ajustamento estrutural, os quais eram voltados à redefinição de políticas de Estado, forjando uma política de ajustamento que trazia (traz) condicionantes institucionais para órgãos públicos dos mais diversificados setores e níveis de governo, forjando um novo exoesqueleto estatal em que, oficialmente, a gestão pública é submetida aos pressupostos do ajuste macropolítico (Valle; Leite, 2023)

Forja-se, portanto, um contexto em que a pauta do BM cristaliza a “questão social” sob uma ótica filantrópica, restringe o espaço dos direitos sociais e trabalhistas, bem como aprofunda o ideário do gerencialismo. Trata-se, pois, não da limitação ou redução do papel do Estado, mas sim, da diminuição do poder das classes subalternas dentro desse aparato.

Estrutura-se, pois, instituições ressignificadas que reordenam a subjetividade do trabalhador. Não à toa, as instituições públicas também adotam “*missão, visão, política de qualidade, valores institucionais, direcionadores estratégicos*”.

O arsenal de políticas “integradoras” e “inclusivas” não para de crescer e se expandir. A partir da conjugação assistencialismo, trabalho e educação nestas políticas, a reprodução, integração e reintegração periférica da força de trabalho e o gerenciamento e controle da pobreza estão garantidos. Além disso, o trabalhador, ao ser envolvido na matriz ideológica (principalmente pela via da educação), introjeta os comportamentos e valores burgueses, tendo, assim, a sua subjetividade capturada pelo e para o capital. Isto porque “enquanto efeito do trabalho ideológico, a ‘captura’ da subjetividade do homem que trabalha significa a despersonalização do trabalho vivo por meio de dispositivos de desconstrução da pessoa humana.” (Alves, 2010, p. 45)

Dessa maneira, em nome do desempenho, da qualidade, da eficácia, da competição e da mobilidade, construímos um novo mundo que tem a gestão como ideologia, legitimando uma abordagem instrumental, utilitarista e contábil das relações entre o homem e a sociedade.

Na Espanha, apesar de os discursos políticos da direita e da esquerda não negarem o Bem-Estar Social como um objetivo das suas ações, considerando que este também é estabelecido pela Constituição da Espanha, a realidade é que as ofensivas neoconservadoras, como a ideia de ameaça interna frente aos movimentos migratórios, aos ditames da União Europeia e uma política fiscal débil não permitem desenvolver a proteção social na Espanha em termos reais de universalidade e compensação.

Além disso, o déficit público sempre subordinando o orçamento público ao pagamento de taxas e juros, os conflitos bélicos atuais, as crises sanitária e climática favorecem a perpetuação de um Estado Familista, cada vez mais corporativo e com tensões ideológicas e sociais na execução das políticas sociais.

Nessa conjuntura, as tecnologias digitais têm servido como mediação necessária para a economia das despesas públicas em políticas sociais, tendo esse fenômeno se tornado mais visível a partir da pandemia da COVID-19.

Como docentes do Serviço Social e de países da periferia do capitalismo, importa seguir nas investigações em rede, a fim de captar as tendências contemporâneas que se colocam para a profissão e para as políticas sociais públicas.

Entendemos que a análise sobre o Estado neoliberal (para alguns, pós-neoliberal), que aporta “novos postulados gerenciais” e a utilização massiva das tecnologias digitais como forma de controle e coerção, não traz consigo apenas uma luta de ideias, mas a possibilidade de construção de formas de resistência e meios de renovação crítica.

4. Referências

ACTUALIDAD JURÍDICA. **Ley de Empleo 3/2023**. Tirant lo Blanch. 2023. Disponível em: <https://tirant.com/actualidad-juridica/noticia-aprobada-la-nueva-ley-de-empleo-3-2023/> . Acesso em: ago. 2024.

ALEMÁN BRACHO, C.; ALONSO SECO, J.M y RODRÍGUEZ FERNÁNDEZ, J. **El sistema de servicios sociales. Nuevas tendencias en España**. Manuales de Derecho y de la Seguridad Social. Ed. Tirant lo Blanch, 2020.

ALEMÁN BRACHO, C., ALONSO SECO, J.M. y GARCÍA SERRANO, M. **Servicios Sociales Públicos**. Ed. Tecnos, 2011.

ALVES, Giovanni. Trabalho, capitalismo global e a “captura” da subjetividade: uma perspectiva crítica. *In*: SANT’ANA, Raquel S. (org.). **Avesso do Trabalho II: trabalho, precarização e saúde do trabalhador**. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 41-60.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho: Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2000.

CALERO, J. El estado del bienestar español: valoración y perspectivas de futuro” *Araucaria*. **Revista Iberoamericana de Filosofía, Política, Humanidades y Relaciones Internacionales**, año 23, n. 47. Segundo cuatrimestre 2021. p. 457-478.

- CENTRO DE INVESTIGACIONES SOCIOLOGICAS. **Tercera oleada del barómetro sanitario**. 2023. Disponible em: <https://www.cis.es/-/el-84-6-de-los-espanoles-considera-que-la-sanidad-publica-funciona-bien-aunque-necesita-cambios>
- DÍEZ-GUTIÉRREZ, E.J y BERNABÉ-MARTÍNEZ, C. La libre elección educativa neoliberal frente a la concepción de la educación como un bien común y público. **Revista de Educación**, 395. Enero-Marzo 2022, p. 211-236. Disponible em: file:///C:/Users/blanc/Downloads/Estudio%20FOESSA%2050_interactivo2.pdf
- FEDERACIÓN DE ASOCIACIONES PARA LA DEFENSA DE LA SANIDAD PÚBLICA. **XX Informe: Los Servicios Sanitarios de las Comunidades Autónomas**. 2024, p.1-20. Disponible em: https://fadsp.es/wp-content/uploads/2024/06/20240614_InfSerSan24.docx.pdf
- FOESSA. La intensidad de una nueva crisis de empleo sin haber resuelto la anterior *In: Evolución de la cohesión social y consecuencias de la COVID-19 en España*. Colección de Estudios 50. 2022, p.33-36.
- IAMAMOTO, Marilda. V. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 1998.
- INSTITUTO BBVA DE PENSIONES. **¿Qué es una prestación por hijo a cargo?** Disponible em: <https://www.bbvamijubilacion.es/blog/que-es-una-prestacion-por-hijo-a-cargo/#:~:text=Se%20considera%20%22hijo%20o%20menor,acogido%20conviva%20con%20el%20beneficiario.> Acceso em: 25 ago. 2024.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA. **Encuesta de Población Activa. Primer Trimestre de 2024**. Ministerio de Economía y Hacienda, 2024. Disponible em: <https://www.ine.es/dyngs/Prensa/EPA1T24.htm>
- LEITE, Janete L. Trabalho e (des)Emprego na Atualidade: Prometeu passivizado. *In: MONTAÑO, Carlos e BASTOS, Rogério L. Conhecimento e Sociedade - ensaios marxistas*. São Paulo: Outras Expressões, 2013, p. 187-210.
- MINISTERIO DE EDUCACIÓN, FORMACIÓN PROFESIONAL Y DEPORTES (PISA). **Programa para la Evaluación Internacional de los Estudiantes Informe español**. 2022. Disponible em: <https://www.educacionfpydeportes.gob.es/dam/jcr:91f26ac3-0a3b-4efa-b2ce-a5d791229f4d/pisa-2022-informe-completo-digital-low.pdf>
- MINISTERIO DE LA PRESIDENCIA. **España 2050: Fundamentos y propuestas para una Estrategia Nacional de Largo Plazo**. Madrid: Ministerio de la Presidencia. 2021. Disponible em: https://www.congreso.es/docu/docum/ddocum/dosieres/sleg/legislatura_14/spl_60/pdfs/16.pdf
- MORAES, Reginaldo C. A decolagem do neoliberalismo nos Estados Unidos – uma história que ensina. **Tempo do Mundo** v. 4, n. 2, p. 109-122, 2018. Disponible em: <https://www.ipea.gov.br/revistas/index.php/rtm/article/view/13/13>

MORENO, L. (2010). **Reformas de las Políticas de bienestar:** contexto y nuevos riesgos sociales. Instituto de Políticas y Bienes Públicos (IPP), CCHS-CSIC, Documento de trabajo Número 19. Pp. 3-26, 2010. Disponível em: <https://digital.csic.es/handle/10261/28912>

OECD. **The e-Government Imperative**, OECD e-Government Studies, OECD Publishing, Paris, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/9789264101197-en>.

PEREIRA, J.M.M. **O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro 1944-2008**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

TURIENZO, D., y MANSO, J. **Cuando las políticas públicas se transforman en mecanismos (re)productores de desigualdad educativa:** el caso español en el acceso al sistema escolar. *Foro de Educación*, v. 20, n. 1, pp. 240-264, 2022. Disponível em: <file:///C:/Users/blanc/Downloads/898-3237-2-PB.pdf>

VALLE, Karla F.; LEITE, Janete L. Contrarreforma do Estado e Gerencialismo: novo fetiche, velha proposta. *In: LEITE, Janete L.; MENEZES, Débora H.L.; ANDREAZZI, Maria de Fátima S. de. Lutas Sociais, Política Social e Serviço Social*. Coleção José Paulo Netto, v. 6. Uberlândia: Navegando, 2023.

REALIDADE DA ACADEMIA HISTÓRICO-CRÍTICA EM TEMPOS INCERTOS

Lucio Fernando Oliver Costilla

1. Introdução

A seguir apresento algumas notas da minha pesquisa desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Rio de Janeiro durante a minha estadia de um semestre (1/02/2024-31/07/2024) como professor visitante sênior conforme seleção prevista pelo programa CAPES-PRINT.

Trata-se de um escrito em formato de memória de leituras, apontamentos, rascunhos, eixos de intercâmbios e debates que foi resultado da minha participação ativa na disciplina de doutorado (Tópicos Especiais de Pesquisa e Serviço Social: contribuições do pensamento crítico clássico e contemporâneo). Acompanham este texto algumas anotações menores que registram apreciações feitas nos intercâmbios realizados no Seminário oferecido opcionalmente ao Programa de Pós-Graduação sobre aproximações histórico-políticas à trajetória de Antônio Gramsci antes de ele ser arbitrariamente trancado ilegalmente em uma prisão pelo totalitarismo fascista, e que elucidam aspectos relevantes dos temas e das problemáticas da produção intelectual posterior do pensador italiano.

Na minha condição de professor de dedicação exclusiva da Universidade Nacional Autônoma do México, convidado para conhecer a Universidade Federal de Rio de Janeiro, gostaria de enfatizar que foi marcante o intercâmbio pessoal e institucional desenvolvido nas aulas e nas conversas com professores e estudantes da Pós-Graduação e da Graduação em Serviço Social. Nas aulas, pude conhecer novas formas de ver as problemáticas do mundo desde o Brasil, e me apropriei de novas ideias pertencentes ao acúmulo acadêmico sobre teoria social e a questão social no Serviço Social. Isso resultou em experiências e afetos que se traduziram em conhecimentos novos, produto da minha descoberta de ricos elementos históricos, culturais, políticos e econômicos do mundo acadêmico e social do Brasil. Tanto no espaço do doutorado como do mestrado, a internacionalização das nossas universidades permitiu a ampliação da minha visão do mundo e uma multiplicação de pensamentos e sentimentos compartilhados.

2. Desenvolvimento

O presente texto está organizado em quatro partes estruturadas para expor com alguma sistematização várias questões principais trabalhadas nas atividades de pesquisa.

2.1. Primeiro assunto: a perspectiva metodológica da unidade/distinção de história e teoria

A minha apreciação teórica é que boa parte dos estudos atuais de questões sociais fundamentais da modernidade, assim como são trabalhadas nos planos acadêmicos, ficam

limitados ou são tratados de forma superficial pelo fato da análise se restringir a só um aspecto da realidade da vida social e institucional ou a uma determinada forma de manifestação do fenômeno num momento dado. Não consideram que as sociedades são sempre relações sociais e históricas, que fazem parte integrante de uma totalidade em movimento, isto é, são formações sócio-históricas, embora com planos e graus diferenciados que resultam da divisão de trabalho e do distinto peso e interação entre diversos elementos sociais, temporais e territoriais, de vida, regulamentações e cultura, tanto econômicos, políticos, jurídicos e ideológicos, como institucionais, linguístico-comunicativos, tecnológicos, de pensamento, ação e organização.

Na minha pesquisa, concluí que a totalidade é uma abstração metodológica válida na medida em que esteja orientada a reconhecer que existem processos históricos que dão lugar a diferenciações e articulações entre distintos planos objetivamente existentes da vida social. Isso demonstra a importância de analisar metodologicamente os fenômenos sociais a partir da unidade/distinção de história e teoria, assim como estabelecer a relação existente entre âmbitos diferenciados, criados pelas necessidades do desenvolvimento social, tais como as relações econômico-sociais, de poder, e da iniciativa e vontade dos grupos sociais e os indivíduos. Não considerar a totalidade, ou tentar compreender um dado fenômeno a partir de absolutizando-o como algo em si mesmo, leva-se a permanecer num pensamento ordinário, próximo do senso comum, cheio de reducionismo e simplicidade que não contribui para um enfoque maduro e adequado de ciência social.

A totalidade pode se caracterizar como uma relação integral e interdependente entre elementos sintéticos que têm diferentes determinações histórico-concretas, segundo o peso e a força das formas primordiais, formas produtivas, instituições, sujeitos, atores, situações e formas de dependência ou independência pessoal no trabalho, na economia, no mercado ou na política. Isso articulado com distintas relações de poder e de socialização das regras jurídicas e institucionais, de comportamento social cultural e civilizatório.

O anterior conduz a uma aproximação para o estudo dos fenômenos e problemas sociais, para entendê-los não como questões separadas e isoladas a estudar, conhecer e explicar, senão a partir de caracterizar a sua autonomia relativa com relações de interdependência com outros âmbitos e elementos, que sempre fazem parte integral da totalidade. Esta, então, é uma referência e mediação necessária para compreender a profundidade problemas estudados pela teoria social, o que não significa deixar de lado o estudo da particularidade dos fenômenos.

Estudar fenômenos sociais de diversos tipos, então, significa procurar uma visão, cujo conhecimento diacrônico e sincrônico de unidade distinção entre história/teoria tem a ver com sua apropriada caracterização e com o uso analítico e sintético da ciência e da arte. Decifrar no concreto cada fenômeno a pesquisar, leva à busca da relação entre estruturas, situações e processos, Estado e sociedade, política e cultura, instituições, territórios e formas sociais, em processos históricos de longa, média e de curta duração.

Mas, aparece a questão problemática: que história e qual teoria? Como entendê-las como galhos de conhecimento nas ciências sociais? E como entender não somente a sua unidade senão também a sua distinção? É sabido que a noção de crítica desde Kant (*Crítica da Razão Pura*, A XII) tem superado o relato dos acontecimentos que dava prioridade a elementos religiosos, políticos, culturais ou individuais, para dar lugar a uma história racional e argumentada que recolhe elementos objetivos e subjetivos das forças, instituições,

conhecimentos e elementos produtivos, científicos e organizativos que geram as sociedades modernas. Um desses elementos é o modo de produção e circulação da riqueza moderna e o capital que, Marx afirma, dominar tudo na sociedade capitalista. Mas é claro que, como Marx estabeleceu em 1859 (Marx, prefácio de 1859), as contradições da sociedade moderna entre relações de produção e forças produtivas se expressam na luta entre as distintas concepções ideológicas, política e jurídicas das diferentes forças, e é na luta entre estas que se procuram resolver.

A história mesma, entendida de esta forma, é história ativa de forças sociais, grupos e indivíduos com raiz nacional popular e territorial institucional, que disputam essa luta com seus programas políticos, ideológicos e econômicos. E é nessa ação histórico política que eles criam situações e teorias sociais, caracterizam e tentam se constituir em direção política e ideológica do conjunto dos grupos sociais atuando nas suas contradições e conflitos assim como estabelecem estratégias e táticas nos horizontes de manutenção da ordem existente ou de transformações possíveis e desejáveis para uma outra situação.

Mas é claro que a teoria não é equivalente à história. Os conceitos são analíticos e sintéticos, além de históricos (Kant, *Crítica da Razão Pura*, A 7/B 11), por exemplo, como as noções de Estado ético-político moderno, de forças políticas dominantes, de sociedade civil atuante, de nação, de crise, de formas sociais e políticas, de domínio e hegemonia, etc.

Os autores que foram trabalhados e relidos durante o semestre de pesquisa na UFRJ foram construtores vivos de novos elementos da teoria crítica numa determinada situação histórica, tais como:

- Kant, com as suas noções de entendimento e razão, de crítica, de análise e de síntese (*Crítica da razão pura*, 1771)

- Hegel, com a noção de ruptura epistemológica, a partir da qual a teoria constituía uma consciência variável tanto individual como comunitária, fundamentada num crescente reconhecimento social igualitário e operada pela vontade livre (*Fenomenologia do Espírito*, 1807). Hegel trabalhou um processo teórico impulsionado pelo descobrimento do valor e da função das contradições, do movimento dos fenômenos e da passagem das aparências à essência, e daí, ao Conceito (*Ciência da Lógica*, 1813), num processo de procurar usufruir dum conhecimento iluminado por uma nova lógica dialética e pela ideia de liberdade espiritual vinculada à vida (*Princípios da Filosofia do Direito*, 1821).

- Marx, que optou pela ruptura epistemológica a respeito dos fundamentos da Economia Política do século XIX e colocou as bases duma nova teoria social histórica e crítica, fundamentada na relação social como condicionante do papel e das opções dos indivíduos, da elevação do abstrato dos sistemas teóricos ao concreto, que não é só uma síntese de determinações do pensamento senão que se trata de algo que está na própria história, e da negação da negação que acontece nos processos sociais impulsionados pelas contradições, determinações e relações reais (históricas) da vida social (cap. XXIV, de *O capital*, 1867).

- Engels, que inovou teoricamente sobre o Estado e a política sublinhando que todo Estado moderno é um pacto, que a época das revoluções espontâneas de minorias teria acabado como fato histórico normal, o que o levou a estabelecer que de 1895 para a frente, a maioria das revoluções sociais teriam de ser principalmente conscientes e de maiorias (Engels, *Prefácio de 1895*).

Outros autores como Antonio Gramsci (Teses de Lyon, 1926, Alguns temas da questão meridional, 1926, Cadernos do Cárcere, 1929-1935, René Zavaleta, 2013) e Ruy Mauro Marini (<http://marini-escritos.unam.mx>) foram autores também pesquisados pela importância das suas categorias intermediárias (analíticas e sintéticas), que impulsionaram a crítica ao dogmatismo teórico e à recuperação e renovação do marxismo como teoria social histórico-crítica que precisa de elaborar categorias intermediárias associadas à compreensão e caracterização das novas situações concretas. Eles se orientaram por uma compreensão e uso da teoria como filosofia da práxis, a noção do Estado como Estado integral, a importância de diferenciar a luta de classes como abstração e como realidade histórico-política, e enfatizaram em conhecer e caracterizar a especificidade dos processos vinculados ao Estado, à luta pela hegemonia, à democracia, à construção duma reforma intelectual e de uma vontade coletiva nacional popular, e a uma compreensão das instituições e das sociedades como espaços de disputa.

Estes autores elaboraram novas categorias teóricas intermediárias para estabelecer sínteses das determinações específicas das formações sociais nacionais e regionais de países periféricos; estabeleceram especificidades da integração imperialista internacional dos capitalismo nacionais; analisaram as formas de acumulação e sua relação com os interesses e as lutas políticas e ideológicas das classes sociais (colonialismo interno, Estados de compromisso, capitalismo dependente, subimperialismo, Estados de contrainsurgência, Estados aparentes, sociedades agarradas, momentos constitutivos, ciclos de Estado, hegemonia civil, etc.) relacionadas aos processos de construção das economias capitalistas dependentes e do mercado interno subordinado, à formação das nações e dos Estados, à relativa diferença cultural das distintas classes e à existência duma civilização coletiva e comunitária, em crise na modernidade.

Os três pensadores acima mencionados compartilharam um interesse especial por teorizar as crises políticas e as crises nacionais gerais como método de conhecimento da realidade periférica pela sociedade ou pelos seus movimentos políticos ou ideológicos. Construíram categorias para caracterizar as variadas crises em seu tempo e espaço assim como nas suas consequências para o aceleração das lutas políticas e sociais e para o autoconhecimento das forças ideológicas e políticas ativas. Com as categorias intermédias construídas pelos autores sobre as crises atuais (crises políticas, econômicas, de acumulação, de relação entre as estruturas produtivas, o mercado e o Estado, de dominação, de hegemonia, de distanciamento entre formas de Estado, mediações e sociedades civis, crise orgânica, crise conjuntural, Cesarismo, bonapartismo etc.) geraram conhecimentos importantes para entender e estudar a situações contemporâneas. A pesquisa foi produtiva para analisar o seu pensamento na ideia de nos capacitarmos para compreender nossa instável e complexa realidade atual.

As categorias intermédias expressam a especificidade e a potencialidade de conhecimento concreto da teoria pois vão além das abstrações teóricas gerais, que se antes estabeleceram sistemas teóricos suficientes para conhecer as tendências gerais, não dão conta suficiente das situações concretas em que se expressam as contradições e conflitos das sociedades atuais. No entanto, todos os dias se criam situações novas e se abrem espaços que requerem pesquisas sobre as problemáticas colocadas pela história às sociedades e aos seus intelectuais, em todas as classes sociais e lugares; afetam a pensadores da ordem e também aqueles que optam pela perspectiva crítica da situação.

2.2. Segundo assunto: A questão da interdisciplinaridade na teoria social contemporânea.

A aproximação interdisciplinar à realidade se apresenta hoje na academia como uma noção de senso comum a partir do reconhecimento de que a realidade está conformada por múltiplos elementos diversos, no entanto interconectados e atuantes. Crise climática, por exemplo, está relacionada com fatores ativos que são analisados pela física, a economia, a geografia, a política, a cultura, pelas ciências da saúde e do serviço social que atendem ao bem-estar da vida individual e coletiva. Mas é uma ingenuidade pensar que só juntando pesquisadores de distintas áreas e variadas formações, ou ampliando o conhecimento de distintas disciplinas, a pesquisa conjunta vai conseguir desenvolver uma perspectiva interdisciplinar (ainda que, com certeza, se vai ter uma aproximação mais complexa aos variados fenômenos).

Para avançar para a interdisciplina se precisa uma *ruptura epistemológica*, tanto nas perguntas como na profundidade teórica histórica e de pensamento, como aconteceu no processo da ilustração alemã que renovou a pergunta clássica da filosofia grega sobre a diferença entre aparência fenomênica e verdade, e a atualizou com muitas novas concepções e desenvolvimentos teóricos até chegar a produzir novos enfoques e resultados, especialmente com Hegel e Marx e seus seguidores mais criativos.

Nesse processo de ruptura epistêmica Hegel superou a diferença clássica entre sujeito-objeto, entendimento e consciência, aparência e essência, para propor uma nova lógica dialética e gerar uma nova concepção de conhecimento da realidade e do pensamento a partir de o espírito sair à vida e virar conceito que consegue se apropriar de novos elementos da vida da comunidade, do reconhecimento, do igualitarismo, da liberdade, da sociedade civil de trabalhadores interdependentes e do Estado ético-político moderno. Foi nessa ida para a vida que, a dizer de Hegel, a consciência social apreende as contradições como motor do conceito e das transformações e a força da vontade individual e coletiva se afirmam na relação cultura-política, isto é, da cultura (espírito) como política.

Marx, pela sua vez, na sua crítica da economia política clássica fez um rompimento epistemológico extraordinário ao impulsionar uma teoria realmente social e histórica, na qual o indivíduo moderno só pode ser entendido como resultado da totalidade interdependente dentro da sociedade (o que mudou o horizonte de conhecimento limitado aos indivíduos isolados sobre a produção de riqueza, colocado pela economia política), mostrando a importância do desenvolvimento da divisão do trabalho social para compreender a situação dos indivíduos, e passou a conceber as relações sociais como produto específico das diferenças entre as distintas fases históricas da produção, circulação, socialização e cultura (e já não como relações eternas entre indivíduos isolados), relações sociais em movimento, com a força do novo trabalho social ainda dominado pelo dinheiro, pelo capital e pela acumulação, cada vez mais alienado à relações sociais que se apresentam como relações entre coisas e como subordinação dos trabalhadores e as trabalhadoras às máquinas. à tecnologia e ao Estado.

Só enxergando a história é que se pode avançar numa ruptura epistemológica. E essa ruptura é também uma cadeia de mudanças que acontecem no pensamento para caracterizar mudanças na vida social. Vão afirmando novas concepções em momentos e obras teóricas

definitórias, como aconteceu com as elaborações de Hegel na Fenomenologia do Espírito, na Ciência da Lógica e nos Princípios da Filosofia do Direito; e com Marx, nas obras Ideologia Alemã, XVIII Brumário, Grundrisse, O capital, e a Guerra civil na França, entre outras.

Também pode existir a peculiaridade de uma obra só contribuir para uma grande ruptura epistemológica que, entretanto, precisará de desenvolvimentos posteriores. Foi o caso do prefácio de Engels em 1895 à uma nova edição da obra, As lutas de classes na França, de Marx. Engels, com a influência dum olhar histórico da mudada situação europeia, transformou a concepção teórica do Estado acrescentando novos elementos (O Estado deixou de ser apreciado só como domínio de classe para ser caracterizado como um pacto hegemônico entre todos os grupos da sociedade) e transformou a noção clássica de revolução baseada nas características de velha revolução francesa (para ele evoluções espontâneas de minorias já não serão uma normalidade pois estava se abrindo uma nova época de revoluções de maiorias conscientes) assuntos considerados centrais e muito delicados pelos teóricos críticos do século XIX.

Gramsci também enveredou numa ruptura epistemológica com uma retomada do pensamento original do Marx perante os pensadores liberais e contra o marxismo vulgar das II e III Internacionais. Com a filosofia da práxis, elaborou novas aproximações metodológicas e novas categorias histórico teóricas, denominadas por ele de “íntegrais”: história, cultura e Estado íntegrais (Cadernos do cárcere, Caderno 11). Pelas condições particulares de ele pensar e escrever no cárcere, para nós compreendermos a sua própria ruptura epistemológica é fundamental acompanhar o chamado “ritmo do seu pensamento” no qual ele vai revisando e mudando conceitos em especial o conceito mais destacado da hegemonia, tanto política e de projeto nacional popular, assim como as categorias de intelectual, de vida moral e civil. (Cospito, 2016).

A respeito do pensamento latino-americano, pensadores críticos fizeram contribuições muito importantes para uma perspectiva interdisciplinar dos problemas e da vida política, social, econômica e cultural dos países da região, a tal ponto que pode se dizer que América Latina em conjunto tem caráter de ser uma potência intelectual e cultural. Devido às limitações do período de pesquisa, só foi possível para revisar e reler com cuidado alguns textos da obra teórica política do boliviano René Zavaleta e do brasileiro Ruy Mauro Marini. O primeiro tem suas obras publicadas em 4 tomos pela editora Plural de seu país e, no caso do segundo, a sua produção intelectual encontrou acolhida no site virtual da UNAM: <http://marini-escritos.unam.mx>.

Categorias histórico críticas intermédias de Zavaleta foram elementos metodológicos e teóricos de ruptura epistemológica interdisciplinar contrastantes a respeito do pensamento reducionista do pensamento de esquerda tradicional da América Latina. Entre outros, estão os conceitos de crise nacional geral, formas primordiais, momentos constitutivos dos Estados, equação social, Estados aparentes e sociedades heterogêneas, mediações estatais, ciclos de Estado, categorias encontradas e opostas de democracia, poder dual, o nacional popular. Estes conceitos foram criados por ele para sintetizar determinações de fenômenos da vida política e social latino-americana dos anos 1960 até os anos 1985 do século anterior.

O pensador crítico brasileiro Ruy Mauro Marini, pela sua parte e, no mesmo período que Zavaleta, fez uma grande obra sobre as especificidades do capitalismo latino-americano, como a sua caracterização de capitalismo periférico, dependente e subordinado. A sua

produção teórica resultou um elemento chave para entender fenômenos relacionados à integração subordinada das nossas economias ao capitalismo mundial, à submissão da pequena e média burguesia ao grande capital transnacional, o fenômeno do subimperialismo, como aprofundamento da monopolização da economia e da desigualdade social a partir da superexploração da mão de obra, da transferência de valor e da procura permanente das nossas classes capitalistas pelo lucro fácil a partir do caminho da mais-valia extraordinária. O resultado: uma precarização profunda da vida popular, a ausência da produção própria de bens de produção, a dependência redobrada capitalista dos commodities na divisão internacional do trabalho, e economias dominadas pelas corporações transnacionais e o capital financeiro mundial. Esta situação gerou uma derrota dos Estados com projetos nacionais, um desinteresse e incapacidade de luta nacional das classes capitalistas internas e um aumento da conflitividade entre as oligarquias empresariais industriais, financeiras, exportadoras, comerciais e latifundiárias.

A resistência e as lutas com insuficiências de projetos das classes operárias, dos movimentos sociais e das massas populares foram sufocadas pelas oligarquias dirigentes nos anos sessenta e setenta do século anterior, por meio de golpes de Estado que resultaram numa união do capital monopolista e forças armadas reacionárias subordinadas aos capitais transnacionais. Marini forjou a figura de Estados de contrainsurgência, para caracterizar os poderes políticos militarizados em busca manter as condições de acumulação extraordinária, desorganizar os movimentos populares e redefinir a democracia restringida como possível e viável para seus interesses.

Na atualidade, a crise de legitimidade de uma globalização elitizada e excludente, junto a falência dos Estados neoliberais de concorrência, tem criado novas situações em alguns países da região gerando crises internas das instituições políticas de democracia de partidos elitizados, abrindo passo a regimes de direitos restritos e formas democráticas liberais autoritárias de Estado, produzindo-se o fim da correspondência progressista entre forças sociais, projetos nacionais e internacionais de direção política, situação que está precisando aprimorar o estudo crítico intelectual da realidade.

Daí a necessidade de pesquisar quais conceitos de Zavaleta e Marini que foram parte de uma ruptura epistêmica no século anterior e que permitem hoje analisar com complexidade e como problemas não resolvidos as diferentes crises da América Latina: das economias nacionais, das instituições, das ideologias e da própria civilização, no meio do avanço de forças histórico políticas que estão empoderando regimes autoritários de massas, com registro de outras peculiaridades nacionais pois tem casos em que as crises abrem processos de democracia popular ancorados em diversos cesarismos, em situações de empate catastrófico paralisante, o que leva a pensar a existência duma crise orgânica do Estado.

2.3. Terceiro assunto: a crítica histórica racional, elemento fundamental na teoria social contemporânea

A pesquisa me trouxe uma interessante reflexão sobre os fundamentos da crítica no pensamento social atual e em relação aos problemas e contradições abertas nos processos históricos. O uso moderno do conceito de crítica, como foi indicado acima, tem como ponto

de partida a obra de Kant, a partir da qual evidencia no seus escritos que na compreensão dos fenômenos da natureza, das sociedades e dos indivíduos, o primeiro que aparece nas sociedades é a ideologia da ordem na sua expressão fenomênica: a subalternidade ao pensamento dogmático e fechado dos grandes poderes históricos, como as religiões, as monarquias e os ideólogos da ordem. As viradas histórico políticas, como as grandes reformas e revoluções fazem surgir a pergunta sobre se a manifestação fenomênica é ela mesma a verdade, questão que é um passo muito importante mas não tem respostas simples. Essas dúvidas só fortalecem as inquietações do ser humano moderno, que perante a evidente disparidade entre fenômenos e verdades, tem uma atitude dubitativa cética, mas não chega a uma conclusão válida. E como Marx dirá, na sua análise da revolução francesa de 1848, os homens se veem pressionados em busca das interpretações do passado (Marx, O 18 Brumário de Louis Bonaparte, Capítulo 1, 1852).

Daí que Kant elaborará progressivamente a noção de crítica referida a uma análise e uma síntese suficientemente fundamentadas e argumentadas pelo seu caráter racional baseado na observação, generalização e comparação pensada, considerando os fatos e processos da realidade. Uma ideia similar foi desenvolvida por Max Weber nas suas considerações metodológicas a sua colossal obra póstuma “Economia e sociedade” (Weber, 2022)

Hegel acolheu e reelaborou a noção de crítica de Kant a partir da concepção que faz ênfase na relação do contínuo abstrato-concreto-abstrato, e considera as contradições como motor do avanço do pensamento crítico a novos níveis e formas de pensar, identidades e categorias, da subsunção como manutenção e superação dos conceitos analíticos prévios, e coloca a necessidade tanto de encontrar a essência, como de gerar o conceito como síntese das múltiplas determinações expressadas na relação entre a essência e a aparência fenomênica, numa peculiar volta aos elementos da vida real na teoria, na cultura e no espírito (Hegel, Ciência da Lógica, 1813)

Marx, pela sua parte, fez uma acréscimo fundamental ao método e à categoria da crítica quando escreveu que falar da racionalidade bem fundamentada e argumentada e da síntese racional conceitual não era suficiente e se precisava entender a crítica como componente dos processos da história mesma, como compreensão e superação pelos seres humanos das contradições em luta na natureza, na sociedade e nos indivíduos, e assim colocá-la num processo de negação ativa de estruturas, forças e processos, dentro das relações, determinações e situações sociais (Marx, O capital, Cap. XXIV, 1867).

Essa colocação foi reforçada no mesmo sentido por Antônio Gramsci na crítica que ele fez a Benedetto Croce, feita no caderno 10 dos Cadernos do Cárcere, onde ele o questiona por considerar a luta entre tese, antítese e síntese só como algo racional e esquecer a situação histórica de Europa e da Itália. Gramsci argumenta que na vida mesma em algumas ocasiões a antítese não mantinha nada da tese e a destruía. (Gramsci, Caderno 10, 1929-35), . Essa mesma noção *historicista* da crítica foi utilizada por Zavaleta e pelo Marini nas suas análises relacionados com a historicidade do Estado e da política no desenvolvimento das formações sociais e na luta das classes sociais na América Latina (Zavaleta, O Poder Dual, 1974 (2013); Marini, O desenvolvimento capitalista do Brasil, 1996).

2.4. Quarto assunto: as contribuições de alguns autores clássicos europeus e latino-americanos à teoria do Estado moderno.

Podemos iniciar com Hegel. Para ele, a filosofia crítica, na nova época europeia posterior à grande Revolução Francesa, devia se voltar à vida para pensar a nova liberdade da vontade dos indivíduos modernos, mutuamente reconhecidos como iguais em direitos. O anterior como uma ação orientada para conhecer e reformar a sociedade e a vida comunitária, de forma que os indivíduos se elevassem do Estado “exterior” surgido como consequência natural das relações de intercâmbio, regulador das relações universais e do trabalho abstrato baseado na imediata satisfação de necessidades, para ir para um Estado de plena liberdade, com predomínio do conceito filosófico do direito como ideia absoluta da liberdade individual e coletiva, para assim a vida alcançar um caráter ético político institucional. Daí este pensador se dedicar na sua maturidade a escrever uma ciência do Estado, intitulada *Princípios da Filosofia do Direito* (Hegel). De fato, para ele, o conceito desenvolvido do direito como ideia de liberdade plena, continha tudo o que representava a vida: propriedade, intercâmbio, indivíduos, famílias, sociedade civil, Estado exterior regulador, liberdade, comunidade, trabalho, interdependência, Estado integral, classes, corporações, mediações, instituições e projeto ético político de interesse geral.

Para Hegel, o espírito, a cultura coletiva, o direito racional e o Estado ético político são as premissas da ação política livre e criativa dos indivíduos da sociedade civil. No seu ver, as políticas da monarquia absoluta, do parlamento e da burocracia eram as mediações necessárias para os indivíduos, as classes e as corporações pensarem e participarem nos assuntos e nas decisões do Estado moderno, para assim construir de forma coletiva, ainda que hierárquica, o interesse geral e universal da sociedade. Nas obras principais de Hegel, se apresenta uma concepção da cultura como política. A cultura é ativa e tem uma visão de totalidade, e para a perspectiva de este autor ela deve se dirigir a transformar em liberdade ético política a tendência espontânea de intervir na política duma sociedade passiva e desagregada, que contém interesses diversos e particulares em tanto ela não conseguir alcançar o nível de consciência da liberdade plena.

Hegel apresenta uma noção de Estado como integral, isto é, um Estado que tenta permear a sociedade e estabelece uma determinada relação de interação e influência ideológica e política com ela. Assim, para Hegel a sociedade civil não é somente sustentadora da legitimidade da comunidade política, senão que constitui um conglomerado de elementos sociais múltiplos e diversos, interdependentes pelo trabalho e pertencentes a distintas classes sociais que tem que intervir no Estado se superando a si mesmos para virar elementos conscientes e organizados.

Portanto, o Estado tem que ir além da sua essência (domínio a partir duma dada relação de forças) para se converter num conceito com múltiplas determinações e ir à sociedade para ela poder viver um processo de politização induzida que lhe permita se elevar ética e politicamente para interagir no Estado político (segundo ele, na própria medida em que delegados da sociedade nas câmaras representativas vão se transformando em participantes da política institucional, irão se apropriando de elementos de liberdade consciente) e a sociedade civil vai se adentrando na ordem institucional através de sua participação organizada e colegiada em diversas mediações, tais como as corporações, as

câmaras legislativas, as instituições burocráticas. Nesse processo, segundo Hegel, a sociedade civil vai incorporando uma cultura e um espírito de eticidade e de liberdade que parte do Estado e do Direito e que lhe permite desenvolver uma correspondência com as orientações e políticas elaboradas pelas instituições do Estado e do Direito. Assim, Hegel estabelece uma relação entre cultura e política na qual o dinamismo parte do Estado, mas consegue entrar nos poros da passiva sociedade e levar ela para a política.

Marx é herdeiro de Hegel e ao mesmo tempo crítico de seu idealismo objetivo. Coincide com Hegel em que é necessário encontrar a essência do Estado para ir além das aparências do fenômeno que é muito contraditório e combina a história empírica do poder político com representação geral. A essência e o conceito, para Hegel, estão em condensar a liberdade individual e social e expressar uma relação entre cultura e vida (espírito indo para a vida) na medida em que os indivíduos assumem uma vontade livre reconhecida pela modernidade e levam ela à uma ação de eticidade concordante com o que o Estado estabelece. Para Marx, pelo contrário, a busca da essência do fenômeno do Estado dá como resultado reclamar que o Estado abstrato -sede do interesse geral abstrato- seja determinado diretamente pelo povo materializado na sociedade real, isto é, pelo verdadeiro sujeito e verdadeira essência do Estado (Marx, *Crítica da filosofia de Hegel*, 1843). No entanto, a pesquisa crítica de Marx sobre a economia política dos ingleses muda a sua noção inicial de povo concreto versus Estado abstrato.

Na crítica à Filosofia de Estado de Hegel (1843), Marx argumentou que o Estado, por tanto, não é só uma abstração senão um poder dominante na sociedade e esta é uma entidade com interesses coletivos e ao mesmo tempo, contraditórios, derivados da existência da propriedade privada no seu interior. Portanto, a própria sociedade não poderia ser um poder de todos e para todos por igual, ainda que como sociedade seja sede de uma força produtiva coletiva. Por isso, o interesse geral corpóreo na figura do Estado, se separa da sociedade e das suas contradições; se transforma em uma entidade autônoma, e essa é a base de aparecer como poder abstrato, existente, sobre a sociedade. Passa a ser uma entidade de poder opressor oposta a ela. Esse Estado Moderno é então um poder estranho para a sociedade que o vê como seu Estado de uma maneira alienada e que na verdade permite que aquela parte da sociedade que detém a propriedade privada, domine o poder político ao mesmo tempo que esse poder está fora e é oposto a sociedade. Esta visão se faz mais complexa na *Ideologia Alemã* (1846, Brasil, ed. Boitempo, 1846) Nesse escrito, Marx também reconhece que na sociedade domina o poder da burguesia que resulta da propriedade privada. Essa ideia se amplia até incluir esta outra: o Estado enxergado como governo, é só o poder coletivo das distintas frações da burguesia para administrar seus assuntos comuns. (*Manifesto do Partido Comunista*, 1847) De fato, no escrito de *O Capital*, ao estudar a acumulação originária do capital Marx aprecia o Estado na transição ao capitalismo como uma força decisiva de domínio e violência para conseguir cuidar das grandes fortunas que tem acumulado dinheiro e obrigar aos camponeses a aceitarem a sua desapropriação da propriedade da terra e da sua capacidade de autossustentação.

Com o tempo, Marx vai compreendendo, como consequência de ele acompanhar as lutas revolucionárias da Europa, que o Estado vai se transformando pela luta da classe trabalhadora para influir nos seus assuntos, junto aos outros setores das massas populares, e até frações da burguesia não incluídos na direção política. Especial importância teve a conquista da forma republicana do Estado com sufrágio universal masculino na Revolução

francesa de 1848-52. Operários, massas camponesas, massas de pequena burguesia, burguesia, e elementos da aristocracia, todos eles moldaram a forma democrática republicana. A partir daí, Marx compreende que a pura influência das maiorias não significa um posicionamento de estas a partir da consciência de interesses conjuntos de classe ou específicos de alguns dos seus sectores. Se precisa uma elaboração programática consciente da transformação e da influência das classes na sociedade toda.

Por outra parte, aparece a questão nacional, na qual a classe trabalhadora, minoritária perante os camponeses e a pequena burguesia, tem que passar a ser uma maioria política na sociedade, e para isso precisa de um projeto nacional popular. Estado aparece como âmbito de diversos projetos em disputa. E nela intervêm setores sociais diversos e todos os elementos ativos da sociedade: classes, militares, igrejas, organizações filantrópicas, diretores de jornais, setores excluídos e empobrecidos da sociedade etc. Aparece claro o surgimento do fenômeno da autonomia relativa do Estado, que permite a disputa das classes na luta por políticas públicas e sociais, por leis regulamentadoras do trabalho e do salário, por direitos diversos dos sectores do povo trabalhador e do campesinato. A autonomia permite à sociedade toda ir construindo diversos projetos nacionais numa disputa entre classes e grupos sociais dentro do marco da ordem capitalista.

A transformação do Estado pelas lutas de classes permite às classes trabalhadoras desenvolver sua organização, consciência, autonomia ideológico política e autodeterminação o que coloca o problema de como constituir seu próprio projeto de poder e encontrar-se com o assunto de ter que atuar e lutar por políticas, direitos e posições nas instituições do Estado capitalista republicano parlamentar, ao mesmo tempo que desenvolver com autonomia de classe, um pensamento crítico da ordem burguesa, do parlamento e das instituições do Estado capitalista, políticas vinculadas a uma estratégia de transformação da sociedade e das instituições do Estado, parte de um outro projeto nacional popular (Marx, o 18 Brumário, 1852). Para essa nova luta política popular a grande exigência de Marx é os trabalhadores é manter a sua independência de projeto (Marx, Manifesto Inaugural da Associação internacional de trabalhadores, 1864).

A ordem social capitalista do Estado está colocada por Marx na própria ideia de que o Estado capitalista é a síntese da relação de capital, que tanto cela a ordem do domínio do capital e expressa a unidade das forças do capital, do trabalho e da renda da terra (Marx, Introdução de 1857 aos Grundrisse) como é uma síntese criadora de autonomia relativa do Estado, que abre o espaço para uma disputa na qual todas as classes podem lutar por influir na sua orientação, até um limite relacionado a ordem capitalista, entanto possibilita processos de mudança, reforma ou revolução que podem também levar a uma transformação desse Estado, para um outro, próprio de um projeto anticapitalista, a depender da luta, da organização e da consciência das classes populares, da sociedade civil e dos seus grupos dirigentes.

Em toda essa concepção histórico política do Estado Marx elabora uma ideia muito diferente do Hegel mas que expressa a mesma convicção de que existe uma relação entre história/teoria e cultura/política. Para Marx, sem embargo, o projeto, os programas e os comités dirigentes da política das distintas classes, não são passivos receptores do espírito, senão elementos ativos que elaboram sua própria concepção de mundo ao mesmo tempo que a ampliam e criticam se apropriando das concepções e teorias histórico críticas. A relação entre o processo histórico do Estado, a teoria que vai caracterizando suas características em

movimento, a cultura das massas, da sociedade e da política se vá configurando como uma relação na qual a história cria as forças e os elementos concretos da teoria, e a política se expressa criando a sua própria cultura de participação no Estado ou de contraposição a ele.

Mas na perspectiva de Engels de 1895 tudo muda: a revolução ou as reformas não serão mais uma atividade iluminista de uma parte dirigente avançada da sociedade que se apropria do governo num momento de crise, como foi colocado por ele e por Marx na mensagem ao Comitê Central em 1850 (Marx, Engels, Mensagem ao Comitê Central da Liga dos Comunistas, 1950), senão que Engels, recapitulando as transformações do capitalismo e da luta político-militar no mundo de fim de século, caracteriza a existência de uma nova configuração, na qual os próprios trabalhadores são uma mediação histórica da transformação organizada e consciente das maiorias populares, e a classe trabalhadora inclui na sua luta as outras forças populares existentes (camponeses, pequena burguesia, etc.). Assim, a luta de classes e as inovações da política popular são elementos vitais ativos, criadores de teoria. E isso é considerado teoricamente por Engels em 1895, como a síntese da situação que finaliza um ciclo de formas de luta popular e expressa as múltiplas determinações que a sociedade europeia tem e que o Estado capitalista vive. Com isso pode-se apreciar que tanto Marx, na sua análise da Guerra Civil na França (Guerra civil na França, de 1871) como na Crítica ao Programa de Gotha (1875), como Engels depois em 1895, retomam a ideia do conceito de Hegel como síntese caracterizadora dos fenômenos vivos, mas consideram que na vida real a síntese tem que ser uma verdadeira catapultadora das múltiplas e históricas determinações ativas das maiorias populares, que incidem no Estado de fim de século e afetam a política emancipatória das classes trabalhadoras mudando o conteúdo e as formas de luta.

A minha pesquisa realizada durante o semestre no Brasil sobre pensadores da periferia europeia do século XX deu bons resultados, pois houve um achado inesperado, compartilhado com e dinamizado pela participação de professores e estudantes de meu seminário aberto sobre Gramsci na UFRJ: foi em torno a três documentos que permitem conhecer a preocupação original de Gramsci por insistir em que o Partido Comunista Italiano, fundado com a sua participação em 1921, fizesse uma política muito diferente da tradição socialista italiana de só posicionar-se ideológica e politicamente pelo projeto socialista, sem estudar e produzir obra sobre a realidade de Itália e de Europa, isto é, sem entender que o concreto das relações sociais de um país é a única base firme de uma política transformadora. No documento intitulado, O que Fazer? (1923), Gramsci exige de o novo partido comunista desenvolver um pensamento coletivo histórico crítico, conhecer como as contradições internas se desenvolveram historicamente no território nacional e nas distintas regiões da Itália, analisar a realidade interna das forças e suas relações no âmbito interno nacional e popular, analisar as determinações históricas da política real tanto nas instituições como na sociedade civil.

A busca deste autor era mudar o papel do partido comunista fundado com a sua participação para se converter num partido cujo eixo central fosse *conhecer* Itália, caracterizar as suas diversas problemáticas e entender que trabalhar perante as contradições reais era, como dizia Hegel, o motor da verdadeira política transformadora. Em 1923, como Gramsci menciona, não existia nem um livro sobre a realidade italiana produzido pelos socialistas.

A descoberta pela pesquisa dentro do seminário das perguntas enunciadas por Gramsci em 1923, me permitiu avaliar a importância das Teses de Lyon, elaboradas por

Gramsci e por Togliatti, apresentadas para o debate no III congresso do seu partido em janeiro de 1926, assim como do artigo de Gramsci, “Alguns temas da questão meridional”, escrito em junho de 1926, só três anos depois de ele colocar o problema da ausência de uma análise crítica coletiva da realidade nacional. Nesses dois últimos documentos, Gramsci consegue elaborar teoricamente as primeiras análises histórico críticas profundas da realidade histórica, econômica, política, intelectual e social italiana. Nas teses, encontram-se conceitos como o predomínio capitalista na economia atrasada italiana, o colonialismo interno nas relações entre o Norte Industrial e o Sul Agrário latifundiário desse país, o Estado de compromisso como realidade problemática para o Estado surgido do “Risorgimento” ter uma política unitária, e daí a grande dificuldade para a elite liberal conduzir o desenvolvimento da nação e resolver problemas nacionais, a ausência duma política nacional progressista do Estado italiano perante o centro e o sul do país, as primeiras noções do partido como expressão dum movimento dos próprios trabalhadores e não só como a sua síntese orgânica, etc.

O artigo sobre “Alguns temas da questão meridional” permitiu a Gramsci elaborar teoricamente o papel da ideologia e dos intelectuais como mediadores fundamentais do posicionamento e do comportamento político das classes e das massas populares, concepção que acrescentou a sua luta contra o dogmatismo e o reducionismo economicista. Assim, ele fez uma caracterização histórico crítica da chamada questão meridional como fenômeno de subalternidade das massas a uma ideologia elitista e não somente como subordinação econômica. Neste documento, Gramsci começa a trabalhar o que ele chama a questão vaticana, como o problema de submissão ideológica das massas populares tanto do Sul como do Norte de Itália a uma ideologia cosmopolita e elitista de domínio da igreja católica na vida das maiorias obedientes, que depois virou partido popular cristão na política.

A pesquisa mostrou a importância de entender os textos de A. Gramsci, com ajuda de uma aproximação histórico-política à sua produção intelectual. Isso é sem dúvida, uma contribuição importante e necessária para uma leitura historicista adequada dos Cadernos do cárcere, contrária à prevalente leitura teoricista que parte de uma desconexão entre teoria/história a respeito das problemáticas que vigoram na realidade da política que enfrentava o autor.

Um outro tema de interesse na minha pesquisa do semestre foi estudar as categorias intermédias de algumas obras de caráter sociopolítico tanto de René Zavaleta como de Ruy Mauro Marini, ao redor de situações de América Latina, Bolívia e Brasil. Esses autores criaram conceitos e recursos metodológicos para analisar como na própria história das nossas sociedades se sintetizam contradições, relações e determinações próprias e concretas da região em momentos específicos da sua história. Zavaleta apresenta uma importante teorização sobre a especificidade da relação economia-política na América Latina, que em alguns momentos significou a presença de Estados aparentes que não conseguiam incluir institucionalmente às suas sociedades embora impusessem poder e ordenamentos militares, civis e educativos, e estabeleciam uma separação quase absoluta entre o poder das elites oligárquico-mineiras e agrárias e a autonomia econômico política das comunidades originárias. O autor criou a noção de formações sociais heterogêneas, com burocracias de Estado aparentes articuladas debilmente a comunidades com alto grau de autonomia econômica, política e cultural, para indicar situações concretas de heterogeneidade em

momentos histórico-políticos tanto da Bolívia como de Guatemala, Equador, Peru, Colômbia e Venezuela (Zavaleta, *Notas sobre la cuestión nacional en América Latina* 1981).

Outras categorias importantes de caráter intermédio da obra de René Zavaleta são as de Equação social, e do Nacional popular, úteis para estabelecer metodologicamente como se apresenta em situações específicas a relação entre sociedade política e sociedade civil em cada formação social, num momento da sua história e em uma situação determinada. Está também a categoria de Formação primordial que define a capacidade de soberania de cada sociedade perante as relações econômicas internacionais, as categorias de Ideologia necessária e Ideologia de ressábio com grande utilidade para analisar o mundo cultural e ideológico das nossas sociedades capitalistas.

A própria categoria de Estado na América Latina é usada por Zavaleta para indicar o grande valor de estudar os Estados a partir da sua história, indicando este autor que, no final, por esse conceito Estado estamos entendendo o grau de autonomia relativa da política e da especificidade histórica de cada Estado, no entanto considera adequada a diferenciação entre tipo e forma de Estado para se referir seja ao caráter capitalista do Estado moderno como às peculiaridades institucionais e hegemônicas dos diversos sistemas e regimes políticos. Concepção crucial de Zavaleta é sua consideração de que os Estados nacionais estão sempre em movimento. Todos os Estados têm momentos de crise e entram em reconstituição, aparecem novos momentos constitutivos e vários determinados ciclos de Estado em que se redefinem os blocos de poder e a relação entre estes e as distintas classes sociais. Estas categorias são uma grande contribuição para a teoria histórico política dos Estados latino-americanos e para elevar a análise desde o abstrato universal ao concreto específico.

Mas são duas as categorias mais originais do pensamento de Zavaleta: a de crise nacional geral e a noção de democracia (como conjunção e síntese de quatro conceitos que têm distinta origem e expressam relações diferenciadas de poder na sociedade moderna).

A categoria de crise é entendida por Zavaleta como uma forma de expressão catastrófica, uma queda das mediações institucionais normais de uma sociedade que evidencia uma separação histórico política entre Estado e sociedade civil. Estudar uma sociedade a partir da sua crise permite um conhecimento profundo da sociedade, das suas forças e de seus elementos verdadeiros de poder na economia, na política e na ideologia. A crise para Zavaleta é um método de conhecimento privilegiado das sociedades pois consiste num abalo do conhecimento institucional, que é o conhecimento na normalidade. A crise também é importante para conhecer o poder de cada classe e suas formas de influência social, organização e capacidade política. Em terceiro lugar, a crise é um momento de condensação e aceleração da participação e da luta política das sociedades.

Uma outra questão teórico-política elaborada por Zavaleta é a categoria de democracia que ele caracteriza e sintetiza em quatro conceitos que sintetizam e expõem ângulos diferentes da relação da sociedade moderna com o poder político (Zavaleta, *Cuatro conceptos de la Democracia*, 1984). Democracia como espírito do movimento geral da época capitalista, como leitura da sociedade a partir das instituições, isto é, como questão da autopercepção que emerge da representação institucional das forças ideológico políticas, como teoria de conhecimento e da política, ancoradas nas burocracias, nas mediações e nas organizações da sociedade, cada uma procurando determinar seu grau de poder e de universalização, e, o quarto conceito, a democracia como autodeterminação das massas

populares. Zavaleta proporciona uma grande contribuição à teoria histórico-crítica a partir de problematizar e complexificar um conceito que usado na acepção liberal evoca uma simplicidade linear de sentido comum representativo para legitimar governos e forças dirigentes, mas tem um grande potencial quando é utilizado como ferramenta de conhecimento e de disputa pelas forças histórico-sociais populares na sua relação com o Estado moderno.

A pesquisa sobre a obra de Ruy Mauro Marini recupera as suas elaborações em instituições de América Latina: no Brasil, no Chile e no México, especialmente na UNAM, onde ele trabalhou como acadêmico de tempo integral; também foi diretor do Centro de Estudos Latino-americanos da Faculdade de Ciências Políticas e Sociais. Seu pensamento crítico hoje já é conhecido no Brasil pelo interesse que suas categorias teóricas sintéticas têm gerado nas juventudes intelectuais contemporâneas. Mas, é bom dizer, que pelas traduções e pelos grupos de professores e intelectuais que tem socializado seu pensamento, são os textos de análise teórico estrutural os mais utilizados e debatidos sobretudo pela impressionante ruptura epistemológica que produziram com sua crítica ao desenvolvimentismo liberal da segunda Pós-Guerra. Tal perspectiva evolutiva com base na CEPAL, tinha criado ilusões de uma progressiva igualação a futuro e por etapas dos capitalismo da região com relação aos capitalismo dos países industrializados.

Marini destacou-se pela sua elaboração teórica crítica do capitalismo dependente brasileiro e latino-americano assim como pela elaboração de categorias marxianas relacionadas com as peculiaridades da integração imperialista da economia latino-americana; no Brasil, a integração subordinada foi realizada a partir da industrialização brasileira de capitalismo dependente de nível médio que sob o regime militar se projetou como expressão subimperialista na sub-região de América do Sul.

Mas junto a essa magnífica produção teórico estrutural, Marini foi um intelectual criador de categorias intermédias relacionadas com a situação dos Estados, da democracia e das políticas na América Latina e no Brasil. Produção pouco conhecida, embora tenha grande importância para estudar e sintetizar determinações histórico políticas da nossa região e do Brasil. Este autor elaborou escritos teóricos diversos sobre o Estado e a política no capitalismo dependente contemporâneo tais como Subdesenvolvimento e revolução (1976), o Estado de contrainsurgência (1978), La lucha por la democracia en América Latina (1985), e Economía e democracia (1994), para mencionar alguns deles. No semestre, reli esses textos e achei que tem grande potencial explicativo sobre o fenômeno do Estado em relação às determinações latino-americanas, especialmente brasileiras, que atingem a luta de classes e o poder político na hora do aprofundamento da crise de hegemonia do Estado capitalista no mundo todo. O Estado contemporâneo e a luta popular pela democracia são analisados com uma crítica a respeito as tendências autoritárias (hoje de massas) sem que isso leve o autor a optar pelo unilateralismo de considerar o Estado só como expressão das classes dominantes e poder contrainsurgente onde a única alternativa para as massas populares seja a rejeição e o apoliticismo.

Para Marini, pelo contrário, é vital entender o Estado moderno capitalista como espaço de disputa social e política pela hegemonia, que opõe projetos contrários das diversas classes e grupos sociais, questão que na situação atual da América Latina, vivenciando uma crise orgânica do Estado, resulta central.

A seguir incluímos uma citação muito reveladora do pensamento complexo de Marini sobre as políticas populares possíveis perante o Estado autoritário e burocrático contemporâneo na nossa região latino-americana:

É necessário entender a democracia como uma forma de organização política que atribui aos cidadãos o direito fundamental de dispor da economia. Só assim se abrirá o caminho para a mudança dos usos do Estado, que foram estabelecidos até hoje com base nos interesses e pressões da classe dominante e dos centros capitalistas mundiais. Para que isso seja possível, as forças sociais terão que exigir a construção de um novo quadro jurídico institucional, que coloque nas suas mãos o controle das forças básicas da economia. Para tal, podem recorrer a uma vasta gama de instrumentos, incluindo mecanismos de autogestão e cogestão da produção; participação direta na formulação e implementação de políticas públicas referentes às suas necessidades imediatas: educação, saúde, habitação, transporte; o poder de decidir sobre as prioridades dos gastos públicos e o direito de exercer ampla supervisão dos cidadãos sobre a utilização dos recursos do Estado. Uma mudança desta natureza só será possível se as massas se dedicarem a causá-la, através da luta política diária. Mas dificilmente o conseguirão, se continuarmos a alimentá-los com aquele engano a que chamamos democracia representativa, cujo conteúdo principal é sacrificar a participação em benefício da representação. O que se impõe é a abordagem de uma verdadeira democracia participativa, que afirma a direção e o controle das massas sobre o Estado de forma direta e permanente.

Assim, para Marini, o Estado contemporâneo e a luta popular pela democracia são analisados com uma crítica a respeito as concepções e tendências elitistas e autoritárias das classes dominantes sem que isso leve ao autor a optar pelo unilateralismo de considerar o Estado só como expressão de um poder contrainsurgente, onde a única alternativa para as massas populares seja a rejeição anárquica e o apoliticismo. Pelo contrário, na situação atual de multicrise (crise estrutural, crise geopolítica, crise econômica, crise política e crise de hegemonia), disputar o Estado com projetos participativos populares e construir um poder autodeterminado de massas são possibilidades certas e urgentes.

3. Conclusões

No semestre foram trabalhados enfoques e problemáticas teóricas de atualidade sobre o papel da teoria social na crise de hegemonia que atravessa América Latina, acerca de como aparece originalmente nas obras de autores clássicos fundadores da teoria social-histórico crítica europeia que procuraram dar continuidade e sentido social ao pensamento filosófico da ilustração alemã dos séculos XVIII e XIX, principalmente I. Kant, F. G. Hegel, K. Marx e F. Engels.

Incluímos também alguns elementos de referência histórico-política que esclarecem algumas perguntas que Gramsci tinha na sua mente sobre porquê, para quê e como pensar as lutas de classes numa sociedade como a italiana com a participação aberta da intelectualidade orgânica dos trabalhadores. Gramsci foi crítico da teoria política liberal na época que iniciou a expansão da mundialização capitalista.

Consideramos também aspectos da contribuição do pensamento crítico latino-americano do século XX que propõem categorias intermédias para nós nos apropriarmos das determinações históricas contemporâneas, em particular algumas obras de René Zavaleta

e Ruy Mauro Marini. O foco central foi recuperar as suas contribuições e problematizá-las em relação à questão da identidade/distinção entre história e teoria, cultura e política no contexto da necessidade e as dificuldades para uma nova epistemologia do Estado moderno e da interdisciplinaridade atual. A pesquisa procurou analisar desenvolvimentos da teoria social com o fim de complexificar e enriquecer as linhas de pesquisa dos doutorandos participantes das disciplinas.

4. Referências

COSPITO, G. **El ritmo del pensamiento de Gramsci**, Buenos Aires: ed. Continente, 2016.

ENGELS, F. Prefácio à reedição do texto de Marx In: **As lutas de classes na França**, São Paulo: Boitempo editorial, 2012.

GRAMSCI, A. O que fazer?. **Plataforma Digital Lavra Palabra**, 2022. Disponível em: <https://lavrpalavra.com/2022/01/31/o-que-fazer> . Acesso em: 04 set. 2024.

GRAMSCI, A. Teses de Lyon: a situação italiana e as tarefas do PCI (janeiro de 1926). In: GRAMSCI, A., **Os líderes e as massas**. 1.ed., São Paulo: Boitempo Editorial, 2023.

GRAMSCI, A. Alcuni temi della questione meridionali (novembri de 1926). **Revista PCI: Lo Stato operaio**, Roma: Editori Riuniti, 1966. 159p.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. México: ed. Era, 2000.

KANT, I. **Crítica da Razão Pura**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

HEGEL, F. G. **Fenomenología del Espíritu**, 2. ed. México: Fondo de Cultura Económica, 2017.

HEGEL, F. G. **Ciencia de la Lógica**, España:Ediciones Solar, 1982.

HEGEL, F. G. **Principios de la filosofía del Derecho**, 1.ed., Buenos Aires: Editora Sudamericana, 2004.

MARINI, R.M. **Subdesenvolvimento e revolução**. 1976. Disponível em: <http://marini-escritos.unam.mx> . Acesso em: 02 set. 2024.

MARINI, R.M. **El Estado de contrainsurgencia**, 1978. Disponível em: <https://marini-escritos.unam.mx> . Acesso em: 04 set. 2024.

MARINI, R. M. **Economía y democracia**.1994. Disponível em: <https://marini-escritos.unam.mx> . Acesso em: 04 set. 2024.

MARINI, R.M. La lucha por la democracia en América Latina. **Folleto**, Buenos Aires: Ediciones CLACSO, 1985.

MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia alemã**, São Paulo: Boitempo editorial, 2007.

MARX, K.; ENGELS, F. Mensagem do Comité Central à Liga dos Comunistas, **Obras escogidas**, tomo I. Moscú: Editorial Progreso, 1974.

MARX, K. **O 18 Brumário de Louis Bonaparte**. São Paulo: Boitempo editorial, 2011.

- MARX, K. **Manifiesto inaugural de la Asociación Internacional de Trabajadores**, Plataforma Marxists Internet Archive, 2001. Disponível em: <https://www.marxists.org/espanol/m-e/1860s/1864fait.htm> . Acesso em: 04 set. 2024.
- MARX, K. Prefácio. Para a Crítica da Economia Política, **Obras escolhidas**, Lisboa: Editorial Avante, 2007. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1859/01/prefacio.htm> . Acesso em: 04 set. 2024.
- MARX, K. **O Capital**. México: ed. Siglo XXI, 1976.
- MARX, K. **Crítica do Programa de Gotha**, São Paulo: Boitempo editorial, 2012.
- OLIVER COSTILLA, L.F.; COUTINHO, J. (Coords). **Problemas teóricos do Estado integral na América Latina: forças em tensão e crise**. São Paulo: ed. Lutas anticapital, 2023.
- WEBER, M. **Economia y sociedad: esbozo de sociología comprensiva**. Espanha: FCE, 1964.
- WEBER, M. **El político y el científico**. Espanha: Euskal Herriko Komunistak, 1959.
- ZAVALETA, R. **El poder dual: problemas de teoría del Estado em América Latina**, Bolívia: Ed. Los amigos del libro, 1987.
- ZAVALETA, R. La cuestión Nacional em América Latina, **Obras completas**, tomo II, La Paz: ed. Plural, 2013.
- ZAVALETA, R. Cuatro conceptos de la democracia. **Obras completas**, tomo II, La Paz: ed. Plural, 2013.
- ZAVALETA, R. Lo nacional popular em Bolivia. **Obras completas**, tomo II, La Paz: ed. Plural, 2013.

ENTENDENDO O VALOR ADAPTATIVO DO COMPORTAMENTO ANTISSOCIAL EM ADOLESCENTES E JOVENS ADULTOS: PESQUISAS REALIZADAS NA ESPANHA

Natalia del Pino Brunet
Javier Salas Rodríguez
Lilian Angélica da Silva Souza

1. Introdução

Neste capítulo, apresentamos pesquisas desenvolvidas por pesquisadores espanhóis, realizadas, principalmente na Universidade de Málaga, Espanha, citando os projetos que foram escolhidos em editais competitivos e subsidiados. Pretendemos abordar os resultados dos estudos realizados, que se concentraram em esclarecer e compreender melhor o valor adaptativo do comportamento antissocial em adolescentes e jovens. Alguns questionários foram aplicados com jovens na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Brasil, por intermédio de docente desta Universidade.

Os pesquisadores espanhóis pertencem ao grupo de pesquisa PAIDI (HUM-590): Qualidade de vida e intervenção comunitária e organizacional. Esse grupo faz parte do Plano de Pesquisa da Andaluzia, desde 1995, que tem uma grande trajetória e participou de diferentes projetos. Citaremos apenas aqueles que estão relacionados à nossa linha de pesquisa:

- Projeto de pesquisa de referência UMA18-FEDERJA-071, denominado “Motivos sociais, senso de comunidade e integração social na análise de comportamentos de risco de jovens imigrantes”, financiado no âmbito do Programa Operacional FEDER Andaluzia 2014-2020 (Chamada 2018), de 15 de novembro de 2019 até o presente, cuja investigadora principal é María Isabel Hombrados Mendieta.

O objetivo desse projeto é analisar os fatores psicossociais que explicam a assunção de riscos entre jovens de origem indígena e imigrante. Investiga fatores que afetam e influenciam o desempenho do comportamento dissocial e agressivo e, por outro lado, aqueles que impedem esse tipo de comportamento.

- Projeto de pesquisa com referência PSI2017-85941-R, denominado “Fatores psicossociais de radicalização e extremismo de jovens imigrantes”, financiado pelo Ministério da Economia, Comércio e Empresa, com duração de 1 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2021, tendo como investigadora principal María Isabel Hombrados Mendieta.

Este projeto visa compreender os fatores psicossociais que explicam a radicalização de jovens imigrantes. Ele integra duas linhas de trabalho desenvolvidas pelo grupo de pesquisa: a análise dos fatores motivacionais que desencadeiam a assunção de riscos nos jovens; e a análise do papel do senso de comunidade na integração social e na qualidade de vida dos imigrantes. Com essa perspectiva dupla de desenvolvimento e comunidade, propomos um modelo para explicar a radicalização de jovens autóctones e imigrantes.

No momento, estamos trabalhando nos dois últimos projetos financiados por chamadas competitivas de propostas, dos quais ainda não temos resultados, são eles:

- Projeto “Fatores psicossociais que afetam a convivência de jovens autóctones e imigrantes”. Subsidiado por bolsas de pesquisa do Instituto de Estudos de Ceuta. Financiamento: 1100 euros. Data: de 14-12-2023 a 14-12-2024. Pesquisadora principal: Natalia del Pino Brunet.

Este projeto tem como objetivo identificar os fatores psicossociais que afetam a convivência entre jovens autóctones e jovens de origem imigrante na cidade de Ceuta, Espanha, e também analisar o papel mediador e moderador do senso de comunidade e do apoio social na integração social e na qualidade de vida dos jovens.

- Projeto de pesquisa com referência PID2023-147438OB-I00, intitulado “Inclusive participation of young people to prevent polarisation and radicalisation: moving towards resilient and safe democracies”, financiado pelo Ministério da Ciência, Inovação e Universidades, com duração de 1º de setembro de 2024 a 1º de setembro de 2028, cujas pesquisadoras principais são Patricia García Leiva e María de las Olas Palmas García.

Este projeto visa analisar as relações entre a participação política, os motivos sociais fundamentais e a resiliência como variáveis antecedentes, que influenciam a inclusão político-social. Essa estrutura relacional serve para explicar a maior ou menor polarização, a assunção de riscos e a radicalização dos indivíduos. A rede de relacionamentos é modulada de acordo com o *status* do grupo de pertença, a identidade de gênero, a idade e as condições de desigualdade econômica. O propósito é fornecer uma explicação evolutiva, psicossocial e social para os processos dissociais identificados, especialmente em homens jovens pertencentes a grupos de *status* inferior.

Desta forma, apresentamos, a seguir, alguns elementos que fundamentam nossas investigações. O primeiro deles, serão conceitos utilizados em nossas análises.

2. Definição de conceitos

- Motivos sociais: os motivos fundamentais “referem-se à estrutura profunda da psique humana” (Deci; Ryan, 2000, p. 229). Esses motivos devem, portanto, ter um propósito que forneça a força energética ou motriz por trás do comportamento (Fiske, 2008). Kenrick et al. (2010) comentam que, nos seres humanos, há sete motivos sociais fundamentais (autoproteção, evitar doenças, afiliação, busca de status, busca de parceiros, preservação de parceiros e cuidados com a família).

- Status: o grau em que um indivíduo ou grupo é respeitado ou admirado por outros (Fiske, 2010). O status implica respeito e admiração, no sentido de que as pessoas que recebem status elevado são consideradas e estimadas pelos outros (Henrich; Gil-White, 2001; Leary et al., 2014). O status das pessoas afeta sua qualidade de vida e saúde e, portanto, sua satisfação com a vida (López; Sánchez, 2001).

- Discriminação percebida: a percepção de ter sido vítima direta de experiências específicas de rejeição, tratamento negativo ou exclusão por membros do ex-grupo com base em sua origem social (Murillo; Molero, 2012).

- Satisfação com a vida: a satisfação com a vida está relacionada à felicidade (Proctor et al., 2009). A satisfação com a vida é uma categoria tripartite de fenômenos, que inclui

respostas emocionais de afeto positivo e afeto negativo, satisfações de domínio (satisfação com o trabalho, satisfação com o relacionamento) e julgamentos globais de satisfação com a vida (Diener et al., 1999).

- Identidade social: para Erikson (1968), a identidade é uma autodefinição pessoal em relação aos outros, à realidade e à sociedade. A teoria da identidade social (Tajfel, 1981) propõe que o senso de identidade de uma pessoa é uma função de sua participação em um grupo.

- Radicalização: A radicalização é vista como um processo dinâmico, que envolve processos psicológicos, sociais, econômicos e políticos. Simultaneamente e em combinação, esses processos explicam por que as pessoas acabam se envolvendo em comportamentos violentos (Heelsum; Vermeulen, 2017).

- Comportamentos de risco: um comportamento é considerado de risco quando o comportamento em questão pode levar a mais de um resultado e alguns deles podem ser indesejáveis ou até perigosos (Furby; Beyth-Marom, 1992).

- Variáveis sociodemográficas: os participantes foram questionados sobre idade, sexo, estado civil, classe social, origem, nível de escolaridade, situação empregatícia, tempo de residência em Málaga, tempo de residência fora do país de origem, município, bairro, motivo para deixar o país de origem e proficiência em espanhol.

3. Subsídios para as pesquisas

Mais de 1,5 milhões de adolescentes e jovens adultos com idades entre 10 e 24 anos morreram em 2021, ou seja, quase 4.500 por dia. A faixa etária com o menor risco de morte é a dos adolescentes de 10 a 14 anos. As principais causas de morte entre adolescentes e jovens são lesões e traumas (por exemplo, acidentes de trânsito e afogamento), violência interpessoal, comportamentos autolesivos e doenças maternas.

A probabilidade de um adolescente ou jovem adulto viver até a idade adulta depende, em grande parte, do lugar do mundo em que ele vive (OMS, 2023). Se nos concentrarmos na Espanha, o suicídio é a principal causa de morte de jovens e adolescentes entre 12 e 29 anos de idade (INE, 2022). A taxa de mortalidade por suicídio padronizada por idade em adultos jovens (24-29 anos) em 2021, foi de 5,75 por 100.000 habitantes. Em relação à distribuição por sexo, dos casos registrados nessa faixa etária, 81,5% eram do sexo masculino (Pérez-Diez *et al.*, 2022).

Nesta realidade, a maioria das mortes externas na população adolescente e jovem se deve a um fenômeno que ocorre nessa fase da vida, em que os indivíduos começam a se envolver em comportamentos de risco, incluindo direção imprudente, consumo de drogas legais e ilegais, comportamento agressivo, práticas sexuais desprotegidas etc. (Duell *et al.*, 2018). De acordo com Salguero (2021), os jovens são o segmento social mais vulnerável à adoção de ideias que justificam a violência e a radicalização. Além disso, a participação começa na adolescência e atinge seu auge na juventude (Salas-Rodríguez, 2023).

A assunção de riscos também é influenciada por outros aspectos além da idade, como etnia, educação, processo de migração, estado civil e parental, religião, nível de renda, *status* de emprego e setor de trabalho (Reijneveld *et al.*, 2012). De fato, os jovens que vêm de famílias com condição social inferior e que têm menos oportunidades, são mais propensos a ações arriscadas (Mccauley; Moskalenko, 2011), o que também poderia explicar a maior

prevalência de comportamento antissocial nesses contextos (Mishra *et al.*, 2014). A busca por *status* também ativa o radicalismo, que, por sua vez, está positivamente associado ao envolvimento em comportamentos de risco (Del Pino-Brunet *et al.*, 2024).

Quando o indivíduo é jovem e migrante, a vulnerabilidade aumenta. Jovens migrantes não só têm de lidar com mudanças rápidas em suas vidas relacionadas ao desenvolvimento físico e emocional, mas também com problemas relacionados à imigração, como barreiras linguísticas e culturais, restrições socioeconômicas, acesso a cuidados de saúde, estresse devido à adaptação e à vida cotidiana e problemas de integração social, isolamento, separação familiar e traumas passados (National Academy of Science, Engineering and Medicine, 2015). Eles também enfrentam maior risco de estigma e discriminação, especialmente quando vivem em desvantagem social, têm um *status* de migração irregular ou pertencem a um grupo étnico minoritário (Cabieses *et al.*, 2024).

Além disso, eles são socialmente excluídos devido à opressão mantida pelas desigualdades sociais em nível socioestrutural (Labonte; Hadi; Kauffman, 2011). Essa situação de exclusão e estresse pela qual passam os migrantes, devido ao fenômeno migratório e à falta de uma rede social, contribuirá para que ele tenha baixa autoestima e autoconfiança, além de gerar problemas de saúde física e mental, que afetam a sua vida (Urzúa; Henríquez; Caqueo-Urizar; Landabur, 2021).

Apesar do fato de que a assunção de riscos gera efeitos negativos tanto para aqueles que se envolvem nela, quanto para seu ambiente imediato, deve-se observar que ela também tem um valor instrumental, pois permite a satisfação de uma série de motivos sociais fundamentais, incluindo evitar a exclusão social, ganhar *status* (os chamados motivos de sociabilidade) e garantir recursos básicos (motivo de sobrevivência) (Salas-Rodríguez, 2023). De fato, sentir-se socialmente excluído pode promover a participação em atividades violentas de risco, com o objetivo de ser aceito pelo grupo de pares (Juvonen, 2013). Da mesma forma, a assunção de riscos pode gerar respeito, admiração e deferência, privilégios que são atribuídos a um indivíduo por seu valor social instrumental (Anderson *et al.*, 2015, Del Pino-Brunet *et al.*, 2024).

Evidências empíricas mostram que a assunção de riscos difere claramente entre mulheres e homens, ao longo do período evolutivo (Ellis *et al.*, 2012). Em geral, os homens tendem a ser mais impulsivos e a assumir riscos em comparação com as mulheres (Cross *et al.*, 2011; Byrnes *et al.*, 1999), pois usam isso como um mecanismo competitivo, por meio do qual aumentam sua reputação (Tamás *et al.*, 2019). Por outro lado, como o sucesso reprodutivo das mulheres depende da sobrevivência da prole, elas valorizam os custos em detrimento dos benefícios na assunção de riscos (Campbell, 1999). Como existem distinções claras entre homens e mulheres, vimos a necessidade de abordar esse fenômeno levando em conta as diferenças de gênero.

Para entender melhor os processos envolvidos no comportamento de risco dos jovens e também sua inclinação para ideias ativistas e radicais, foi necessário estudar os fatores psicossociais que influenciam esse tipo de comportamento. As variáveis estudadas foram os motivos sociais fundamentais, a assunção de riscos, a satisfação com a vida, a identidade de grupo, o ativismo e o radicalismo. Ademais, desde o início, os estudos tiveram a variável sexo.

Todos os estudos foram realizados na Espanha, especificamente na cidade de Málaga. Deve-se observar que foram seguidos os princípios aceitos de conduta ética e profissional

(Número de referência: CEUMA: 37-2016-H). Obtivemos aprovação ética para a pesquisa do Comitê de Ética da Universidade de Málaga. Todos os sujeitos deram consentimento informado por escrito, de acordo com a Declaração de Helsinque.

4. Metodologia utilizada

Toda a pesquisa em nossos projetos foi realizada na província de Málaga (Espanha). Especificamente, ela se concentrou na população adolescente e jovem de Málaga. Para ter acesso a essa população, o procedimento de coleta de dados foi realizado por meio de uma metodologia de pesquisa em diferentes institutos da cidade de Málaga. Para isso, entramos em contato com os centros educacionais e informamos sobre o estudo, seu objetivo e combinamos o dia, a hora e as salas de aula para a aplicação dos questionários. No dia da entrevista, vamos à escola e explicamos aos alunos sobre o consentimento informado e a pesquisa a ser realizada. Eles são informados sobre o direito à confidencialidade e à privacidade das informações que fornecem, informando-os de que os dados serão analisados somente para este estudo. Insistimos no caráter voluntário da participação, e o aluno pode desistir a qualquer momento que considerar necessário. Estivemos presentes em todos os momentos para responder a quaisquer perguntas sobre a pesquisa. Todos os alunos de todas as turmas participaram da pesquisa.

Nos estudos em que a amostra consistia de migrantes, a coleta de dados foi realizada da seguinte forma. Os bairros foram delimitados geograficamente em cada um dos distritos da cidade, que foram escolhidos entre os seguintes

Os bairros foram delimitados geograficamente em cada um dos distritos da cidade, que foram escolhidos por meio de amostragem aleatória de rotas. Selecionamos aleatoriamente em um mapa as rotas a serem seguidas em cada bairro. Decidiu-se pesquisar pessoas da Europa Oriental, da África e da América Latina. Deve-se observar que os questionários foram traduzidos para os idiomas desses países para que os não falantes de espanhol pudessem entendê-los perfeitamente. As traduções foram realizadas por profissionais nativos desses idiomas que eram totalmente fluentes em espanhol. Em todos os momentos, o tradutor garantiu que o objetivo de cada seção fosse compreendido.

As análises realizadas nos estudos são as seguintes:

- Estudo 1: Correlação de Pearson Análise de regressão múltipla usando o software SPSS.
- Estudo 2: correlação de Pearson Análise multinível usando o SPSS.
- Estudo 3: análise de regressão usando o software SPSS.
- Estudo 4: análise descritiva e correlações de Pearson usando o SPSS.
- Estudo: 5: modelo de equação estrutural é analisado usando o programa estatístico SmartPLS 4.

4.1 Alguns estudos realizados: objetivos, metodologia, resultados e implicações teóricas e práticas

Estudo 1: Aplicação de uma abordagem de desenvolvimento ao comportamento de risco dos adolescentes.

O objetivo deste estudo foi examinar as diferenças de gênero na propensão ao risco, nos benefícios esperados e na percepção de risco em domínios de desenvolvimento específicos, bem como o valor preditivo dos domínios de desenvolvimento específicos e no envolvimento em comportamentos de risco, separadamente em meninas e meninos adolescentes. Um total de 749 adolescentes (mulheres = 370) participaram.

Os adolescentes do sexo masculino apresentaram menor percepção de risco em dois domínios de desenvolvimento, maiores ganhos em dois outros domínios e maior propensão a riscos em seis domínios. As adolescentes do sexo feminino apresentaram menor percepção de risco em dois domínios. Além disso, a percepção de risco, os benefícios esperados e a propensão ao risco nos domínios do desenvolvimento previram o envolvimento em comportamentos de risco em meninos adolescentes, enquanto nas meninas adolescentes apenas os benefícios esperados e a propensão ao risco mostraram um efeito preditivo sobre os comportamentos de risco.

Esses resultados sugerem a possível função dos mecanismos de desenvolvimento no comportamento de risco dos adolescentes e têm implicações práticas para programas de intervenção destinados a reduzir este comportamento. Além de levar em conta as diferenças entre os sexos, os programas de intervenção devem considerar comportamentos alternativos por meio dos quais os adolescentes possam atingir suas metas de desenvolvimento e gerenciar os riscos associados a esses comportamentos que não podem ser substituídos, mas que têm benefícios potenciais para os adolescentes.

Estudo 2. Motivado para competir, mas não para se importar: os motivos sociais subjacentes aos comportamentos de risco.

Este estudo teve como objetivo examinar como os motivos sociais fundamentais se relacionam com os riscos à saúde, riscos interpessoais e comportamentos desviantes não violentos em função do gênero, em diferentes estágios da vida de transição para a vida adulta. Um total de 1.370 adolescentes e jovens adultos espanhóis participaram do estudo. Os resultados mostraram que a busca de *status* e o cuidado com a família foram os principais motivos sociais relacionados a comportamentos de risco.

Especificamente, a busca de *status* atuou como um promotor do comportamento de risco, enquanto o cuidado com a família exerceu o efeito oposto. De modo geral, os resultados demonstram a importante função que os motivos sociais fundamentais desempenham no comportamento de risco. Tais resultados reforçam a necessidade de mais pesquisas para analisar a função das relações de parentesco no comportamento humano.

Este trabalho destaca a função protetora fundamental dos laços familiares em relação ao comportamento de assumir riscos. Além disso, eles sugerem o possível valor adaptativo

destes comportamentos e podem explicar porquê as campanhas de saúde e segurança voltadas para adolescentes e jovens não são tão eficazes quanto o esperado e podem até gerar o efeito oposto. Em vez de usar intervenções de risco zero, os esforços poderiam ser direcionados para reduzir os possíveis custos dos comportamentos de risco.

Estudo 3: Análise da relação entre motivos sociais fundamentais e mobilização política em adolescentes e jovens.

Este estudo analisou a influência dos motivos sociais fundamentais nas atitudes em relação ao ativismo e ao radicalismo. Um total de 510 (meninas, $n = 227$) alunos de três escolas da cidade de Málaga participaram do estudo respondendo a uma pesquisa sobre motivos sociais fundamentais e atitudes em relação ao ativismo e ao radicalismo. Foram realizadas duas análises de regressão nas quais os motivos sociais foram inseridos como variáveis independentes, e a atitude em relação ao ativismo e a atitude em relação ao radicalismo como variáveis dependentes.

Os resultados mostram que o motivo de afiliação, a preocupação com a exclusão e a independência e a busca de *status* manifestaram uma atitude positiva em relação ao ativismo. Em contraste, para o radicalismo, a busca de *status* e a busca de parceiros previram uma atitude positiva. Esses resultados demonstram que os motivos sociais fundamentais desempenham uma função importante na mobilização política entre jovens estudantes. Especificamente, destaca-se o motivo social da busca de *status*, que prevê positivamente as atitudes ativistas e radicais. Concluindo, essas descobertas mostram que a mobilização política atua, em parte, como um mecanismo em adolescentes e jovens que visam a satisfazer motivações sociais fundamentais.

Estudo 4: Ativismo e radicalismo como mecanismos na busca de *status* e seus efeitos sobre comportamentos de risco em adolescentes.

Este estudo analisou o efeito indireto do motivo de busca de *status* sobre os comportamentos de risco, por meio dos mecanismos de mobilização política, ou seja, ativismo e radicalização. Além disso, o efeito modulador do gênero é analisado para examinar as diferenças entre meninos e meninas. De modo geral, os resultados mostraram um efeito indireto da busca de *status* sobre o envolvimento em comportamentos de risco por meio do radicalismo. Além disso, o gênero moderou a relação entre a busca de *status*, o ativismo e o radicalismo com o envolvimento em comportamentos de risco.

Assim, a mobilização política atua como um mecanismo que interfere na relação entre a busca de *status* e o comportamento de risco em adolescentes e jovens, sendo esse efeito mais forte para os meninos do que para as meninas. Em particular, o radicalismo promoveu a participação em comportamentos de risco, enquanto o ativismo mostrou um efeito protetor contra comportamentos de risco, devido à sua relação negativa com comportamentos de risco.

Os resultados do presente estudo ampliam nossa compreensão da psicologia do ativismo e da radicalização e mostram a importância de explorar mais a relação entre a ação política legal e ilegal. Mais especificamente, a função protetora do ativismo contra a tomada

de riscos sugere a necessidade de estabelecer medidas preventivas por meio de programas que promovam ações pacíficas e reduzam e erradiquem o radicalismo violento.

Estudo 5: Discriminação, identidade de grupo e radicalização. Diferenças de gênero (atualmente em revisão)

Esta pesquisa tem como objetivo descobrir se a discriminação percebida, a falta de identidade dos imigrantes com o país anfitrião e sua maior identidade com o país de origem são fatores que podem aumentar a radicalização. Propomos que a discriminação percebida está positivamente relacionada à radicalização dos jovens, enquanto a identidade com o país anfitrião atua como um elemento mediador dos efeitos negativos da discriminação.

Em contrapartida, a identidade com o país de origem medeia a relação positiva entre discriminação e radicalização; o gênero tem um efeito modulador, com diferenças nos efeitos da discriminação percebida em mulheres e homens. Um total de 532 mulheres e homens de origem imigrante, com idades entre 16 e 35 anos, participaram. Os resultados mostraram que a discriminação percebida corresponde a um maior radicalismo. Essa relação é mais acentuada no caso dos homens, embora a diferença não seja estatisticamente significativa.

O aumento da discriminação está relacionado a uma menor identificação com a Espanha, de forma semelhante para ambos os sexos. A maior identificação com o país de origem corresponde a um aumento do radicalismo, mais para os homens do que para as mulheres. Esses resultados destacam a importância dos imigrantes se sentirem parte do país receptor e o quanto é essencial uma boa integração social como método de prevenção da radicalização.

5. Utilidade e relevância futura: implicações práticas

Esses estudos geraram uma série de descobertas com implicações teóricas e práticas. Em nível teórico, uma das principais descobertas é que os adolescentes e jovens demonstraram adaptar seu comportamento de forma racional e adaptativa, dependendo das variáveis individuais e contextuais. Portanto, os modelos teóricos que visam explicar o comportamento radical e de assumir riscos em adolescentes e jovens devem incorporar o elemento adaptativo desse tipo de comportamento. Em particular, ao aplicar uma lente evolucionária ao contexto de risco-retorno (Wilke *et al.*, 2014), podemos estabelecer que a avaliação de riscos e recompensas na tomada de riscos estará sujeita a mecanismos evolucionários relacionados a motivos sociais fundamentais.

Em termos de implicações práticas, acreditamos que os governos devem investir em políticas preventivas baseadas na implementação de programas de integração e prevenção da radicalização, levando em conta as diferenças de gênero nessas intervenções. As intervenções nas escolas seriam fundamentais, pois o grupo mais vulnerável a comportamentos de risco e à radicalização são os adolescentes e os jovens. Elas seriam realizadas com o objetivo de incentivar os jovens a obter *status*, recursos, etc., por meio de atitudes não arriscadas, além de realizar uma integração real e efetiva dos jovens imigrantes.

Ressaltar a importância de incluir as famílias e trabalhar com elas em habilidades educacionais para evitar futuros comportamentos de risco em seus filhos. Também devem

ser implementados programas de intervenção que promovam a mobilização política a partir de uma perspectiva pacífica e centrada no ativismo, a fim de reduzir o desenvolvimento de atitudes radicais entre os jovens, especialmente entre os meninos. Por fim, são necessárias intervenções voltadas para a população em geral, baseadas no respeito, na coexistência e nas diferenças culturais, para melhorar suas percepções sobre as minorias étnicas.

6. Conclusões

Por meio da pesquisa realizada nos diferentes projetos, as dimensões psicossociais foram examinadas em profundidade em busca dos fatores e mecanismos subjacentes ao processo de assunção de riscos e radicalização na população adolescente e jovem. Em contraste com os modelos tradicionais que associam esse tipo de comportamento a desajustes psicológicos, nessa pesquisa nos concentramos nos processos psicossociais que podem levar à tomada de riscos e à radicalização.

A partir dos resultados, podemos afirmar a relação entre integração, satisfação com a vida, discriminação percebida, e identificação de grupo com comportamento de risco e radicalização. Os diferentes estudos realizados favoreceram e enriqueceram, por um lado, o progresso na compreensão dos fatores que influenciam o comportamento arriscado e/ou radical dos jovens imigrantes e, por outro lado, a realização e o aprimoramento de futuras intervenções com esse grupo.

Acreditamos que a cidade de Málaga e a comunidade autônoma da Andaluzia, e mais amplamente a Espanha, se beneficiarão com essa pesquisa nas relações de seus habitantes e na convivência de sua sociedade. Ao mesmo tempo, a Andaluzia se tornará uma das primeiras comunidades autônomas a prevenir comportamentos de risco e radicalizados entre seus habitantes e, além disso, será um exemplo na formação de uma sociedade tolerante e respeitosa.

A aplicação da pesquisa na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) está em andamento, e os seus resultados permitir-nos-ão comparar e analisar as diferenças entre o Brasil e a Espanha. Pretende-se coletar uma amostra de respostas de cerca de 500 jovens entre 16 e 30 anos de idade. O questionário é o mesmo utilizado na Espanha, com recurso *on-line*, e tem sido aplicado com o apoio de profissionais que trabalham com jovens.

Para uma melhor compreensão do questionário, ele foi traduzido para o português. As traduções foram realizadas por profissionais brasileiros e fluentes em espanhol. Dessa forma, o objetivo de cada seção foi garantido. A pesquisa é explicada aos participantes, que são informados que ela é totalmente anônima e voluntária, portanto, eles podem desistir a qualquer momento. Dessa forma, pretende-se analisar as semelhanças e diferenças entre o Brasil e a Espanha, enfatizando as políticas públicas instituídas por esses países, suas características e o trabalho de assistentes sociais com este público, compreendendo os desafios que a profissão enfrenta.

7. Referências

- ANDERSON, C.; HILDRETH, J. A. D.; HOWLAND, L. Is the desire for status a fundamental human motive? A review of the empirical literature. **Psychological Bulletin**, 141(3), p. 574–601, 2015.
- BYRNES, J. P.; MILLER, D. C.; SCHAFER, W. D. Gender differences in risk taking: A meta-analysis. **Psychological Bulletin**, 125(3), p. 367–383, 1999.
- CABIESES, B.; BELO, K.; CALDERÓN, A. C.; RADA, I.; ROJAS, K.; ARAOZ, C.; KNIPPER, M. The impact of stigma and discrimination-based narratives in the health of migrants in Latin America and the Caribbean: a scoping review. **The Lancet Regional Health - Americas**, p. 100660, 2024.
- CAMPBELL, A. Staying alive: Evolution, culture, and women’s intrasexual aggression. **Behavioral and Brain Sciences**, 22(2), p. 203–252, 1999.
- CROSS, C. P.; COPPING, L. T.; CAMPBELL, A. Sex differences in impulsivity: A meta-analysis. **Psychological Bulletin**, 137(1), p. 97–130, 2011.
- DECI, E. L.; RYAN, R. M. The “what” and “why” of goal pursuits: Human needs and the self-determination of behavior. **Psychological Inquiry**, 11, p. 227-268, 2000.
- DEL PINO-BRUNET, N.; SALAS-RODRÍGUEZ, J.; HOMBRADOS-MENDIETA, I.; GOMEZ-JACINTO, L. Sex differences in the mediation role of political mobilization between the search for status and risk-taking behaviors in adolescents. **Humanit Soc Sci Commun** 11, p. 123, 2024.
- DEL PINO-BRUNET, N.; SALAS-RODRÍGUEZ, J.; MANDAK ARJONA, A.; MOSCATO G. Análisis de la relación entre motivos sociales fundamentales y movilización política en adolescentes y jóvenes. **Actualidad en investigación para la mejora de la salud a lo largo del ciclo vital**. Dykinson S.L. 2024
- DIENER, E.; SUH, E. M.; LUCAS, R. E.; SMITH, H. L. Subjective well-being: Three decades of progress. **Psychological bulletin**, 125(2), p. 276-302. 1999.
- DUELL, N.; STEINBERG, L.; ICENOGLU, G.; CHEIN, J.; CHAUDHARY, N.; DI GIUNTA, L ET AL. Age patterns in risk taking across the world. **Journal of Youth and Adolescence**, 47(5), p. 1052–1072. 2018.
- ERIKSON E. H. **Identity, youth and crisis**. New York: W. W. Norton Company. 1968.
- ELLIS, B. J.; DEL GIUDICE, M.; DISHION, T. J.; FIGUEREDO, A. J.; GRAY, P.; GRISKEVICIUS, V.; ET AL. The evolutionary basis of risky adolescent behavior: Implications for science, policy, and practice. **Developmental Psychology**, 48(3), p. 598–623. 2012.
- FISKE ST. Core social motivations: Views from the couch, consciousness, classroom, computers, and collectives. In: Shah JY, Gardner WL, editors. **Handbook of motivation science**. NY: Guilford Press; p. 3–22. 2008.

- FISKE, S. T. Interpersonal stratification: Status, power, and subordination. In S. T. Fiske, D. T. Gilbert, & G. Lindzey (Eds.), **Handbook of social psychology**, p. 941–982. John Wiley & Sons. 2010.
- FURBY, L.; BEYTH-MAROM, R. Risk taking in adolescence: A decision-making perspective. **Developmental Review**, 12, p. 1-44. 1992.
- HEELSUM A. Y.; VERMEULEN F. Cities policies:the work of European cities to counter muslim radicalization. **Int. Migration & Integration** 19: 161. 2017.
- HENRICH, J.; GIL-WHITE, F. J. The evolution of prestige: Freely conferred deference as a mechanism for enhancing the benefits of cultural transmission. **Evolution and Human Behavior**, 22, p. 165-196. 2001.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA (INE), 2022. Disponível em: <https://www.ine.es/dynt3/inebase/es/index.htm?padre=5453&capsel=5454>. Acesso em: 25 julho 2024.
- JUVONEN, J. Peer rejection among children and adolescents: Antecedents, reactions, and maladaptive pathways. *In*: C. N. DEWALL (Ed.), **The Oxford handbook of social exclusion**, p. 101–110. Oxford University Press, 2013.
- KENRICK, D. T.; NEUBERG, S. L.; GRISKEVICIUS, V.; BECKER, D. V.; SCHALLER, M. Goal-driven cognition and functional behavior: The fundamental-motives framework. **Current Directions in Psychological Science**, 19, p. 63–67, 2010.
- LABONTE R.; HADI A.; KAUFFMAN X. E. Indicators of social exclusion and inclusion: a critical and comparative analysis of the literature, **Human Resources and Skills Development Canada**, and E/Exchange Working Paper Series (PHIRN), Working Papers. 2, no. 8, p. 1–138, 2011.
- LEARY, M. R.; JONGMAN-SERENO, K. P.; DIEBELS, K. J. The pursuit of status: A self presentational perspective on the quest for social value. In J. T. Cheng, J. L. Tracy, & C. Anderson (Eds.), **The psychology of social status** , p. 159-178. New York, NY: Springer, 2014.
- LÓPEZ-DE RODA, A. B.; SÁNCHEZ-MORENO, E. Estructura social, apoyo social y salud mental. **Psicothema**, 13(1), p. 17-23, 2001.
- MCCAULEY, C.; MOSKALENKO S. **Friction: How Radicalization Happens to Them and Us**. Oxford University Press, 2011
- MISHRA S. Decision-making under risk: Integrating perspectives from biology, economics, and psychology. **Personality and Social Psychology Review**, 18, p. 280-307, 2014.
- MURILLO M., J.; MOLERO A., F. La satisfacción vital: su relación con el prejuicio, la identidad nacional, la autoestima y el bienestar material, en inmigrantes. **Acta Colombiana de Psicología**, 15(2), p. 99-108, 2012.
- NACIONAL ACADEMIA DE CIENCIAS, INGENIERIA Y MEDICINA. **Integration of Immigrants into American Society**. Washington, DC: National Academy Press, 2015.

ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE LA SALUD (OMS). **La salud de los adolescentes y los adultos jóvenes**. 2023. Disponible em: <<https://www.who.int/es/news-room/fact-sheets/detail/adolescents-health-risks-and-solutions> . Acceso em: 20 jul 2024.

PÉREZ DIEZ, I.; ARIAS RODRÍGUEZ, P.; SÁNCHEZ CARRO, Y; DE LA TORRE LUQUE, A. **Evolución del suicidio en España en población infantojuvenil (2000-2021)**. Universidad Complutense de Madrid. Centro de Investigación Biomédica en Red de Salud Mental (CIBERSAM ISCIII), 2022.

REIJNEVELD, S. A.; VAN NIEUWENHUIJZEN, M.; KLEIN VELDERMAN, M.; PAULUSSEN, T. W. G. M.; JUNGER, M. Clustering of health and risk behaviour in immigrant and indigenous Dutch residents aged 19-40 years. **International Journal of Public Health**, 57(2), p. 351-361, 2012.

SALAS-RODRÍGUEZ J. Bases evolutivas de las conductas de riesgo en adolescentes y jóvenes. Tesis doctoral. **Doctorado** en Psicología. Facultad de psicología. Universidad de Málaga, Málaga, 2023.

SALAS-RODRÍGUEZ, J., GÓMEZ-JACINTO, L., HOMBRADOS-MENDIETA, I., & DEL PINO-BRUNET, N. Applying an Evolutionary Approach of Risk-Taking Behaviors in Adolescents. **Frontiers in psychology**, 12, 2022.

SALAS-RODRÍGUEZ, J.; GÓMEZ-JACINTO, L.; HOMBRADOS-MENDIETA, I.; DEL PINO-BRUNET, N.; BASTO-PEREIRA M. Motivated to compete but not to care: The fundamental social motives of risk-taking behaviors. **Personality and Individual Differences**, 205, 112093, 2023.

SALGUERO M. O. **Diagnóstico sobre acciones participativas para la prevención de la radicalización violenta**. Fundación Cideal de cooperación e investigación. Disponible em: https://www.cideal.org/wp-content/uploads/2021/04/6_Oscar-Salguero.-Experiencias-participativas-prevencion-radicalizacion.pdf. Acceso em: 22 jul 2024.

TAJFEL, H. Human groups and social categories. Cambridge: Cambridge University Press (Versión española Tajfel, H. [1984]. **Grupos humanos y categorías sociales**. Barcelona: Herder, 1981.

TAMÁS, V.; KOCSOR, F.; GYURIS, P.; KOVÁCS, N.; CZEITER, E.; BÜKI, A. The young male syndrome—an analysis of sex, age, risk taking and mortality in patients with severe traumatic brain injuries. **Frontiers in Neurology**, 10, 366, 2019.

URZÚA, A.; HENRÍQUEZ, D.; CAQUEO-URÍZAR, A.; LANDABUR, R. Ethnic Identity and Collective Self-Esteem Mediate the Effect of Anxiety and Depression on Quality of Life in a Migrant Population. **International journal of environmental research and public health**, 19(1), 174, 2021.

WILKE, A.; SHERMAN, A.; CURDT, B.; MONDAL, S.; FITZGERALD, C.; KRUGER, D. J. An evolutionary domain-specific risk scale. **Evolutionary Behavioral Sciences**, 8(3), p. 123–141. 2014.

INFORMAÇÕES SOBRE OS/AS AUTORES/AS

Alberto Bonnet

Licenciado em Filosofia (Faculdade de Filosofia e Letras – UBA, 1992), mestre em História Econômica e Políticas Econômicas (Faculdade de Ciências Econômicas – UBA, 2000) e Doutor em Ciências Sociais (Instituto de Ciências Sociais e Humanidades – Universidade Autónoma de Puebla, 2006). Atua regularmente como docente de graduação e pós-graduação e investigação na Universidade Nacional de Quilmes e na Universidade de Buenos Aires.

Amarachi Ejim

Mestranda em Serviço Social na Universidade de Dundee, Escócia.

Bárbara Leite Pereira

Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Espírito Santo, mestre em Política Social pela Universidade Federal do Espírito Santo, doutoranda em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e Assistente social do Tribunal de Justiça do Espírito Santo.

Camila Cunha Arnaldo

Doutoranda em Serviço Social no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/UFRJ, e assistente social na Polícia Militar do Rio de Janeiro.

Caroline Santana

Doutoranda em Serviço Social no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/UFRJ, assistente social em uma organização do terceiro setor que trabalha com populações periféricas.

Carlos Montañó

Doutor em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, Rio de Janeiro, 2001). Professor Titular e pesquisador da mesma Universidade. Graduado em Serviço Social pela Universidad de la República (UdelaR, Montevideu-Uruguai, 1989). Realizou estudos de pós-doutorado no Instituto Superior Miguel Torga (ISMT, Coimbra-Portugal, entre 2009 e 2010).

Cathy McIlwaine

Professora do Departamento de Geografia no King's College London. Vice-Diretora de Pesquisa na Faculdade de Ciências Sociais e Políticas Públicas no King's College London. Professor visitante no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/UFRJ (2024).

Christina Arden

Doutoranda em Serviço Social na Universidade de Dundee, Escócia.

Deivi Mattos

Assistente social, mestrando no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/UFRJ.

Fátima Grave Ortiz

Bacharel em Serviço Social pela Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e mestre e doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Realizou pós-doutoramento no Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. É Professora Associada da Escola de Serviço Social (Departamento de Fundamentos do Serviço Social) da Universidade Federal do Rio de Janeiro e co-coordena o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre os Fundamentos do Serviço Social na Contemporaneidade (NEFSSC). Atua no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFRJ nos cursos de Mestrado e Doutorado

Giulia Strippoli

Historiadora, investigadora no Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Conduziu investigação sobre os partidos comunistas da Europa Ocidental, os movimentos estudantis, a história do trabalho, a militância de esquerda, a história das mulheres e os feminismos, a produção e circulação de imagens (fotografia e cinema). Professora visitante no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/UFRJ (2020).

Ivanete Salette Boschetti

Graduada em Serviço Social pela Universidade Católica Dom Bosco (1985), mestre em Política Social pela Universidade de Brasília (1993), doutora (1998) e pós-doutora (2012) em Sociologia pela Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales de Paris. No momento é Professora Titular Aposentada da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ESS/UFRJ) Pesquisadora do GEMPS e NEPEM/UFRJ (Núcleo de Estudos Marxista).

James Cox

Assistente social e *lecturer* na Universidade de Dundee, Escócia.

Javier Salas Rodríguez

Doutor em Psicologia pela Universidade de Málaga, Espanha (2023)

Juan Pablo Matta

Antropólogo e professor do Departamento de Antropologia da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Nacional do Centro da Província de Buenos Aires (UNICEN). Diretor do NEAJ-UNICEN e Pesquisador Adjunto do CONICET. Professor visitante no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/UFRJ (2023).

Kátia Sento Sé Mello

Antropóloga e professora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Pesquisadora 2 CNPq, NECVU/UFRJ e INCT-InEAC/UFF.

Larissa Siqueira

Assistente social, mestranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/UFRJ.

Lilian Angélica da Silva Souza

Professora Adjunta da Escola de Serviço Social da UFRJ, no Departamento de Fundamentos de Serviço Social. Docente do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/UFRJ. Formada em Serviço Social e em Psicologia (PUC-Rio). Doutora em Políticas Públicas e Formação Humana (UERJ), bolsista CNPq., com estágio doutoral na Universidade de Coimbra (UC), em Portugal, por meio do Programa Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE), da CAPES. Mestre em Serviço Social (UERJ), como bolsista CNPq. Especialista em Saúde Pública (ENSP/Fiocruz) e especialista em Serviço Social e Saúde (UERJ).

Luana de Souza Siqueira

Professora Associada I da Escola de Serviço Social da UFRJ. Pedagoga formada pela UERJ (2002), Assistente Social formada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2003), pós-graduada em ergonomia pela COPPE-UFRJ, mestre em Ensino em Biociências e Saúde pela Fundação Oswaldo Cruz (2005) e mestre pelo programa de Pós-Graduação em Serviço Social/ UFRJ (2006). Doutora formada pelo programa de Pós-Graduação em Serviço Social/UERJ (2011).

Lucio Fernando Oliver Costilla

Graduado em Relações Internacionais - El Colegio de México, A.C. (1972); Doutorado em Sociologia - Universidade Nacional Autônoma de México (1992). Pós-Doutorado na Universidade Federal do Ceará/Pós-Graduação em Sociologia (1996-1998). Atualmente é professor titular na Faculdade de Ciências Políticas e Sociais da Universidade Nacional Autônoma do México. Professor visitante na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil (2014) Professor titular visitante das Universidades Federal do Ceará (2002-2004), Estadual do Ceará (2014), Brasil, de Salamanca España (2011), da República de Uruguay (2010, 2012,2014), Mayor de San Andrés na Bolívia (2006, 2008, 2010, 2012). Professor visitante no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/UFRJ (2024).

Mavi Rodrigues

Assistente Social e Doutora em Serviço Social, docente da Escola de Serviço Social (ESS) da UFRJ, líder do *Núcleo de Estudos e Pesquisas Marxistas em Teoria Social e Serviço Social* (NETSSS) e autora de artigos publicados em periódicos e coletâneas relevantes da área do Serviço Social no Brasil.

Miriam Krenzinger

Professora titular do Departamento de Métodos e Técnicas e do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Assistente social e criminóloga, realizou pós-doutorado em Antropologia do Direito pela Universidade de Brasília (UnB, 2016-2017); pós-doutorado em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ, 2005-2006); doutorado Serviço Social (PUCRS, 1998-2002).

Natalia del Pino Brunet

Assistente Social pela Universidad Internacional de La Rioja e Educadora Social pela Universidad de Granada. Realizou Missão de Pesquisa no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/UFRJ (2024).

Patrícia Silveira de Farias

Graduada em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1985), mestre em Teoria da Cultura pela Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (1994) e doutora em Antropologia Cultural pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1999). Pós-doutora pelo Programa Avançado de Cultura Contemporânea (PACC/UFRJ, 2012), pelo Kings College London e pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2020).

Sara Granemann

Graduada em Serviço Social pela Fundação Universitária do Alto Vale do Rio do Peixe/SC (1985); especialista em Antropologia Social pela Universidade Federal do Paraná/PR (1988); mestre (1996) e doutora (2006) em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/UFRJ. Docente na Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense de 1991/1994. Docente na Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro desde 1994. Estágio Pós-doutoral no Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa (2014). Foi professora Visitante Sênior UNITO-ITALIA (2022)

Silvina V. Galizi

Doutora em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/UFRJ. Professora do Departamento de Política Social da Escola de Serviço Social da UFRJ e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/UFRJ.. Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas: Políticas sociais na América Latina (PSAL) e do Projeto de Extensão: Assessoria via extensão universitária ESS-INSS. Participante ativa da *Red de estudios sobre Políticas Sociales em América Latina (REPSAL)*.

Shagufta Bhatti

Assistente social, nascida no Paquistão, mestranda em Serviço Social na Universidade de Dundee, Escócia.

Timothy Armstrong

Assistente social, doutorando na Universidade de Dundee, Escócia.

Vanessa Ferreira

Assistente social do Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/UFRJ.

SERVIÇO SOCIAL & INTERNACIONALIZAÇÃO

A EXPERIÊNCIA DO PPGSS-UFRJ
NO ÂMBITO DO PROGRAMA CAPES-PRINT



UFRJ



ESSE
ESCOLA DE
SERVIÇO SOCIAL
UFRJ

PPGSS
UFRJ



NAVEGANDO



FAPERJ

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro